



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*

RELATÓRIO

**Informações Relativas ao
Cumprimento do Indicador PforR:
Percentual de projetos de assistência
à família financiados pelo FECOP com
marco lógico.**

Dezembro/2016

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 4

1. Relação dos Projetos com Marco Lógico, 6

1.1 Projetos da Secretaria da Cultura – SECULT

1.1.1 Jardim de gente: agência de formação e desenvolvimento cultural Bom Jardim, 7

1.2 Projetos da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECITECE

1.2.1 Projeto de inclusão digital com tecnologia assistida, 32

1.2.2 Agentes digitais, 50

1.3 Projetos da Secretaria da Educação - SEDUC

1.3.1 Prêmio Escola Nota Dez, 66

1.3.2 Programa Aprendizagem na Idade Certa, 88

1.4 Projetos da Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas - SPD

1.4.1 Juventude em ação, 118

1.4.2 Ampliação e expansão dos Programas do Ministério da Saúde: jogos elos, 133

1.5 Projetos da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS

1.5.1 Apoio ao Centro Educacional da Juventude Padre João Pia Marta, 155

1.5.2 Implantação de espaços lúdicos para o desenvolvimento infantil, 178

1.5.3 Política integrada de economia solidária, 195

1.6 Projetos da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA

1.6.1 Aproveitamento Hidroagrícola do Castanhão, 229

1.6.2 Programa de distribuição de sementes, 240

1.6.3 Programa garantia safra, 259

1.6.4 Projeto de implantação de duas unidades em reassentamentos de populações, 279

1.6.5 Fortalecimento da pesca artesanal no Estado do Ceará, 301

1.6.6 Yby Jurema, 301

1.6.7 Projeto Zumbi, 301

1.6.8 Formação e atuação de jovens para o desenvolvimento sustentável do Ceará, 301

1.6.9 Fortalecimento da cadeia produtiva da apicultura no Estado do Ceará, 315

1.6.10 Desenvolvimento da caprinocultura leiteira no Estado do Ceará, 326

1.6.11 Implantação de cisternas de polietileno no âmbito do Programa Água para Todos, 337

1.6.12 Implantação do Projeto João de Barro, 347

ANEXOS,

Anexo 1 - Protocolo do Indicador PforR, 357

Anexo 2 - Resoluções nº 01 a nº 22, de 2016, do CCPIS, com a relação dos projetos aprovados, 359

Anexo 3 - Relação dos projetos de assistência à família (geral), 435

Anexo 4 - Relação dos projetos de assistência à família (selecionados), 440

APRESENTAÇÃO

O presente documento trata acerca da construção do Indicador “Percentual de projetos de assistência à família financiados pelo FECOP com marco lógico”, relativo ao segundo semestre de 2016, compreendido no âmbito do Programa para Resultados – PforR, de responsabilidade da Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social – CCOPI, da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG.

O Protocolo do Indicador aludido prevê como Meta, para o período citado, a realização do Marco Lógico correspondente a 70% (setenta por cento) do total de Projetos de assistência às famílias, financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, tomando como base o número de Projetos de assistência à família, existentes no ano de referência, aprovados pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS.

Nesta quarta edição do cumprimento da Meta, para se chegar ao número de Projetos, a serem apresentados com Marco Lógico, adotou-se, como parâmetros, a relação de Projetos aprovados no decorrer do período de 12 de janeiro a 23 de setembro de 2016, submetidos que foram à apreciação e deliberação do Conselho, instância máxima de decisão, no âmbito da gestão do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP.

O conjunto de Projetos aprovados, à luz das Resoluções de nº 01 até a de nº 22, de 2016, compreende num total de 236 (duzentos e trinta e seis) Projetos. Deste, foram classificados 80 (oitenta) Projetos, sobre os quais, incidindo o percentual de 70% (setenta por cento) sobre o quantitativo apontado, resulta-se numa parcial de 56 (cinquenta e seis) Projetos. Considerando que já foram trabalhados 36 Projetos, com Marcos Lógicos construídos, resta uma base quantitativa de 20 (vinte) Projetos. Com efeito, a Coordenadoria passou a trabalhar com uma margem de 22 (vinte e dois) Projetos, para fins de construção dos respectivos Marcos Lógicos.

Assim, destes 22 (vinte e dois) Projetos quantificados, foram selecionados: 01 (um), da Secretaria da Cultura - SECULT; 02 (dois), da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECITECE; 02 (dois), da Secretaria da Educação - SEDUC; 02 (dois), da Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas - SPF; 03 (três), da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS; e, 12 (doze), da Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA.

A construção dos Marcos Lógicos foi desencadeada mediante um cronograma de atividades, contando com a realização de oficinas, orientações e revisões, tendo como público alvo os Técnicos dos respectivos órgãos setoriais, responsáveis pela elaboração dos Projetos selecionados, as quais foram conduzidas pela Coordenadoria, com a assessoria do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE.

Oportuno registrar que, quando da primeira edição do cumprimento da Meta, ocorrida no primeiro semestre de 2015, alcançou-se o correspondente a 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento), tendo como base a relação de 113 (cento e treze) Projetos aprovados pelo Conselho, por ocasião da primeira reunião ocorrida em 27 de fevereiro daquele ano, consubstanciada na Resolução nº 01, de 2015, a partir da qual restaram classificados 68 Projetos, tendo sido incidido o aludido percentual neste quantitativo, chegando-se ao resultado inicial de 15 (quinze) Projetos, para fins de construção do Marco Lógico. Foram consolidados um total 17 (dezesete) Projetos com matrizes lógicas devidamente constituídas.

Ademais, quando da segunda edição do cumprimento da Meta, realizada no segundo semestre de 2015, foram alcançados 45% (quarenta e cinco por cento) do total de Projetos, com base nas Resoluções de nº 02 até a de nº 08, de 2015, compreendidas no período de 28 de fevereiro a 06 de julho do referido ano, diante das quais ficaram aprovados um total de 174 (cento e setenta e quatro) Projetos, sendo ali classificados 97 (noventa e sete) de assistência à família, inferindo-se, com a incidência daquele percentual, 44 (quarenta e quatro) Projetos a serem trabalhados. Deste universo, pelo menos, 17 (dezesete) já contaram com as suas matrizes lógicas construídas. Ficaram, assim, 27 (vinte e sete) Projetos, com Marcos Lógicos prontamente construídos.

Por conseguinte, por ocasião da terceira edição do cumprimento da Meta, realizada no primeiro semestre de 2016, foram classificados 60 (sessenta) Projetos, de um conjunto de 179 (cento e setenta e nove), decorrentes das Resoluções nº 01 a 12, de 2016, sobre os quais, incidiu-se o percentual de 55% (cinquenta e cinco por cento) da meta, pelo que, resultou-se numa parcial de 33 (trinta e três) Projetos. Considerando que já haviam sido trabalhados 26 Projetos, com marcos lógicos construídos em 2015, ficou uma base de 07 (sete) Projetos, sendo certo que a Coordenadoria entendeu trabalhar com uma margem de 10 (dez) Projetos, na construção dos respectivos Marcos Lógicos.

Observadas todas as considerações acima esposadas, aliadas às informações consubstanciadas no presente Relatório, apresenta-se, por meio do presente instrumento, o demonstrativo do pronto cumprimento da Meta do Indicador Primário, do Programa para Resultado – PforR: “Percentual de projetos de assistência à família financiados pelo FECOP com marco lógico” (70%), prevista para o segundo semestre de 2016.

RELAÇÃO DOS PROJETOS COM MARCO LÓGICO



**Governo do Estado do Ceará
Secretaria de Cultura do Ceará**

**Projeto: Jardim de Gente:
Agência de formação e desenvolvimento cultural do Bom Jardim**

MAPP 730

“SECULT”

Maior/2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria da Cultura do Estado do Ceará
Programa (PPA)	044 - Promoção de acesso e fomento à produção e difusão da cultura
Mapp (Nº e Denominação)	MAPP 730 - Jardim de Gente: Agência de Formação e Desenvolvimento Cultural do Bom Jardim
Período de Execução	Maio a dezembro/2016
Categoria	Estruturante - Cultura

1. Descrição do Projeto

O Projeto Jardim de Gente: Agência de Formação e Desenvolvimento Cultural do Bom Jardim é uma das estratégias metodológicas desenvolvidas pelo Centro Cultural do Bom Jardim - CCBJ/SECULT que tem como foco o desenvolvimento de ações de capacitação e qualificação profissional nas áreas de arte e cultura no Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ) e no seu entorno, por compreendê-lo como um Centro de irradiação de ações nas áreas da cultura e arte com atuação territorial através de parcerias com uma rede de instituições governamentais, associações, escolas, dentre outros espaços que conformam uma rede sociocultural do Grande Bom Jardim. Assim, propõe-se a expandir a economia da cultura através da formação de capital humano e social em algumas das linguagens da cadeia produtiva (artes cênicas, artes visuais, música, audiovisual, novas mídias, literatura, livro e leitura, gastronomia, design e cultura popular), tendo como foco territorial a região do Grande Bom Jardim.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, o projeto inscreve-se na área temática Cultura, no âmbito do Programa, 044 - Promoção do Acesso e Fomento à Produção e Difusão da Cultura Cearense; Iniciativas 044.1.11 - Formação de artistas e produtores nas diversas linguagens culturais, 044.1.18 - Manutenção da oferta de ações e programação nos equipamentos culturais estaduais, 044.1.22 - Ampliação ao acesso e inserção de jovens e crianças nas atividades culturais; como também na área temática 3.07 - Empreendedorismo, no âmbito do Programa 043 - Empreendedorismo e Protagonismo Juvenil; iniciativa 043.1.05 - Formação e qualificação profissional em atividades empreendedoras. Ação – Jardim de Gente: Agência de Formação e Desenvolvimento Cultural do Bom Jardim, que tem como finalidade ofertar 2.365 horas/aula, nos bairros que compõe o Grande Bom Jardim, sendo 970 horas/aula para Ateliês Criativos e Laboratórios Cenotécnicos do Projeto Trajetos Encena; 495 horas/aula com foco em Formadores Locais e 900 horas/aula direcionadas aos módulos da Escola de Formação Básica e Inicial. O Projeto prevê a formação de 500 alunos, com concessão de 110 bolsas-auxílio, realização de 24 encontros de participação comunitária, circulação de 60 artistas e montagem de 3 espetáculos artísticos nas áreas da dança, teatro e hip-hop. No PPA 2016-2019, o Projeto Jardim de Gente insere-se no Eixo Governamental 5 – Ceará do Conhecimento, Tema Estratégico 5.05 – Cultura, com Resultado Temático - Cultura cearense valorizada em sua transversalidade e diversidade. O Indicador de Resultado está descrito em Índice de acesso a bens e serviços culturais, utilizando-se da unidade Percentual com o valor de 1,28% tendo 2014 como o ano de Referência. Na Matriz de Gestão por Resultados do Estado do Ceará – GPR,

contribui para os seguintes resultados setoriais “ Índice de acesso a bens e serviços culturais”. O Projeto Jardim de Gente: Agência de Formação e Desenvolvimento Cultural do Bom Jardim está incluído: Programa: 044 – Promoção do Acesso e Fomento à produção e difusão da cultura cearense. Assim descritos: Iniciativas: 044.1.11 - Formação de artistas e produtores nas diversas linguagens culturais; 044.1.18 - Manutenção da oferta de ações e programação nos equipamentos culturais estaduais, 044.1.22 - Ampliação ao acesso e inserção de jovens e crianças nas atividades culturais; Ação: 18225 - Formação Artística e Cultural; 22507 - Manutenção e Promoção das Ações do Centro Cultural do Bom Jardim; Produtos: SECULT - 102- Capacitação Realizada;196 - Equipamento Cultural Mantido e 84 - Bolsa concedida; Objetivo 044.1 - Democratizar o acesso aos bens, serviços e o uso de equipamentos e espaços culturais, bem como fomentar os processos de criação, produção, difusão, formação, pesquisa, intercâmbio e fruição das expressões artísticas e culturais cearenses, com ênfase nas políticas afirmativas e de acessibilidade para promoção da cidadania cultural e desenvolvimento da economia da cultura no Estado.

3. Diagnóstico

O município de Fortaleza, situado na região nordeste e capital do Estado do Ceará, segundo o último Censo (2010) tem uma população de 2.452.115 habitantes. A área total do município de Fortaleza é de 336 km² e é composto por 119 unidades administrativas, denominadas bairros. Esses estão distribuídos em seis regionais administrativas, segundo a lei 8.000, de 1997, conforme o plano de desenvolvimento urbano do município de 1992. Fortaleza foi destino dos retirantes, inclusive nos anos 15, 32 e 45 do século XX existiram campos de concentração de retirantes na cidade.

O uso e ocupação do solo de forma desordenada, segregação sócio-espacial da cidade, agressões às bacias hidrográficas e às reservas ambientais também são características da ocupação da cidade. É, pois, através dessa descrição geográfica e social que apresentamos o território sobre o qual se concentram as intervenções deste projeto, o Grande Bom Jardim (doravante GBJ). Esta área de Fortaleza compreende cinco bairros oficiais, a saber, Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira. Esse histórico reflete uma cidade desigual, incidindo os seus reveses na parcela da população mais vulnerável, em razão do seu particular processo de desenvolvimento. Esse é um território que aglutina sobre seu espaço mais de 38 comunidades que formam limites sociológicos e territoriais intra-bairros, formados em grande medida por processos e lutas de ocupação no sentido de garantir o direito à moradia. Os bairros do território GBJ são localizados na Secretaria Executiva Regional V, situado na região sudoeste de Fortaleza.

O Grande Bom Jardim é uma região marcada por altos índices de violência e, especificamente, a violência letal por arma de fogo. Considerando que o Ceará, assim como praticamente todos os estados da Região Nordeste, apresenta elevadas taxas de criminalidade violenta, no dia 21 de setembro de 2015, o Governo do Estado do Ceará instituiu o Pacto por um Ceará Pacífico, com o objetivo de coordenar uma atuação articulada entre Órgãos Públicos Estaduais, Municipais e Federais, e instituições da sociedade civil, objetivando a construção de uma cultura de paz, com políticas interinstitucionais de prevenção social e de segurança pública. De acordo com o Pacto Ceará Pacífico, o índice de vulnerabilidade permite

identificar locais que apresentam segmentos populacionais vivendo em condições adversas. As características demográficas, socioeconômicas e de violência indicam a situação de maior ou menor vulnerabilidade das pessoas e comunidades. Os indicadores utilizados pelo Pacto para aferição do grau de vulnerabilidade são: - % da população com idade entre 15 e 24 anos; - % de mulheres chefe de domicílio; - % de moradores em domicílios não ligados a rede geral de esgoto; - % da população com 15 anos ou mais de idade analfabeta; - Renda média domiciliar; - Número de homicídios; - Densidade demográfica (hab./ha). De acordo com o rank dos bairros segundo o índice de vulnerabilidade, os cinco bairros que compõe o Grande Bom Jardim encontram-se entre os 12 mais vulneráveis de Fortaleza (Bom Jardim - 4º; Siqueira - 6º; Canidezinho - 10º; Granja Lisboa - 11º e Granja Portugal - 12º). Em termos populacionais, esse território (GBJ) engloba 8,33% da população de Fortaleza e 38% da população da área administrativa V (SER V).

Esta área é a maior da cidade e concentra os piores indicadores sociais e econômicos. Observando o perfil da população, o território do GBJ possui um grande contingente populacional de pessoas na faixa etária de 0 a 29, em torno de 120.957 habitantes. A expressão proporcional desse número é a representação de que 60% da população total do Grande Bom Jardim é jovem (0 a 29 anos), sendo que do total dessa população 58% dela tem entre 0 e 17 anos, faixa de cobertura das garantias do Estatuto das Crianças e Adolescentes. Ao mesmo tempo em que os jovens representam boa parte dessa população, são também eles as maiores vítimas da violência que caracteriza do GBJ. O número de homicídio de jovens cresceu mais 150% entre 2000 a 2010. Em 2000 o número era de 203 e em 2010 representava 505, numa taxa de 148,8 por mil habitantes, de acordo com os dados do Mapa da Violência 2012. De acordo com a Pesquisa Juventude e Prevenção da Violência (Pronasci/MJ/FSP/2009), Fortaleza está entre as capitais em que o seu índice de vulnerabilidade juvenil é médio.

No entanto, considerando a gravidade da violência e seu perfil concentrada em algumas áreas e territórios de Fortaleza, em “áreas intra-urbanas”, a exemplo do Grande Bom Jardim, não deve deixar de suscitar preocupação para a alta letalidade juvenil que as estatísticas e a percepção social têm nos mostrados ultimamente. Nos últimos anos (2007-2010), 491 pessoas morreram em decorrência de causas violentas. Somente o Bairro Bom Jardim figurou entre 2007 e 2009 no topo dos bairros em que mais acontecem assassinatos.

Além dos altos índices de homicídios, preocupa, sobremaneira, a centralidade desses casos na juventude, 186 jovens, de 15 a 29 anos, foram assassinados, em sua imensa maioria do sexo masculino, o que corresponde a 60% dos 312 casos de assassinatos registrados entre 2007 e 2009. Segundo dados sobre o perfil demográfico e domiciliar (IBGE, 2010) o GBJ representa 8% do total dos domicílios da cidade de Fortaleza que são ao todo 710.066. O perfil disponibilizado também pelo IBGE 2010 revela que o GBJ caracteriza-se por ser um local com baixa renda média, devido a possuir em sua maioria setores censitários (censo 2010) com renda mensal inferior a R\$ 500,00.

O rendimento mensal per capita dos domicílios particulares permanentes apresenta o seguinte perfil: o GBJ possui 2.470 domicílios que têm rendimento de até 1/8 de salário mínimo per capita; 7.894 com mais de 1/8 a 1/4 de salário mínimo per capita;

17.793 com mais de ¼ a ½ salário mínimo per capita; 18.045 com mais de ½ a 1 salário mínimo per capita; 6.231 com mais de 1 a 2 salários mínimos per capita; 820 com mais de 2 a 3 salários mínimos per capita; 348 entre 3 a 5 salários mínimos per capita; 100 domicílios com mais de 5 a 10 salários mínimos per capita. Infere-se daqui, no acesso à renda, o perfil de pobreza dos domicílios, conseqüentemente de sua população, que concentra 43.732 domicílios com até 1 salário mínimo per capita, ou seja, 70% do total dos seus domicílios

De acordo com o tratamento dos dados do ultimo Censo (2010) feito pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), sobre a extrema pobreza na capital cearense, o Grande Bom Jardim, tem 04 de seus bairros no ranking dos 10 bairros com o maior número e proporção de pessoas em extrema pobreza. O Grande Bom Jardim possui 20.459 pessoas vivendo com até R\$ 70 mensais, o que representa 15,26% dos 134 mil pessoas miseráveis de toda a Fortaleza. Esta proporção é quase o dobro dos 8,9% que Fortaleza representa em relação aos 1,5 milhões de pessoas em extrema pobreza no Ceará.

Observando dados complementares às condições de renda, como o indicador Educação, por exemplo, pode-se revelar como um divisor de acesso ao trabalho especializado ou precário. A taxa de pessoas não alfabetizadas com 05 anos ou mais somam a seguintes proporções nos bairros da região, respectivamente, Bom Jardim 12,06%, Canindezinho 12,97%, Granja Lisboa 13,15%, Granja Portugal 14,44% e Siqueira 14,57%. Estas proporções são maiores do que as do Brasil (10,92) e as de Fortaleza (8,36). Somados aos índices acima explicitados, a região apresenta também desafios em decorrência de conflitos territoriais entre moradores de diferentes comunidades, disputa territorial entre traficantes, o que interfere diretamente no grau de violência do GBJ.

Em decorrência do perfil sócio-econômico e dos índices de violência do Grande Bom Jardim, o bairro foi escolhido como uma das áreas prioritárias do Ceará Pacífico, como também é a área de atuação e intervenção do centro Cultural do Bom Jardim, onde executaremos todas as atividades de formação e difusão apresentadas pelo Projeto Jardim de Gente: agência de formação e desenvolvimento cultural do Bom Jardim.

4. Justificativa

O Projeto Jardim de Gente: agência de formação e desenvolvimento cultural do Bom Jardim, executado com recursos do Tesouro Estadual via Fundo Estadual de Combate a Pobreza, procura basear sua política de ação em princípios orientados pelo atual Governo do Ceará - não atuar na simples convivência com a pobreza, mas sim, combatê-la a partir da criação de meios para o fortalecimento do capital individual e social das áreas de vulnerabilidade social. Nesse contexto, o objetivo central deste projeto aproxima-se dos princípios norteadores defendidos pelo pacto governamental “Por um Ceará Pacífico”, visto que as ações e estratégias apresentadas por essas iniciativas buscam à construção e promoção da cidadania por meio da implementação de “uma cultura de paz, com políticas interinstitucionais de prevenção social e de segurança pública, e dá outras providências”. O combate a violência exige um esforço inicial de compreensão sobre este fenômeno que assola os grandes centros urbanos. Entender que a problemática da violência possui uma

relação direta com a expressão das questões sociais que perpassam estes territórios é fundamental para propor ações que extrapolem o campo da segurança pública e da repressão, a partir da inclusão social e garantia dos direitos humanos fundamentais.

Em acordo com Brant, entende-se que as dinâmicas socioculturais surgem como possibilidades concretas de ampliar o espaço público e oferecer novas dinâmicas de sociabilização. Nesse sentido a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará - SECULT - tem buscado resposta para as seguintes perguntas: Qual o papel de um Centro de Arte e Cultura no combate a violência urbana e a pobreza? Como as ações de um Centro de Arte e Cultura podem contribuir para o fortalecimento do capital individual e social? Inspirado por estas inquietações o CCBJ/SECULT constrói sua trajetória com base nos desejos e necessidades dos moradores do GBJ através do diálogo com o movimento social organizado e com os órgãos governamentais que atuam nos territórios.

É de conhecimento que o GBJ possui um expressivo contingente populacional envolvido com a arte e com a cultura, em grande parte de forma amadora, sem oportunidades de formação e profissionalização, como também sem políticas específicas de fomento, difusão e circulação da produção local. Vários artistas, conhecidos ou anônimos, são oriundos desses territórios. O Projeto Jardim de Gente: agência de formação e desenvolvimento cultural do Bom Jardim parte do princípio que para cumprir o seu objetivo precisa conseguir que os cursos oferecidos à população representem mais que o aprendizado técnico, mas que sejam capazes de criar redes socioculturais capazes de promover a cidadania cultural e que signifiquem uma experiência na qual estejam contempladas as três dimensões da cultura: simbólica, cultura como cidadania e cultura como fator econômico.

Como afirma Juca Ferreira, é a cultura que qualifica e dá sentido à experiência humana, ao estabelecer os laços da vida social. No combate a violência também não se pode desconsiderar o fator econômico e de geração de trabalho e renda. Neste aspecto evoca-se o vínculo entre cultura e desenvolvimento, ao afirmar que as atividades, bens e serviços culturais possuem natureza tanto cultural quanto econômica e que, principalmente para os países em desenvolvimento podem representar um impacto significativo da geração de riqueza.

Nessa conjuntura, as políticas culturais se qualificam como estratégicas na superação dos desafios ligados a pobreza e a violência urbana. Em primeiro lugar, o entendimento da cultura como um direito fundamental já aponta para o desafio de assegurar a universalização dos serviços culturais e a garantia de acesso aos bens culturais e à criação. Em segundo lugar, podemos destacar a importância da cultura para a coesão social, na medida em que reúne dentro de si elementos simbólicos compartilhados entre um grupo, fundamentais para fortalecer os laços comunitários, muitas vezes, esfacelados pelas desigualdades sociais e precariedade das condições de vida.

Com este entendimento da função social da Cultura, os propósitos do Projeto Jardim de Gente: agência de formação e desenvolvimento cultural do Bom Jardim dialogam diretamente com artigos 1º e 2º do decreto nº 31787 de 21/09/2015 que institui o Pacto “Por um Ceará Pacífico”, uma vez que ambas propostas procuram à

instauração de uma cultura de paz nos territórios “através da definição, implantação, monitoramento e avaliação contínua de políticas públicas interinstitucionais de prevenção social e segurança pública, para a melhoria do contexto urbano, acolhimento às populações mais vulneráveis e enfrentamento à violência, com atuação articulada, integrada e compartilhada dos órgãos e entidades públicas estaduais, municipais e federais, e da sociedade civil”.

Sabemos que a condição de pobreza fortemente presente no GBJ, agrega outros fatores que não apenas a baixa renda, como também o alto índice de violência, o analfabetismo, a baixa autoestima e o estigma negativo por parte da sociedade em relação à área do GBJ, o trabalho informal e precarizado, dentre outros. São muitas as dimensões da pobreza e por isso se mostra necessário à proposição de ações que contemplem esses diversos aspectos, que combata não só a violência associada à pobreza material, mas que nutra essas comunidades de meios para que saiam em definitivo dessa condição de pobreza. Por isso, o Projeto Jardim de Gente, enquanto uma ação de formação e difusão de arte e cultura dentro desses bairros, aposta numa atuação que abranja as dimensões da arte e cultura e assim propõe combater a pobreza no GBJ e dar continuidade às ações de forma integrada às atividades já realizadas pelo CCBJ/IACC, avançando em suas metas, reavaliando suas estratégias e aprimorando suas metodologias.

5. Histórico

Em 2006, o Governo do Estado do Ceará através da Secretaria de Cultura e do Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC), inauguram em um das áreas mais pobres de Fortaleza, o Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ). Construído com recursos do tesouro estadual, o CCBJ ao ser instalado como estratégia de desenvolvimento econômico e social em território marcado pelo estigma da miséria e da violência, expressa a compreensão do poder público sobre a cultura como fator estratégico de construção da cidadania, distribuição e geração de renda. Buscando reconhecer e assumir o seu espaço no combate a pobreza, dentro de uma teia de relações que inclui o território com seus problemas, potencialidades, ações de vários órgãos governamentais e iniciativas do movimento organizado do bairro, o Centro Cultural Bom Jardim inicia em 2007, com recursos do FECOP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza, o Projeto “Jardim de Gente”.

Nos três primeiros anos do Projeto Jardim de Gente, o mesmo aconteceu de modo experimental buscando na própria ação aprofundar o seu conhecimento da realidade e desenvolver estratégias para transformar a experiência em conhecimento. Em 2010, o Projeto se consolida através da sistematização de sua prática, dando início a criação de uma base teórica para sua fundamentação.

No ano de 2010 o projeto foi organizado em 12 metas (10 áreas de oficinas, 01 de planejamento pedagógico e 01 evento de término de curso). Todas foram integralmente cumpridas ao longo do período de execução do projeto, compreendido entre março e dezembro de 2010. As 10 áreas contempladas com oficinas/cursos foram: música (60 oficinas), prática de leitura (36 oficinas), dança (36 oficinas), teatro (36 oficinas), informática (72 oficinas), design de moda (36 oficinas), artes visuais (48 oficinas), artesanato e gastronomia (72 oficinas), multiplicadores culturais (18 oficinas), audiovisual, tecnologia de som e cenotécnica (60 oficinas). Ao todo foram

474 oficinas com duração de 15 horas cada, totalizando 7110 horas de atividades no cumprimento desta meta. Ainda em 2010 foi realizado o planejamento pedagógico junto aos professores para determinar as diretrizes daquele ano de trabalho, além do evento de término de cursos, que contou com a participação da equipe técnica, professores, alunos, pais de alunos e público em geral.

O Projeto Jardim de Gente 2011 constituiu-se de três metas: realizar 330 oficinas/cursos, 01 seminário de planejamento e 01 evento de conclusão de curso. Considera-se, para fins de relato, que cada 15 horas-aula ministradas equivalem a 01 (uma) oficina. Assim, foram ao todo de 4.950 horas-aula, que equivale a 330 oficinas, executadas de maio a dezembro de 2011, tendo 5.471 alunos beneficiados (611 a mais do que o previsto) e 88 professores envolvidos. A realização do seminário de planejamento se deu em 05 encontros ao longo do ano, com uma média de 33 participantes em cada. Por último, a meta da realização do Evento de Conclusão de Curso – Culminância 2011. O evento contou com um público total de mais de 3.800 pessoas, superando o público estimado que era de 1.200 pessoas. Várias destas visitaram as exposições de artes visuais, espetáculos de teatro e dança, shows musicais, projetos digitais, mesa redonda e todas as demais linguagens apresentadas pelos alunos sob supervisão e orientação de seus professores. Em 2011 o Projeto “Jardim de Gente” elegeu um tema transversal, o qual foi trabalhado durante todo o ano nas atividades de capacitação. O tema proposto para orientar as reflexões em todas as atividades desenvolvidas pelo Projeto foi “Memória”. Levando em conta a riqueza e profundidade do tema, a equipe do Projeto considerou que o mesmo deveria continuar orientando as discussões, reflexões, práticas e vivências no ano de 2012.

Em 2012, o Jardim de Gente planejou atingir 5 metas. A primeira era oferecer 4950 horas-aula (330 oficinas/cursos) de formação nas linguagens artísticas e áreas técnicas, gerando 4950 inscrições (média de 15 inscritos por oficina). Ao longo de 10 meses (março a dezembro) foram realizadas 5298 horas-aula, 348 horas a mais de formação, conseguidas como ganho de gestão através das parcerias com UFC, ASHOKA e Curso Técnico de Dança.

A segunda meta era realizar capacitação com o tema “memória” para orientar os educadores do CCBJ a trabalhar o tema de modo transversal. Foi executada uma formação de 33 horas com dois profissionais da área. Esta formação foi inspiradora para que os professores trabalhassem este tema no processo de montagem dos produtos apresentados na Culminância 2012. A meta três que era envolver no trabalho de mobilização, articulação e execução das oficinas/cursos, um mínimo de 16 instituições entre escolas, organizações não governamentais e outras instituições diversas, também foi batida. Fizemos parceria com 18 instituições, sendo 15 instituições do Grande Bom Jardim que receberam nossos cursos e 3 outras que foram parceiras na execução de cursos na comunidade.

A quarta meta foi realizada nos meses de novembro e dezembro quando foram feitos 05 encontros com a comunidade para a construção coletiva do Plano Político Pedagógico do Projeto “Jardim de Gente”, para tanto foi contratada uma consultoria, especializada em Gestão Cultural. A quinta e última meta tratou da realização de 01 evento de difusão dos resultados das oficinas/cursos para um público de 3000 pessoas. O evento ocorreu de 04 a 09 de dezembro. Ao todo foram 34

apresentações entre espetáculos de dança e música, exposições de trabalhos e exposições permanentes, atividades lúdicas, rodas de conversa e etc.

Os resultados mensurados dessa ação podem ser resumidos nos seguintes dados:

ANO	VALOR TOTAL APLICADO	VALOR FECOP	Nº DE BENEFICIÁRIOS
2007	475.000,00	475.000,00	1.800
2008	475.000,00	475.000,00	7.166
2009	495.840,00	495.840,00	22.666
2010	550.000,00	550.000,00	6.280
2011	571.850,00	571.850,00	10.565
2012	600.000,00	600.000,00	8.210
2013	630.000,00	630.000,00	7.608

Em 2013, o projeto avançou em suas metas, agregando mais ações que contribuíssem para a estruturação e reconhecimento deste projeto dentro das comunidades onde atua. Além dos cursos, houve a execução de 02 fóruns junto aos alunos, professores e comunidade para discutir as ações do projeto. As metas referentes aos cursos foram alcançadas, apesar do pouco tempo disponibilizado para a execução.

Nos anos de 2014 e 2015, o FECOP não direcionou recursos para a execução do Projeto Jardim de Gente. Em 2016, retomamos o Projeto Jardim de Gente que reafirma o seu propósito de investir na formação e qualificação profissional no campo cultural e artístico no território do Grande Bom Jardim, no entanto, adquire novos formatos e arranjos pedagógicos que apresentam-se como uma estratégia para a priorização do desenvolvimento humano, econômico e social, pela necessidade de geração de renda, emprego e dinamização da economia da cultura.

A partir de um diálogo com a proposta pedagógica da Escola Porto Iracema das Artes, pretende-se investir mais nos aprendizes e melhor qualificá-los para o mercado da cultura, o Jardim de Gente transforma-se, então, em uma Agência de Formação e Desenvolvimento Cultural do Bom Jardim.

6. Público Alvo

Famílias em situação de pobreza.

6.1. Critérios Adotados para Seleção dos Beneficiários

Famílias inscritas no Cadastro Único do Governo Federal;
Renda per capita familiar até meio salário-mínimo;
Beneficiários encaminhados da Rede de Proteção Social e Sistema de Garantia de Direitos.

6.2. Documentos Comprobatórios da Situação de Pobreza

Número do NIS

7. Objetivos

7.1 Geral

Combater a violência e a pobreza através da dinamização da economia da cultura nos bairros que compõe o Grande Bom Jardim e ações de fortalecimento da cidadania e formação do capital humano, social e cultural dos beneficiários do projeto.

7.2 Específicos

- Capacitar os beneficiários para atuação em atividades técnicas atendendo ao crescente mercado da economia da cultura;
- Capacitar agentes culturais através da oferta de Programa de Formação Básica e Inicial (cursos, oficinas, master class, intercâmbios e laboratórios) nas diversas linguagens artísticas e culturais;
- Fortalecer grupos artísticos do território fomentando processos de criação e promovendo a circulação dos produtos gerados articulados com a cadeia produtiva do mercado de bens culturais;
- Promover a reflexão sobre o tema “economia criativa” de modo transversal a todos os cursos;
- Motivar o debate público em torno das questões relativas ao Projeto Jardim de Gente: agência de formação e desenvolvimento cultural do Bom Jardim de modo a incentivar o empoderamento popular em torno das políticas culturais;
- Fortalecer a parceria com instituições para manter amplo o raio de atuação do projeto;
- Divulgar e difundir os produtos gerados nos cursos de modo a sensibilizar e propiciar vivência ampla nas artes, oportunizando fruição para nossos alunos e população em geral;
- Contribuir para a construção do sentimento de cidadania dos moradores do Grande Bom Jardim.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

Partimos da compreensão das três dimensões da cultura acima citadas.

Dimensão Simbólica da Cultura - relacionada ao imaginário, às expressões artísticas, práticas culturais e memória. Formadora de subjetividades e fomentadora da imaginação criadora e criativa. Tem relação direta com o sentimento de pertencimento, com a construção de identidades e autoestima.

Cultura como Cidadania - direito de reconhecer-se como sujeito cultural, direito a expressão, criação e divulgação cultural, direito ao acesso e à fruição dos bens culturais, direito a memória histórica, direito a desfrutar dos benefícios próprios das

criações científicas, artísticas, tecnológicas e direito à informação e à participação política.

Cultura como Fator Econômico - na sociedade da informação a economia que mais cresce é a dos bens simbólicos, fazendo da cultura um importante fator de desenvolvimento social e econômico. A “economia criativa” possibilita não apenas gerar oportunidades de trabalho e renda, bem como melhoria da qualidade de vida e a valorização e ressignificação simbólica da existência.

Para atingir os diversos aspectos da violência e da pobreza que são parte da realidade do GBJ e, apostando nas dimensões da arte e da cultura, o Projeto propõe ações de formação e difusão a partir de três grandes linhas:

- a) Formação Cultural para a Cidadania;
- b) Difusão Cultural para Sensibilização e Fortalecimento da Autoestima;
- c) Formação Profissional para o Mercado dos Bens Simbólicos.

E entende que na inter-relação dessas três linhas, por meio da arte e da cultura, pode combater diretamente a violência e a pobreza na região GBJ.

Nos eixos da “Formação Cultural para a Cidadania” e da “Difusão Cultural para Sensibilização e Fortalecimento da Autoestima” entendemos que o acesso à expressão, criação e fruição artística, são importantes espaços de formação humana, na medida em que contribuem para desenvolver o senso ético, estético, a sensibilidade e elaboração simbólica. As vivências artísticas culturais possibilitam ao indivíduo a aquisição das cinco competências fundamentais para construção de uma vida mais feliz e criativa: (aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser, aprender a conviver e aprender a empreender).

Os cursos, apresentações e vivências nas linguagens artísticas representam para a população um meio de reordenamento pessoal, reinserção crítica, recuperação da autoestima, reconhecimento de talentos e vocações pessoais e ampliação de suas capacidades de escolhas e autocrítica. Todas as ações também contribuem para a desconstrução da estigmatização desse território. Tudo isto pode ser entendido como ferramentas que possibilitam ao indivíduo a saída da condição de pobreza e de agente da violência.

Através da linha de “Formação Profissional para o Mercado dos Bens Simbólicos”, o Projeto Trajetos EnCena: Formação de grupos artísticos e técnicos para atuação no mercado da cultura, sem descuidar dos aspectos da “Formação Cultural para a Cidadania”, visa à capacitação e aprimoramento artístico e técnico para atuação na cadeia produtiva dos bens simbólicos e culturais, visando o fortalecimento de uma enorme rede de microeconomia composta por uma série de atividades, bens e serviços que conformam o campo da economia da cultura. Assim, podemos combater a situação de baixa renda e trabalho precarizado dos beneficiários do Projeto, capacitando-os para esta área que sofre com a pouca mão-de-obra e baixa capacitação na cidade de Fortaleza.

Além dos quatro pilares preconizados pela UNESCO (aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser, aprender a conviver), o Projeto incorpora ainda,

um quinto (aprender a empreender). Desse modo, além de ir de encontro com as questões educacionais, abre caminhos para um novo modo de pensar na perspectiva da construção de uma cultura de paz, comprometida com o bem estar coletivo e com a autosustentabilidade do planeta. A formação em arte e cultura tem um atrativo a mais que a educação formal por se tratar também de algo que está na seara do lúdico, por isso tem um grande potencial de atrair pessoas de todas as idades para dentro do processo formativo, o que pode interferir positivamente em outras áreas da vida humana, como a educação escolar, a sociabilidade e a educação ambiental.

8.1 Atividades realizadas nos anos anteriores

- Realização de oficinas/cursos;
- Realização de Formação nas diversas áreas das linguagens artísticas e técnicas;
- Realização de capacitação sobre a temática “memória” para orientar os educadores do CCBJ a trabalhar o tema de modo transversal;
- Realização de Seminário de Planejamento;
- Realização de 05 encontros com a comunidade para a construção coletiva do Plano Político Pedagógico do Projeto “Jardim de Gente”;
- Realização de evento de conclusão de curso.

8.2 Atividades a serem realizadas no ano 2016

- Contratação da equipe de trabalhos;
- Lançamento da Chamada para os Formadores Locais enviarem propostas de cursos e oficinas;
- Lançamento da inscrição para o Programa de Formação Inicial e Básico;
- Lançamento de inscrição para os Laboratórios Artísticos e Ateliês Técnicos do Programa Trajetos EnCena;
- Execução do Programa de Formação Inicial e Básico e dos os Laboratórios Artísticos e Ateliês Técnicos;
- Concessão de bolsa para os inscritos no Programa Trajetos Encena
- Retomada do Programa Cadeira na Calçada e do Interações Culturais, Programas de Participação e Mobilização Social.

8.3 Detalhamento das atividades

Atividade 1 - Ciclo de Formação Cultural e Artística para Formadores Locais (495 horas/aula)

O Ciclo de Formação Cultural e Artística para Formadores Locais se propõe a fortalecer os formadores culturais da Região do GBJ, estimulando o empoderamento dos sujeitos dentro do seu território, gerando acesso ao mercado da área cultural. Essa atividade também busca articular os agentes culturais, pesquisadores, artistas e grupos residentes nos bairros do Grande Bom Jardim com intuito de constituir redes socioculturais formadas a partir da identificação de seus agentes com os temas diversos, oferecendo possibilidades de troca e diálogo propiciando um ambiente de discussão e participação. Será disparado através de uma chamada pública que selecionará propostas de ações formativas em diversos formatos (20

horas, 40 horas e 60 horas) a serem ofertadas no Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ), como também na rede de instituições parceiras. O Ciclo de formação cultural e artística, através da chamada pública para seleção de projetos de formação, é uma ação de cunho democrático, que visa estimular a criação de uma rede de formadores locais.

Os proponentes contemplados pela chama pública participarão de um Seminário denominado “Ações Integradas de Formação do Grande Bom Jardim” com o intuito de disparar um planejamento integrado articulado com as demandas do território.

Após o seminário será disparado o cronograma de cursos e oficinas que ofertará capacitações nas diversas áreas a partir das demandas locais (dança, teatro, música, cultura digital, artesanato e produtos criativos, circo, cultura e infância, patrimônio e museologia social e artes visuais, entre outros).

Atividade 2 - Temporada de Formação Inicial e Básica em Cultura e Arte

O Centro Cultural do Bom Jardim/IACC articulado com uma rede de parceiros tem como objetivo funcionar como um fértil espaço de experiências estéticas, um ancoradouro de ideias e pensamentos, um lugar de trocas e de partilhas simbólicas. Um Centro não apenas de difusão cultural, como também de Formação e Criação Artística que desenvolverá processos formativos com vistas a formar uma geração de jovens criadores, nos diversos campos das artes. Um lugar de reflexão. Um espaço de cultura, no sentido mais plural do termo, daquela que lança mão dos saberes para construir novas formas de vida. A Temporada de Formação Inicial e Básica em Cultura e Arte prevê três Programas de Formação, que se articulam entre si, com vistas à construção de experiências de conhecimento norteadas pela invenção criativa e pelos atos estético e político de transformação.

Programa de Formação Básica (carga-horária: 900 horas/aula)

O Projeto Jardim de Gente: agência de formação e desenvolvimento cultural do Bom Jardim, em consonância com a política de formação da Secretaria da Cultura do Governo do Estado, do Instituto Dragão do Mar e da Escola Porto de Iracema das Artes, oferecerá o Programa de Formação Básica com o objetivo de iniciar o sujeitos no mundo das artes e da produção cultural. O Programa de Formação em Cursos Básicos abrange três grandes áreas: comunicação (fotografia; audiovisual - câmera, edição e som; dentre outros) artes visuais e multimídias (arte urbana; moda/figurino; artes gráficas; cultura digital; dentre outros) e artes cênicas (dança, teatro, performace; dentre outros). Cada programa será estruturado por Percursos Formativos, em que a autonomia do aluno constitui-se como conceito orientador do processo de construção do conhecimento. Os percursos seguem uma estrutura de módulos de aprendizagem, autônomos, mas articulados entre si, que funcionam na perspectiva de encaminhar o aluno para uma formação que respeite o “estado da arte” de seu repertório de conhecimento nas respectivas áreas de formação. Esses três eixos são pensados a partir do seu modo de circulação e não somente de seus produtos.

A proposta é despertar os alunos para a profissionalização no campo das artes, com estímulo a inserção profissional em equipamentos e circuitos culturais da cidade.

Para além disso, incentivá-los a participar de editais culturais, formações continuadas, estudos avançados, em um processo contínuo de aperfeiçoamento, rompendo assim, com o contexto de exclusão social e de perpetuação de condições de pobreza e falta de perspectiva em relação a geração de renda e vida futura. A questão que se coloca de fundo é pensar que o processo de formação é capaz de gerar outros circuitos, outros modos de circulação que não devem ignorar os circuitos "oficiais", mas dialogar com eles a partir de posições mais autônomas.

O processo será balizado conforme experiências anteriores, as quais serão somadas a outros níveis de formação compreendendo, portanto, três níveis distintos que se completam.

Cursos de Iniciação/Sensibilização nas Linguagens Artísticas e temas culturais

Esses cursos de curta duração se destinam àqueles que estabelecem o primeiro contato com várias linguagens artísticas tais como sonoplasta, maquiador, iluminador cênico, fotógrafo, designer de modas, designer de produtos, web designer, roadie, fotografia em vídeo, entre outras profissões do mundo do lazer e cultura, teatro, dança, música, audiovisual, cinema, patrimônio material e imaterial, museologia comunitária, artes plásticas, pintura, cultura hip hop, circo, literatura, mídias digitais, instalações e intervenções diversas.

Tem como objetivo despertar o interesse e identificar vocações, mas a exemplo da formação básica, o principal objetivo é fomentar a capacitação em linguagens artísticas e técnicas a partir de seus métodos e práticas impactando de forma positiva sobre o uso profissional da cultura e da arte, inserindo-os também no mercado da cultura. Além da formação em sala de aula, os alunos serão mobilizados para visitas externas para fruição de eventos e atividades culturais da cidade.

Os cursos e oficinas são: sonoplasta, maquiador, iluminador cênico, fotógrafo, designer de modas, designer de produtos, web designer, roadie, fotografia em vídeo, entre outras profissões do mundo do lazer e cultura, teatro, dança, música, audiovisual, cinema, patrimônio material e imaterial, museologia comunitária, artes plásticas, pintura, cultura hip hop, circo, literatura, mídias digitais, instalações e intervenções diversas.

Atividade 3 – Trajetos EnCena

Laboratórios de Criação - Realizar Ateliês Artísticos (480 h/a) e Laboratórios Cenotécnicos (490 h/a)

O Programa “Trajetos EnCena” - Laboratórios de Criação:

Ateliês Artísticos e Laboratórios Cenotécnicos são espaços de experimentação, pesquisa e desenvolvimento de projetos culturais nas diversas linguagens. Os laboratórios funcionam em regime de imersão, através de processos formativos de excelência, desenvolvidos em torno das propostas previamente selecionadas para cada uma das linguagens artísticas previstas.

Nos Laboratórios os participantes aprofundarão o seu contato com a linguagem artística e também com os aspectos técnicos da produção dos espetáculos, tendo acesso a experiências, práticas e percursos formativos que possibilitarão o aprimoramento do exercício profissional artístico e técnico. O Laboratório desenvolverá a produção de obras a serem apresentadas em sua condição processual e que possam integrar o circuito profissional das artes. Durante o percurso de criação, os grupos artísticos e técnicos se encontrarão para viabilizar a criação das obras. A proposta é que a equipe técnica em formação possa desenvolver, junto com os artísticas, a concepção final dos espetáculos, com cenografia, iluminação, figurino, dentre outros aspectos contemplados no projeto.

As linguagens artísticas propostas são dança e teatro; as funções técnicas propostas são iluminação, designer de imagem (figurino e maquiagem) e comunicação (mídias sociais, fotografia, registro e edição audiovisual). Os alunos recebem orientação de consultores/tutores, que conduzem a qualificação dos projetos, através de orientações individuais, oficinas, palestras e master class.

A partir dessa formação os participantes poderão ingressar de forma mais qualificada no circuito profissional, uma vez que estão capacitados e com espetáculos prontos para circulação. Como também, o CCBJ/IACC assume um importante papel na articulação de parcerias como outros equipamentos culturais da cidade, festivais estruturantes, produtoras de eventos, dentre outros, com o propósito de criar zonas de contato que ampliem as oportunidades de inserção dos espetáculos produzidos no circuito profissional das artes.

Os participantes também são estimulados a criar conformações e arranjos produtivos, como por exemplo: companhias, grupos ou pequenas empresas que possibilitem a profissionalização na área artística e cultural através da criação, difusão e oferta de bens e serviços culturais. Dessa forma, pode-se assegurar as condições fundamentais de acumular meios físicos, humanos e sociais necessários para geração de renda e superação da pobreza.

O encerramento dos Laboratórios acontecerá através da realização de Mostras Culturais, com o intuito de propiciar a apresentação das obras e espetáculos desenvolvidas ao longo de todo percurso de criação. Os eventos são em si um momento de aprendizagem, pois os participantes dos Laboratórios Técnicos se responsabilizarão por toda a produção técnica e cultural exercitando em ato todos os conhecimentos e habilidades desenvolvidas ao longo da formação. A formação, nesta perspectiva, não se encerra nela mesma, pois ela deve ser capaz de disparar circuitos artísticos e culturais diferentes das "cenas" já existentes na cidade, dialogando com outros eventos semelhantes que já fazem parte do calendário artístico-cultural.

Atividade 4 – Interações: Fórum de participação e empoderamento social

Fortalecer os espaços de participação e empoderamento social através de encontros periódicos tanto entre as linguagens artísticas e como também sobre temas culturais e outros de interesse dos atores locais. Além disso, a realização de fóruns consultivos de discussão sobre o Jardim de Gente para compartilhar as ações,

avaliar, bem como aprimorar a execução do Projeto a partir das contribuições para o melhor desempenho do mesmo através de um espaço legítimo de participação.

9. Produto

Produto	Quantidade	Fontes de verificação
Formadores locais capacitados	60 agentes	Relatórios gerenciais; Listas de frequência, diários de classe, registros fotográficos, avaliação do professor e alunos
Jovens formados em diversas linguagens artísticas e técnicas (Escola de Formação básica)	200 jovens capacitados. 960 horas\aulas 03 Master Class	Listas de frequência, diários de classe, registros fotográficos, avaliação do professor e alunos, relatórios gerenciais e de acompanhamento
Jovens formados em Ateliês Artísticos e Laboratórios de Criação (Projeto EnCena)	110 jovens capacitados. 990 horas\aulas	Listas de frequência, diários de classe, registros Fotográficos, avaliação do professor e alunos, produtos dos grupos (espetáculos, CDs), registro das apresentações dos grupos, inscrições em editais.
Jovens selecionados e beneficiados com bolsas auxílios durante a formação. (Projeto EnCena)	110 bolsas	Editais de Seleção, Lista de frequência, registro fotográfico, diário de classe
Jovens selecionados e beneficiados com bolsas de premiações para execução de espetáculos. (Projeto EnCena)	03 bolsas	Editais de Seleção e Relatório de Execução das Atividades
Jovens selecionados e beneficiados com bolsas auxílio para vivências em eventos. (Projeto EnCena)	04 bolsas	Editais de Seleção e Relatório de Execução das Atividades
Realização de Encontros participação e empoderamento social com a comunidade	24 encontros	Ata dos encontros, registros fotográficos, listas de frequência
Aquisição de Equipamento de Áudio, Vídeo e Iluminação para manutenção do Estúdio e Teatro.	50 aquisição (equipamentos e acessórios)	Editais de licitação e Apresentação de Notas Fiscais

10. Metas

- Formar 310 alunos;
- Formar 60 Formadores Locais;
- Realizar 24 encontros de participação com a comunidade;
- Contratar 04 palestrantes para realização de Masters Class aberta para o público em geral;
- Formar 110 alunos;
- Conceder 110 bolsas-auxílio;
- Conceder 03 bolsas premiações;
- Conceder 12 bolsas para as vivências práticas;
- Realizar 02 ateliês-artísticos, sendo 170 hora\aulas cada;
- Realizar 01 ateliês-artísticos, sendo 160 hora\aulas cada;
- Implementar 02 Laboratórios Técnicos, sendo 110 hora\aulas cada;
- Implementar 01 Laboratório Técnico de 120 hora\aula;
- Implementar 01 Laboratório Técnico de 150 hora\aula;
- Contratação de 8 profissionais para composição da equipe de produção das atividades deste contrato;
- Efetuar a compra de materiais permanente(equipamentos e acessórios) para implementação do estúdio de vídeo e equipamentos necessários para os Programas de Formação.

11. Resultados esperados

Curto Prazo

Pessoas capacitadas nos cursos/percursos criativos da área cultural;
Maior eficácia dos cursos realizados, melhoria na qualidade dos mesmos, no acompanhamento, redução dos níveis de evasão e maior sinergia entre alunos, professores, coordenadores e sociedade civil;
Fortalecimento de grupos artísticos que se formaram no âmbito do território atendido;
Inserção do tema da economia cultural nas aulas dos cursos;
Maior participação das instituições parceiras nas ações do Projeto (encontros, fóruns, eventos, adesão aos cursos).

Médio Prazo

Ampliação do número de pessoas aptas e capacitadas ao mercado de trabalho artístico e técnico cultural;
Maior circulação na cidade de Fortaleza e no Estado dos produtos culturais desenvolvidos por grupos artísticos do território do GBJ;
Ampliação da participação da comunidade nas ações do Projeto Jardim de Gente: agência de formação e desenvolvimento cultural do Bom Jardim;

Longo Prazo

Redução dos indicadores de pobreza, contribuição para o aumento do IDH;
Redução dos índices de violência;

Construção do sentimento de pertencimento e de identificação social dos moradores do GBJ com a própria comunidade onde estão inseridos;

Formação de capital humano para o mercado da economia da cultura do estado do Ceará;

Formação de capital social e cultural dentro do GBJ de modo a melhorar a confiança social e com fins de ressignificar positivamente a representação social dessa região no contexto da cidade.

12. Integrações de Ações

O projeto é desenvolvido de forma integrada e articulada com as instituições e agentes culturais dos bairros que compõe o Grande Bom Jardim e que tenham como missão o trabalho no campo da criação, formação e difusão cultural. As atividades também se articularão com os equipamentos culturais vinculados a Prefeitura Municipal de Fortaleza e ao Governo do Estado do Ceará.

13. Monitoramento

O Projeto será monitorado através de diários de classe dos cursos, registros de frequência dos eventos, fichas de inscrições das oficinas/cursos, avaliações aplicadas aos alunos e professores, fóruns de discussão com a comunidade, reuniões de avaliação e planejamento com equipe e professores, registro de depoimentos de alunos, registros fotográficos e em vídeo. A ficha de inscrição do aluno incluirá itens que permitam traçar seu perfil sócio-cultural. Serão aplicados questionários de sondagem de expectativas e de avaliação dos cursos/eventos.

O alcance das metas será aferido tendo como base os indicadores de resultados checados a partir das fontes de verificação da SECULT previstos nos instrumentos de planejamento (PPA e Matriz GDR). As informações serão sistematizadas, seguindo um roteiro estruturado que possibilite a comparação entre os objetivos e metas programadas e os resultado alcançados. As análises qualitativas e quantitativas decorrentes desse esforço serão sistematizadas em um relatório de avaliação semestral do projeto.

Monitoramento/Avaliação de desempenho/qualidade dos cursos e eventos, equipe técnica, professores e alunos:

Os cursos serão avaliados pelos professores através de relatórios mensais e pelos alunos através de questionário aplicado ao final de cada curso/módulo, bem como, avaliado por toda a comunidade através da realização de fóruns de participação.

Os professores serão avaliados mensalmente tanto pelos alunos através dos questionários, como pelos coordenadores, através de alguns itens como: pontualidade/assiduidade, participação nas atividades extraclasse, comunicação com a equipe, cumprimento dos objetivos do projeto, cumprimento do plano de aula e entrega de relatórios.

Os alunos serão avaliados pelos seus professores através dos relatórios destes, pelo pré e pós-teste e também pelos resultados apresentados nos eventos de sensibilização e apresentação dos resultados dos cursos. Ao final dos cursos, todos

esses dados coletados irão para os relatórios de acompanhamento, que devem ser produzidos pelos coordenadores educacionais.

13.1 Dados Utilizados

- a) Avaliação das atividades previstas no Projeto por todos os beneficiários;
- b) Aplicação de questionário de sondagem de expectativas e de avaliação dos cursos/eventos, aplicados no início e no final de cada curso;
- c) Compilação de atividades desenvolvidas pelos coordenadores e equipe técnica;
- e) Sistematização e tabulação em planilhas do excel;
- f) Elaboração de relatório final sistematizado ao final do Projeto;
- g) Visitas técnicas aos equipamentos envolvidos nas atividades, pelo menos, duas vezes por mês.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

Os beneficiários são cadastrados no ato da inscrição nas atividades específicas e ficam sob a guarda do CCBJ/SECULT em formato de planilha eletrônica.

14. Pressupostos de Risco

Evasão dos cursos; Atraso do repasse do recurso referente as bolsas de premiações; Não envio de relatório por desistência dos grupos; Licitações não-realizadas.

15. Orçamento

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (*) (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1. Material de Consumo (339030)			
Elemento de Despesa	52.040,00	-	52.040,00
1.2. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Elemento de Despesa (339039)	434.410,00	-	434.410,00
1.3. Serviços de Terceiros - Pessoa Física (bolsa)			
Elemento de Despesa (339036)	51.250,00	-	51.250,00
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1 Equipamentos e Material Permanente			
Elemento de Despesa (449052)	103.214,00	-	103.214,00
TOTAL	640.914,00	-	640.914,00

Justificativa: O referido projeto foi apresentado e aprovado na 9ª Reunião Virtual do CCPIS com um aporte de R\$276.540,40 da Fonte FECOP. Em seguida na 5ª Reunião Ordinária do CCPIS foi acrescido o valor R\$ 204.160,00, totalizando 480.700,40.

A reapresentação deste projeto se justifica pela solicitação de um adicional de valor R\$ 160.213,60, totalizando assim o valor de R\$ 640.914,00, para realização de ateliês artísticos e laboratórios técnicos no campo das artes cênicas e da arte urbana (dança e teatro), como também compra de equipamentos necessários e para a viabilização dos mesmos. Diante do exposto as metas foram alteradas.

16. Cronograma de Desembolso - Fonte FECOP

Especificação da Despesa Equivalência dos Meses 2016	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total (R\$)
Material de Consumo (33903000)								
Aquisição de Material de Consumo	R\$ 25.880,40	R\$ 26.159,60						
Subtotal (A)	R\$ 25.880,40	R\$ 26.159,60						R\$ 52.040,00
Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica (339039)								
Contratação de Equipe	R\$ 48.760,00	R\$ 23.555,60	R\$ 18.158,00	R\$ 18.158,00	R\$ 18.158,00	R\$ 18.158,00	R\$ 17.252,40	R\$ 162.200,00
Contratação de Palestrante e Facilitadores		R\$ 166.439,20						R\$ 166.439,20
Contratação de Artistas Locais		R\$ 25.500,00						R\$ 25.500,00
Confecção e Impressão Material Gráfico	R\$ 3.403,60	R\$ 23.237,20						R\$ 26.640,80
Despesas logísticas (Transporte, Alimentação, Hospedagem)		R\$ 53.630,00						R\$ 53.630,00
Subtotal (B)	R\$ 52.163,60	R\$ 292.362,00	R\$ 18.158,00	R\$ 18.158,00	R\$ 18.158,00	R\$ 18.158,00	R\$ 17.252,40	R\$ 434.410,00
Serviços de Terceiros - Pessoa Física (bolsa) (33903600)								

Concessão de Bolsas e Prêmios para alunos do Projeto										R\$ 51.250,00	R\$ 51.250,00
Subtotal (C)										R\$ 51.250,00	R\$ 51.250,00
Equipamentos e Material Permanente (44905200)											
Aquisição de Material de Vídeo, Áudio, Iluminação e Informática										R\$ 24.430,00	R\$ 103.214,00
Subtotal (D)										R\$ 24.430,00	R\$ 103.214,00
TOTAL (A+B+C+D)											R\$ 640.914,00

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

N° de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (*) (R\$)	Pessoas Beneficiadas
1	1	Fortaleza	640.914,00		4.000

18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria de Conhecimento e Formação Cultural	Lenildo Monteiro Gomes
Técnico Responsável	Antônia Norma Cássia Costa Santana
E-mail	lenildomonteirogomes@gmail.com luisacela87@gmail.com
Telefone	(85) 3101 6794 (85) 999911266

**Marco Lógico MAPP 730 – Projeto Jardim de Gente:
Agência de formação e desenvolvimento cultural do Bom Jardim**

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários Qualificação profissional de jovens vulneráveis nas áreas de arte e cultura	% de jovens e adolescentes inseridos no contexto social e comunitário % de jovens inseridos no mercado de trabalho artístico e técnico cultural	Pesquisa qualitativa	Carência de Dados e Informações confiáveis
Resultados	Fomento, difusão e circulação da produção cultural local Ampliação ao acesso e inserção de jovens e crianças nas atividades culturais	No. de espetáculos artísticos realizados Índice de acesso a bens e serviços culturais	Pesquisa qualitativa	Dificuldade de acesso aos bens culturais
Produtos	Formação de jovens nas áreas de comunicação, artes visuais e artes cênicas	No. de formações nas diversas áreas das linguagens artísticas	Listas de frequência, diários de classe, registros fotográficos, avaliação do professor e alunos	Evasão dos cursos

Atividades	<p>Concessão de bolsas-auxílio</p> <p>Realização de encontros de participação comunitária</p> <p>Realização de Chamada Pública para a contratação dos Formadores Locais</p> <p>Realização da Formação Cultural e Artística para Formadores Locais</p>	<p>No. de bolsas concedidas</p> <p>No. de encontros comunitários realizados</p> <p>No. de formadores contratados</p> <p>No. de formadores capacitados</p>	<p>Relatórios gerenciais</p> <p>Ata dos encontros</p> <p>Relatório de Execução das Atividades</p> <p>Editais de Seleção</p>	<p>Atrasos na aquisição de materiais e equipamentos necessários para execução do projeto</p>
Insumos	<p>Recursos FECOP</p> <p>Centro Cultural do Bom Jardim</p> <p>Equipe técnica</p>	<p>% de execução do orçamento</p>	<p>Apresentação de Notas Fiscais</p>	<p>Atraso no cronograma de desembolso aprovado</p>



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior
Universidade Estadual do Ceará

**Projeto de Inclusão Digital com Tecnologia Assistida do Bairro Vicente Pinzón,
em Fortaleza**

MAPP 196

“SECITECE”

Junho de 2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria de Ciência e Tecnologia
Programa (PPA)	071 - Gestão e Desenvolvimento da Educação Superior
Mapp (Nº e Denominação)	196 – Projeto de Inclusão Digital com Tecnologia Assistida no Bairro Vicente Pinzón, em Fortaleza
Período de Execução (2016)	Junho a Dezembro 2016
Categoria	Projeto Estruturante – Educação

1. Descrição do Projeto

O Projeto tem por objetivo aumentar as chances de empregabilidade de pessoas em situação de vulnerabilidade social e pessoas com deficiência, provendo capacitação com tecnologias de educação à distância, na área de Desenvolvimento de Software.

A capacitação será direcionada prioritariamente para 300 pessoas, residentes no Vicente Pinzón e demais áreas de vulnerabilidade social em Fortaleza, cuja renda seja inferior a 0,5 salário mínimo por membro do núcleo família. Até 60% das vagas poderão ser preenchidas por pessoas com deficiência física, auditiva, ou com baixa visão, e as demais vagas serão ocupadas por pessoas sem deficiência.

A capacitação será realizada no período de 12 meses e terá carga horária total de 470h para aplicação dos cursos presenciais de Nivelamento em Lógica Matemática, em Informática e em Inglês Instrumental, e dos cursos a distância de Lógica de Programação, de Programação Orientada a Objetos com Java, de Aplicações Web com Java e Banco de Dados, de Empreendedorismo, e de Desenvolvimento Profissional.

Os alunos concludentes serão certificados pela Universidade Estadual do Ceará - UECE e ao longo do Projeto serão direcionados para ocupação de vagas de trabalho, com ênfase no cumprimento da lei 8.213/91 que trata da lei de cotas nas empresas para pessoas com deficiência, e nas ações do programa Jovem Aprendiz.

Esse Projeto será realizado através de parcerias entre a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Ceará - SECITECE, a multinacional Dell Computadores - Dell, a Universidade Estadual do Ceará - UECE, o Instituto de Estudos Pesquisas e Projetos da UECE - IEPRO e a Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação da Prefeitura de Fortaleza - CITINOVA.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O anexo I do Planejamento Plurianual do Governo do Estado do Ceará 2016-2019 (DOE, 29/12/201), define em seu artigo 3º que tal instrumento se propõe a organizar a atuação de governo, estruturado em Eixos Governamentais de Atuação Intersetorial, Temas Estratégicos e Programas. Nesse contexto, a ação do “Projeto de Capacitação para Pessoas com Deficiência”, proposto pela Empresa Dell, impulsionado por sua responsabilidade social; e em parceria com o Governo do Estado do Ceará, representado pela Secitece e Uece, e com Prefeitura Municipal de Fortaleza, representada pela Citinova insere-se na ação intersetorial e de temas

estratégicos do PPA 2016-2019. Dada a especificidade da proposição, a mesma encontra-se incluída nos “Ceará Pacífico e no do Conhecimento”, a saber, no Programa 015 - Governança do pacto por um Ceará Pacífico; e no Programa 061 - Desenvolvimento da Produção Científica, da Difusão Tecnológica, e da Cultura de Inovação; e no programa 071 – Gestão e Desenvolvimento da Educação Superior.

O programa 015 visa, contribuir para a integração das ações dos órgãos de todos os poderes e órgãos autônomos, visando a melhoria da eficiência e eficácia das ações de políticas de prevenção à violência. Adicionalmente, o Programa 061 visa solucionar a escassez de pessoal capacitado em Tecnologia da Informação no segmento de pessoas com deficiência e/ou em vulnerabilidade social, de segurança e econômica. Tal ação integrada e transversal propõe-se ainda a amenizar problemas de demanda ocupacional e a criar oportunidades de desenvolvimento para a população cearense, possuindo a abrangência necessária para representar os desafios do enfrentamento da violência, considerando prioritariamente a territorialidade do Vicente Pinzón, permitindo o monitoramento e a avaliação.

O Projeto se insere no Planejamento Plurianual do Governo do Estado do Ceará, no Eixo Ceará do Conhecimento, vinculando ao Tema Estratégico “Ciência, Tecnologia e Educação Superior” ao Resultado Temático “Geração de riqueza e desenvolvimento econômico, social e ambiental apoiado no Sistema Estadual de Inovação e na produção e difusão científica e tecnológica”, Indicador Temático “Número de projetos de pesquisa científica e tecnológica desenvolvida”. O programa ao qual se filia é o 061(Desenvolvimento da Produção Científica, da Difusão Tecnológica, e da Cultura e Inovação) e o seu objetivo é o 001 - Promover a pesquisa, inovação e difusão científica e tecnológica para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Estado do Ceará. Portanto, tem como iniciativa a 061.01.05 (Ampliação da formação e qualificação profissional, em Ciência, Tecnologia e Inovação), tendo como produto desta iniciativa, Pessoa Capacitada.

O projeto envolverá atores governamentais e sociedade civil organizada; e em especial estudantes, incluindo pessoas com deficiência, os quais serão beneficiados de forma direta pelas entregas dos programas.

3. Diagnóstico

Considerando a proporção de pessoas extremamente pobres por estados da federação, o Ceará ocupa a terceira posição no ranking, com 8,26% da população, 695.454 pessoas extremamente pobres cuja renda per capita é inferior a 0.5 salário mínimo. Nesse contexto a criação de políticas como o “Ceará Pacífico” que abrange programas, projetos e ações voltadas para a prevenção da violência e redução da criminalidade, com o objetivo de construir uma cultura de paz em todo o território cearense, é fundamental para combater às condições de risco e vulnerabilidade social a que estão expostas diversas comunidades no Ceará.

Quando falamos da população que possui algum tipo de deficiência os índices também são preocupantes. Segundo dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui cerca de 45 milhões de pessoas com deficiência, com 53,3% fora do mercado, e da população com deficiência economicamente ativa 46,4% ganha até 1 salário mínimo. No Ceará os índices são

ainda mais preocupantes, ainda segundo o Censo de 2010, o Estado possui 2,3 milhões de pessoas com deficiência, das quais 58% estão fora do mercado de trabalho, e, considerando a outra parte da população economicamente ativa, 69% ganha até um salário mínimo. Nesse contexto, as empresas por sua vez sofrem graves multas por não atenderem à lei de cotas (lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991) para contratação de pessoas com deficiência alegando não encontrarem profissionais qualificados.

Para entender melhor a dificuldade no acesso à educação de pessoas em situação de vulnerabilidade social e pessoas com algum tipo de deficiência é importante analisar os dados a seguir. Segundo o Plano Estadual da Educação de 2015 divulgado pela Coordenadoria de Avaliação e Acompanhamento da Educação (COAVE) da Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC), a escolaridade média das pessoas de 18 a 29 anos no estado (9,4 anos) tem crescido, mas ainda está abaixo da média nacional (9,9 anos). Ao analisar a escolaridade segmentada por renda, pode-se notar que existe grande diferença entre os 25% mais pobres (7,85 anos) e 25% mais ricos (11,25 anos). Com relação ao nível de instrução, mais da metade dos cearenses (55,8%) acima de 10 anos de idade não possuem instrução ou têm ensino fundamental incompleto, segundo pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) no Informe nº 28 em abril de 2012. O levantamento mostra que somente 5% dos cearenses têm ensino superior completo.

A falta de qualificação torna-se ainda mais evidente ao olharmos o nível de instrução das pessoas com deficiência divulgado pelo Censo de 2010 do IBGE, segundo o qual, entre as pessoas com deficiência com mais de 15 anos no Brasil, 61,1% não possuem instrução ou possuem fundamental incompleto, no Nordeste esse índice é de 67,7%.

Por outro lado o mercado de tecnologia da informação e comunicação demanda todo ano milhares de vagas em todo o Brasil e, assim como em outras áreas, encontra dificuldades de contratar profissionais qualificados.

Diante do exposto, avaliamos que, quando verificados os dados dos 300 alunos a serem beneficiados pela capacitação profissional na área da TI, grande percentual destes enquadra-se nos critérios de renda per capita estabelecido pelo FECOP.

4. Justificativa

Segundo o estudo realizado pela Associação para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTEX), intitulado “Mercado de Trabalho e Formação de Mão de Obra em TI”, se mantidas as condições atuais de crescimento de receita, produtividade e capacidade de contratação de pessoal, em 2020, haverá uma demanda de 1,545 milhão de profissionais contra 1,265 milhão que a indústria conseguiria efetivamente contratar, isto é, haveria um déficit de cerca de 280 mil profissionais assalariados exercendo ocupações mais diretamente relacionadas com software e serviços de TI.

Um dos problemas que contribuem para agravar o déficit profissional no Brasil é a atual capacidade de formação de mão de obra qualificada frente ao crescimento da

demanda do mercado, além da falta de tecnologias de ensino que sejam acessíveis para todos. No mesmo estudo realizado pela SOFTEX é demonstrada a necessidade de se diplomar pouco mais de 1 milhão de profissionais de 2009 a 2020, somente para o setor de TI, estimando taxas médias de crescimento anual no número de formados em 15% para técnicos de nível médio e superior e 5% para bacharéis.

Segundo dados do Censo da Educação Superior 2010, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP, a educação a distância (EAD) já responde por 14,6% das matrículas de graduação no ensino superior no país. Esse crescimento também é percebido na qualidade do ensino: os graduados em EAD tiveram, em média, 6,7 pontos a mais no resultado final do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), na comparação com os resultados dos alunos oriundos dos cursos presenciais, conforme revela o “Censo EAD.BR – Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2012”, realizado pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED).

O custo da educação também é relevante para aumentar o déficit, o dilema trabalhar versus estudar, nem sempre fácil de ser contornado e enfrentado, redundando em custo para o estudante se este tem que restringir suas oportunidades de trabalho.

Diante desse cenário a Dell vem investindo, desde 2011, na pesquisa e desenvolvimento de diversas tecnologias de ensino à distância (EAD) voltadas para capacitação profissional acessível para pessoas com deficiência física, auditiva e pessoas com baixa visão. Como resultado desse investimento, foi criada, entre outras ferramentas, em parceria com a UECE, a plataforma de ensino Dell Accessible Learning (www.projetolead.com.br), que hoje possui mais de 1.000 horas em qualificação na área de Desenvolvimento de software e Gerenciamento de Projetos.

A plataforma da Dell permite levar o ensino com qualidade e acessibilidade para pessoas de qualquer canto do Brasil e, com isso, criar oportunidades de qualificação para pessoas em situação de vulnerabilidade social e pessoas com deficiência e aumentar as chances de empregabilidade no setor de TI.

5. Histórico

Em 2011 a Dell criou no Ceará o Laboratório de Educação a Distância para Pessoas com Deficiência com o objetivo de realizar pesquisa e desenvolvimento de soluções educacionais capazes de potencializar as chances de empregabilidade no mercado de TI. Através da parceria com a UECE, desde 2012 foram construídas diversas ferramentas de ensino, como, por exemplo, um ambiente online de ensino, composto por uma plataforma web e um aplicativo Android, e foram produzidos diversos cursos profissionalizantes, desde a formação básica até a avançada, para facilitar o acesso a conteúdos completos, com qualidade e de forma acessível.

O programa de capacitação profissional acessível para pessoas com deficiência criado pela Dell já foi ofertado para cerca de 300 pessoas de todo o Brasil, em turmas pilotos, cujos alunos concludentes foram certificados pela UECE.

Dessa forma, o Projeto proposto neste termo nunca utilizou recursos do FECOP para viabilizar a capacitação de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Entretanto, trata-se de um projeto novo que pretende utilizar recursos financeiros da fonte FECOP.

6. Público Alvo

Constituirão público-alvo beneficiado por este projeto pessoas com deficiência e/ou em situação de vulnerabilidade social, que se enquadrem no perfil de pobres, cuja renda familiar per capita seja inferior a 0,5 Salário Mínimo.

6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

O processo seletivo dar-se-á com o cumprimento do seguinte critério:

6.1.1. As 300 (trezentas) vagas ofertadas serão destinadas, de forma prioritária, para pessoas cuja renda per capita seja inferior a 0,5 salário mínimo, declarada e comprovada, que sejam residentes no Bairro Vicente Pinzón, na cidade de Fortaleza, e que tenham atingido a nota mínima, 6 (seis), para aprovação no processo seletivo. Das vagas ofertadas, 60% (180 vagas) serão reservadas para pessoas com deficiência física, pessoas com deficiência auditiva e pessoas com baixa visão;

6.1.1.1. Na possibilidade do não preenchimento das vagas pelas pessoas com deficiência, os demais candidatos sem deficiência ocuparão as vagas respeitando os critérios estabelecidos.

6.1.1.2. Durante o processo seletivo será mapeado o perfil sócio-econômico de todos os candidatos através de um formulário eletrônico na plataforma de ensino Dell Accessible Learning (www.projetolead.com.br).

6.1.2. Na possibilidade do não preenchimento das vagas pelo público-alvo do projeto, os candidatos residentes em outros bairros e de diferentes perfis socioeconômicos ocuparão as vagas remanescentes, mantendo sempre a observância da priorização para candidatos com menor renda declarada e comprovada;

6.1.3. Na possibilidade de evasão ou indeferimento da matrícula dos candidatos selecionados, os candidatos classificáveis poderão ser chamados para ocupação das vagas, respeitando os mesmos critérios apresentados anteriormente.

6.2 Documentos comprobatórios da situação de pobreza

6.2.1. Quadro de composição da renda inferior ou igual a 0,5 Salário Mínimo por membro do núcleo familiar;

6.2.2. Comprovante de endereço;

7. Objetivos (Geral e Específicos)

7.1 Objetivo Geral:

Implantar um programa de capacitação e desenvolvimento profissional na área de tecnologia da informação e comunicação (TIC), baseado em educação a distância (EAD), para 300 (trezentas) pessoas em situação de vulnerabilidade social, incluindo também no perfil a ser atendido a população com deficiência física, auditiva e pessoas com baixa visão, cuja renda seja inferior a 0,5 Salário Mínimo por membro familiar, propiciando-lhes condições mínimas para a formação e capacitação.

7.2 Objetivos específicos:

1. Qualificar Pessoas com Deficiência (PCDs), que encontram-se em situação de desemprego, possibilitando concorrerem por melhores oportunidades no mercado de trabalho e ganharem melhores salários;
2. Elevar o índice de empregabilidade das PCDs, gerando renda e desenvolvimento econômico;
3. Gerar mais valor agregado às atividades laborais realizadas pelas PCDs nas empresas;
4. Gerar soluções que facilitem o atendimento da lei de cotas para pessoas com deficiência pelas empresas do Ceará, gerando mão-de-obra qualificada;
5. Elevar a renda per capita da população;
6. Profissionalização de pessoas em situação de vulnerabilidade social na área de desenvolvimento de software;
7. Reduzir taxa de criminalidade;
8. Firmar um compromisso da gestão do Governo do Estado do Ceará e da Prefeitura Municipal de Fortaleza com o desenvolvimento social;
9. Cumprir a missão da Universidade Estadual do Ceará (UECE) com relação ao compromisso nos eixos do ensino, da pesquisa e da extensão;
10. Criar novas oportunidades para alocação de professores e alunos da Universidade Estadual do Ceará (UECE) em projeto de pesquisa e extensão.

8. Atividades / Detalhamento das atividades

8.1. Atividades Realizadas em Anos Anteriores

Trata-se de um projeto novo, conforme cronograma de atividades descritas abaixo.

8.2 Atividades a Serem Realizadas no Ano

Abaixo serão descritas as etapas de capacitação dos alunos selecionados de acordo com os cursos que serão ofertados no programa de ensino.

8.2.1 Etapa presencial: Nivelamento em Informática, Lógica Matemática e Inglês Instrumental.

Serão ministradas as disciplinas de Informática, Lógica Matemática e Inglês Instrumental para os 300 alunos. Para cada disciplina, serão ofertadas 20 horas de conteúdo presencial, onde o professor ministrará as aulas para turmas de até 25 alunos, totalizando 60 horas/aula.

Cronograma: As aulas têm início no dia 02 de maio de 2016 e finaliza no dia 20 de maio de 2016. Serão ministradas nos períodos da manhã e tarde.

Esse projeto não teve atividade em anos anteriores.

- Objetivo Geral

Reduzir as possíveis fragilidades do aprendizado das disciplinas básicas no ensino fundamental, a fim de facilitar o processo de inserção do aluno na área de Programação em Java, ensejando, primeiramente, a adoção de métodos pedagógicos que permitam a reorientação do processo ensino-aprendizagem e o resgate dos conteúdos não assimilados pelo aluno.

- Objetivos Específicos

1. Reduzir problemas como a evasão ou reprovação do aluno já nos primeiros períodos do curso;
2. Propiciar a recuperação e o aprimoramento de conhecimentos básicos e imprescindíveis ao prosseguimento dos cursos;
3. Promover um ambiente de equalização dos saberes considerados pré-requisitos para o prosseguimento do curso;
4. Propiciar a construção de competências básicas para o domínio dos conhecimentos em informática, lógica matemática e inglês instrumental.

- Justificativa No âmbito geral, entende-se como princípio básico a necessidade de propiciar as condições adequadas para que o aluno construa seu conhecimento de forma significativa e acompanhe o processo educativo com qualidade, construindo ao longo do curso as competências e habilidades necessárias à sua atuação no mercado de trabalho. Tendo em vista esse princípio, incluiu-se a fase de Nivelamento com o objetivo de oferecer aos alunos com dificuldades em acompanhar determinadas disciplinas, as condições adequadas para aprimorarem seus conhecimentos, especialmente no início do curso, recuperando conteúdos básicos necessários de informática, lógica matemática e inglês instrumental, propiciando o desenvolvimento de forma qualitativa do processo ensino-aprendizagem em sua plenitude e construir as competências e habilidades necessárias a sua atuação profissional.

8.2.2 Etapa à Distância - Introdução à Lógica de Programação, Programação Orientada a Objetos com Java e Aplicações Web com Java e Banco de Dados.

Serão ministradas as disciplinas de Introdução à Lógica de Programação, Programação Orientada a Objetos com Java (nível básico) e Aplicações Web com Java e Banco de Dados (nível intermediário) para os 300 alunos, divididos em 10 (dez) turmas de 30 (trinta) alunos, acompanhados por tutores e intérpretes de Libras, com disponibilidade integral, e apoio pedagógico através da plataforma on-line Dell Accessible Learning.

As atividades que serão executadas neste ano são:

- Recrutamento e seleção dos alunos

- Oferta do curso de nivelamento em Lógica Matemática, Informática e Inglês
- Oferta do curso de Introdução a Lógica de Programação
- Oferta do curso de Programação orientada a objetos com Java
- Oferta do curso de Empreendedorismo e ética profissional
- Oferta do curso de Desenvolvimento de aplicações web com Java e banco de dados e empreendedorismo e ética profissional – parte 1

Cronograma: As aulas têm início no dia 30 de maio de 2016 e finaliza no dia 10 de março de 2017.

- Objetivo Geral

Promover a inclusão social mediante qualificação de pessoas com vulnerabilidade social, com deficiência (PCD) auditiva, física e baixa visão, para aplicar os conhecimentos da linguagem de programação em JAVA, nos níveis básico, intermediário, no desenvolvimento de sistemas, buscando tornar o público-alvo mais eficiente e produtivo para o mercado de trabalho na área de desenvolvimento de software.

- Objetivos Específicos
 1. Promover aos alunos a inclusão social mediante a qualificação profissional.
 2. Capacitar pessoas para o mercado de trabalho na área de desenvolvimento de software Java;
 3. Proporcionar as pessoas com deficiência e em vulnerabilidade social, a exercer uma atividade remunerada de maneira digna.

8.2.3 Ementa das disciplinas ofertadas do curso de Desenvolvimento de Software:

1. INTRODUÇÃO À LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO - 70 horas

Objetivo Geral:

Ensinar os conceitos fundamentais sobre a construção de algoritmos e lógica de programação, utilizando linguagem clara e uma grande quantidade de exemplos, de forma a preparar o aluno para uma posterior formação em qualquer linguagem de programação moderna.

Objetivos específicos:

- Apresentar a estrutura de um computador e o histórico de sua criação;
- Explicar o funcionamento do sistema de numeração binário utilizado pelos computadores e a lógica booleana;
- Ensinar o processo de abstração de cenários do mundo real para uma representação computacional;
- Introduzir o conceito de algoritmo e sua relação com a construção de programas de computador;
- Apresentar os principais tipos de dado utilizados em algoritmos, como os tipos numérico, textual e lógico;

- Ensinar a construir expressões e utilizar as estruturas de controle de fluxo e repetição de instruções em algoritmos;
- Introduzir o conceito de modularização de código com o objetivo de reutilizar blocos de instruções;

2. PROGRAMAÇÃO ORIENTADA A OBJETOS COM JAVA (NÍVEL BÁSICO) - 150 horas.

Objetivo Geral:

Apresentar os fundamentos básicos da linguagem de programação JAVA para o desenvolvimento de aplicações desktop.

Objetivos específicos:

- Oferecer subsídios para que os alunos possam utilizar adequadamente os recursos das tecnologias de acessibilidade em prol de suas aprendizagens.
- Conhecer algoritmos para a solução de problemas;
- Compreender a lógica computacional;
- Conhecer os recursos da plataforma JAVA;
- Utilizar a linguagem de programação JAVA para criação de aplicação desktop.

3. APLICAÇÕES WEB COM JAVA E BANCO DE DADOS (NÍVEL INTERMEDIÁRIO) - 150 horas.

Objetivo Geral:

Formar profissionais para a modelagem de sistemas e operação de banco de dados, a fim de construir sistema web com a utilização da linguagem JAVA.

Objetivos Específicos:

- Rever conceitos de JAVA básico que são importantes para o JAVA intermediário
- Modelar uma aplicação utilizando UML
- Conhecer o que são aplicações voltadas para redes de computadores
- Compreender o conceito de banco de dados e sua utilização
- Desenvolver aplicações com frameworks JAVA para bancos de dados
- Conhecer a plataforma Web e linguagem de marcação HTML
- Compreender o funcionamento de aplicações cliente-servidor que utilizam a tecnologia Servlets e JSP
- Construir um projeto utilizando o conteúdo do curso

4. EMPREENDEDORISMO E ÉTICA PROFISSIONAL - 40 horas.

Objetivo Geral:

Desenvolver e estimular a capacidade empreendedora, desenvolvendo habilidades e competências para a carreira de negócios, oferecendo instrumentos teóricos e práticos para compreender as múltiplas características do empreendedorismo.

Objetivos Específicos:

- Desenvolver capacidade crítica para avaliação de cenário, oportunidades, viabilidades econômico-financeiras de novos negócios baseado no que aprendeu ao longo do curso;
- Possibilitar a compreensão da importância do empreendedorismo na atualidade;
- Estimular o perfil empreendedor;
- Identificar os fatores chaves de sucesso através de estudos de casos reais;
- Desenvolver o senso crítico, a percepção e identificação de estratégias inovadoras;

8.3. Atividades Previstas para Anos Posteriores

As atividades abaixo descritas serão executadas de janeiro à março de 2017, referente a conclusão do projeto:

- Oferta do curso de Desenvolvimento de aplicações web com Java e banco de dados e empreendedorismo e ética profissional – parte 2
- Certificação dos alunos concludentes.

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Auxilio Transporte	300	- RG e CPF; - Quadro de composição da renda inferior ou igual a 0,5 Salário Mínimo por membro do núcleo familiar; - Comprovante de endereço;

10. Metas

Beneficiar 300 pessoas, dentre essas pessoas com deficiência e/ou em situação de vulnerabilidade social, cujos indicadores de renda por membro familiar enquadrem-se nos critérios preconizados pelo FECOP.

11. Resultados Esperados

1. Capacitação a distância aplicada para 300 alunos do Ceará, nos cursos de nivelamento, Introdução a lógica de programação, Programação orientada a objetos

com Java, Desenvolvimento de aplicações web com Java e banco de dados e empreendedorismo e ética profissional para pessoas com deficiência e pessoas de baixa renda pertencentes a famílias com renda per capita inferior a 0,5 Salário Mínimo.

2. Ampliar as possibilidades de acesso dos beneficiados à empregabilidade com melhores oportunidade no mercado de trabalho de tecnologia.

3. Qualificar pessoas para o mercado de trabalho na área de desenvolvimento de software Java;

4. Incluir pessoas com deficiência e em vulnerabilidade social no mercado de trabalho.

12. Integração de Ações

O projeto proposto possui um problema específico, se propõe ao atendimento da demanda social e de potencialização de oportunidades, na área de grupos vulneráveis e contribui através da ação intersetorial para o resultado que o Governo deseja alcançar na área das políticas públicas. O objetivo do Projeto coaduna com os objetivos do PPA vigente, 015.1 - Contribuir para a integração das ações dos órgãos de todos poderes e órgãos autônomos, visando a melhoria da eficiência e eficácia das ações de políticas de prevenção à violência; e 061.1 - Promover a pesquisa, inovação e difusão científica e tecnológica para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Estado do Ceará.

Desta forma se dará a ampliação da formação e qualificação profissional em Ciência, Tecnologia e Inovação; e propiciará insumos para a elaboração e disponibilização de informações estratégicas no âmbito do Pacto por um Ceará Pacifico. A ação proposta consiste na declaração da entrega à sociedade e ao próprio Estado, dos produtos projeto apoiado, pessoas capacitadas e competitivas, e consequentemente favorecerá a inclusão social, econômica especialmente de indivíduos em situação de violência e de desfavorecimento.

A SECITECE, UECE, DELL, IEPRO e PREFEITURA CITINOVA estarão atuando conjuntamente para viabilizarem a execução do projeto proposto pelo Governo do Estado, com isso contribuindo para que seja alcançado o resultado do projeto.

13. Monitoramento

O projeto será gerenciado em conjunto por representantes da SECITECE, CITINOVA, UECE, IEPRO e Dell. Esse grupo de pessoas é denominado "Equipe de Gestão".

A Equipe de Gestão tem como principal objetivo gerenciar os recursos necessários para garantir a aplicação dos treinamentos, bem como avaliar os resultados periódicos das aplicações, juntamente com a Coordenação Pedagógica, para definir estratégias que garantam os resultados esperados neste projeto.

O monitoramento pode ser dividido em cinco seguimentos:

1. Processo seletivo

Será feita uma avaliação do número de pessoas inscritas no processo seletivo, através de levantamentos semanais, para definição de ações para elevar a quantidade de pessoas que farão a prova de seleção, bem como avaliação da quantidade de pessoas aprovadas no processo, definição de ações para garantir a ocupação das 300 vagas e criação de um cadastro de reserva para tratar eventuais evasões;

2. Avaliação da frequência dos alunos

Os alunos terão suas frequências acompanhadas mensalmente pelos tutores e pela Coordenação Pedagógica. O objetivo deste monitoramento é perceber eventuais faltas de motivação e tratá-las, bem como garantir que os alunos estão, de fato, acompanhando os treinamentos. Caso seja percebido que um determinado aluno está se distanciando dos treinamentos, os tutores e a Coordenação Pedagógica deverão intervir, buscando resgatar o mesmo, trazendo-o de volta à regularidade dos estudos;

3. Avaliação das notas dos alunos

As notas dos alunos serão acompanhadas mensalmente pelos tutores e Coordenação Pedagógica com o objetivo de promover ações que garantam um bom aproveitamento dos treinamentos pelos alunos e, conseqüentemente, a obtenção de notas acima da média definida;

4. Avaliação da evasão dos alunos

Com o objetivo de manter 300 alunos participando, de maneira regular, dos treinamentos, os tutores e Coordenação Pedagógica deverão monitorar mensalmente possíveis evasões para que, caso uma seja identificada, o processo admissional de um aluno da lista de classificáveis seja iniciado.

5. Avaliação da qualidade dos treinamentos

Os treinamentos serão avaliados, módulo a módulo, pelos alunos através de pesquisas realizadas no próprio ambiente de ensino. Essa avaliação tem como objetivo melhorar a experiência dos alunos no ambiente, bem como corrigir eventuais problemas na mesma.

14. Pressupostos de Risco

Em se tratando de possíveis condicionalidades que possam se interpor à consecução do Projeto e ao alcance dos seus objetivos e metas, podem-se enumerar as seguintes: a) evasão do estudante, motivada por fatores imprevisíveis; e b) conflitos interpessoais e ou disciplinares que venham a comprometer, irremediavelmente, a permanência do beneficiário no Projeto. Estas condições devem constituir objeto cuidadoso de monitoramento do Projeto.

15. Orçamento 2016

Detalhamento	Valor FECOP (2016)	Valor Outras Fontes (*) (2016)	Valor Total (2016)
Despesas Correntes			
1. Natureza da Despesa			
1.3 Auxílio Transporte 339049 31200001.12.364.071.18381.01.0 0000.33904900.10.0.30	235.400,00	2.354.000,00	2.589.400,00
TOTAL	235.400,00	2.354.000,00	2.589.400,00

(*) Fonte 023 – Órgãos Privados – Aplicação direta

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

ITEM DE DESPESA	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
339049 - Auxílio Transporte	39.233,33	39.233,33	39.233,33	39.233,33	39.233,33	39.233,35	235.400,00
Total	39.233,33	39.233,33	39.233,33	39.233,33	39.233,33	39.233,35	235.400,00

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2016

Esta seção deve registrar os municípios onde o projeto será desenvolvido, e para cada um deles registrar o nº de pessoas beneficiadas e os recursos a serem aplicados (fonte FECOP e outras fontes).

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP	Valor Outras Fontes	Pessoas Beneficiadas
1	15	Fortaleza	235.400,00	2.354.000,00	300
Total			235.400,00	2.354.000,00	300

(*) Fonte 023 – Órgãos Privados – Aplicação direta

Recurso destinado ao pagamento de 300 auxílios transporte referente a 6 meses (Julho a Dezembro).

18. Responsável(eis) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Paulo Henrique Mendes Maia
E-mail	pauloh.maia@uece.br
Fone	85 31019776
Técnico Responsável	Fernando Antonio Alves dos Santos
E-mail	Fernando.santos@uece.br
Fone	3101-9665
Técnico Responsável	Lidiane Castro Silva / Tiago
E-mail	lidcastro@gmail.com
Fone	85 9 8606-6888 / 98501-6036 (Tiago)

MARCO LÓGICO MAPP 196 – Projeto de Inclusão Digital com Tecnologia Assistida do Bairro Vicente Pinzón

CADEIA LÓGICA DE OBJETIVOS	DESCRIÇÃO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	RISCOS
Impactos	Inserção e permanência de jovens em situação de vulnerabilidade social e pessoas com deficiência no mercado de trabalho na área de Desenvolvimento de Software	% de pessoas que foram empregadas após o curso % de pessoas que ascenderam profissionalmente	Pesquisa semestral de acompanhamento dos egressos;	Falta de oportunidades no mercado de trabalho;
Resultados	Jovens e pessoas com deficiência encaminhados para empresas para trabalharem com desenvolvimento de software	No. de pessoas encaminhadas para empresas	Relatório de acompanhamento mensal	Inexistência de classificáveis para ocupar as vagas dos desistentes
Produtos	Curso presencial em Informática, Lógica Matemática e Inglês Instrumental Curso EaD a Introdução à Lógica de Programação, Programação Orientada a Objetos com Java e Aplicações	Número de alunos certificados em cada curso	Geração de relatório contendo alunos certificados.	Evasão dos alunos; Falta de comprometimento dos alunos. Reprovação dos alunos

	Web com Java e Banco de Dados			
Atividades	<p>Recrutamento e treinamento da equipe do projeto</p> <p>Realização das inscrições para o processo seletivo</p> <p>Realização das provas de seleção</p> <p>Preparação das ementas dos cursos</p>	<p>Número de treinamentos realizados</p> <p>Número de candidatos inscritos;</p> <p>Número de alunos selecionados e matriculados;</p>	<p>Relatório de monitoramento</p> <p>Geração de relatório contendo candidatos inscritos;</p> <p>Publicação oficial dos alunos selecionados;</p>	<p>Pouca quantidade de candidatos inscritos;</p> <p>Quantidade de alunos aprovados menor que a quantidade de vagas;</p>
Insumos	<p>Recursos Humanos</p> <p>Laboratório e equipamentos de informática</p> <p>Recursos do FECOP ;</p>	<p>Equipe do projeto contratada</p> <p>Infraestrutura disponibilizada.</p>	<p>Marco de início do projeto, contendo a equipe e infraestrutura</p>	<p>Falta de profissionais qualificados no mercado;</p> <p>Indisponibilidade do espaço já utilizado.</p>



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior

PROJETO: Agentes Digitais

MAPP 239

“SECITECE”

Março / 2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior
Programa (PPA)	061 - Desenvolvimento da Produção Científica, Difusão Tecnológica e Cultura de Inovação
Mapp (Nº e Denominação)	239 – Agentes Digitais
Período de Execução	Abril a Dezembro de 2016
Categoria	Estruturante – Inclusão Produtiva Urbana

1. Descrição do Projeto

O Projeto Agentes Digitais é um projeto de apoio e desenvolvimento de jovens empreendedores visando ampliar as ações estratégicas na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) em diversas regiões do Estado, através da implementação de cursos de capacitação para formação de mão de obra qualificada em gestão de negócios e a criação de uma rede de incubadoras de TIC.

A partir desse contexto trabalha-se na perspectiva da organização do trabalho coletivo, da associação e cooperação produtiva, com ênfase no protagonismo juvenil como forma de resgatar e ampliar os indicadores de empreendedorismo, proporcionando a inserção da população jovem de baixa renda do Ceará no mercado de trabalho e na criação de seu próprio negócio.

No sentido de avançar e consolidar a inclusão social dos Jovens Empreendedores assistidos pelo projeto pretende-se integrar a sociedade que utiliza essa prestação de serviços em TIC como parceiros, contratando e firmando acordos, gerando nesses termos oportunidades de trabalho e o fortalecimento de atividades reivindicadas pelos setores civil e público, da região beneficiada.

Observando o cenário atual, o governo do Estado apresenta o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, como estratégia direta de redução dessas desigualdades. Para tanto, projetos assistenciais, ainda, se apresentam necessários, como forma de garantir dignidade mínima para boa parte da população do estado que ainda se encontra abaixo da linha de pobreza.

O projeto “Agentes Digitais” tem como proposta, dar continuidade e fortalecer etapas/atividades que se encontram em execução como capacitações tecnológicas e gerenciais, como ampliar novas ações como a integração de projetos de TIC, apoiar a implantação das incubadoras, estabelecer parcerias com empreendedores individuais, bem como de micro e pequenas empresas, visando a comercialização e conquista de mercados para os produtos com base tecnológica, participar de feiras e eventos relacionados a TIC, elaborar diagnósticos socioeconômicos, apoiar na assessoria e assistência técnica as atividades em desenvolvimento nas comunidades assistidas com vistas a proporcionar, a médio prazo, acesso a informações tecnológicas, gerenciais e ambientais, aumento dos postos de trabalho, geração regular de renda, inclusão social e, conseqüente melhoria da qualidade de vida para os beneficiários do projeto.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

Considerando que o alcance do desenvolvimento econômico e social se dá, necessariamente, pelo fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão, a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE, instituição responsável por implementar as políticas desse setor, vem atuando no sentido de propiciar as condições indispensáveis para que estratégias de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico e às inovações ganhem fôlego. A estratégia adotada é fundamentada na institucionalização de uma rede de infraestrutura de conhecimento espalhada por todo o Estado, a maior parte localizada no interior, contribuindo para a redução das desigualdades socioeconômico e cultural das macrorregiões do Estado.

Em consonância com o planejamento estratégico capitaneado pelo Estado do Ceará no combate as desigualdades, o projeto Projeto Agentes Digitais, está em consonância com o Programa 061 Desenvolvimento da Produção Científica, da Difusão Tecnológica, e da Cultura de Inovação, previsto no Plano Plurianual (PPA 2016/2019); EIXO: Ceará do Conhecimento; TEMA: Ciência, Tecnologia e Inovação; PROGRAMA: 061. Desenvolvimento da Produção Científica, da Difusão Tecnológica, e da Cultura de Inovação; OBJETIVO: Promover a pesquisa, inovação e difusão científica e tecnológica para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Estado do Ceará; INICIATIVA: Ampliação da formação e qualificação profissional em Ciência, Tecnologia e Inovação;. AÇÃO: Ampliação e Fortalecimento do Projeto Agentes Digitais; INDICADOR DE RESULTADO: Número de empresas incubadas.

3. Diagnóstico

Após constatar a falência do modelo manufatureiro, identificou-se no setor cultural e tecnológico, potencial fonte econômica substituta. Entre os anos de 1997 e 2000, as indústrias criativas responderam por 7,9% do PIB mundial, enquanto a economia clássica por apenas 2,8%. Só no ano de 2000 foi gerada uma média de 1,95 milhões de empregos nessa área.

Vale ressaltar que, as indústrias culturais e tecnológicas representam oportunidades que a circulação de informação, a liberdade de escolhas e a capacidade de reflexão, proporcionam desenvolvimento individual e social. Neste contexto, além do trabalho e do capital, a criatividade e o talento humano estão se tornando rapidamente um poderoso instrumento para fomentar ganhos de desenvolvimento.

A economia criativa tem uma importância primordial na cultura e na tecnologia como forma de crescimento econômico e seu potencial para o desenvolvimento socioeconômico. O consumo da cultura fomenta a formação do hábito, assim, quanto mais produtos e serviços culturais uma pessoa consumir, mais gosto terá por esse consumo.

Uma Incubadora de base tecnológica é um mecanismo que estimula a criação e o desenvolvimento de micro e pequenas empresas industriais ou de prestação de serviços, de base tecnológica ou de manufaturas leves, por meio da formação complementar do empreendedor em seus aspectos técnicos e gerenciais,

contribuindo também para a facilitação e agilidade no processo de inovação tecnológica. Para tanto, conta com um espaço físico especialmente construído ou adaptado para alojar temporariamente essas empresas.

Dispondo de serviços e facilidades necessários para o bom desempenho dos objetivos propostos, as incubadoras abrigam empresas ligadas aos setores tradicionais da economia, as quais detêm tecnologia largamente difundida e desejam agregar valor aos seus produtos, processos ou serviços por meio de um incremento em seu nível tecnológico, comprometidas portanto, com a absorção ou o desenvolvimento de novas tecnologias.

Neste sentido o Projeto Agentes Digitais, através de ações voltadas para a organização da produção, capacitação tecnológica, gerencial e ambiental, melhoria de processos, produtos e infraestruturas de incubação, apoio à comercialização e à abertura de novos mercados, tem como finalidade a geração de emprego e renda, aumentando o período de ocupação dos beneficiários no seu cotidiano, a sustentabilidade, estímulo e fortalecimento da interação, a inclusão social produtiva e a melhoria da qualidade de vida dos jovens assistidos pelo projeto.

O projeto visa ser implantado em 06 (seis) “polos”: Sobral, Tauá, Jaguaribe, Fortaleza, Maracanaú e Aracati, beneficiando 252 jovens. Atualmente está sendo realizados cursos sobre empreendedorismo, comportamento empreendedor e inovação, serviços em tecnologia da informação, pesquisa e análise de mercado em produtos e serviços em TI, além de acompanhamento do desenvolvimento dos produtos e serviços criados pelos jovens.

4. Justificativa

As ações descritas no projeto devem ser capazes de modificar ou colaborar para modificação da situação atual. Nesse sentido, deve citar como o projeto contribui para que seus beneficiários superem a condição de pobreza apontando possíveis integrações para o alcance desse objetivo.

No Estado do Ceará, os jovens de 15 a 24 anos, representam 23% da população economicamente ativa sendo esses, os mais penalizados pelo desemprego e os que se deparam com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, por motivos diversos: falta de experiência, qualificação inadequada ou inexistente, baixa escolaridade, falta de informação para o mercado de trabalho e falta de experiência na busca por trabalho. (Desempenho Juvenil no Ceará 2010/2011 – PNAD). Configurando-se portanto, como o grande desafio do jovem do interior do Estado ou de bairros periféricos da região metropolitana de Fortaleza.

Nesse sentido, a concepção do projeto é baseada no conhecimento das tecnologias disponíveis nos diversos elos da TIC, nos princípios da cooperação e associativismo, na necessidade da capacitação tecnológica dos Agentes Empreendedores, na oferta de uma assistência técnica regular e de qualidade com transferência e difusão de novas tecnologias, na integração da produção do conhecimento em projetos com base tecnológica. Além dessas atividades a implantação de incubadoras nos polos citados na proposta, principalmente, na visão de desenvolvimento de P&D, são ações capazes de contribuir de forma efetiva para

a inclusão social e empreendedora de populações menos favorecidas do meio rural situados junto à esses pólos.

A existência de uma base estruturada a partir das ações já executadas e que necessitam de ajustes para ser fortalecida em algumas etapas/ações em desenvolvimento é imprescindível para a concretização dos anseios das comunidades, pois contribuirão de maneira efetiva para a inclusão e elevação da renda de profissionais em TIC, na agregação de valor e qualidade de produtos para o mercado interno e externo, assegurando maior sustentabilidade e competitividade para as incubadoras de TIC nas áreas de abrangência da proposta.

Com relação ao aspecto econômico e social a associação dessas incubadoras contribui para agregar valor às práticas laborais e existenciais dos empreendedores digitais, ampliando suas possibilidades para a superação da condição de pobreza, além de mostrar alternativas para concretização de negócios para micro, pequenas e médias empresas, mediante a diversificação do atual modelo de exploração, qualificação do empreendedor digital para atuar de forma autogestionária e coletiva, capacitação técnica e gerencial, agregação de valor e adequação de inovações em produtos e processos de TIC como importantes alternativas de inclusão social e intelectual de geração de renda e ocupação do homem nas regiões citadas, uma vez que possibilita a criação de postos de trabalho e fluxos de renda durante todo o ano, particularmente na geração de produtos de TIC, contribuindo, desse modo, para a melhoria da qualidade de vida.

Há, portanto, necessidade de ampliar, fortalecer e consolidar as ações em desenvolvimento e atender novas demandas das comunidades em capacitações, em assessoria e consultorias, na melhoria da integração das unidades incubadas com o processamento digital nas próprias comunidades, novos investimentos em softwares e equipamentos para implantação de unidades de apoio ao comércio e instituições locais, incubação de núcleos produtivos de Startups, elaboração de diagnóstico sócio econômico e assistência tecnológica regular e de qualidade, focada numa visão cooperativa e menos assistencialista, integrando duas importantes cadeias de alto potencial para os polos das regiões em epígrafe.

Como se sabe, o projeto 'Agentes Digitais' visa propiciar aos jovens, com formação na área de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, oportunidades para montar o seu próprio negócio, melhorando sua qualidade de vida e da comunidade, evitando seu deslocamento para outras regiões, investindo no seu entorno social e contribuindo para o crescimento local. O processo prevê a formação empreendedora, consultoria e acompanhamento na criação de empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) por jovens empreendedores, estimulando-os para o desenvolvimento de produtos e/ou serviços digitais, habilitando-os a montar um negócio próprio na área de serviços de informática.

Por fim e com base no Diagnóstico Estratégico de base tecnológica do Estado do Ceará, a presente proposta se justifica na medida em que visa responder a gargalos, tais como: a baixa inserção tecnológica, a falta de organização e desmotivação dos jovens, desinteresse em participar de capacitações, pouco aproveitamento do potencial juvenil, dificuldade em acessar novas tecnologias, baixa renda per capita, reduzida diversificação da produção, dentre outros (SEBRAE 2011). Para fins de

combate a pobreza extrema e inserção social, por meio de intervenção pública focada no desenvolvimento regional, redução da miséria e sustentabilidade.

5. Histórico

O projeto Agentes Digitais teve sua primeira versão em 2009/2010, com o orçamento de R\$922.500,00 conforme detalhado no quadro de despesa abaixo, contando com a parceria das instituições de ensino dos municípios e do Sebrae. Tivemos 10 municípios contemplados: Fortaleza, Maracanaú, Jaguaribe, Aracoiaba, Juazeiro de Norte, Quixadá, Iguatu, Aracati, Sobral e Tauá. Em sua primeira versão obteve-se o índice de 57% dos projetos incubados com resultados globais positivos, permanentes e sustentáveis.

Ano	Valor FECOP R\$	Valor Outras Fontes (*) R\$	Valor Total Aplicado R\$	Nº de Beneficiários
2009 / 2010	0,00	922.500,00	922.500,00	200
2014	0,00	377.520,00	377.520,00	120
2015	568.000,00	149.880,00	717.880,00	134
Total	568.000,00	1.449.900,00	2.017.900,00	454

(*) Outras Fontes: Tesouro

6. Público Alvo

Jovens egressos do ensino médio regular na faixa etária entre 16 e 29 anos.

6.1. Critérios adotados para seleção dos beneficiários

- nível superior em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), concluído ou cursando a partir do terceiro semestre;
- nível técnico em TIC, Administração, Designer ou áreas afins, concluído;
- egressos da EEEP/E - Jovem;
- concluído curso aberto na área de TIC, Administração, Designer Gráfico ou áreas afins, com no mínimo 240 horas aulas;

Obs: dos jovens selecionados, segundo esses critérios, serão destinados 70% a alunos de escola pública, distribuídas da seguinte forma: Até 25% das vagas para a área de Negócios; Até 25% das vagas para a área de Designer; Até 25% das vagas para a área de Desenvolvimento.

6.2 Documentos Comprobatórios da Situação de Pobreza

O aluno deverá entregar no ato da inscrição um dos documentos abaixo para comprovar a situação de pobreza:

- fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 kwh mensais, ou;

- b) fatura de água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais;
- c) comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal;
- d) comprovante de endereço identificando a cidade com baixo IDH;

7. Objetivos (Geral e Específico)

Geral

Desenvolver o talento e o potencial de futuros empreendedores na prática na área da Tecnologia da Informação e Comunicação e como consequência, geração de novos negócios digitais.

Específicos

- Garantir o processo de maturação/incubação/aceleração de negócios;
- Promover sustentabilidade dos negócios;
- Desenvolver a cultura empreendedora dos jovens;
- Promover ambiente para criação de negócios com base na TIC.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

8.1 Atividades Realizadas em Anos Anteriores

- a) Validação da Idéia Negócios;
- b) Assessoria na criação da Startup;
- c) Participação em Eventos, Seminários e Feiras Regionais e em Tecnologia da Informação e Comunicação e Empreendedorismo;
- d) Realização de eventos de avaliação das Startups desenvolvidas.

8.2 Atividades a serem Desenvolvidas no Ano

- a) Capacitação candidatos a Jovens Empreendedores
Preparar os jovens e transformar seus talentos em valores.
- b) Validação da Idéia Negócios
Os Jovens Empreendedores selecionados serão acompanhados pelos Agentes de Mentoria a validarem sua ideia de negócio.
- c) Assessoria na criação da Startup
A assessoria consiste em orientar e apoiar as startups na elaboração de seus modelos de negócio.
- d) Participação de Eventos, Seminários e Feiras Regionais e em Tecnologia da Informação e Comunicação e Empreendedorismo.
Esses eventos são oportunidades para promover e divulgar o Projeto Agentes Digitais, assim como realização de seminários regionais.
- e) Realização de eventos de avaliação das Startups desenvolvidas
Os seminários serão realizados pelo projeto e constarão de palestras motivacionais visando aspectos relacionados com a organização comunitária, cooperação e associativismo, inclusão social produtiva e avaliação das ações do projeto junto a comunidade.

8.3 Atividades Previstas para Anos Posteriores

O projeto terá continuidade em 2017 com as mesmas atividades citadas acima.

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Diagnóstico situacional e avaliativo dos jovens assistidas	01	Relatório Técnico
Jovens Capacitados	252	Relatório de entrega de certificados
Jovens Assistidos em criação da startup	72	Relatório Técnico
Startups Formalizadas	24	Relatório Técnico
Eventos Apresentados das startups criadas	03	Relatório, Lista de Presença e Fotos

10. Metas

- Capacitar **252** jovens em Empreendedorismo, Criatividade e Inovação;
- Realizar **01** diagnóstico situacionais e avaliativos das Incubadoras assistidas pelo projeto Agentes Digitais;
- Atender **72** jovens, em aproximadamente 6 Pólos distribuídos na macro-região do Ceará, mediante consultoria e assistência técnica em ações de gestão para criação de seu próprio negócio.
- Realizar **03** eventos de apresentação das startups criadas;
- Criação de **24** novas Startups;

11. Resultados Esperados

- Qualificação de **252** jovens em Empreendedorismo, Criatividade e Inovação;
- Atendimento de **72** jovens, em aproximadamente 06 Pólos distribuídos na macro-região do Ceará, mediante consultoria e assistência técnica em ações de gestão para criação de seu próprio negócio;
- Formalização de **24** novas Startups.

12. Integração de Ações

É reconhecido o esforço do Governo do Ceará em fortalecer o fomento, a pesquisa e desenvolvimento da matriz digital, por meio de vários projetos e ações voltados à melhoria da qualidade e ao estímulo do setor de Tecnologia da Informação,

principalmente nas regiões mais carentes do Estado, especialmente nos pólos de desenvolvimento regionais e de medidas concretas de acompanhamento à inserção de Banda Larga para subsidiar projetos oriundos de programas direcionados ao jovem empreendedor da cadeia digital.

A integração do Projeto Agentes Digitais com projeto e ação na cadeia digital já está ocorrendo, considerando que existe participação efetiva com outras ações do Estado, onde as vagas são destinadas preferencialmente para jovens oriundos do Projeto E-jovem e das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, da Secretaria de Educação do Ceará – SEDUC.

O projeto conta também com a parceria das Prefeituras dos Municípios contemplados e com o apoio das Instituições de Ensino na área de TIC.

13. Monitoramento

As ações do projeto que se encontram em andamento estão sendo monitoradas e acompanhadas pela equipe sob a coordenação e supervisão da Coordenadoria de Modernização e Inclusão Digital da Comid/Secitece. Existe uma comissão que se reúne a cada 02 meses para avaliar o desempenho e desenvolvimento das atividades propostas.

13.1 Dados Utilizados

No início do projeto é realizado seminários de sensibilização e motivação nas comunidades selecionadas e aplicados questionários com foco socioeconômico para se conhecer o perfil dos jovens. As informações de interesse para o conhecimento são: identificação do jovem, caracterização do domicílio, informações sobre uso e ocupação de mão de obra, sistema de produção, produtos beneficiados, assistência técnica, com interesse maior no empreendedorismo.

No desenvolvimento do projeto, são feitas visitas semanais, onde os Articuladores Locais e Agentes de Mentoria prestam assistência técnica e acompanham as ações em execução nas comunidades.

No final do projeto será aplicado outro questionário com o objetivo de mensurar o desenvolvimento das atividades e consequentemente avaliar o impacto empreendedor do Projeto Agentes Digitais. Para apurar os resultados esperados foram selecionados três indicadores: qualidade, produtividade e impacto.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

Os beneficiários são inscritos em um sistema online, que fica sobre a responsabilidade da Coordenadoria de Modernização e Inclusão Digital – COMID / SECITECE.

14. Pressupostos de Risco

- Demora nos processos licitatórios, ocasionando atrasos no cumprimento do cronograma;

- Não cumprimento dos prazos pelos fornecedores;
- Não participação dos jovens empreendedores comprometida nos cursos, seminários e oficina

15. Orçamento - 2016

R\$1,00

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor (Outras Fontes (*))	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (33.90.39)	54.680,00	-	54.680,00
1.2. Auxílio Financeiro Pesquisador - Pessoa Física (33.90.20)	358.920,00	-	358.920,00
1.3. Auxílio Financeiro Estudante - Pessoa Física (33.90.18)	86.400,00	-	86.400,00
TOTAL GERAL	500.000,00	-	500.000,00

16. Cronograma de Desembolso - Fonte FECOP

ITEM DE DESPESA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL (R\$)
1.1. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (33.90.39)				54.680,00									54.680,00
1.2. Auxílio Financeiro Pesquisador - Pessoa Física (33.90.20)			22.920,00	37.000,00	37.000,00	41.000,00	41.000,00	41.000,00	41.000,00	41.000,00	41.000,00	16.000,00	358.920,00
1.3. Auxílio Financeiro Estudante - Pessoa Física (33.90.18)								21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00		86.400,00
Total (R\$)			22.920,00	91.680,00	37.000,00	41.000,00	41.000,00	62.600,00	62.600,00	62.600,00	62.600,00	16.000,00	500.000,00

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2016

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (*) (R\$)	Pessoas Beneficiadas
1	3	Fortaleza	170.000,00		42
2	3	Maracanaú	66.000,00		42
3	4	Aracati	66.000,00		42
4	11	Sobral	66.000,00		42
5	13	Tauá	66.000,00		42
6	14	Jaguaribe	66.000,00		42
Total			500.000,00		252

Obs: Serão capacitados 252 Jovens Empreendedores na primeira fase e desses, 72 serão selecionados para a segunda fase.

18. Responsável(eis) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	COMID – Coordenadoria de Modernização e Inclusão Digital
Técnico Responsável	Gabriella Purcaru
E-mail	marta.menezes@sct.ce.gov.br gabriella.purcaru@sct.ce.gov.br
Fone	3101.6470 / 3101.6471

Marco Lógico MAPP 239 – Projeto Agentes Digitais

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	<p>Geração de novos negócios em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)</p> <p>Aumento da renda familiar dos jovens assistidos</p> <p>Formalização de Startups</p>	<p>% de jovens com negócio próprio em TIC</p> <p>% de aumento da renda familiar</p> <p>Nº de startups formalizadas</p> <p>Nº de empresas incubadas</p>	<p>Questionário socioeconómico</p>	<p>Crise económica</p>
Resultados	<p>Implantação de incubadoras de prestação de serviços em TIC</p>	<p>Nº de jovens assistidos na criação de Startups</p> <p>Nº de projetos apresentados</p> <p>Nº de pesquisas realizadas</p> <p>Nº de jovens concludentes</p>	<p>Visitas técnicas de monitoramento das atividades dos jovens</p>	<p>Desistência do jovem</p>
Produtos	<p>Assessoria para a criação de Startups</p> <p>Evento de Apresentação dos Projetos</p> <p>Pesquisa e análise de mercado em produtos e serviços em TIC</p> <p>Cursos sobre empreendedorismo e inovação</p>	<p>Nº de projetos apresentados</p> <p>Nº de pesquisas realizadas</p> <p>Nº de jovens concludentes</p>	<p>Relatórios técnicos</p> <p>Relatório de Entrega de Certificados</p>	<p>Atraso na execução das atividades do projeto</p>
Atividades	<p>Realização de eventos de avaliação dos Projetos</p> <p>Elaboração dos modelos de negócio das Startups</p> <p>Validação da Ideia de Negócio</p> <p>Elaboração do Diagnóstico</p>	<p>Nº de projetos apresentados</p> <p>Nº de modelos de negócios elaborados</p> <p>Nº de ideias validadas</p> <p>Nº de diagnósticos</p>	<p>Relatórios técnicos</p>	<p>Desistência do jovem</p> <p>Não realização dos eventos</p>

	<p>situacional e avaliativo dos jovens</p> <p>Participação em Eventos, Seminários e Feiras Regionais sobre TIC</p>	<p>elaborados</p> <p>Nº de eventos, seminários e feiras realizados</p>	<p>Relatório de participação de eventos</p>	
Insumos	<p>Recursos Humanos</p> <p>Recursos FECOP</p>	<p>% de recursos utilizados no período</p>	<p>Recurso aplicado</p>	<p>Falta do recurso</p>

Anexo 2

FICHA DE INSCRIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO Seleção Ação Corredores Digitais: Incubadora de TIC

Nome:			
Endereço:		Compl.:	
Bairro:	Cidade:	Cep:	
RG:	CPF:	E-mail:	
Email:		Data Nasc.: / /	
Nacionalidade:		Sexo: () Masculino () Feminino	

Escolaridade: (marcar todas em que se enquadre)

- () Ensino Médio - concluído em Escola Pública.
() Ensino Médio - concluído em Escola Particular.
() Nível superior em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), concluído ou com 50% dos créditos concluídos.
() Nível técnico em TIC, concluída ou no último ano de conclusão.
() Concluído um curso na área de TIC, com no mínimo 240/hs aula, contemplando desenvolvimento de software ou conectividade em redes.

Renda Familiar

- () Até R\$ 788,00
() De R\$ 789,00 a R\$ 1.576,00
() De R\$ 1577,00 a R\$ 3.152,00
() Acima R\$ 3.152,00

Número de ocupantes por domicílio

- () 1 a 2
() 3 a 4
() 5 ou mais

Informações Complementares:

Cursos e Treinamentos na área de TIC's: (denominação / carga horária / Instituição)

O que você já desenvolveu na área de TIC's?

Atividade atual: () Estudo _____ () Trabalho

Qual a sua disponibilidade de Turno: (marcar todos livres) () Manhã
() Tarde () Noite



**Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Educação - SEDUC**

PROJETO: Prêmio Escola Nota Dez

“MAPP 1341”

SEDUC

Abril /2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria da Educação - SEDUC
Programa (PPA)	008 - Acesso e Aprendizagem das Crianças e Jovens na Idade Adequada
Mapp (Nº e Denominação)	1341- Prêmio Escola Nota Dez
Período de Execução	Abril a Setembro de 2016
Categoria	Projeto Estruturante / Educação

1. Descrição do Projeto

O Prêmio Escola Nota Dez foi criado através da Lei 14.371, de 19 de junho de 2009 e disciplinado na Lei 14.580, de 21 de dezembro de 2009 com regulamentação no Decreto 29.896, de 16 de setembro de 2009. Em 06 de dezembro de 2011 foi revogada a legislação anterior e aprovada a Lei 15.052, com regulamentação no Decreto 30.797, de 29 de dezembro de 2011. Em 15 de dezembro de 2015 essa legislação foi novamente revogada e aprovada a Lei Nº 15.923 de 15 de dezembro de 2015, em vigor.

Tem como objetivo valorizar a gestão educacional com foco na aprendizagem do aluno, servindo como estímulo ao desenvolvimento da excelência no âmbito do sistema público de ensino no Estado. O prêmio funciona como política indutora para as escolas melhorarem seus resultados e política apoiadora às escolas com menores resultados. É destinado a premiar até 150 escolas públicas com melhores resultados no IDE - Alfa (Índice de Desempenho Escolar no 2º Ano do EF), IDE - 5 (Índice de Desempenho Escolar do 5º Ano do EF) e IDE - 9 (Índice de Desempenho Escolar do 9º Ano do EF) do Ensino Fundamental nas avaliações do SPAECE, e apoiar financeiramente as escolas públicas em igual número das premiadas de 5º e 9º anos que obtiverem os menores resultados.

O valor da premiação por escola é calculado considerando a per capita por aluno de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) correspondente à multiplicação do número de alunos avaliados. As escolas com menores IDE - 9 (Índice de Desempenho Escolar do 9º Ano do EF) e IDE - 5 (Índice de Desempenho Escolar do 5º Ano do EF) são beneficiadas com contribuição financeira equivalente à multiplicação do número de alunos avaliados considerando o valor per capita de R\$1.000,00 (hum mil reais) para implementação do plano de melhoria dos resultados.

As escolas premiadas recebem conforme a legislação anteriormente mencionada, o equivalente a 75% do valor referente ao Prêmio. Os 25% restantes deverão ser recebidos com base no cumprimento de dois critérios: manter ou elevar os resultados no SPAECE e apoiar a escola parceira (apoiada). As escolas apoiadas recebem o equivalente a 50% do valor do Prêmio, somente receberão a complementação de 50%, com a condição de terem elevado seu IDE-5 para no mínimo 5,0 no caso do 5º ano e mínimo 5,0 no IDE-9 para o 9º ano.

O intuito é oportunizar às escolas premiadas o desenvolvimento de ações de cooperação técnico pedagógico às escolas com menores resultados e estimular as escolas premiadas a manter um trabalho de qualidade educacional.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O projeto em questão inclui-se no Plano Plurianual 2016/2019 por meio do Eixo Governamental 5 – Ceará do Conhecimento; Tema Estratégico 5.01 – Educação Básica; Resultado Temático : População com educação básica de qualidade na

idade adequada; Indicador de Resultado Temático Vinculado: Crianças do Ensino fundamental Alfabetizadas (SPAECE-Alfa); Programa 008 - Acesso e Aprendizagem das Crianças e Jovens na Idade Adequada; Objetivo 008.1 – Fortalecimento da Educação Infantil e elevação do nível de alfabetização e de aprendizagem das crianças e jovens na idade adequada do Ensino Fundamental; Iniciativa 008.1.02 - Premiação dos alunos e escolas com melhor desempenho no SPAECE.

3. Diagnóstico

O Estado do Ceará está localizado na região Nordeste do Brasil é composto por 184 municípios distribuídos em um território de 148.920,538 quilômetros quadrados, correspondendo a 9,57% do território nordestino e 1,74% da área total do país. Conforme dados mais recentes, junho de 2013, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada do Ceará é 8.778.575 habitantes, contando com 172.570 habitantes a mais do que foi informado em julho de 2012, sendo, por isso, o terceiro Estado mais populoso da região nordeste ficando atrás somente de Pernambuco e Bahia.

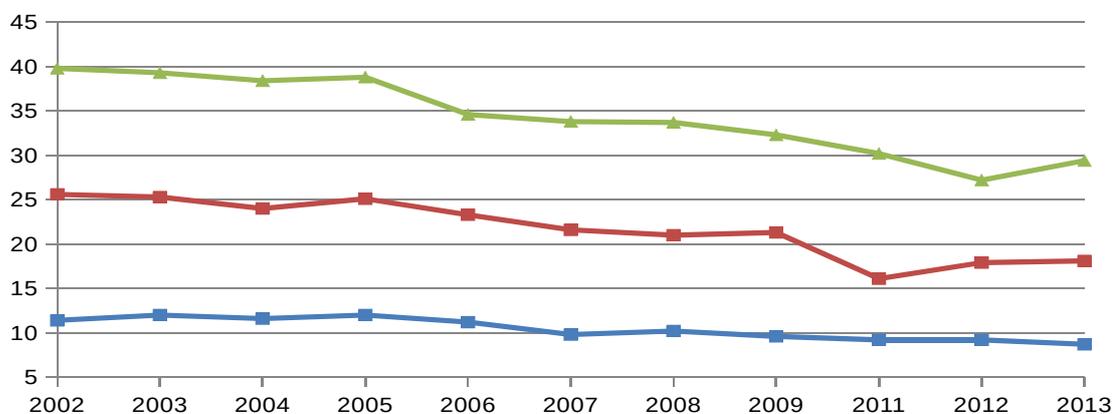
Dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresentam como os principais problemas enfrentados pela população do Estado, a convivência com a irregularidade de chuvas, causando a escassez de água e desigualdades sociais responsáveis pela desnutrição. Indica, ainda uma taxa de mortalidade infantil de 27,6 a cada mil crianças nascidas vivas. E afirma que ocupamos a 22ª posição no levantamento nacional do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com média de 0,723.

De acordo com os dados do Sistema Projeto Presença do Ministério da Educação referente aos meses de agosto a setembro/13 existem 1.022.799 crianças de seis a quinze anos cadastradas no Programa Bolsa Família no Ceará. O Censo nacional de 2010 registra no Ceará 1.543.550 pessoas na faixa etária de 5 a 14 anos, correspondente a 69% das crianças integrantes das famílias de baixa renda (Brasil, 2013).

Segundo o IPECE 2014, a taxa brasileira de analfabetismo vem caindo nos últimos anos, passando de 12,4% em 2001 para 8,3% em 2013, determinando uma queda de 33%. Com relação à região Nordeste, a variação na taxa de analfabetismo foi de -27,32, uma vez que este indicador decresceu de 24,3%, em 2001, para 16,6% em 2013.

Em relação ao Estado do Ceará, observa-se que a taxa de analfabetismo teve redução de -25,54 no período – um desempenho de 2,6 pontos percentual inferior ao do Brasil e de 1,7 pontos percentual acima da taxa do Nordeste como se apresenta no gráfico abaixo:

Grafico 1 – Variação da Taxa de Analfabetismo – Pessoas de 15 anos ou mais – Brasil, Nordeste e Ceará (2002 – 2013)



Em 2012, a proporção de analfabetos entre os jovens com idade entre 15 e 19 anos era inferior a 1,5%; entre os que tinham entre 20 e 24 anos era de 3%, e conforme se observa grupos etários de maior idade as taxas vão aumentando. Isso permite inferir sobre o fato de que as gerações mais jovens estão tendo um maior e melhor acesso a rede de ensino.

A proporção de pessoas analfabetas declinou nos últimos anos para todos os grupos etários. Comparando os resultados de 2001 com os de 2012, observa-se uma redução significativa na taxa de analfabetismo. Entre os mais jovens a taxa declinou de 6,8% para 1,4%, já relatado anteriormente. Entre os mais velhos, com idade superior a 65 anos, a taxa de analfabetismo foi reduzida de 55,3 para 44,4% ao longo de todo o período considerado (IPECE, 2013).

No Estado do Ceará, alfabetizar na idade certa é um desafio. Os números da tabela apresentada abaixo demonstra que 16,3% da população residente no Ceará com mais de 15 anos é não alfabetizada, percentual superior ao da média nacional (8,5) e inferior a do Nordeste (17,4%). A taxa de analfabetismo no Brasil é puxada principalmente pelo Nordeste, onde estão concentrados 54% do total de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler ou escrever. Apesar disto, o Nordeste foi a que mais apresentou melhoria na evolução dos últimos 08 anos: redução de 5,1 %.

Tabela 1 – Taxa de analfabetismo de 6 a 14 anos e de 15 ou mais anos de idade. Brasil, Nordeste e Ceará – 2012

Unidade	Taxa de Analfabetismo (%)	
	10 a 14	15 ou Mais
Brasil	1,9	8,5
Nordeste	3,7	17,4
Ceará	6 a 14	15 ou Mais
	1,6	16,3

Fonte: IBGE/Pnad; Todos pela Educação- 2013

Segundo a PNAD 2012, o analfabetismo apresenta, mais de 1,325 milhão de pessoas que não sabem ler nem escrever, o que representa um total de 16,3% da

população do Ceará. Esse índice quase se estagnou no Estado com a redução de apenas 0,1% (1,331 milhão de cearenses), comparado com o ano de 2011.

O combate ao analfabetismo é um fator de desenvolvimento importante, uma vez que cidadãos aptos em leitura e escrita podem exercer melhor sua cidadania. Neste sentido, o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Educação - SEDUC instituiu o Prêmio Escola Nota Dez, parceria entre o governo do estado e os municípios que tem como objetivo valorizar a gestão educacional com foco na aprendizagem do aluno, servindo como estímulo ao desenvolvimento da excelência no âmbito do sistema público de ensino no Estado.

4. Justificativa

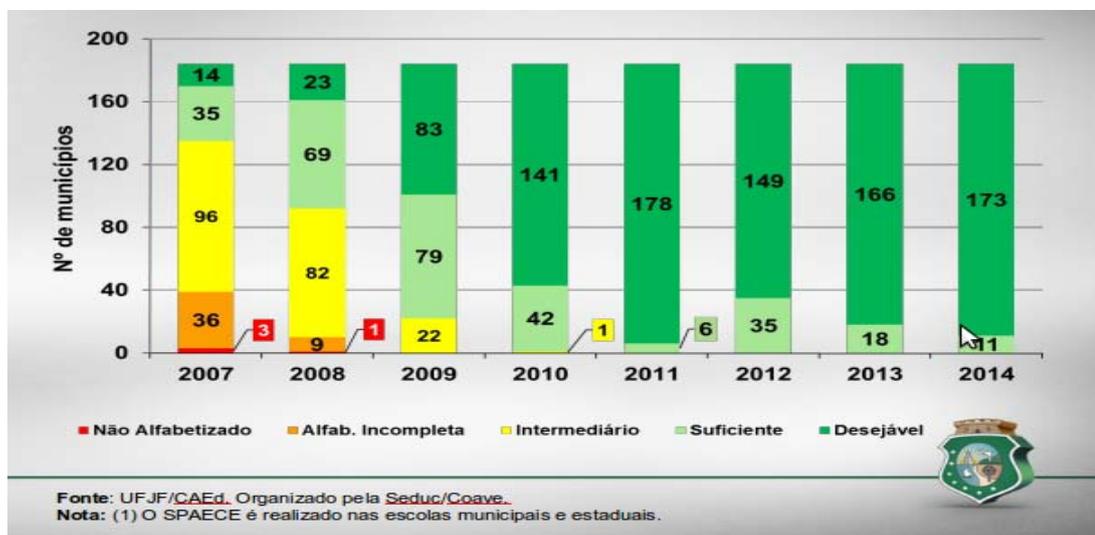
O Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação – SEDUC, lançou em 2007 o Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC, que tem como objetivo oferecer assessoria técnica aos municípios para a melhoria da gestão, garantindo que os recursos e esforços investidos na educação cheguem até a sala de aula e resultem na elevação dos níveis de aprendizagem das crianças garantindo o sucesso da alfabetização das mesmas.

Anualmente a proficiência em leitura de todas as crianças matriculadas no segundo ano do ensino fundamental da rede pública de ensino é avaliada através do Sistema Permanente de Avaliação da Alfabetização do Estado do Ceará (SPAECE – ALFA) com três avaliações anuais: Provinha PAIC (avaliação do 1º ao 5º ano); Sistema Permanente de Avaliação da alfabetização (SPAECE – Alfa) – 2º ano e Avaliação do Ensino Fundamental – 5º e 9º anos que demonstram uma resposta muito positiva da rede municipal ao PAIC.

Quanto à elevação da média de desempenho do Estado, o nível desejável de alfabetização é a partir de 150 de proficiência na escala utilizada. A média inicial de 118,9 em 2007 evoluiu em 2014 para 174,5 estando o Ceará no nível desejável em alfabetização.

A melhoria das médias municipais de proficiência em leitura tem sido expressiva. Em 2007, apenas 27,7% dos municípios estavam nos dois primeiros níveis (suficiente e desejável); em 2014 os 184 municípios, correspondendo a 100% se encontram nestes níveis, como podem observar no gráfico demonstrativo abaixo:

Gráfico 2 – Nº de Municípios por padrão de desempenho – SPAECE-ALFA 2007 a 2014



Buscando avançar na melhoria dos resultados em alfabetização no Estado do Ceará e com a preocupação específica de atender aos alunos matriculados no ensino fundamental, o Governo do Estado em 2015 criou o MAISPAIC que propõe ampliação do atendimento do Programa Alfabetização na Idade Certa, para todo o ensino fundamental da rede pública.

Em junho de 2009, com o objetivo de fortalecer, valorizar e ampliar o trabalho que vem sendo empreendido pelas escolas em relação aos resultados de alfabetização, o Governo do Estado, através da SEDUC, instituiu o Prêmio Escola Nota Dez. O prêmio funciona como política incentivadora para que as escolas melhorem os seus resultados e como política apoiadora às escolas com menores resultados e está subsidiado em um modelo de aprendizagem focado na disseminação de boas práticas de gestão pedagógica.

O avanço do Estado na redução dos índices de analfabetismo entre as crianças de 6 a 14 anos e jovens de 15 a 24 anos e, conseqüente, erradicação da pobreza, minimização da violência e da mortalidade infantil, através da busca constante por melhoria do processo ensino e aprendizagem, com injeção de recursos financeiros que visem à estruturação didático pedagógica das escolas, à formação e à valorização dos professores, são premissas que fundamentam a implementação das ações do Prêmio Escola Nota 10, sendo ainda, uma forma de promover a transformação favorável do Estado, da Região Nordeste e do Brasil, como um todo, nos aspectos: político, econômico e social.

5. Histórico

O Prêmio Escola Nota Dez foi criado através da Lei 14.371, em 19 de junho de 2009, e regulamentado no Decreto 29.896, de 16 de setembro de 2009. Inicialmente, o prêmio era destinado para até 150 (cento e cinquenta) escolas públicas que

apresentavam o Índice de Desempenho Escolar – Alfabetização/IDE- Alfa entre 8,5 e 10, prevendo contribuição financeira e apoio técnico pedagógico das escolas premiadas para até 150 escolas com menores IDE- Alfa, calculado utilizando como referência o resultado do SPAECE- Alfa.

Em 06 de dezembro de 2011 foi revogada a legislação mencionada e aprovada a Lei 15.052 regulamentada pelo Decreto 30.797, de 29 de dezembro de 2011 que estendia o atendimento às escolas do 5º ano do Ensino Fundamental.

Em 15 de dezembro de 2015 foi revogada a legislação anterior e aprovada a Lei 15.923/2015 ampliando o atendimento às escolas que se destacaram também no 9º ano do Ensino Fundamental. A cada ano são premiadas até 150 escolas públicas do 2º ano, até 150 escolas públicas do 5º ano e até 150 escolas públicas do 9º ano do Ensino Fundamental com os melhores resultados no Índice de Desempenho Escolar do 2º ano do Ensino Fundamental (IDE-Alfa) no intervalo entre 8,5 e 10 e as escolas públicas do 5º ano do Ensino Fundamental (IDE-5) no intervalo entre 7,5 e 10, bem como, até 150 escolas públicas do 9º ano do Ensino Fundamental (IDE-9) no intervalo entre 7,5 e 10. Também sendo beneficiadas as escolas públicas em igual número das premiadas que obtém os menores resultados nas avaliações do SPAECE do 5º e 9º anos.

Tabela 2 - Histórico do nº de escolas premiadas e apoiadas de 2009 a 2015

Ano	Nº de Escolas Premiadas		Nº de Escolas Apoiadas		Destinação da Premiação
	2º ano	5º ano	2º ano	5º ano	
2008*	148	-	148	-	Lei 14.371 - Só contempla o 2º ano do ensino fundamental
2009	150	-	150	-	Lei 14.371 - Só contempla o 2º ano do ensino fundamental
2010	150	10	150	10	Lei 15.052 - Contempla o 2º e 5º anos do ensino fundamental
2011	150	90	150	90	Lei 15.052 - Contempla o 2º e 5º anos do ensino fundamental
2012	150	56	150	56	Lei 15.052 - Contempla o 2º e 5º anos do ensino fundamental
2013	150	95	150	95	Lei 15.052 - Contempla o 2º e 5º anos do ensino fundamental
2014	150	124	150	124	Lei 15.052 - Contempla o 2º

				e 5º anos do ensino fundamental
--	--	--	--	---------------------------------

(*) O ano de 2008 corresponde a primeira avaliação do Spaece que gerou a premiação para pagamento em 2009.

Tabela 3 - Histórico de valores aplicado e nº de beneficiários de 2009 a 2015

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes) (*)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2009*	R\$ 19.325.875,00	R\$ 0,0	R\$ 19.325.875,00	14.370 pessoas beneficiadas
2010*	R\$ 18.034.374,00	R\$ 0,0	R\$ 18.034.374,00	143.184 pessoas beneficiadas
2011*	R\$ 22.749.375,00	R\$ 0,0	R\$ 22.749.375,00	86.596 pessoas beneficiadas
2012*	R\$ 27.912.000,00	R\$ 0,0	R\$ 27.912.000,00	273.294 pessoas beneficiadas
2013**	R\$ 17.070.500,00	R\$ 0,0	R\$ 17.070.500,00	346.010 pessoas beneficiadas
2014**	R\$ 21.124.000,00	R\$ 0,0	R\$ 21.124.000,00	169.255 pessoas beneficiadas
2015**	R\$ 4.154.000,00	R\$ 0,0	R\$ 4.154.000,00	219567 pessoas beneficiadas
TOTAL	R\$ 130.370.124,00	R\$ 0,0	R\$ 130.370.124,00	1252276 pessoas beneficiadas

(*) Nos anos 2009 a 2012 o projeto foi executado através do Mapp nº 571.

(**) A partir do ano 2013 o projeto vem sendo executado através do Mapp nº1341.

6. Público Alvo

- Alunos das escolas premiadas e escolas com menores IDE-Alfa, IDE-5 e IDE-9 denominadas de escolas apoiadas.

6.1 Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

Escolas premiadas: As escolas deverão ter no momento da avaliação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE, pelo menos 20 (vinte) alunos no 2º, 5º e 9º anos matriculados e taxa de participação mínima de 90% de alunos avaliados e ter obtido a média de Índice de Desempenho Escolar - Alfabetização (IDE - Alfa) situado no intervalo entre 8,5 e 10,0, e (IDE - 5) e (IDE-9)

situados no intervalo entre 7,5 e 10,0. A Lei também disciplina que a escola só será premiada se o município em que está situada estiver com 70% dos alunos do 2º ano e 30% dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental no nível desejável e adequado, respectivamente, da escala do SPAECE.

Escolas apoiadas: As escolas deverão ter no momento da avaliação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE, pelo menos 20 (vinte) alunos no 5º e 9º anos matriculados e taxa de participação mínima de 90% de alunos avaliados e ter obtido o índice de Desempenho Escolar - Alfabetização (IDE - 5) ou (IDE - 9) situado entre até os 150 menores índices das escolas avaliadas.

7.Objetivo

7.1. Geral

Promover a melhoria da qualidade na aprendizagem dos alunos do 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental da rede pública.

7.2.Específicos

- Implementar o plano de melhoria dos recursos financeiros após resultados do Spaece para as escolas que obtiveram os maiores e menores resultados no IDE-Alfa, IDE-5 e IDE-9;
- Oportunizar para as escolas premiadas o desenvolvimento de ações de cooperação técnico pedagógico de apoio às escolas com menores resultados;
- Estimular as escolas premiadas a manter um trabalho de qualidade educacional.

8. Atividades / Detalhamento das atividades

8.1. Atividades Realizadas em Anos Anteriores

a) Obtidos os resultados da avaliação do Sistema Permanente de Avaliação da Alfabetização do Estado do Ceará - SPAECE

A coordenadoria de Avaliação enviou para a equipe gerenciadora do projeto as planilhas consolidadas com os resultados do Sistema Permanente de Avaliação da Alfabetização do Estado do Ceará - SPAECE.

b) Credenciamento das Unidades Executoras

O técnico responsável emitiu a C.I (comunicação interna) para a Coordenadoria de Cooperação com os Municípios - COPEM e Coordenadoria Administrativa Financeira - COAFI, solicitando o cadastramento da Unidade Executora das escolas premiadas e apoiadas com o respectivo valor do prêmio da unidade escolar, após o recebimento do instrumental de cadastro enviado pelas unidades escolares;

c) Orientar a elaboração do plano de ação dos recursos financeiros

A equipe do Prêmio Escola Nota 10, realizou em novembro de 2015 as oficinas de orientação para elaboração e execução dos planos de aplicação dos recursos financeiros junto aos supervisores do Núcleo Regional de Cooperação com os

municípios- NRCOM e os gerentes regionais e municipais dos respectivos municípios envolvidos com o prêmio.

d) Analise e aprovação dos planos de aplicação dos recursos financeiros

A equipe do Prêmio Escola Nota 10 analisou os planos enviados pelas escolas, via sistema, orientou sobre as inconsistências e quando da aprovação encaminhou à Coordenadoria Administrativa Financeira - COAFI da SEDUC para ser anexado ao processo de empenho.

e) Acompanhou a utilização dos recursos para elaboração, execução e prestação de contas do plano dos recursos financeiros

Através das visitas dos gerentes regionais e municipais é preenchido um formulário de acompanhamento da execução das ações do plano de aplicação dos recursos financeiros do Prêmio Escola Nota Dez atestando a realização das ações elencadas. O gestor da unidade escolar é responsável pelo encaminhamento para a Crede da jurisdição do município a prestação de contas para análise e parecer.

8.2 Atividades a Serem Realizadas no Ano

a) Obter os resultados da avaliação do Sistema Permanente de Avaliação da Alfabetização do Estado do Ceará - SPAECE

A coordenadoria de Avaliação envia para a equipe gerenciadora do projeto as planilhas consolidadas com os resultados do Sistema Permanente de Avaliação da Alfabetização do Estado do Ceará - SPAECE.

b) Credenciar as Unidades Executoras

O técnico responsável emite uma C.I (comunicação interna) para a Coordenadoria de Cooperação com os Municípios - COPEM e Coordenadoria Administrativa Financeira - COAFI, solicitando o cadastramento da Unidade Executora das escolas premiadas e apoiadas com o respectivo valor do prêmio da unidade escolar, após o recebimento do instrumental de cadastro enviado pelas unidades escolares;

c) Orientar a elaboração do plano de ação dos recursos financeiros

A equipe do Prêmio Escola Nota 10, realiza oficinas de orientação para elaboração e execução dos planos de aplicação dos recursos financeiros junto aos supervisores do Núcleo Regional de Cooperação com os municípios- NRCOM e os gerentes regionais e municipais dos respectivos municípios envolvidos com o prêmio.

d) Analisar e aprovar os planos de aplicação dos recursos financeiros

A equipe do Prêmio Escola Nota 10 analisa os planos enviados pela escola, via sistema, verifica e orienta sobre as inconsistências e quando da aprovação encaminha à Coordenadoria Administrativa Financeira - COAFI da SEDUC para ser anexado ao processo de empenho.

e) Acompanhar a utilização dos recursos para elaboração, execução e prestação de contas do plano dos recursos financeiros

Através das visitas dos gerentes regionais e municipais é preenchido um formulário de acompanhamento da execução das ações do plano de aplicação dos recursos financeiros do Prêmio Escola Nota Dez atestando a realização das ações elencadas.

O gestor da unidade escolar é responsável pelo encaminhamento para a Crede da jurisdição do município a prestação de contas para análise e parecer.

8.3. Atividades Previstas para Anos Posteriores

a) Obter os resultados da avaliação do Sistema Permanente de Avaliação da Alfabetização do Estado do Ceará - SPAECE

A coordenadoria de Avaliação envia para a equipe gerenciadora do projeto as planilhas consolidadas com os resultados do Sistema Permanente de Avaliação da Alfabetização do Estado do Ceará - SPAECE.

b) Credenciar as Unidades Executoras

O técnico responsável emite uma C.I (comunicação interna) para a Coordenadoria de Cooperação com os Municípios - COPEM e Coordenadoria Administrativa Financeira - COAFI, solicitando o cadastramento da Unidade Executora das escolas premiadas e apoiadas com o respectivo valor do prêmio da unidade escolar, após o recebimento do instrumental de cadastro enviado pelas unidades escolares;

c) Orientar a elaboração do plano de ação dos recursos financeiros

A equipe do Prêmio Escola Nota 10, realiza oficinas de orientação para elaboração e execução dos planos de aplicação dos recursos financeiros junto aos supervisores do Núcleo Regional de Cooperação com os municípios- NRCOM e os gerentes regionais e municipais dos respectivos municípios envolvidos com o prêmio.

d) Analisar e aprovar os planos de aplicação dos recursos financeiros

A equipe do Prêmio Escola Nota 10 analisa os planos enviados pela escola, via sistema, verifica e orienta sobre as inconsistências e quando da aprovação encaminha à Coordenadoria Administrativa Financeira - COAFI da SEDUC para ser anexado ao processo de empenho.

e) Acompanhar a utilização dos recursos para elaboração, execução e prestação de contas do plano dos recursos financeiros

Através das visitas dos gerentes regionais e municipais é preenchido um formulário de acompanhamento da execução das ações do plano de aplicação dos recursos financeiros do Prêmio Escola Nota Dez atestando a realização das ações elencadas. O gestor da unidade escolar é responsável pelo encaminhamento para a Crede da jurisdição do município a prestação de contas para análise e parecer.

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Escolas premiadas e apoiadas	750	Arquivo da SEDUC: Listagem das escolas premiadas e apoiadas envolvidas no prêmio
Unidades Executoras credenciadas	750	Através da SEFAZ a inclusão da UEX como credora do Estado
Diretores e gerentes regionais e	750	Relatório da capacitação

municipais capacitados		
Planos analisados e aprovados	750	Planos de aplicação dos recursos financeiros
Escolas orientadas com recursos financeiros aplicados	750	Prestação de contas

10. Metas

- Beneficiar 750 (setecentas e cinquenta) escolas entre premiadas e apoiadas do 2º, 5º e 9º anos com recursos financeiros.

11. Resultados Esperados

- Fortalecimento do processo de cooperação e disseminação de experiências exitosas entre as 750 escolas premiadas e/ou apoiadas através da análise dos indicadores de resultados do SPAECE com verificação da elevação ou manutenção do IDEB e IDE – Alfa, IDE- 5 e IDE-9.
- Diminuição do número de escolas em nível crítico de aprendizagem;
- Elevação ou manutenção do IDE – Alfa, IDE- 5 e IDE-9.

12. Integração de Ações

A principal integração das ações do projeto se dá com o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa - PNAIC que se propõe a erradicar o analfabetismo entre as crianças até oito anos como forma de melhoria das condições de vida da população carente e está voltado para a alfabetização de todas as crianças em língua portuguesa e em matemática; realização de avaliações anuais universais, aplicadas pelo INEP, junto aos concluintes do 3º ano do ensino fundamental e apoio aos municípios adeptos às Ações do Pacto, para sua efetiva implementação.

Outro ponto de encontro nas ações está no fortalecimento das práticas pedagógicas, através da formação do professor que é um grande aliado nas ações que podem contribuir para o alcance dos objetivos do projeto.

13. Monitoramento

Após a divulgação dos resultados da avaliação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE, a Secretaria de Educação - SEDUC através da Coordenadoria de Cooperação com os Municípios - COPEM, repassa para as Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação - CREDE a relação das escolas premiadas e ou apoiadas do 2º e 5º anos do ensino fundamental dos municípios de jurisdição daquela Crede, com o intuito de informar aos gestores municipais, acerca dos resultados dos seus municípios envolvidos com o prêmio. Esta relação é composta dos seguintes itens:

- a. Etapa de escolaridade
- b. Rede de Ensino
- c. Crede e código
- d. Município e código

- e. Escola e código
- f. Proficiência média da escola
- g. Indicação de padrão de desempenho
- h. % de alunos nos níveis: não alfabetizados, alfabetização incompleta, intermediário, suficiente, desejável
- i. N° de alunos previstos e avaliados
- j. Taxa de participação; Proficiência padronizada, Fator de ajuste
- l. Ide - Alfa
- m. Classificação
- n. Valor do recurso

Utiliza-se como ferramenta para o monitoramento do projeto os planos de aplicação de recursos financeiros cujos dados acompanhados são referentes as ações elencadas no referido plano. Utiliza-se também as informações constantes dos relatórios de acompanhamento de cooperação técnica pedagógica entre as escolas parceiras e o formulário de acompanhamento da execução das ações planejadas. Este trabalho é realizado mensalmente pela equipe técnica da SEDUC/COPEM, das CREDES dos municípios beneficiados com o Prêmio através do Supervisor da Célula de Cooperação com os Municípios- CECOM e pelos gerentes regionais e municipais.

13.1. Dados utilizados

- N° de escolas que elevaram ou mantiveram e IDE – Alfa, IDE-5 e IDE-9;
- % de elevação dos indicadores educacionais no município (IDEB).

13.2 Cadastro dos Beneficiários

Os dados de cadastro dos beneficiários encontram-se no SIGE - Sistema Integrado de Gestão Escolar, da Secretaria de Educação - SEDUC.

No referido cadastro constam os seguintes dados na ficha individual dos alunos:

Nome do aluno;
Data de nascimento,
Endereço;
Nome dos pais ou responsáveis;
Série ou ano que frequenta;
Frequência escolar;
Notas acadêmicas.

14. Pressupostos de Risco

- Inadimplência das unidades executoras;
- Apoio insuficiente por parte do município quanto à elaboração, execução e prestação de contas dos recursos recebidos pela escola através da Unidade Executora.

15. Orçamento 2016

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. Despesas Correntes		-	
1.1. Contribuições Elemento da Despesa (335041)	18.161.000,00		18.161.000,00
Total	18.161.000,00	-	18.161.000,00

O orçamento do projeto cobre o valor necessário para pagamento das escolas premiadas/apoiadas de 2015 que não foram empenhadas nesse ano.

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Abril	Maio	Junho	Junho	Agosto	Setembro	Total
Total	2.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	4.161.000,00	18.161.000,00

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

A relação de distribuição dos recursos aos municípios não pode ser disponibilizada à priori por estar condicionada aos resultados da avaliação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE. O calendário de aplicação da Avaliação nos municípios (SPAECE-2015), transcorreu entre os dias 30.11.15 a 04.12.15. Portanto, os resultados serão ainda publicados.

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Pessoas Beneficiadas
1	22 - Estado do Ceará	a definir	R\$ 18.161.000,00	-	219.567
Total			R\$ 18.161.000,00	-	219.567

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria Gerência	/	Coordenadoria de Cooperação com os Municípios/Eixo Gestão/Prêmio Escola nota Dez
Técnicos		Trajano Dantas de Andrade
E-mail		trajano@seduc.ce.gov.br
Fone		85-3488.6015

Marco Lógico MAPP 1341 – Projeto Prêmio Escola Nota Dez

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Melhoria dos resultados das escolas públicas nos índices de desempenho escolar do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE)	% de escolas que elevaram ou mantiveram o desempenho no IDE – Alfa, IDE-5 e IDE-9	Resultados do SPAECE	Falta de apoio dos municípios contemplados
	Redução das desigualdades educacionais entre as escolas públicas	% de redução das escolas com alunos em nível crítico de aprendizagem % de redução do diferencial das notas das escolas de maiores e menores IDE- Alfa, IDE-5 e IDE-9		
Resultados	Transferência de conhecimento e experiência entre escolas de alto e de baixo desempenho no SPAECE	No. de ações de cooperação técnico-pedagógica realizadas	Relatórios de monitoramento	Falta de apoio dos municípios contemplados
	Criação de um sistema de incentivo baseado no desempenho escolar	No. de escolas premiadas		

Produtos	Prêmio em dinheiro	No. de parcelas pagas		
Atividades	Capacitação dos diretores, gerentes regionais e municipais; Análise e aprovação dos Planos de Ação para aplicação dos recursos financeiros	No. de capacitações realizadas e % dos planos analisados e aprovados	Relatórios das capacitações	Falta de apoio dos municípios contemplados Absentéismo nas capacitações
Insumos	Recursos: financeiros, humanos e materiais	% de execução do orçamento	WEBMAPP	Inadimplência das unidades executoras

ANEXO II

CORPORATIVO CADASTRO PESSOA JURÍDICA

CAMPOS OBRIGATÓRIOS:*

Nome Fantasia*

Razão Social*

Nome da escola	Razão Social da UEx(pode ser, associação, Conselho escolar etc(ver como está registrado)
----------------	---

CNPJ*

Data Abertura P. Jurídica*

Natureza Jurídica*

Da UEx	Da UEx(consta na ficha de pessoa jurídica da receita fesimal)	Associação Privada
--------	--	--------------------

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR*

**NÚMERO
TÉRMINO**

VIGÊNCIA

Consta na certidão de registro feita no cartório	Consta na certidão de registro feita no cartório	Consta na certidão de registro feita no cartório
--	--	--

PRAZO DE VALIDADE*

DIAS

MESES

ANO

Consta na certidão de registro feita no cartório	Consta na certidão de registro feita no cartório	Consta na certidão de registro feita no cartório
--	--	--

Tipo de Documento*

Descrição:

	INFORMAR COM (X) TIPO DE DOCUMENTO
X	5- CERTIDÃO DE REGISTRO EM CARTÓRIO ATUALIZADA

Atividade Econômica Principal

Código

Descrição

Consta na ficha de cadastro de pessoa jurídica da Receita Federal	Consta na ficha de cadastro de pessoa jurídica da Receita Federal
---	---

Endereço * da UEx

CEP*

Da UEx

Tipo de Endereço*

CORRESPONDÊNCIA: Rua... da UEx

Meio(s) de Contato(s) do Endereço *

TELEFONE FIXO

FAX

Da UEx Da UEx

VALOR

Valor total do prêmio ou contribuição financeira

DADOS DA CONTA CORRENTE PARA CADASTRO

CONVÊNIO: PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:

DIGÍTO:

DIGÍTO:

ASSINATURA DO PRESIDENTE DA UEX

ANEXO III

PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO PLANO DE APLICAÇÃO
DOS RECURSOS FINANCEIROS

CREDE _____ MUNICÍPIO _____ DATA _____
: _____ GERENTE REGIONAL

_____ ESCOLA _____

INEP _____
PRÊMIO(ANO) _____ PARCELA : 1ª () 2ª () SITUAÇÃO:
PREMIADA() APOIADA () SÉRIE: 2º () 5º ()

Nº DA AÇÃO	AÇÃO	EXECUTADA (SIM/NÃO)	SE "SIM" DATA	SE "NÃO" MOTIVO	EVIDÊNCIAS

PARA AS AÇÕES EXECUTADAS INFORMAR O IMPACTO PEDAGÓGICO VERIFICADO

Nº AÇÃO	IMPACTO PEDAGÓGICO VERIFICADO

Obs.:

DATA: _____ / _____ / _____

ATESTO:

Supervisor/CREDE
Diretor da Escola



**Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Educação - SEDUC**

PROJETO: Programa Aprendizagem na Idade Certa – MAIS PAIC

“MAPP 1805”

SEDUC

Maior / 2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria da Educação - SEDUC
Programa (PPA)	008 - Acesso e Aprendizagem das Crianças e Jovens na Idade Adequada
Mapp (Nº e Denominação)	1805 - Apoio Técnico e Pedagógico ao Programa Aprendizagem na Idade Certa - MAIS PAIC
Período de Execução	Abril a agosto de 2016
Categoria	Projeto Estruturante - Educação

1. Descrição do Projeto

O Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC é uma política do Governo do Estado do Ceará, instituída pela Lei No.14.026, de 17 de dezembro de 2007, que acontece no âmbito da Cooperação entre Estado e Municípios e tem como finalidade o estabelecimento de condições necessárias para que todos os alunos do 2º ano do Ensino Fundamental da rede pública de ensino do Estado do Ceará estejam alfabetizados.

Atendendo às demandas dos municípios, em 2011, o Governo implanta o Programa Aprendizagem na Idade Certa – PAIC+5, que estendeu as ações antes destinadas às turmas da Educação Infantil ao 2º ano do ensino Fundamental para o 3º, 4º e 5º anos nas escolas públicas dos 184 municípios cearenses. A ideia é que os alunos chegassem ao 5º ano do Ensino Fundamental sem distorção de idade/série e com domínio das competências de leitura, escrita e cálculo, adequados à sua idade e ao seu nível de escolarização.

Em 2015, o Governo do Estado amplia o trabalho de cooperação com os municípios e lança o Programa Aprendizagem na Idade Certa – MAIS PAIC que, além da Educação Infantil e do 1º ao 5º ano, se estende até o 9º ano nas escolas públicas dos municípios cearenses. Essa medida visa apoiar a aprendizagem dos alunos para que sigam com sucesso, tenham bons resultados e ingressem no Ensino Médio bem sucedidos.

Esses programas são amplos e destinados a promover mudanças nos modelos de gestão municipal de educação. Por isso são considerados programas de gestão, pois têm como foco, a médio e longo prazo, a mudança da cultura da gestão educacional da rede pública de ensino e da gestão das escolas.

O projeto é realizado em parceria entre Secretaria da Educação - SEDUC e o Fundo de Combate à Pobreza – FECOP, tem por objeto o desenvolvimento de ações de apoio à Formação Continuada de Professores e Técnicos Educacionais do Programa Aprendizagem na Idade Certa - MAIS PAIC, por meio da concessão de bolsas de pesquisa e extensão tecnológica para os participantes do MAIS PAIC, da contratação de serviços de impressão e da contratação de serviços de apoio logístico para realização dos eventos formativos.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O projeto em questão inclui-se no Plano Plurianual 2016/2019 por meio do Programa 008 – Acesso e aprendizagem das crianças e jovens na idade adequada; Objetivo

008.1 – Fortalecimento da Educação Infantil e elevação do nível de alfabetização e de aprendizagem das crianças e jovens na idade adequada do ensino fundamental; Iniciativa – 008.1.01 – Desenvolvimento de ações para promoção da aprendizagem na idade adequada, beneficiando 502.882 alunos até 2019; Iniciativa 008.1.2 – Premiação dos alunos e escolas com melhor desempenho no SPAECE, premiando 600 escolas.

3. Diagnóstico

O Estado do Ceará localizado na região Nordeste do Brasil é composto por 184 municípios, distribuídos em um território de 148.920,538 quilômetros quadrados, correspondendo a 9,57% do território nordestino e 1,74% da área total do país. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2013), a população estimada do Ceará é 8.778.575 habitantes, apresentando um crescimento de aproximadamente 2% de habitantes referente ao ano de 2012, sendo o terceiro Estado mais populoso da região nordeste, atrás somente de Pernambuco e Bahia, ocupando a oitava posição no país.

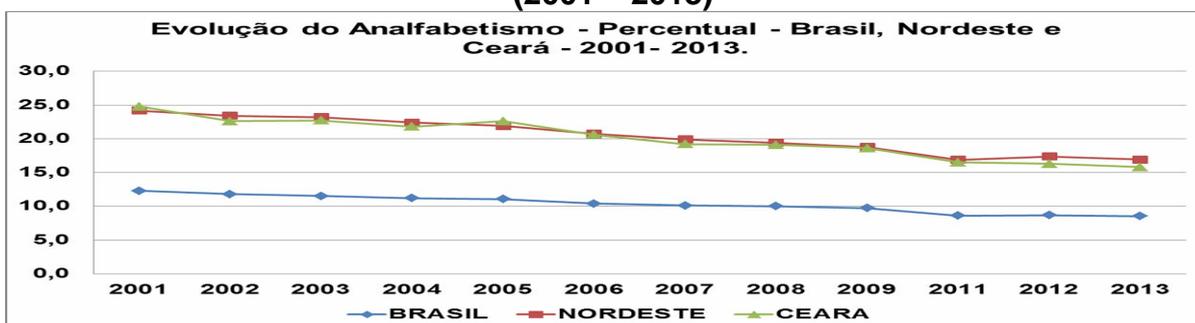
Dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresentam como os principais problemas enfrentados pela população do Estado, a convivência com a irregularidade de chuvas, causando a escassez de água e desigualdades sociais responsáveis pela desnutrição. A pesquisa indica uma taxa de mortalidade infantil de 27,6 a cada mil crianças nascidas vivas. No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Ceará ocupa a 22ª posição.

De acordo com os dados do Sistema “Projeto Presença” existem 915.945 crianças de seis a quinze anos cadastradas no Programa Bolsa Família no Ceará (Ministério da Educação - outubro e novembro/15). O Censo nacional de 2010 registra que no Ceará existem 1.543.550 pessoas na faixa etária de 5 a 14 anos, correspondente a 69% das crianças integrantes das famílias de baixa renda (Brasil, 2013).

Segundo o IBGE (2013), a taxa brasileira de analfabetismo vem decrescendo, passando de 12,4% em 2001 para 8,5% em 2013, determinando uma redução de 31%. Com relação à região Nordeste, a variação na taxa de analfabetismo foi inferior à do resto do País (30,5%), uma vez que este indicador decresceu de 24,3%, em 2001, para 16,9% em 2013.

Em relação ao estado do Ceará, observa-se que a taxa de analfabetismo teve redução de -24,2% no período, um desempenho de 5,8 pontos percentuais, superior ao do Brasil e de 7,3 pontos percentuais acima da taxa do Nordeste. Adicionalmente, Verifica-se que o estado possuía taxa de analfabetismo superior à da região Nordeste até 2005; porém, a partir de 2006 passa a apresentar taxas de analfabetismo sempre menores do que as da região Nordeste, como se apresentam no gráfico abaixo:

Gráfico 1. Evolução do Analfabetismo em percentual - Brasil, Nordeste e Ceará (2001 – 2013)



Fonte dos dados: PNAD 2001 a 2013



Fonte dos dados: PNAD 2001 a 2013.

Como forma de melhor compreensão sobre o desempenho relativo do Brasil, do Nordeste e do Ceará, verifica-se a redução do analfabetismo no período de 2001 a 2013.

Em 2012, o percentual de analfabetos entre os jovens com idade entre 15 e 19 anos era inferior a 1,5%; entre os que tinham entre 20 e 24 anos era de 3%. Conforme se observa em grupos etários de maior idade as taxas vão aumentando. Isso permite inferir sobre o fato de que as gerações mais jovens estão tendo um maior e melhor acesso a rede de ensino.

O percentual de pessoas analfabetas declinou nos últimos anos para todos os grupos etários. Comparando, os resultados de 2001 com os de 2012, observa-se uma redução significativa na taxa de analfabetismo. Entre os mais velhos, com idade superior a 65 anos, a taxa de analfabetismo, segundo o IPECE, 2013, foi reduzida de 55,3 para 44,4% ao longo de todo o período considerado.

No Estado do Ceará, alfabetizar na idade certa é um desafio. Os números da tabela a seguir apresentada demonstram que 16,7% da população residente no Ceará com mais de 15 anos é não alfabetizada, percentual superior ao da média nacional (8,5) e inferior à do Nordeste (16,9%). A taxa de analfabetismo no Brasil é puxada principalmente pelo Nordeste, onde estão concentrados 54% do total de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler ou escrever. Apesar disto, o Nordeste foi à região que mais apresentou melhoria na evolução nos últimos 08 anos: redução de 5,1 %.

Tabela 1 – Taxa de analfabetismo de 10 a 14 anos e de 15 ou mais anos de idade.

Brasil, Nordeste e Ceará – 2013

Unidade	Taxa de Analfabetismo (%)	
	10 a 14	15 ou Mais
Brasil	1,7	8,5
Nordeste	3,5	16,9
Ceará	2,5	16,7

Fonte: IBGE/PNAD; Todos pela Educação - 2013

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD (2013), o analfabetismo apresenta mais de 1,067 milhão de pessoas que não sabem ler nem escrever, o que representa 15,8% da população total do Ceará.

O combate ao analfabetismo é um fator de desenvolvimento importante, uma vez que cidadãos aptos em leitura e escrita podem exercer melhor sua cidadania. Neste sentido, o Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Educação - SEDUC instituiu o Programa Alfabetização na Idade Certa/PAIC, PAIC + 5 e atualmente MAIS PAIC, que vem contribuindo significativamente para eliminação do analfabetismo em nosso estado.

4. Justificativa

O Programa Aprendizagem na Idade Certa – MAIS PAIC, que tem como objetivo oferecer assessoria técnica aos municípios para a melhoria da gestão, assegurando que os recursos e esforços investidos na educação cheguem até a sala de aula e resultem na elevação dos níveis de aprendizagem das crianças, garantindo o sucesso da alfabetização das mesmas.

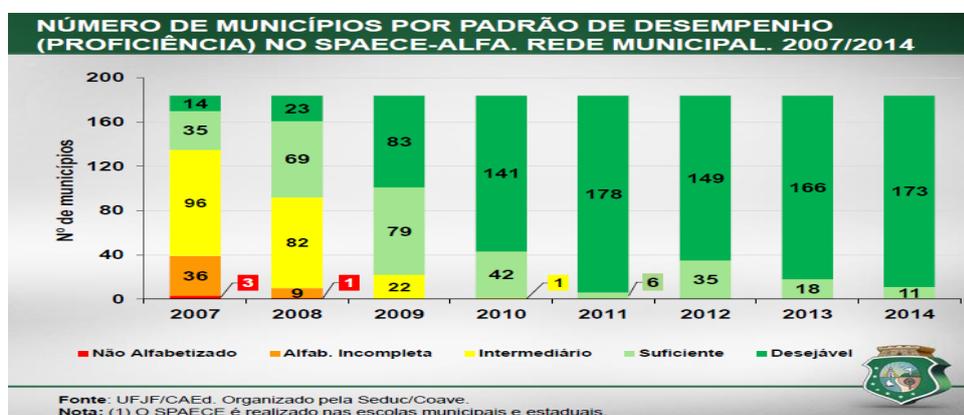
Esse Programa é destinado a promover mudanças nos modelos de gestão municipal de educação. Seu foco, a médio e longo prazo, é na mudança da cultura da gestão educacional da rede pública de ensino. Para tanto, são necessárias a realização de ações de apoio à Formação Continuada dos professores e técnicos educacionais visando o fortalecimento dos processos formativos dos docentes e técnicos das equipes municipais de educação, para elevar a qualidade da aprendizagem das crianças nas séries iniciais do ensino fundamental.

Nesse sentido é realizada anualmente a avaliação de desempenho por meio do Sistema Permanente de Avaliação da Alfabetização do Estado do Ceará/SPAECE – ALFA. Para mensurar esses resultados são aplicadas três tipos de avaliações: Provinha PAIC (avaliação do 2º ao 5º ano); Sistema Permanente de Avaliação da alfabetização (SPAECE – Alfa) – 2º ano e Avaliação do Ensino Fundamental – 5º e 9º.

Os resultados das avaliações vem demonstrando uma elevação da média de desempenho do Estado, o nível desejável de alfabetização é a partir de 150 de proficiência na escala utilizada. A média inicial de 118,9 em 2007, evoluiu em 2012 para 162,1 estando o Ceará no nível desejável em alfabetização. No que se referem aos resultados das médias municipais a proficiência em leitura tem sido expressiva. Em 2007, apenas 27,7% dos municípios cearenses estavam nos dois primeiros

níveis (suficiente e desejável); em 2014, 100% dos municípios, ou seja, 184 municípios, se encontravam nestes níveis, como se pode observar no gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Nº de Municípios por padrão de desempenho – SPAECE-ALFA 2007 a 2014



Na intenção de continuar promovendo a melhoria dos resultados em alfabetização / aprendizagem no Estado e com a preocupação específica de atender aos alunos matriculados no 3º ao 5º anos do ensino fundamental, o Governo do Estado em 2011 criou o PAIC + que propõe ampliação do atendimento do Programa Alfabetização na Idade Certa, para o 3º, 4º e 5º anos do ensino fundamental da rede pública. E em 2015, lança uma nova fase do PAIC, o MAIS PAIC, fazendo com que todo esse processo de aprendizagem das nossas crianças e jovens inicie na Educação Infantil até o 9º ano, preparando melhor os alunos para os desafios do ensino Médio.

Com o objetivo de subsidiar o trabalho dos professores alfabetizadores em sala de aula, uma equipe de especialistas, sob a coordenação da COPEM/PAIC, desenvolveu o material de apoio didático que é utilizado na formação continuada dos professores alfabetizadores, de forma articulada com as práticas de sala de aula, constituindo-se assim, essencial para o desenvolvimento e acompanhamento da formação continuada dos professores.

Essas ações envolvem: a) Concessão de bolsas de pesquisa e extensão tecnológica para o MAIS PAIC, destinada a formadores e técnicos das redes municipais e estadual de ensino, tendo como áreas de atuação a formação continuada e acompanhamento aos diferentes eixos do Programa.

b) Impressão de materiais didático-pedagógico para alunos e professores no âmbito do Programa.

Detalhamento das ações:

- A Impressão da Agenda PAIC (2016). Dentre as ações previstas para o Eixo de Literatura e Formação do Leitor, encontra-se a contratação de serviços para a impressão da Agenda MAIS PAIC, para professores, com foco na vida e obra de um (a) grande escritor (a) da Literatura brasileira, de modo a contribuir intelectual e

culturalmente com a formação docente que conseqüentemente, resultará em ações voltadas para a formação cultural do alunado cearense.

- A formação continuada em Dinamização do Acervo de Literatura Infantil do MAIS PAIC, para professores da Educação Infantil, do 1º ao 9º ano do ensino fundamental; através do Eixo de Literatura Infantil e Formação do Leitor, investindo na criação de um ambiente favorável ao letramento das crianças e no incentivo ao gosto pela leitura.

- A formação continuada para os professores de educação infantil das redes públicas de ensino cearense; com foco nas Diretrizes Curriculares Nacionais e Orientações Curriculares Estaduais é coordenada pelo Eixo da Educação Infantil. Cumprindo assim o preceito de cuidar da educação desde a base.

- A formação continuada em Dinamização do Acervo de Literatura Infantil do PAIC, para professores da Educação Infantil, do 1º ao 9º ano do ensino fundamental; distribuição de acervos literários e produção da Revista Pense!, através do Eixo de Literatura e Formação do Leitor, investindo na criação de um ambiente favorável ao letramento das crianças e no incentivo ao gosto pela leitura.

- A formação continuada para os técnicos das Secretarias Municipais de Educação, para professores do 1º e 2º ano do ensino fundamental, voltada para a qualificação dos processos avaliativos da aprendizagem dos alunos, através do Eixo de Avaliação Externa. Este eixo tem uma ação diagnóstica, educativa e de monitoramento da educação dos municípios. Orienta os municípios a aplicar as avaliações para os alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental. Orienta também a interpretar o resultado das avaliações e a intervir de forma sistêmica no ano em curso, de modo a favorecer a elevação do desempenho dos alunos e das escolas.

- A formação continuada nas áreas de Planejamento; Gestão Educacional e Escolar; e em Acompanhamento Pedagógico para Técnicos das Coordenadorias Regionais de Educação; Secretários e Técnicos das Secretarias dos municípios prioritários, através do Eixo da Gestão Municipal da Educação, responsável pela articulação política necessária para que cada município implemente o MAIS PAIC e lhe dê a sustentação necessária.

Nessa formação, são discutidos aspectos importantes da política educacional tais como: modelo de gestão com foco no aluno e em seus resultados de aprendizagem; cumprimento do calendário letivo; qualificação do tempo pedagógico; modelo de seleção de diretores, dentre outros.

Para execução dessas ações faz-se necessário a concessão de bolsas para apoiar a operacionalização das atividades, atendendo mais especificamente no desenvolvimento dos processos formativos.

5. Histórico

Mapp 914 e 1339

PERÍODO 2011-2015		
Valor FECOP (R\$)	Valor outras fontes (R\$)	Valor total aplicado (R\$)
7.814.199,68	22.689.270,53	30.503.470,21

6. Público

Alunos matriculados na Educação Infantil e alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental da rede pública de ensino dos 184 municípios do Ceará.

6.1 Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

Alunos matriculados na Educação Infantil dos 184 municípios do Ceará ;
Alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental dos 184 municípios do Ceará;

6.2 Documentos Comprobatórios da Situação de Pobreza

Matrícula na Rede Pública de ensino

7. Objetivo

7.1 Geral

Promover a alfabetização /aprendizagem dos alunos na idade certa.

7.2 Específicos

- Apoiar as Ações de Formação Continuada de Professores e Técnicos Educacionais do Programa Aprendizagem na Idade Certa - MAIS PAIC.
- Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios.

8. Atividades / Detalhamento das atividades

- a) Seleção de bolsistas conforme as demandas das redes municipais e estadual de educação.
- b) Cadastrar no Sistema de Bolsas do MAIS PAIC, os dados e a proposta do Plano de Trabalho de cada bolsista.
- c) Acompanhar a execução das atividades propostas no Plano de Trabalho.
- d) Quanto à concessão de bolsas de pesquisa e extensão tecnológica, o processo de seleção está baseado nas Chamadas Públicas para Seleção de Bolsistas do PAIC, conforme Lei 15.276/2012 de 28 de dezembro de 2012 e Chamada Pública de 11 de abril de 2016, constando de duas etapas, sendo ambas de caráter eliminatório (avaliação do Curriculum Lattes e do Plano de Trabalho proposto pelo candidato), conforme Anexo II. Na segunda etapa é realizada uma entrevista com o candidato.

Os candidatos selecionados fazem parte do banco de bolsistas do MAIS PAIC e poderão ser convocados conforme as necessidades para o desenvolvimento e execução das atividades do Programa.

Caso se faça necessário, será feita uma nova chamada pública de modo que o quadro de bolsistas atenda à demanda do projeto.

Para o recebimento dos materiais didáticos, o critério adotado é o número de alunos matriculados na Educação Infantil e no 1º ao 9º anos do ensino fundamental da rede pública de ensino.

A agenda PAIC é distribuída aos professores da Educação Infantil, e do 1º ao 9º ano do ensino fundamental. A Coleção PAIC, Prosa e Poesia é distribuída a todas as turmas da Educação Infantil do 1º ao 5º ano do ensino fundamental da rede pública.

RESUMO DAS ATIVIDADES

Atividades – 2016	Fontes de Verificação
BOLSA DE PESQUISA E EXTENSÃO TECNOLÓGICA PARA 2037 BOLSISTAS	Folha de pagamento.
IMPRESSÃO DE 50.000 AGENDAS TEMÁTICAS DO MAIS PAIC	Termos de recebimento de materiais pelos municípios
IMPRESSÃO DE 486.252 LIVROS DA COLEÇÃO PAIC, PROSA E POESIA	Termos de recebimento de materiais pelos municípios

09. Produtos

Produtos	2016	Fontes de Verificação
Municípios beneficiados com recebimento de material e Formação Continuada	184	Resultado do SPAECE

10. Metas

- Conceder 2.037 bolsas de pesquisa e extensão tecnológica para os formadores e técnicos;
- Capacitar 2.037 professores e técnicos;
- Distribuir 536.252 materiais impressos.

11. Resultados Esperados

- Processo de cooperação Estado e Municípios fortalecido;
- Aprendizagem das crianças e jovens na idade adequada;
- Redução do número de crianças e jovens em nível crítico de aprendizagem;
- IDE – Alfa, IDE - 5 e IDE- 9 elevados.

12. Integração de Ações

A principal integração das ações do projeto se dá com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, que se propõe a erradicar o analfabetismo entre as crianças até oito anos como forma de melhoria das condições de vida da população carente, e está voltado para a alfabetização de todas as crianças em língua portuguesa e em matemática; realização de avaliações anuais universais, aplicadas pelo INEP, junto aos concluintes do 3º ano do ensino fundamental e apoio aos municípios adeptos às Ações do Pacto, para sua efetiva implementação.

Outro ponto de encontro nas ações está no fortalecimento das práticas pedagógicas, através da formação do professor que é um grande aliado nas ações que podem contribuir para o alcance dos objetivos do projeto.

13. Monitoramento

A formação continuada é realizada pela equipe do MAIS PAIC por meios dos Eixos: Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Educação Integral, Avaliação Externa, Literatura e Formação do Leitor, Gestão Municipal e Educação Infantil.

O monitoramento dos resultados das avaliações externas dos alunos é feito a partir da análise do boletim dos resultados do SPAECE. O trabalho de monitoramento será mensal.

13.1 Dados utilizados

Dados registrados no SPAECE e SIGE-Acadêmico. O SPAECE-Alfa e SPAECE é de responsabilidade da Coordenadoria de Avaliação da SEDUC. Anualmente é disponibilizado os resultados da avaliações. As avaliações do SPAECE- Alfa e SPAECE considera as notas das disciplinas de Português e Matemática. Os dados são acompanhados e atualizados mensalmente.

13.2 Cadastro dos Beneficiários

O cadastro dos beneficiários encontra-se no Censo Escolar e no SIGE-Acadêmico.

14. Pressupostos de Risco

- Interrupções para o cumprimento total das atividades;
- Apoio insuficiente por parte do município quanto à execução da ação.

15. Orçamento 2016

Detalhamento dos Recursos			
NATUREZA DA DESPESA	Valor FECOP (R\$)	Valor outras Fontes (*) (R\$)	Valor total (R\$)
Outros Serviços de Terceiros / Pessoa Jurídica Elemento de Despesa (339039)	1.412.916,42	0,00	1.412.916,42
Bolsa de Extensão Tecnológica Elemento de Despesa (339036)	4.987.083,58	0,00	4.987.083,58
Custeio de Passagens e Diárias (339014) Elemento de Despesa (339033)	0,00	679.777,50	679.777,50
Total	6.400.000,00	679.777,50	7.079.777,50

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

MAPP 1805							
ITEM DA DESPESA	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL (R\$)
339039	109.556,84	676.993,00	493.750,00	555.175,25	0,00	0,00	1.412.916,42

339036	1.073.750,00	226.340,00	1.219.192,58	155.560,00	1.478.602,67	411.079,66	4.987.083,58
TOTAL	1.183.306,84	903.333,00	1.712.942,58	710.735,25	1.478.602,67	411.079,66	6.400.000,00

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2016

REGIÃO FINANCEIRA	MUNICÍPIO	BENEFICIÁRIOS	TOTAL GERAL
1 CARIRI	Abaiara	1.940	16.562,55
	Altaneira	1.526	14.455,54
	Antonina do Norte	5.030	14.418,95
	Araripe	3.879	25.503,63
	Assaré	4.838	21.704,20
	Aurora	3.988	23.187,28
	Barbalha	9.484	30.670,87
	Barro	3.230	20.054,96
	Brejo Santo	7.390	28.606,10
	Campos Sales	3.111	26.077,55
	Caririaçu	5.443	27.221,29
	Crato	19.083	58.402,69
	Farias Brito	3.990	19.911,26
	Granjeiro	1.348	14.552,70
	Jardim	6.373	27.036,46
	Jati	1.557	16.736,39
	Juazeiro do Norte	31.727	78.024,49
	Lavras da Mangabeira	5.335	25.495,22
	Mauriti	8.639	29.265,31
	Milagres	4.568	24.281,86
	Missão Velha	6.529	26.546,13
	Nova Olinda	2.270	19.298,12
	Penaforte	2.085	15.272,80
	Porteiras	3.445	20.345,32
Potengi	3.137	15.531,58	
Salitre	4.582	27.823,47	
Santana do Cariri	3.898	23.670,51	
Tarrafas	1.730	16.372,08	
Varzea Alegre	1.757	29.851,82	
TOTAL DO CARIRI - REGIÃO 1		161.912	736.881,13
2 CENTRO SUL	Acopiara	8.062	29.111,26
	Baixio	1.272	14.241,39
	Cariús	2.738	18.064,13
	Catarina	2.082	17.902,16
	Cedro	3.910	21.121,18
	Icó	10.957	50.945,07
	Iguatu	11.822	37.977,17
	Ipaumirim	1.992	16.753,83
	Jucás	4.314	18.561,58
	Orós	3.900	21.824,56

	Quixelô	3.058	19.677,74
	Saboeiro	6.356	19.716,26
	Umari	1.366	14.109,96
TOTAL DO CENTRO SUL – REGIÃO 2		61.829	300.006,29
3 GRANDE FORATLEZA	Aquiraz	13.038	41.677,26
	Cascavel	12.106	35.933,98
	Caucaia	52.858	101.823,16
	Chorozinho	4.239	19.440,91
	Eusébio	10.946	31.514,59
	Fortaleza	210.999	1614030,44
	Guaiúba	4.654	21.330,29
	Horizonte	11.327	32.561,12
	Itaitinga	7.148	36.722,68
	Maracanaú	33.778	86.068,10
	Maranguape	16.209	44.083,07
	Pacajus	11.509	38.092,27
	Pacatuba	9.031	29.071,53
	Paracuru	6.832	26.808,70
	Paraipaba	5.781	23.516,91
	Pindoretama	3.776	114.722,68
	Sao Gonçalo do Amarante	9.918	26.668,15
	Sao Luís do Curu	2.334	15.622,76
Trairi	10.679	31.588,40	
TOTAL DA GRANDE FORTALEZA – REGIÃO 3		437.162	2.371.277,00
4 LITORAL LESTE	Aracati	11.379	41.105,04
	Beberibe	9.924	40.250,54
	Fortim	2.937	17.938,49
	Icapuí	4.023	18.711,95
	Itaicaba	1.274	13.994,70
	Jaguaruana	4.825	22.915,78
TOTAL DO LITORAL LESTE – REGIÃO 4		34.362	154.916,50
5 LITORAL NORTE	Acaraú	11.482	41.613,10
	Barroquinha	3.600	23.709,86
	Bela Cruz	5.197	26.456,61
	Camocim	11.542	40.901,56
	Chaval	2.710	19.627,00
	Cruz	5.363	26.031,32
	Granja	11.572	48.348,63
	Itarema	8.842	33.869,43
	Jijoca de Jericoacoara	5.756	18.423,99
	Marco	7.374	25.408,85
	Martinópolis	2.607	20.390,43
	Morrinhos	4.045	20.262,04
Uruoca	2.857	18.123,59	
TOTAL DO LITORAL NORTE – REGIÃO 5		82.947	363.166,41
6 LITORAL OESTE/VALE DO	Amontada	9.329	46.234,32
	Apuiarés	2.618	17.639,06

CURU	General Sampaio	1.983	16.300,53
	Irauçuba	5.253	19.392,71
	Itapage	9.502	37.312,04
	Itapipoca	23.789	83.787,26
	Miraima	3.028	21.694,28
	Pentecoste	6.744	27.423,63
	Tejucuoca	3.838	26.404,65
	Tururu	3.416	22.689,41
	Umirim	3.628	19.787,99
	Uruburetama	3.885	26.605,97
TOTAL DO LITORAL OESTE/VALE DO CURU – REGIÃO 6		77.013	365.271,85
7 MACIÇO DO BATURITÉ	Acarape	2.688	15.037,71
	Aracoiaba	4.827	23.443,29
	Aratuba	2.811	18.858,13
	Barreira	4.348	21.302,65
	Baturité	5.308	22.834,55
	Capistrano	3.182	20.562,70
	Guaramiranga	1.382	14.219,97
	Itapiuna	3.546	19.868,20
	Mulungu	1.867	15.158,42
	Ocara	4.862	23.101,14
	Pacoti	2.114	17.224,36
	Palmacia	1.923	15.020,48
Redencao	4.933	22.781,55	
TOTAL DO MACIÇO DO BATURITÉ – REGIÃO 7		43.791	249.413,15
8 SERRA DA IBIAPABA	Carnaubal	3.622	20.516,90
	Croatá	3.553	18.408,46
	Guaraciaba do Norte	8.181	40.172,17
	Ibiapina	4.359	23.219,80
	Ipu	6.921	24.414,28
	Sao Benedito	9.166	31.923,15
	Tianguá	14.326	34.530,80
	Ubajara	6.423	24.731,56
	Vicosa do Ceará	12.585	41.355,02
TOTAL DA SERRA DA IBIAPABA – REGIÃO 8		69.136	259.272,14
9 SERTÃO CENTRAL	Banabuiú	3.799	18.296,00
	Choró	2.884	22.835,19
	Deputado Irapuan Pinheiro	12.623	17.139,08
	Ibaretama	2.923	23.643,46
	Ibicuitinga	2.757	23.717,48
	Milhã	2.317	16.735,77
	Mombaça	7.966	22.017,85
	Pedra Branca	6.997	27.524,57
	Piquet Carneiro	2.297	17.378,84
	Quixadá	14.246	41.665,33

	Quixeramobim	1.640	49.746,51
	Senador Pompeu	3.696	20.261,21
	Solonópole	2.777	19.512,14
TOTAL DO SERTÃO CENTRAL – REGIÃO 9		66.922	320.473,43
10 SERTÃO DE CANINDÉ	Boa Viagem	9.166	37.908,11
	Caninde	13.103	48.851,44
	Caridade	3.521	19.584,29
	Itatira	5.148	25.152,26
	Madalena	3.528	21.649,73
	Paramoti	2.552	24.296,93
TOTAL DE SERTÃO DE CANINDÉ – REGIÃO 10		37.018	177.442,76
11 SERTÃO DE SOBRAL	Alcântaras	2.125	15.963,59
	Cariré	3.102	19.107,28
	Coreaú	4.183	20.184,52
	Forquilha	3.585	16.663,85
	Frecheirinha	2.731	15.487,92
	Graça	3.235	18.210,93
	Groairas	2.030	14.970,84
	Massapê	6.602	22.934,56
	Meruoca	2.886	17.927,98
	Moraújo	1.752	15.629,56
	Mucambo	2.626	15.613,90
	Pacujá	1.112	14.173,56
	Pires Ferreira	1.873	14.791,98
	Reriutaba	3.463	16.689,81
	Santana do Acaraú	6.379	24.096,86
	Senador Sá	1.714	15.290,52
	Sobral	28.939	68.214,34
Varjota	3.328	17.486,16	
TOTAL DO SERTÃO DE SOBRAL – REGIÃO 11		81.665	363.438,16
12 SERTÃO DOS CRATEÚS	Ararendá	2.321	15.310,84
	Catunda	2.161	15.235,25
	Crateús	11.598	35.805,56
	Hidrolândia	3.471	17.798,42
	Independência	4.078	21.019,97
	Ipaporanga	2.243	15.289,08
	Ipueiras	8.015	24.316,51
	Monsenhor Tabosa	3.542	22.347,38
	Nova Russas	5.057	19.396,90
	Novo Oriente	5.233	20.461,52
	Poranga	2.813	16.566,22
	Santa Quitéria	7.700	30.268,55
	Tamboril	5.276	25.852,73
TOTAL DO SERTÃO DE CRATEÚS – REGIÃO 12		63.508	279.668,93
13 SERTÃO DOS INHAMUNS	Aiuaba	3.003	22.356,74
	Arneiroz	1.562	17.267,68

	Parambu	6.306	26.369,38
	Quiterianópolis	4.083	21.058,01
	Tauá	10.503	40.990,34
TOTAL DO SERTÃO DOS INHAMUNS – REGIÃO 13		25.457	128.042,15
14 VALE DO JAGUARIBE	Alto Santo	2.914	18.931,17
	Ererê	1.173	14.258,63
	Iracema	2.471	17.033,20
	Jaguaretama	2.883	22.141,36
	Jaguaribara	2.117	19.064,81
	Jaguaribe	6.371	23.953,91
	Limoeiro do Norte	7.275	26.621,46
	Morada Nova	10.162	45.473,05
	Palhano	1.561	16.232,56
	Pereiro	3.316	20.513,06
	Potiretama	1.155	14.295,84
	Quixeré	3.374	18.315,23
	Russas	11.485	39.188,88
	Sao João do Jaguaribe	1.203	14.437,01
Tabuleiro do Norte	4.258	20.269,94	
TOTAL DO VALE DO JAGUARIBE – REGIÃO 14		61.718	330.730,11
TOTAL GERAL		1.304.440	6.400.000,00

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Cooperação com os Municípios
	Lucas Fernandes Hoogerbrugge
	Idelson Almeida Paiva Júnior
E-mail	lucas.fernandes@educ.ce.gov.br Idelson@educ.ce.gov.br
Fone	(85) 3101-3942 / 3101-3944

Marco Lógico MAPP 1805 – Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Melhoria dos indicadores educacionais da aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental	% de crescimento do IDEB e IDE-Alfa, IDE-5 e IDE-9	Resultados do IDEB divulgados pelo MEC Resultados do SPAECE – Alfa e SPAECE	Não realização da avaliação externa
	Fortalecimento institucional dos sistemas municipais de ensino	% de municípios com modelo de gestão com foco na aprendizagem implantado % de municípios com modelo de seleção de diretores implantado	Relatórios de Monitoramento e acompanhamento das ações municipais	Baixa cooperação dos municípios
Resultados	Elevação do nível de alfabetização e de aprendizagem das crianças e jovens na idade adequada do ensino fundamental	% de crianças do 2º ano do ensino fundamental alfabetizadas. % melhoria do desempenho dos alunos do 5º ano nos testes padronizados de língua portuguesa e matemática % melhoria do desempenho dos alunos do 9º ano nos testes	Resultados do SPAECE – Alfa e SPAECE e da Prova Brasil do MEC	Não realização da avaliação externa

		padronizados de língua portuguesa e matemática		
Produtos	Formação Continuada de Professores e Técnicos Educacionais	No. de Professores e Técnicos capacitados	Relatórios das formações.	Baixa cooperação dos municípios
	Formação Continuada para diretores de escolas e técnicos das Coordenadorias Regionais de Educação	No. de diretores, gerentes regionais e municipais capacitados		
Atividades	Concessão de bolsas de pesquisa e extensão tecnológica para os formadores e técnicos das redes municipais e estadual de ensino	No. de bolsas concedidas	Relatórios técnicos	Redução de bolsas
	Contratação de serviços de impressão de materiais didático-pedagógico para alunos e professores	No. de contratos realizados		Licitação fracassada
	Implantação de acervos literários	No. de acervos implantados		
Insumos	Recursos: financeiros, humanos, materiais	% execução do orçamento	WEBMAPP	Indisponibilidade de recursos em tempo hábil

ANEXO II

CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE BOLSISTAS DO PROGRAMA APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA – MAIS PAIC

A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei nº 15.276, de 28 de dezembro de 2012, que trata da concessão de Bolsas pela Secretaria da Educação – SEDUC, no âmbito do Programa Aprendizagem na Idade Certa – MAISPAIC, torna pública, para conhecimento, a abertura de inscrições e convoca os interessados a se submeterem ao processo de seleção de bolsistas às Bolsas de Extensão Tecnológica e às Bolsas de Pesquisa para fazer parte do BANCO DE BOLSISTAS do referido Programa, nos termos estabelecidos nesta Chamada Pública e seus Anexos.

Na presente Chamada Pública, o interessado(a) poderá concorrer apenas a um tipo de Bolsa com os respectivos níveis descritos nos Anexos II e III.

Os candidatos selecionados farão parte do BANCO DE BOLSISTAS DO PROGRAMA APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA – MAISPAIC, da Secretaria da Educação do Estado do Ceará e poderão ser convocados(as) conforme as necessidades para o desenvolvimento e execução das atividades do Programa.

1. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

1.1 O PROGRAMA DE APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA - MAIS PAIC, da Secretaria da Educação do Estado, criado enquanto PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA – PAIC pela Lei 14.026 de 17 de dezembro de 2007 e ampliado pela Lei Nº 15.921, de 15 de dezembro de 2015, tem por objeto principal a cooperação entre Governo do Estado e municípios cearenses com a finalidade de apoiar tecnicamente e financeiramente os municípios para ampliar as oportunidades de desenvolvimento das crianças na Educação Infantil, na etapa inicial de Alfabetização, além da garantia das aprendizagens em todo o Ensino Fundamental dos alunos da rede pública de ensino, através de um conjunto de ações organizadas que foram denominadas no final de 2015 de MAISPAIC.

1.2 A Bolsa de Pesquisa do Programa Aprendizagem na Idade Certa – MAISPAIC constitui-se em instrumento de apoio e incentivo a projetos de pesquisa científica e tecnológica que tenham relação com os objetivos do Programa.

1.2.1 O detalhamento quanto à tipificação e os valores da Bolsa de Pesquisa constam do Anexo II desta Chamada Pública. No Anexo VII constam ainda as possíveis atividades em que os bolsistas poderão executar a partir de sua inserção nos Eixos do MAISPAIC.

1.3 A Bolsa de Extensão Tecnológica constitui-se em instrumento de apoio à execução do Programa, através da atuação de profissionais de diversas áreas do conhecimento, de nível superior ou médio, com proficiência técnica e/ ou científica, em projetos e ações, visando ao intercâmbio e ao aprimoramento do conhecimento utilizado e à implementação de tecnologias educacionais para o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, o incremento de materiais instrucionais e a promoção de formação em serviço de equipes da SEDUC e dos técnicos e professores das redes municipais de ensino no Estado do Ceará.

1.3.1 O detalhamento quanto à tipificação e aos valores da Bolsa de Extensão Tecnológica constam do Anexo III desta Chamada Pública.

2. DA DIVULGAÇÃO

Os interessados em participar da presente Seleção poderão obter informações na Coordenadoria de Cooperação com os Municípios, 1ª andar, bloco B, da Secretaria da Educação do Estado do Ceará – SEDUC, localizada no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Avenida General Afonso Albuquerque Lima, S/N Cambéa, Fortaleza-CE, em dia útil, nos horários de 8 h às 12 h e das 13 h às 17 h ou pelos telefones (85) 3101 3944 ou (85) 3101.3889, ou ainda, através do site www.idadecerta.seduc.ce.gov.br.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

Poderão ser concedidas Bolsas de Pesquisa e Bolsas de Extensão Tecnológica aos profissionais de nível superior ou médio, com proficiência técnica e/ ou científica, servidores públicos, ou não, visando ao intercâmbio e ao aprimoramento do conhecimento utilizado e à implementação de tecnologias educacionais para o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, do incremento de materiais instrucionais e da promoção de formação em serviço no âmbito do MAISPAIC.

4. DOS PROCEDIMENTOS DO PROCESSO DE SELEÇÃO

O processo de seleção constará de 02 (duas) etapas, sendo ambas de caráter eliminatório:

4.1 Primeira Etapa: avaliação do Curriculum Lattes e do Plano de Trabalho proposto pelo candidato.

4.2 Segunda Etapa: entrevista com o candidato.

4.3 Na avaliação do Curriculum Lattes será levado em consideração o mérito científico, tecnológico e/ou profissional, sendo os critérios para pontuação do Curriculum, os definidos no Anexo VI desta Chamada Pública.

4.4 Na avaliação do Plano de Trabalho será levada em consideração a coerência com os princípios e objetivos do MAISPAIC, sendo os critérios para pontuação do Plano de Trabalho, os definidos no Anexo IV desta Chamada Pública.

4.5 Na entrevista, além de outros aspectos, serão levados em consideração a efetiva e relevante experiência profissional, a disponibilidade e o nível de comprometimento para execução das ações desenvolvidas pelo Programa.

4.6 Para participar da segunda etapa, os candidatos deverão ter sido aprovados na primeira etapa.

4.7 Os candidatos deverão apresentar Curriculum Lattes atualizado, contendo o registro de suas atividades acadêmicas, profissionais e técnico-científicas desenvolvidas, acompanhado dos respectivos comprovantes, e a proposta de Plano de Trabalho, na forma do roteiro apresentado no Anexo V, desta Chamada Pública, a ser entregue pelo candidato em um único envelope lacrado.

4.8 A Seleção dos Candidatos será realizada mediante a análise dos seguintes itens e de acordo com a seguinte pontuação:

ETAPA	Critério	Pontuação Máxima
1	Análise do Currículo do candidato, de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo VI, e Análise do Plano de Trabalho, de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo IV.	30
2	Entrevista com o Candidato	20
Total da pontuação máxima		50 pontos

Observação 1: Será considerado aprovado para a segunda etapa o candidato que obtiver a pontuação de 20 (vinte) pontos.

Observação 2: Será considerado aprovado neste Processo de Seleção o candidato que obtiver a pontuação total mínima de 40 (quarenta) pontos.

5. DAS INSCRIÇÕES E DA ENTREGA DO ENVELOPE

5.1 As inscrições para participar do processo de seleção de candidatos para concessão de Bolsas de Extensão Tecnológica e Bolsas de Pesquisa estarão abertas, no período de 10 (dez) dias úteis, que se seguem à publicação do presente Edital, contados da data da publicação no Diário Oficial do Estado e deverão ser realizadas diretamente na Coordenadoria de Cooperação com os Municípios – COPEM, 1ª andar, bloco B, da Secretaria da Educação do Estado do Ceará – SEDUC, localizada no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Avenida General Afonso Albuquerque Lima, S/N Cambeba, Fortaleza – Ce, nos horários de 8 h às 12 h e de 13 h às 17 h.

Observação: A inscrição poderá ser realizada mediante procuração com objeto específico, em favor do responsável pela realização da inscrição, com firma reconhecida.

5.2 No ato da inscrição, os candidatos interessados em participar da presente Chamada Pública deverão entregar a ficha de inscrição (modelo constante do Anexo I desta Chamada), indicando o tipo de bolsa para a qual deseja candidatar-se, o Eixo e as ações previstas, apresentando o Curriculum Lattes e o Plano de Trabalho.

5.3 Na capa do envelope devem constar as seguintes informações:

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ – SEDUC
CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE BOLSISTAS DO PROGRAMA
APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA – MAISPAIC

NOME DO CANDIDATO:

REFERÊNCIA RELATIVA AO TIPO DE BOLSA, EIXO E A AÇÃO A QUE O CANDIDATO ESTÁ CONCORRENDO (DE ACORDO COM O ANEXO VII):

CPF:

ENDEREÇO:

TELEFONES PARA CONTATOS:

6. DAS COMISSÕES DE SELEÇÃO

6.1 Será criada uma Comissão de Seleção a ser escolhida pelo Coordenador da COPEM.

6.2 Os documentos entregues pelo candidato, no envelope, serão avaliados pela Comissão de Seleção designada, que realizará todos os trabalhos do processo de seleção, cujos resultados de cada etapa do processo serão lavrados em ata circunstanciada e assinada pelos membros da respectiva Comissão.

6.3 Não poderão concorrer candidatos que tenham parentes até o terceiro grau na respectiva Comissão de Seleção.

7. DO RESULTADO E DA CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS SELECIONADOS

7.1. O resultado da análise documental, as datas e os horários das entrevistas serão divulgados por meio digital no site www.idadecerta.seduc.ce.gov.br. O resultado final do processo de seleção, contendo a lista em ordem alfabética dos nomes dos bolsistas selecionados e que atingiram a pontuação mínima exigida, será publicado

no Diário Oficial do Estado, após a apreciação de eventuais recursos e a devida homologação.

7.2. A SEDUC buscará a construção de um calendário para os processos seletivos e divulgará todas as datas dos eventos deste processo de seleção por meio digital no site www.idadecerta.seduc.ce.gov.br, bem como no site www.seduc.ce.gov.br, devendo o candidato manter-se informado a respeito dos seguintes eventos:

Eventos

Início das Inscrições

Término das inscrições

Divulgação da análise documental e agendamento das entrevistas
--

Prazo para Recurso

Realização das entrevistas

Divulgação do resultado final no site da SEDUC
--

Prazo para recurso do resultado final

Homologação do Resultado final

Publicação no Diário Oficial do Estado do Resultado Final

7.3 Os candidatos aprovados deverão aguardar a convocação pela SEDUC que será feita conforme as necessidades do Programa MAISPAIC, não gerando nenhuma expectativa de direito.

8. DOS RECURSOS

8.1 Da decisão da primeira fase – análise do Curriculum Lattes e do Plano de Trabalho, proferida pela Comissão de Seleção designada, caberá recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, da divulgação do resultado no site www.idadecerta.seduc.ce.gov.br

8.2 Da decisão do Resultado Final proferido pela Comissão de Seleção designada caberá recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, da divulgação do resultado no DOE.

8.3 O Resultado Final será divulgado através de lista em ordem alfabética com nomes de todos os candidatos que atingiram a pontuação mínima exigida.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A concessão de bolsas de que trata esta Chamada Pública está condicionada à assinatura de Termo de Compromisso, que deverá ser antecedida de convocação pela SEDUC e, se necessário, a remodelação ou atualização do Plano de Trabalho, capazes de possibilitar a definição do tempo de execução das ações e valores das Bolsas.

9.2. O tempo de execução das bolsas poderá ser prorrogada pela SEDUC, observando o limite máximo previsto na legislação, seja para execução da ação inicialmente planejada, bem como para outras ações previstas no âmbito do mesmo Eixo ou de outros Eixos do MAISPAIC, sendo necessária, para isso, a remodelação do Plano de Trabalho.

9.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção.

9.4. Fica reservado à SEDUC o direito de prorrogar, revogar ou anular a presente Chamada Pública.

9.5 A seleção dos profissionais, servidores públicos ou não, que receberão as bolsas de extensão tecnológica para atividades a serem realizadas diretamente nos municípios não estará submetida a esta Chamada Pública e será realizada diretamente por comissões de seleção, através de Chamadas Públicas específicas, publicadas pelas Secretarias Municipais da Educação, que deverão contemplar obrigatoriamente as etapas de análise do currículo dos candidatos, análise do plano de trabalho e entrevista.

9.6. As Chamadas Públicas e as atas resultantes dos processos seletivos realizados no âmbito dos municípios, mencionadas no item anterior, deverão ser enviadas para a COPEM, juntamente com a documentação dos profissionais selecionados.

Fortaleza-CE, de de 2016.

Maurício Holanda Maia
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE BOLSISTAS DO
PROGRAMA APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA-MAIS PAIC

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO

I – Identificação do candidato:

Nome _____ completo

CPF: _____ RG: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

II – Opção do bolsista:

- Bolsa de Extensão Tecnológica - Nivel I
- Bolsa de Extensão Tecnológica - Nivel II
- Bolsa de Extensão Tecnológica - Nivel III
- Bolsa de Extensão Tecnológica - Nivel IV
- Bolsa de Pesquisa – Nível I
- Bolsa de Pesquisa – Nível II

III – Referência relativa ao tipo de bolsa, Eixo e ações previstas (conforme Anexo VII)

V – Assinatura do Bolsista

**CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE BOLSISTAS DO PROGRAMA
ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA – MAIS PAIC
ANEXO II – DETALHAMENTO QUANTO À TIPIFICAÇÃO E AO VALOR MÁXIMO
DA BOLSA DE PESQUISA:**

ITEM	TIPO DE BOLSA	DESCRIÇÃO	VALOR PARA DEDICAÇÃO DE 40 HORAS SEMANAIS
I	Bolsa de Pesquisa Nível I	Profissionais, servidores públicos ou não, com titulação mínima de mestre nas áreas da educação, para execução de atividades de planejamento, elaboração de Projetos de Pesquisa articulados com objetivos e metas do Programa Aprendizagem na Idade Certa – MAISPAIC e a coordenação, supervisão e acompanhamento de equipes de pesquisas.	R\$ 3.600,00
II	Bolsa de Pesquisa Nível II	Profissionais, servidores públicos ou não, com titulação de especialista nas áreas da educação, para execução de procedimentos previstos em Projetos de Pesquisa e elaboração de Relatórios de Pesquisa relacionados com o Programa Aprendizagem na Idade Certa – MAISPAIC.	R\$ 2.500,00

**CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE BOLSISTAS DO PROGRAMA
ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA – MAIS PAIC**

**ANEXO III – DETALHAMENTO QUANTO À TIPIIFICAÇÃO E AO VALOR MÁXIMO
DA BOLSA DE EXTENSÃO TECNOLÓGICA**

ITEM	TIPO DE BOLSA	DESCRIÇÃO	VALOR PARA DEDICAÇÃO DE 40 HORAS SEMANAIS
I	Bolsa de Extensão Tecnológica Nível I	Profissionais, servidores públicos ou não, com titulação de doutor ou detentores de amplo conhecimento na sua área de atuação, com graduação em qualquer área do conhecimento, para executarem atividades voltadas ao atendimento dos objetivos do MAISPAIC, nas áreas de educação infantil, gestão, alfabetização e avaliação externa da aprendizagem.	R\$ 4.600,00
II	Bolsa de Extensão Tecnológica Nível II	Profissionais, servidores públicos ou não, com titulação de mestre nas áreas da educação, para executarem projetos e prestarem assessoria educacional que agregue conhecimento técnico e científico a uma das seguintes áreas de conhecimento: educação infantil, gestão pedagógica – alfabetização e formação de professores; gestão da educação municipal, formação do leitor, avaliação externa da aprendizagem, bem como planejamento e elaboração de materiais didáticos que contribuam com as formações dos professores da Educação Básica.	R\$ 3.600,00
III	Bolsa de Extensão Tecnológica tendimento aos objetivos do MAIS PAIC tendimento aos objetivos do MAIS PAIC na(s) área(s) proposta(s) para cada tipo e nível de bolsa na(s) área(s) proposta(s) para cada tipo e nível de bolsa Nível III	Profissionais, servidores públicos ou não, com titulação mínima de graduação nas áreas da educação, para execução de atividades de planejamento, avaliação, acompanhamento e execução dos objetivos e metas para a realização de estudos e reflexão continuada de cada um dos eixos do MAISPAIC sobre os conteúdos e estratégias formativas e supervisão e organização de estratégia de formação dirigida às equipes municipais.	R\$ 1.500,00
IV	Bolsa de Extensão Tecnológica Nível IV	Profissionais, servidores públicos ou não, para atendimento aos objetivos do MAIS PAIC na(s) área(s) proposta(s) para cada tipo e nível de bolsa para capacitação continuada quanto às metodologias empregadas no MAISPAIC e acompanhamento e avaliação da execução do Programa.	R\$ 600,00

**CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE BOLSISTAS DO PROGRAMA
APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA – MAIS PAIC**

**ANEXO IV – CRITÉRIO PARA AVALIAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO
PROPOSTO PELO CANDIDATO:**

	Critérios de análise e julgamento do Plano de Trabalho	NOTA
A	Atendimento aos objetivos do MAISPAIC na(s) área(s) proposta(s)	5 (cinco) pontos
B	Coerência com as metodologias que vem sendo desenvolvidas em cada área de atuação do Programa MAISPAIC	6 (seis) pontos
C	Clareza, consistência, objetividade, e condição de aplicabilidade	4 (quatro) pontos
	Total da pontuação máxima obtida no Plano de Trabalho	15 (quinze) pontos

**CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE BOLSISTAS DO PROGRAMA
APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA – MAIS PAIC**

ANEXO V – ROTEIRO PARA PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO

1. Identificação

1.1 Candidato (nome, modalidade e nível da Bolsa pleiteada)

1.2 Telefones para contato

1.3 Endereço eletrônico (e-mail)

2. Dados do Plano de Trabalho

2.1 Título

2.2 Tipo de bolsa, Eixo e ações previstas (conforme Anexo VII)

2.3 Período de vigência do Plano de Trabalho

3. Introdução

4. Objetivos

5. Justificativa

6. Metodologia

7. Resultados esperados

**CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE BOLSISTAS DO PROGRAMA
APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA – MAIS PAIC**

ANEXO VI – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DO CURRÍCULUM

ITEM	CRITÉRIO: Mérito científico, tecnológico e/ou profissional.	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	Cursos de qualificação correlatos com a área de atuação para o tipo e nível de bolsa escolhidos pelo candidato, limitando-se a dois cursos, com carga horária mínima de 100 horas	5 (cinco) pontos
2	Trabalhos/projetos desenvolvidos nas áreas desenvolvidas pelos Eixos do MAISPAIC	10 (dez) pontos
Total de pontos obtidos na análise do Currículum		15 (dez) pontos

**CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE BOLSISTAS DO PROGRAMA
APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA – MAIS PAIC**

**ANEXO VII – DAS POSSÍVEIS AÇÕES A SEREM EXECUTADOS PELOS
BOLSISTAS**

REF.	BOLSAS DE PESQUISA - EIXO – AÇÕES PREVISTAS
EIXO EDUCAÇÃO INFANTIL	
BP-EI-1	Análise e parecer técnico-pedagógico das Orientações Curriculares para a Educação Infantil.
EIXO ENSINO FUNDAMENTAL I	
BP-EFI-2	Análise e parecer técnico-pedagógico dos materiais didáticos do 2º ano – “ Pé de Imaginação”
BP-EFI-3	Análise e parecer técnico-pedagógico dos materiais didáticos de Língua Portuguesa e de Matemática do 3º, 4º e 5º anos – Cadernos de Atividades
BP-EFI-4	Análise e parecer técnico-pedagógico das Propostas Curriculares de Língua Portuguesa e de Matemática para o Ensino Fundamental I
EIXO GESTÃO	
BP-EG-1	Pesquisas e análises e que avaliem do ponto de vista qualitativo e quantitativo as atividades e projetos dos Eixos do MAISPAIC, como forma de possibilitar mudanças e correções na execução do Programa.
BOLSAS DE EXTENSÃO TECNOLÓGICA - AÇÕES PREVISTAS	
EIXO EDUCAÇÃO INFANTIL	
BET-EI-1	Consultoria na área de Desenvolvimento Infantil
BET-EI-2	Consultoria na área de Formação de Professores da Educação Infantil
BET-EI-3	Consultoria na área de Avaliação de Impacto para o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN
BET-EI-4	Consultoria na área de Brinquedos e Brincadeiras para o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN
BET-EI-5	Consultoria na área de Desenvolvimento Infantil com foco na Saúde para o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN
BET-EI-6	Consultoria na área de Desenvolvimento Infantil com foco na Educação para o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN
BET-EI-7	Consultoria na área de Relações Sociais e Antropologia para o plano de mitigação com famílias indígenas e quilombolas atendidas pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN.
BET-EI-8	Formação de Formadores dos professores municipais
EIXO ENSINO FUNDAMENTAL I	
BET-EFI-1	Consultoria na área de Formação de Professores no Ensino Fundamental I
BET-EFI-2	Consultoria na área de Língua Portuguesa do 1º ao 3º anos
BET-EFI-3	Consultoria na área de Matemática do 1º ao 3º anos
BET-EFI-4	Consultoria para implementação do Projeto Luz do Saber
BET-EFI-5	Formação de Formadores do Projeto Luz do Saber
BET-EFI-6	Formação de Formadores dos professores municipais de Língua Portuguesa do 4º e 5º anos
BET-EFI-7	Formação de Formadores dos professores municipais de Matemática do 4º e 5º anos
BET-EFI-8	Consultoria na área de Língua Portuguesa do 4º e 5º anos
BET-EFI-9	Consultoria na área de Matemática do 4º e 5º anos
BET-EFI-11	Consultoria na área de Ciências Naturais no Ensino Fundamental I
BET-EFI-12	Consultoria na área de Ciências Humanas no Ensino Fundamental I
EIXO ENSINO FUNDAMENTAL II	
BET-EFII-1	Consultoria na área de Formação de Professores do Ensino Fundamental II
BET-EFII-2	Consultoria na área de Matemática do Ensino Fundamental II
BET-EFII-3	Consultoria na área de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental II
BET-EFII-4	Consultoria em temas relacionados a Adolescência e Juventude
BET-EFII-5	Formação de Formadores para professores municipais da área de Linguagens do Ensino Fundamental II

BET-EFII-6	Formação de Formadores para professores municipais da área de Matemática do Ensino Fundamental II
BET-EFII-7	Formação de Formadores para professores municipais da área de Ciências Naturais do Ensino Fundamental II
BET-EFII-8	Formação de Formadores para professores municipais da área de Ciências Humanas do Ensino Fundamental II
EIXOS DE ENSINO FUNDAMENTAL I e ENSINO FUNDAMENTAL II	
BET-EF-1	Consultoria na área de Educação Inclusiva no Ensino Fundamental
BET-EF-2	Consultoria na área de Educação Ambiental no Ensino Fundamental
BET-EF-3	Consultoria na área de EaD - Educação à Distância no Ensino Fundamental
BET-EF-4	Consultoria na área de análise e produção de sistemas de informação para melhoria do SAAP e SISPAIC ou elaboração de outros sistemas para o MAIS PAIC.
EIXO AVALIAÇÃO EXTERNA	
BET-AE-1	Consultoria para o Eixo de Avaliação Externa para elaboração de itens, formações de professores e produção de instrumentais
BET-AE-2	Aplicação de pré-testes das provas diagnósticas MAIS PAIC
EIXO DE LITERATURA E FORMAÇÃO DO LEITOR	
BET-LFE-1	Consultoria na área de Literatura e Formação do Leitor
BET-LFE-2	Consultoria para o Eixo de Literatura e Formação do Leitor quanto ao uso das novas tecnologias
BET-LFE-3	Pareceres para seleção dos textos literários que comporão as coleções de Literatura do MAIS PAIC
BET-LFE-4	Editoria da COLEÇÃO PAIC, PROSA E POESIA
BET-LFE-5	Ilustração dos livros de Literatura da COLEÇÃO PAIC, PROSA E POESIA
BET-LFE-6	Criação da arte gráfica da COLEÇÃO PAIC, PROSA E POESIA
BET-LFE-7	Elaboração dos textos biográficos que comporão a Agenda Literária
BET-LFE-8	Oficinas de arte para a dinamização dos acervos literários
BET-LFE-9	Coordenação editorial e elaboração textual da Revista Pense
BET-LFE-10	Correção e revisão dos materiais produzidos e que serão publicados
EIXO DE GESTÃO	
BET-G-1	Consultoria para apoiar a gestão da aprendizagem nos municípios que mais concentram alunos com baixo desempenho na aprendizagem
BET-G-2	Coordenação de Eixos e projetos do MAIS PAIC a partir do trabalho na COPEM/SEDUC
BET-G-3	Apoio a outras ações dos Eixos no MAIS PAIC a partir do trabalho na COPEM/SEDUC
BET-G-4	Apoio às ações do MAIS PAIC nos municípios a partir do trabalho nas CECOMs/CREDEs



**Governo do Estado do Ceará
Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas**

PROJETO: Juventude em Ação

MAPP 12

"SPD"

Maior/2016

1. Descrição do Projeto:

O projeto Juventude em Ação objetiva oferecer aos alunos do Ensino Médio das escolas públicas do Estado do Ceará um espaço, reflexivo, afetivo e respeitoso sobre as diferentes questões que permeiam a temática das drogas com ênfase na prevenção. O projeto deverá ser realizada entre maio a setembro de 2016, incluindo 10 municípios das diferentes regiões macro administrativas do estado atingindo, 20 escolas de Ensino Médio

O projeto se desenvolve a partir de uma linha de atividades lúdico-pedagógicas, onde os jovens encontram ambientes prazerosos e acolhedores para a formação do pensamento crítico sobre a temática das drogas lícitas e ilícitas. O aprendizado é construído do jogo “Na Trilha da Prevenção”, onde o avanço de cada casa no tabuleiro corresponde a mais uma reflexão sobre a dinâmica do contexto das drogas e sua prevenção, perpassada pelas opiniões dos jogadores num exercício dialógico e cooperativo. Isso permite que a troca de experiências que oriente raciocínios, permitindo a elaboração de sínteses baseadas nas circunstâncias singulares de cada universo social.

A partir da experiência com o jogo, os estudantes se reúnem em grupos compostos por alunos das três séries do Ensino Médio e mobilizam-se para participar de um concurso artístico-cultural a partir do tema “Juventude em ação na prevenção ao uso de drogas”. O concurso prevê expressões através da criação de cartazes, fotografias, histórias em quadrinhos, redações, danças e jingles, além de atribuir pontos para ações voluntárias e para a participação das torcidas.

Em cada escola, as criações do concurso são expostas à visitação pública na exposição “Nossos Saberes”, valorizando as potencialidades de expressão dos estudantes, encorajando-os a se tornarem sujeitos proativos e colaborativos na definição dos caminhos pessoais e comunitários na prevenção ao uso de drogas

A multiplicação dos conhecimentos ultrapassa o universo estudantil a partir de oficinas oferecidas aos educadores, rodas de terapia comunitária integrativa sistêmica para os familiares dos estudantes e lideranças comunitárias e, sobretudo, através da formação de grupos de estudantes voluntários capacitados que promovem rodadas do jogo nas demais escolas das regiões urbanas e rurais nas cidades. Assim, o projeto estimula a responsabilidade social e a promoção da solidariedade nas comunidades.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

Em 2002, o decreto federal nº 3.425 que instituiu a política nacional antidrogas recomendou priorizar a prevenção do uso indevido de drogas, por ser a intervenção mais eficaz e de menor custo para a sociedade.

No Ceará, esta diretriz ganhou contornos nítidos a partir da implantação da Secretaria Especial de Políticas Públicas Sobre Drogas (SPD), em 10 de março de 2015, que centralizou as ações ligadas à temática das drogas, ancorando-se nas orientações emanadas da PNAD. Desde então, o Governo do Estado criou o Fundo Estadual de Álcool e Outras Drogas, o Comitê Gestor Estadual de Políticas sobre

Drogas e o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas. No âmbito da SPD, foram implantados o Comitê Gestor Estadual de Políticas sobre Drogas do programa "Crack, é Possível Vencer"; o Centro de Referência sobre Drogas (CRD) e o Sistema Acolhe Ceará de Regulação das Vagas de Comunidades Terapêutica.

O projeto "Juventude em Ação" é mais uma das ações que integram o planejamento estadual sobre as drogas, harmonizando-se com o eixo "prevenção" da Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas. Ele se desenvolve numa perspectiva intersetorial, que articula educação com a prevenção, buscando evitar ou retardar a experimentação e minimizar o consumo especialmente entre a população de jovens, cujos indicadores etários mostram maior vulnerabilidade ao uso de drogas.

Alinhado com as diretrizes da PNAD, o projeto se baseia as orientações gerais sobre prevenção do decreto 3.425:

- Orientar para a promoção dos valores morais e éticos, da saúde individual, do bem-estar social, da integração sócio-econômica, do aperfeiçoamento do sistema familiar e da implementação de uma comunidade saudável.
- Direcionar as ações preventivas para a valorização do ser humano e da vida; incentivo à educação para a vida saudável e o desenvolvimento pleno abstraído do consumo de drogas; a disseminação das informações; e o fomento da participação da sociedade na multiplicação dessas ações preventivas.
- Utilizar em campanhas e programas educacionais e preventivos, mensagens claras, fundamentadas cientificamente, confiáveis, positivas, atuais e válidas em termos culturais.
- Assim, o projeto Juventude em Ação compreende que o reforço dos sentimentos de cidadania e pertencimento potencializam os fatores de proteção ao uso de drogas tanto nas suas dimensões individuais como no acesso aos serviços de promoção da vida saudável disponíveis à população.

As ações aqui propostas visam contribuir e fomentar o programa "Os Sete Cearás", formado pelas ações estratégicas definidas pelos subprogramas: Ceará da Gestão Democrática por Resultados; Ceará Acolhedor; Ceará de Oportunidades, Ceará Sustentável, Ceará do Conhecimento, Ceará Saudável e o Ceará Pacífico.

O projeto está inserido no Plano de Governo, especificamente no **Eixo** "Ceará Pacífico", na **Temática** "Políticas sobre Drogas", que traz em sua essência o desafio da intersetorialidade e da transversalidade que todo tema complexo requer, cujo **Resultado Temático** é "pessoas, famílias e comunidades com proteção ampliada no âmbito das drogas", na busca ao atendimento aos seguintes **indicadores**:

- a) Percentual de adolescentes (12 a 17 anos) apreendidos em uso de drogas em relação ao total de adolescentes apreendidos.
- b) Percentual de adolescentes (12 a 17 anos) autuados em flagrante por tráfico de drogas em relação ao total de adolescentes autuados em flagrante.
- c) Percentual de autuados em flagrante por tráfico de drogas em relação ao total de pessoas autuadas em flagrantes.

Assim, o projeto vincula-se aos elementos do Plano Plurianual (PPA), para o quadriênio 2016-2019, por meio do **Programa** 085 - Proteção Contra o Uso

Prejudicial de Drogas, no **Objetivo** “reduzir as consequências sociais decorrentes do uso prejudicial de drogas para pessoas, famílias e comunidades”, na **Iniciativa 02**. Prestação de serviços de prevenção no âmbito das drogas.

3. Diagnóstico

O 2º Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD), realizado pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas da Universidade Federal de São Paulo revela que cerca de 3,0% da população adulta do Brasil é usuária frequente de maconha, enquanto 4,0% dos brasileiros já teve alguma experiência com cocaína e derivados.

Os números do levantamento apontam para o crescimento do mercado de drogas no nosso país e indicam que a idade média de experimentação das drogas tem caído a cada ano. Entre 2011 e 2012, o estudo computou cerca de 470 mil adolescentes usuários frequentes de maconha. Como é sabido, a precocidade do uso de drogas tem relação direta com o aumento dos casos de dependência e com o desenvolvimento de outras doenças psiquiátricas.

No Ceará, os dados sobre o agravamento dos problemas ligados ao uso abusivo de drogas se avolumam e podem ser percebidos em todos os municípios, especialmente entre a população jovem. Além do impacto no esgarçamento dos laços familiares e do exercício cidadão, a disseminação das drogas se desdobra nos números de evasão escolar, nas dificuldades de colocação profissional e na mobilização de volumosos recursos para o tratamento de doenças decorrentes do consumo. Ultimamente, os órgãos de segurança pública têm esclarecido as fortes ligações entre o mercado de drogas com o aumento dos índices de violência.

Nesse sentido, projetos fundamentados na prevenção ao uso de drogas e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais têm revelado resultados significativos na otimização do potencial produtivo das populações, tanto nas áreas urbanas como rurais, além de dispenderem menos recursos do que os tratamentos de recuperação e das doenças relacionadas ao consumo.

4. Justificativa

Nos dias atuais, inúmeras organizações governamentais e não governamentais têm desenvolvido estratégias para o enfrentamento à disseminação das drogas no nosso país, articulando suas ações com as realidades concretas de cada comunidade beneficiada. Os programas de prevenção mais eficientes indicam que o compartilhamento de informações sobre drogas é uma ferramenta importantíssima, mas alertam que os conhecimentos são mais bem assimilados quando revelam aplicabilidade prática na realidade dos jovens.

Nessa direção o Programa Juventude em Ação oferece aos estudantes do ensino médio os conhecimentos sobre a problemática das drogas elaboradas de forma reflexiva, crítica e solidária o que possibilita a contextualização das diferentes realidades locais possibilitando resultados significativos na mobilização individual, familiar na prevenção ao uso de drogas.

Nessa perspectiva, a conscientização sobre as drogas atinge uma dimensão ampla, que vai desde a universalização de informações e das medidas de prevenção até a formação de oportunidades para o desenvolvimento saudável das habilidades dos jovens, no sentido da construção de um mundo mais justo e democrático. Torna-se, assim, um instrumento para o fortalecimento da autoestima, dos laços de identidade e do exercício cidadão, fortes aliados na prevenção ao uso de drogas.

5. Histórico

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes) (*)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2015	450.560,00	0,00	450.560,00	50.000
Total	450.560,00	0,00	450.560,00	50.000

6. Público Alvo

Alunos de Escolas do Ensino Médio da rede pública estadual, seus familiares e lideranças comunitárias.

6.1. Critérios adotados para seleção dos beneficiados:

Inicialmente serão selecionadas 20 EEM nas diferentes Macrorregiões Administrativas do Estado, contemplando as CREDES em 10 municípios, neste caso, os que possuem as maiores populações bem como Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas. Os beneficiários do projeto serão os alunos regularmente matriculados nas 03 séries do ensino médio, em cada escola selecionada, identificados por seu número de matrícula e do preenchimento da ficha de inscrição no programa.

6.2. Documentos comprobatórios da situação de pobreza

Independentemente da condição política, econômica e social as drogas afetam populações de diferentes faixas etárias em diversos contextos. Partindo dessa constatação esse projeto de prevenção inclui alunos, familiares e profissionais da educação e lideranças comunitárias, sem nenhuma restrição. No processo de inscrição dos alunos, dos familiares e das lideranças comunitárias, será exigido o número do NIS - Cadastro Único, como forma de comprovação de sua natureza econômica.

7. Objetivos

7.1. Objetivo Geral

Prevenir o uso de drogas junto aos alunos das Escolas de Ensino Médio, de seus familiares e pessoas no entorno de suas comunidades, através de ações de cidadania e de conscientização sobre os problemas físicos, sociais e emocionais que decorrem do consumo de drogas, bem como o apontamento de estratégias de prevenção ao seu uso no contexto familiar, escolar, comunitário, outros.

7.2 Objetivos Específicos

- Oferecer aos alunos das Escolas de Ensino Médio do Estado do Ceará um espaço de troca colaborativa, de reflexão e discussão sobre a prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas.

- Promover a articulação dos conhecimentos sobre as drogas com a dinâmica da vida cotidiana dos jovens, fortalecendo comportamentos saudáveis.
- Disseminar informações sobre drogas lícitas e ilícitas entre as comunidades cearenses e estratégias de prevenção
- Estimular a produção, divulgação e a valorização de práticas artísticas e culturais com mensagens de prevenção ao uso de drogas
- Favorecer as práticas de responsabilidade social, por meio de ações voluntárias.
- Incentivar o pensamento crítico e o exercício da cidadania.
- Contribuir para o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Constituição Federal Brasileira e dos demais instrumentos que legislam sobre a infância e a adolescência.
- Ampliar e dinamizar as ações de prevenção na Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas no estado do Ceará.

8. Atividades/Detailamento das atividades

O projeto se desenvolverá a partir de etapas de trabalho que se estendem desde a apresentação e sensibilização dos gestores escolares nas CREDES até a análise dos resultados das ações dos grupos de agentes mobilizadores voluntários nas comunidades beneficiadas. A metodologia prevê as seguintes etapas:

1ª Etapa: Contratação de Entidade para execução do Projeto em parceria com a SPD.

A entidade contratada deverá disponibilizar equipe técnica e instrutores que serão capacitados como multiplicadores da metodologia para o desenvolvimento do projeto. Esse processo é de responsabilidade da coordenação de projetos da SPD.

2ª Etapa: Apresentação do projeto na SEDUC.

Promover a intersetorialidade das ações, sensibilizar e integrar a ideia do projeto junto as coordenadorias regionais do CREDE, esclarecendo os critérios de adesão e contrapartida dos gestores e dos profissionais da educação das escolas. Essa etapa do projeto será desenvolvida pelos instrutores e assessoria técnica do projeto.

3ª Etapa: Preparação e Divulgação

3.1. Formação para os professores:

Nesta etapa, os profissionais da educação envolvidos no desenvolvimento do projeto receberão uma oficina ministrada pelos instrutores do projeto de formação específica do programa, com duração de 8 horas/aula. Nesse encontro, serão apresentados o conceito de prevenção, a estrutura de funcionamento das atividades, a metodologia e os resultados esperados do projeto. Além disso, a oficina percorrerá:

- Prática do jogo;
- Estratégias de preparação dos alunos, das famílias e demais membros da comunidade envolvida;
- Estrutura física disponível para a realização do projeto;
- Postura, condução e atribuições dos profissionais da educação;
- Seleção dos talentos locais que farão apresentações coletivas no lançamento e encerramento do projeto nas unidades escolares;

- Declaração MEU TESOURO e outras questões pertinentes ao projeto e à realidade local;
- Regimento do concurso (redação, música (jingle), cartaz, dança, história em quadrinhos, fotografia e mobilizadores sociais).

A metodologia da oficina será dialógica, para que os participantes tenham liberdade para organizar suas ideias através da expressão de questionamentos e dúvidas. Assim, eles poderão se sentir valorizados na sua participação colaborativa para o desenvolvimento do projeto.

3.2. Preparação dos alunos:

Os estudantes do Ensino Médio compõem o público alvo do projeto. Antes do desenvolvimento das atividades, eles receberão informações detalhadas sobre o projeto, seu propósito e resultados esperados, bem como dados sobre o cronograma, as regras, o concurso, seu regimento e a premiação. Essa etapa será executada pelos profissionais da educação.

3.3. Convite aos Familiares e Divulgação na Mídia:

Nesta etapa, os familiares dos alunos e as lideranças locais receberão um comunicado sobre a realização do projeto e serão convidados para participarem da roda de terapia comunitária sistêmica integrativa sobre temáticas da vida cotidiana e para assistirem as apresentações e premiações. Ainda neste momento, o projeto será apresentado às agências de comunicação, garantindo a ampla divulgação das atividades. A elaboração e distribuição dos convites será feita pelos gestores escolares e demais profissionais da educação.

4ª Etapa: Desenvolvimento do Projeto

4.1. Abertura Oficial:

O projeto será lançado em evento nas quadras esportivas das escolas. A cerimônia contará com a presença dos gestores, corpo docente e discente, lideranças e autoridades locais, regionais e estaduais e dos meios de comunicação. Após a abertura, os alunos serão convidados a compor 4 grupos com número semelhante de alunos das três séries do Ensino Médio. Cada grupo receberá uma denominação, escolhida pelos integrantes tendo em vista o tema do concurso, após se dirigirem às salas de aula. A organização da abertura oficial do evento será feita pelos gestores escolares e demais profissionais da educação.

4.2. Aplicação e Apreciação do Jogo:

Nas salas de aula, os profissionais da educação apresentarão as regras e objetivos do jogo e incentivarão condutas que garantam a escuta respeitosa e a conversação colaborativa durante o desenvolvimento da atividade.

Os alunos deverão formar equipes de 4 integrantes. Cada equipe receberá um jogo, com (1) tabuleiro, (1) cartão de instruções, (1) caderno de reflexões, (25) cartões de desafios, (1) dado e (4) marcadores coloridos. Em seguida, os profissionais da educação orientarão a leitura do cartão de instruções, esclarecendo eventuais dúvidas para o desenvolvimento da atividade e, então, darão início ao jogo.

Quando todos alcançarem o término da trilha, os profissionais da educação orientarão uma roda de interação para a apreciação da atividade. Nesse momento, os alunos poderão conversar sobre suas descobertas, suas sensações ao fazer e responder aos desafios, sobre as questões mais úteis e outros. Poderão também refletir sobre as maneiras de escutar, os interesses para conhecer o assunto, a disponibilidade de aceitar diferenças e sobre como poderiam aplicar os aprendizados no dia-a-dia.

4.3. Elaboração da Síntese e Apresentação

A partir das observações na apreciação do jogo, as equipes de jogadores irão elaborar uma pequena síntese contemplando a vivência durante o jogo. Em seguida, as equipes apresentarão a síntese do trabalho para todos.

No final das apresentações, o profissional da educação entregará a declaração “MEU TESOURO” para cada aluno. A declaração é um registro/documento que o estudante preencherá as lacunas e levará para casa, ficando acessível a qualquer momento. É importante lembrar que a cada releitura da declaração estimula possibilidades de reforço e ampliação do repertório das fortalezas presentes nas histórias de vida dos jovens. Em seguida, o profissional da educação distribuirá um exemplar do jogo para cada aluno, incentivando-os a utilizá-lo com os familiares, vizinhos e amigos.

4.4. Inscrições para o Concurso e para a Formação de Mobilizadores Sociais

Finalizadas as ações com o jogo, os profissionais da educação abrirão as inscrições para o Concurso de Práticas artísticas e culturais que contemplara criações dos alunos a partir do tema JUVENTUDE EM AÇÃO NA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS com o apoio das informações e reflexões do jogo “Na Trilha da Prevenção”, disponível a todos os estudantes que participam do Programa JUVENTUDE EM AÇÃO. As categorias são:

- Redação (equipes com até 03 alunos);
- Música (equipes com até 10 alunos);
- Cartaz (equipes com até 05 alunos);
- Dança (equipes com até 10 alunos);
- Histórias em quadrinhos (equipes com até 05 alunos);
- Fotografia (equipes com até 03 alunos).

Ainda nesta oportunidade, os profissionais da educação abrirão as inscrições para os interessados em participar da Formação de Mobilizadores Sociais que será ministrada pelos instrutores do projeto. Essa atividade pretende formar um grupo de jovens alunos voluntários para aplicar o jogo entre os habitantes da comunidade, abrangendo as zonas rural e urbana do município.

4.5. Execução das ações propostas no Concurso.

A seguir as equipes inscritas no concurso produzirão seus trabalhos com apoio de monitores enquanto os alunos inscritos na formação de Mobilizadores Sociais

participarão da formação pertinente a essa ação voluntária. Os estudantes da ação voluntária deverão aplicar o jogo “Na Trilha da Prevenção” nas escolas do município, mobilizando necessariamente estudantes dos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e das 03 séries do Ensino Médio e em outros contextos. Cada estudante da ação voluntária deverá realizar o mínimo de 05 e o máximo de 08 partidas do jogo “Na Trilha da Prevenção”, com necessariamente quatro jogadores por partida.

4.6. Apresentação e Julgamento dos Trabalhos, Premiação, Avaliação do Evento e Encerramento.

As comissões julgadoras do Concurso de Práticas Artísticas e Culturais nas diferentes categorias analisarão os trabalhos em um espaço reservado e após anunciarão publicamente os grupos classificados em 1ª, 2ª, 3ª e 4ª lugares e farão a entrega dos prêmios. As comissões julgadoras serão constituídas pelos profissionais da educação. Neste momento, os familiares, lideranças comunitárias e outros convidados participarão de uma roda de conversa sobre os cuidados e prevenção ao uso de drogas e a seguir também se juntarão aos alunos no momento da premiação.

Em seguida, os alunos preencherão uma Ficha de Avaliação, com perguntas relacionadas à programação e à organização do evento, que deverá ser entregue aos profissionais da educação. O encerramento das atividades acontecerá com o anúncio da EXPOSIÇÃO NOSSOS SABERES.

5ª Etapa: Exposição Nossos Saberes

A Exposição “Nossos Saberes”, com os resultados do Concurso de Práticas Artísticas e Culturais ficará aberta à visitação pública durante uma semana, nas dependências da escola. Essa iniciativa fortalecerá a autoestima dos participantes do projeto, reconhecendo o empenho e o talento dos estudantes. A exposição será organizada pelos gestores escolares e demais profissionais da educação.

9. Produtos

Produto	Quantidade	Fontes de Verificação
Formação de preparação e encontro de sensibilização realizada.	20	Lista de presença e relatórios das formações.
Matriz Jogo “Na trilha da prevenção” entregue aos alunos	10.000	Relatório, lista de entrega de materiais, fotografias.
Jogo “Na trilha da prevenção” replicado pelos alunos	10.000	Relatório, lista de frequência, fotografias.
Exposição “Nosso Saber” realizada	20	Relatório, fotografias e livro de visitantes.

10. Metas

- Promover a prevenção do uso de drogas junto aos alunos de 20 Escolas de Ensino Médio, de seus familiares e de lideranças comunitárias do entorno de suas Comunidades, em 10 municípios do Estado do Ceará, beneficiando

- Capacitar 400 professores, coordenadores e gestores na metodologia do projeto considerando o seu propósito, os resultados esperados, postura, condução e as suas atribuições no desenvolvimento do projeto.
- Capacitar 400 alunos do Ensino Médio para exercerem o papel de mobilizadores sociais.
- Realizar 20 concursos de Práticas Artísticas, Culturais, Literárias e Tecnológicas e 20 Exposições Nossos Saberes.

11. Resultados Esperados

Resultado 1	Número de usuários de substâncias psicotrópicas lícitas e ilícitas nas EEM reduzida.
Resultado 2	Número de jovens na iniciação e no uso contínuo de drogas lícitas e ilícitas diminuído ou retardado.
Resultado 3	Fortalecimento e ampliação das estratégias de prevenção ao uso de drogas

12. Integração das Ações

O projeto será desenvolvido no ambiente escolar, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, Secretarias Municipais de Educação, famílias e lideranças da comunidade, num esforço conjunto de fortalecimento das ações de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas. As ações aqui propostas visam contribuir e fomentar o programa “Os Sete Cearás”, formado pelas ações estratégicas definidas pelos subprogramas: Ceará da Gestão Democrática por Resultados; Ceará Acolhedor; Ceará de Oportunidades, Ceará Sustentável, Ceará do Conhecimento, Ceará Saudável e o Ceará Pacífico.

13. Monitoramento

O monitoramento das ações do projeto Juventude em Ação será efetivado a partir de visitas de acompanhamento, supervisão e avaliação sistemáticas junto às Escolas de Ensino Médio beneficiadas pelas ações do projeto, visando verificar se os resultados estão sendo alcançados conforme o planejado do ponto vista quanti-qualitativo.

As visitas de monitoramento serão realizadas pela equipe técnica do Sistema Integrado de Prevenção (SIP) da Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas (SPD) e registradas em relatórios de monitoramento contendo dados quantitativos, análise qualitativa das ações, verificação do alcance das metas, objetivos e proposições, devidamente designada para esse fim, sendo permitida a assistência de terceiros para acompanhar toda a execução do objeto do Projeto que, também, desenvolverá ações de acompanhamento da execução física e financeira da Instituição contratada.

Para garantir a eficiência, eficácia e efetividade social das ações previstas no Plano de Trabalho do Projeto a SPD, colocará à disposição do projeto uma equipe técnica formada por profissionais com qualificação e conhecimentos adequados as

atividades prevista, zelando pela transparência e lisura na aplicação dos recursos. O monitoramento deverá observar ainda como está se processando o desenvolvimento do projeto, qual o alcance dos objetivos e o impacto das ações junto aos usuários.

13.1 Dados Utilizados

O acompanhamento será realizado pela equipe pedagógica do projeto através dos relatórios, fichas de inscrição e lista de presença dos educandos e de recebimento do material pedagógico (Jogo na trilha da prevenção, manual do educador, fichas de registros e avaliações), além do acompanhamento “in loco” pela coordenação das ações. Para tanto, serão utilizados mecanismos de acompanhamento e avaliação do projeto, conforme abaixo:

- Reuniões sistemáticas (quinzenais) com a Entidade Executora para acompanhamento da ação e implementação de ajustes quando necessários;
- Visitas Técnicas de acompanhamento e supervisão “in loco” para verificar a execução das ações;
- Realizar o acompanhamento de todas as ações executadas através das fichas de inscrições, relatório de frequência, relatórios pedagógicos das formações, construção dos trabalhos do concurso na diferentes categorias e os eventos de abertura e encerramento
- Elaboração dos relatórios técnicos dos Profissionais da Educação envolvidos no Projeto
- Relatórios de viagens de acompanhamento das ações de formação dos Profissionais da educação
- Balanço mensal das atividades desenvolvidas;
- Lista de frequências das ações;
- Registros fotográficos, depoimentos de participantes a cada ação;
- Relatórios de execução e financeiros.
- Depoimento das lideranças e gestores das organizações sociais parceiras em cada município contemplado.
- Relatório com listas de presença e fotografias da formação para os profissionais da educação
- Relatório com listas de presença e fotografias das oficinas para aplicação do projeto.
- Relatório com listas de presença, fotografias e sínteses críticas das aplicações do jogo.
- Relatório com listas de presença e fotografias das rodas de conversas.
- Registro fotográfico e livro de visitantes e comentários das exposições “Nosso Saber” do concurso de práticas artísticas e culturais.
- Relatório com listas de presença e fotografias da formação de capacitação para mobilizadores sociais voluntários
- Relatórios e registro fotográfico das ações dos grupos de jovens mobilizadores sociais voluntários nas escolas e outros contextos
- Relatório final do projeto.
-

13.2. Cadastro de Beneficiários

Os beneficiários do projeto serão cadastrados através do preenchimento de uma ficha de inscrição contendo dados sociodemográficos. Além dessa ficha serão utilizadas planilhas eletrônicas que contenham no mínimo uma relação de todos os participantes das ações, contendo nome, número da matricular escolar, CPF, RG ou NIS.

14. Pressupostos de Risco

O engajamento dos profissionais da educação na implementação da metodologia do projeto constitui-se fator decisivo a consecução dos objetivos e metas do projeto.

15. Orçamento

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor outras Fontes (R\$) (*)	Valor Total R\$
Natureza da Despesa			
1. Despesas Correntes			
1.1 Contribuições: 335041	450.560,00	0,00	450.560,00
Total	450.560,00	0,00	450.560,00

Obs. O presente projeto foi aprovado em reuniões do CCPIS e recebeu um aporte de recursos no valor de **R\$ 225.280,00**, que corresponde a **50%** do valor integral do Projeto.

A reapresentação deste projeto justifica pela solicitação de um valor **adicional no valor R\$ 225.280,00**, para a **conclusão** de todas as atividades previstas no projeto, tendo em vista tratar-se de um projeto de continuidade, de ação permanente de prevenção ao uso de drogas lícita e ilícitas junto a estudantes das Escolas de Ensino Médio do Estado.

Além de uma ação permanente o Projeto tem um conjunto de atividades interdependentes e interligadas, numa sequência lógica de execução das ações, cuja a interrupção da oferta de alguns dos serviços causaria enormes prejuízos ao projeto e, por conseguinte, a população beneficiária.

16. Cronograma de Desembolso - Fonte FECOP

Item de Despesa	Maio	Julho	Agosto	Total
Contribuições: 335041	100.000,00	125.280,00	225.280,00	450.560,00
Total	100.000,00	125.280,00	225.280,00	450.560,00

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (*) (R\$)	Pessoas Beneficiadas
1	01 – Cariri	Crato	45.056,00	0,00	1.800
2	02 – Centro Sul	Icó	45.056,00	0,00	1.800
		Acopiara	45.056,00	0,00	1.800
Subtotal			135.168,00	0,00	5.400
3	03 – Grande Fortaleza	Maranguape	45.056,00	0,00	1.800
		Eusébio	45.056,00	0,00	1.800
Subtotal			90.112,00	0,00	3.600
4	04 – Litoral Leste	Beberibe	45.056,00	0,00	1.800
Subtotal			45.056,00	0,00	1.800
5	06 – Litoral Oeste/Vale do Curu	Itapipoca	45.056,00	0,00	1.800
Subtotal			45.056,00	0,00	1.800
6	08-Serra da Ibiapaba	Viçosa do Ceará	45.056,00	0,00	1.800
Subtotal			45.056,00	0,00	1.800
7	11 – Sertão de Sobral	Massapé	45.056,00	0,00	1.800
Subtotal			45.056,00	0,00	1.800
8	14 – Vale do Jaguaribe	Russas	45.056,00	0,00	1.800
Subtotal			45.056,00	0,00	1.800
Total		10	450.560,00	0,00	18.800

Justificativa

O projeto será executado em parceria com as Secretarias Estadual e Municipal da Educação. As escolas serão sensibilizadas sobre a metodologia e implementação do Projeto. Caso desejem ou manifestem interesse em participar da ação, cada escola assinará um Termo de Adesão ao projeto. Por isso, a priori, não será possível fazer a distribuição dos recursos de forma regionalizada.

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria/ Gerência	Coordenadoria de Interlocução Interinstitucional
Técnico	Lidiane Nogueira Rebouças
E-mail	lidiane.reboucas@spd.ce.gov.br
Fone	(85) 3238-5482

Marco Lógico MAAP 12 - Projeto Juventude em Ação

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Prevenção ao uso de drogas pelos alunos das Escolas de Ensino Médio	% de redução do número de alunos que já consumiram/consumem drogas lícitas e ilícitas	Pesquisa encomendada pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas - SENAD	Evasão e baixa participação dos estudantes, familiares e professores
Resultados	Redução dos fatores de risco ao uso de drogas lícitas e ilícitas Fortalecimento dos fatores de proteção ao uso de drogas lícitas e ilícitas	% de alunos com conhecimento satisfatório sobre a prevenção ao uso de drogas % de alunos com melhoria nos hábitos saudáveis % de famílias com vínculos familiares fortalecidos % de redução da ocorrência de conflitos escolares	Questionário de avaliação de conhecimento dos alunos sobre o uso de drogas Aplicação de questionário sobre auto estima positiva e vínculos familiares Registros da coordenação da escola	Evasão e baixa participação dos estudantes, familiares e professores
Produtos	Jogo "Na Trilha da Prevenção" Concurso artístico-cultural Exposição "Nossos Saberes" Roda de terapia comunitária com familiares dos alunos e lideranças comunitárias	No. de aplicação do jogo "Na Trilha da Prevenção" No. de concursos artísticos-culturais realizados No. de exposições realizadas No. de reuniões com familiares e líderes comunitários realizadas	Relatórios técnicos	

<p>Atividades</p>	<p>Apresentação do programa para a direção das escolas</p> <p>Realização de oficinas para os professores sobre os propósitos do programa, sua metodologia, construção do cronograma e escolha da referência do programa na instituição escolar</p> <p>Distribuição do Jogo Na Trilha da Prevenção para os estudantes</p> <p>Apresentação do regimento geral da gincana artística cultural e do regimento específico das diferentes modalidades</p> <p>Apresentação do programa para a comunidade</p> <p>Contratação de Entidade para execução do Projeto</p> <p>Capacitação da equipe técnica e instrutores</p>	<p>Nº de escolas com os programas apresentados</p> <p>Nº oficinas realizadas</p> <p>Nº alunos que receberam os Jogo na Trilha da Prevenção</p> <p>Nº apresentações do regimento geral da Gincana Artística Cultural e de apresentações do regimento específico das modalidades</p> <p>Nº de apresentações do programa para a comunidade em geral</p> <p>No. de capacitações</p>	<p>Relatórios técnicos</p> <p>Registros fotográficos e depoimentos de participantes a cada ação;</p> <p>Listas de frequência;</p>	<p>Baixa qualidade na execução das ações por parte das entidades conveniadas</p>
<p>Insumos</p>	<p>Recursos humanos</p> <p>Material didático/pedagógico</p> <p>Materiais de divulgação e comunicação</p> <p>Recursos financeiros</p>	<p>Nº de profissionais contratados</p> <p>Nº de processos licitatórios</p>	<p>Notas fiscais de aquisição</p> <p>Editais de Licitação</p> <p>Termo de cooperação entre a SPD e os municípios</p>	<p>Demora nos processos de licitação</p>



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas

PROJETO: Juventude do Futuro

MAPP 25

"SPD"

Agosto/2016

Secretaria	Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas – SPD
Programa	085 - Proteção Contra o Uso Prejudicial das Drogas
Mapp	25 – Ampliação e Expansão dos Programas do Ministério da Saúde: Jogos Elos – Construindo Coletivos, #tamojunto e Fortalecendo Famílias
Período de Execução	Maio a Setembro de 2016
Categoria	Assistência Social - Proteção Social Básica

1. Descrição do Projeto

O projeto ora apresentado tem como principal objetivo a prevenção do uso de drogas lícitas e ilícitas, buscando o desenvolvimento seguro e saudável de crianças e jovens de forma que percebam seus talentos e potenciais, tornando-se membros que contribuam para o bem estar de suas comunidades e da sociedade, através da ampliação dos Programas do Ministério da Saúde: Jogos Elos - Construindo Coletivos, #Tamojunto e Famílias Fortes, conforme esclarecemos abaixo:

a) Jogo Elos: Construindo coletivos, é um programa de prevenção para crianças entre 6 a 10 anos de idade, que estejam cursando da 1ª a 5ª série do ensino Fundamental I da rede pública de ensino do Estado do Ceará. O jogo se utiliza de uma metodologia lúdica na qual os alunos, divididos em equipes, são convocados a seguir certas regras de convivência acordadas coletivamente, entre a turma e o professor. O jogo é desenvolvido em sala de aula, coordenados pelos professores e dura cerca de 10-30 minutos. Pode ser aplicado ao longo do ano letivo. Esse programa inclui reunião e oficinas para os pais ou outros responsáveis dos alunos.

b) #Tamojunto: é um programa de prevenção para adolescentes entre 11 a 14 anos de idade, que estejam cursando da 6ª ao 9º ano do ensino Fundamental II da rede pública de ensino do Estado do Ceará. Esse programa se utiliza de uma metodologia participativa através de jogos, brincadeiras, debates, questionários e informações que visam a redução do consumo regular ou abusivo de álcool e outras drogas; a prevenção da transição do uso esporádico para o uso frequente de drogas; o fortalecimento dos vínculos entre alunos e professores e a aproximação da saúde e da educação por meio de ações intersetoriais. Além de ações junto aos jovens, o programa promove oficinas dirigidas aos pais e responsáveis, ministradas por profissionais da saúde.

c) Famílias Fortes: o programa é voltado para famílias de crianças e adolescentes entre 10 a 14 anos. Acontece semanalmente, num total de 7 sessões, com duração de 2 horas, sobre a regência de uma equipe de profissionais da Assistência Social, da educação ou saúde. Durante os encontros as famílias são convidadas a refletir sobre seus valores, dinâmicas e metas. O programa interfere positivamente no desenvolvimento da habilidade dos pais/família de demonstrar apoio e suporte para os filhos, na concordância sobre o estabelecimento de limites, regras, rotina de convivência diária entre os membros da família, na criação de espaço para diálogo entre pais/responsáveis para que a comunicação entre eles fortaleça os laços familiares e, principalmente, na reflexão sobre as consequências da quebra de

regras previamente acordadas e sobre o modo de lidar com as transgressões, que são fatores estimulantes ao uso e abuso de substâncias lícitas e ilícitas.

Os programas estimulam o desenvolvimento de habilidades sociais, fortalece e amplia estratégias do diálogo respeitoso no ambiente escolar, familiar e comunitário onde todos são valorizados e suas diferenças reconhecidas, incentivando a interação cooperativa, além do compartilhamento de informações sobre as drogas e outras adversidades do contexto dos beneficiados.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual.

O Estado do Ceará nos últimos oito anos têm dado notoriedade ao tema das substâncias psicoativas buscando desenvolver ações intersetoriais que visam conhecer, articular, propor e desenvolver estratégias de abordagem ao uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas em nosso estado.

Nos anos de 2010 e 2011, sensibilizada pela expansão do consumo de drogas no Ceará, a Assembleia Legislativa do Ceará decidiu articular o “Pacto pela Vida – Drogas, um caminho para um triste fim”. O fórum foi criado pelo Conselho de Altos Estudos da Assembleia Legislativa do Ceará e objetivava construir um diagnóstico do uso de drogas e de assistência aos usuários, identificando os grandes desafios de enfrentamento da questão para, por fim, traçar um plano de ações integradas para fazer frente a essa realidade.

A partir desta iniciativa, o governo estadual decidiu criar, através da Lei nº 15.234, de 19 de novembro de 2012, a Assessoria Especial de Políticas Públicas sobre Drogas do Estado do Ceará (AESPD). A mesma se constituía em um órgão de assessoramento para decisões estratégicas do Chefe do Poder Executivo e coordenação da política pública sobre drogas, visando assegurar efetividade nas ações de desenvolvimento social do Estado, em benefício do povo cearense, sendo a responsável pela coordenação do Sistema Estadual de Políticas sobre Drogas (SISED).

O Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (SISED), instituído pela Lei Nº 14.217, de 03 de outubro de 2008, e alterado pela Lei Nº 15.424, de 16 de setembro de 2013, tem por finalidade articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas às Políticas sobre Drogas no Estado do Ceará. É formado pelo Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (CEPOD), Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS), Secretaria da Saúde (SESA), Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), Secretaria da Cultura (SECULT), Secretaria do Esporte (SESPORTE), Secretaria da Educação (SEDUC), organizações, instituições ou entidades da sociedade civil e pela Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas. Suas responsabilidades são: articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com a prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.

Buscando uma articulação ampla e intersetorial, nosso Estado conta com o Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas que é o órgão superior ao

Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, de caráter normativo, consultivo e de deliberação coletiva nas questões referentes às drogas, competente para propor, acompanhar e atualizar a política estadual sobre drogas. Alinhado às diretrizes nacionais, o Estado do Ceará criou em 15 de março de 2013, através do Decreto Nº 31.171, o Comitê Gestor Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas no âmbito do Gabinete do Governador, exercendo a competência de coordenar a implantação do Programa “Crack – É Possível Vencer” no Estado do Ceará. Este programa do Governo Federal tem as finalidades de prevenir o uso, promover a atenção integral ao usuário de crack e outras drogas e seus familiares, além de reprimir o tráfico de drogas e as organizações criminosas, ampliando a oferta de serviços de tratamento e atenção, reduzindo a oferta de drogas ilícitas e promovendo ações de educação, informação e capacitação.

O projeto “Juventude do futuro” é uma ação complementar que integra o planejamento estadual sobre as drogas harmonizando-se com as diretrizes de respeito à dignidade humana e aos direitos cidadãos. Numa perspectiva transversal, colaborativa e articulada, ele entrelaça instituições escolares, profissionais da educação, saúde e assistência social em ações de conscientização e prevenção ao uso de drogas beneficiando diferentes faixas etárias em distintos contextos.

O planejamento estadual para os próximos anos reconhece a complexidade do problema do consumo abusivo de drogas e preconiza ações que levam em conta a prevenção como estratégia preponderante. Dessa forma, os sentimentos de pertencimento e de cidadania surgem como ingredientes fundamentais nos programas de prevenção, oferecendo as crianças e jovens uma ampla gama de possibilidades de vida social saudável, tanto no acesso às escolas e programas de profissionalização.

Para além de seu caráter interdisciplinar e pedagógico), o referido projeto sintetiza as diretrizes propostas para o PPA ao integrar as ações de prevenção. O projeto está inserido no Plano de Governo, no Plano Plurianual 2016 a 2019, especificamente no Eixo “Ceará Pacífico”, na Temática Políticas sobre Drogas, que traz em sua essência o desafio da intersetorialidade e da transversalidade que todo tema complexo requer, na busca ao atendimento aos seguintes indicadores:

- a) Percentual de adolescentes (12 a 17 anos) apreendidos em uso de drogas em relação ao total de adolescentes apreendidos.
- b) Percentual de adolescentes (12 a 17 anos) autuados em flagrante por tráfico de drogas em relação ao total de adolescentes autuados em flagrante.
- c) Percentual de autuados em flagrante por tráfico de drogas em relação ao total de pessoas autuadas em flagrantes.

Assim, o projeto vincula-se aos elementos do Plano Plurianual (PPA), para o quadriênio 2016-2019, por meio do Programa 085 - Proteção ao Uso Prejudicial das Drogas, no Objetivo “reduzir as consequências sociais decorrentes do uso prejudicial de drogas para pessoas, famílias e comunidades”, na Iniciativa 02 - Prestação de serviços de prevenção no âmbito das drogas.

Por esse viés de compreensão, a **Política sobre Drogas** deverá adotar estratégias focadas, sobretudo, na prevenção desde a infância, trazendo uma nova forma de

lidar e um novo olhar sobre os problemas de criminalidade, violência e conflitos familiares e sociais.

3. Diagnóstico

No Brasil, a situação de consumo de drogas coloca o país como responsável por 20% do mercado mundial. Até 2012, 2,6 milhões de adultos e 244 mil adolescentes brasileiros já consumiram cocaína sob alguma forma, isso sem falar do crack e da maconha.

A idade de experimentação de maconha e cocaína/crack é um indicador alarmante, podendo estar associada ao abuso de outras substâncias “legais”, como o álcool. Estudos mostram que há uma relação entre a precocidade do uso e o aumento do risco de desenvolvimento de dependência e de outras doenças psiquiátricas. Constatou-se que metade dos usuários (45%) experimentou cocaína pela primeira vez antes dos 16 anos de idade e os usuários de maconha chegam a 60% na mesma faixa etária.

A Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas, criada no dia 10 de março de 2015, a partir da Lei nº 15.773, que tem como uma de suas atribuições instituir a Política Estadual sobre Drogas no âmbito da prevenção, tratamento, atenção e reinserção social, a qual deverá ser descentralizada e intersetorial.

No ano de 2012 a equipe do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNDOC), compilou 268 estudos que relataram serem eficazes em uma intervenção ou política de prevenção de uso prejudicial de substâncias psicoativas e elaborou as “Diretrizes Internacionais sobre a Prevenção do Uso de Drogas”.

Esse documento relata que uma “ação preventiva eficaz deve ser baseada no desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais e em influência social” (2012). Os programas: #Tamojunto, Famílias Fortes e Jogo Elos, buscam facilitar o desenvolvimento de habilidades, bem como aprimorar momentos de reflexão sobre a socialização na fase da pré-adolescência. Tendo vista a efetividade dos três programas, a Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas deseja ampliar a área de atuação dos três programas de prevenção para mais 10 municípios das diferentes macro regiões administrativas do estado.

No Estado do Ceará, Fortaleza já vem desenvolvendo a metodologia dos três Programas de Prevenção: #Tamojunto, Jogo Elos e Famílias Fortes desde 2014. No total, foram contempladas 18 escolas, 938 alunos beneficiados, 7 equipamentos da assistência apreciados e 65 famílias participaram de oficinas que abordaram a temática das drogas.

4. Justificativa

Com os dados dos estudos sobre o consumo de drogas, constatamos que a definição de políticas específicas para a prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas requer uma leitura plural, multidisciplinar, com compreensão mais ampla da vida contemporânea onde se deve perceber a complexidade da situação em que está inserido o sujeito usuário de substâncias psicoativas. Identificar seu histórico familiar, social e pessoal e a partir disso, descobrir suas perspectivas diante

da vida. Por isso o Ministério da Saúde em parceria com a SENAD vem investindo na ampliação dos três programas de prevenção: #Tamojunto, Jogo Elos e Famílias Fortes.

O Programa de Prevenção #Tamojunto promove discussões entre alunos de 10 a 14 anos de idade, em uma linguagem descontraída e acessível, abordando diversos assuntos e situações de stress que podem levar adolescentes ao uso de drogas. Através das discussões dirigidas por professores dentro das salas de aula, o programa fortalece diversos fatores de proteção, como bem estar psicológico e bom relacionamento com os pais, que tornam os alunos menos vulneráveis ao uso de drogas e a outros comportamentos negativos.

#Tamojunto é a primeira versão brasileira do programa que foi criado e testado pelo European Drug Addiction Prevention Trial (EU-Dap), chamado Unplugged. No Brasil, foi testado pela primeira vez em 2013, em fase pré-piloto. Agora, o Escritório de Ligação e Parceria do UNODC no Brasil e a Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde estão expandindo o programa para as cinco regiões do país.

O monitoramento e a avaliação das ações do programa estão sendo realizados pelos pesquisadores ligados ao Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e pela Faculdade de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Sua linha teórica baseia-se no modelo de influência social global, sustentando-se pelo tripé:

- a) Promoção de habilidades de vida;
- b) Informações sobre Drogas;
- c) Pensamento crítico frente às crenças normativas dos educados que participam das aulas.

O Ministério da Saúde começou a desenvolver o Programa #Tamojunto no segundo semestre de 2013. Escolas de São Paulo, São Bernardo do Campo e Florianópolis participaram da fase pré-piloto do programa, aplicando uma versão da metodologia Unplugged traduzida para o português. No começo de 2014, foi finalizada a adaptação da metodologia Unplugged para o contexto brasileiro. A versão brasileira passou a se chamar #Tamojunto, nome escolhido pelos alunos das escolas que receberam a fase pré-piloto do programa.

Além dos três municípios que participaram da fase pré-piloto, no primeiro semestre de 2014, o #Tamojunto foi levado para escolas de Curitiba, Distrito Federal, Fortaleza, João Pessoa e Tubarão, atingindo mais de 5.500 educandos. No segundo semestre deste ano, o programa será expandido pelos multiplicadores locais recém-formados, para novas escolas das cidades que já são participantes, além dos municípios de Taboão da Serra, em São Paulo, Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

O jogo Elos, conforme foi batizado por professores brasileiros que participam da iniciativa, a compreensão das regras sociais pelos educandos depende do desenvolvimento de hábitos de sociabilidade e cooperação entre eles e o professor. Nesse contexto, o sentimento de pertencimento a um grupo social é a maior

realização. Para isso, é necessário que se criem as condições para que a colaboração e aceitação mútua possam ser apreendidas pelas crianças em sala de aula. É o sucesso do grupo que serve de parâmetro para o pertencimento ao grupo. Essa interação positiva de cooperação e deslocamento dos impulsos de agressividade é fundamental para a ressignificação, sem a necessidade de recorrer à imposição pela força por parte do professor .

O monitoramento e a avaliação das ações do programa estão sendo realizados pelos pesquisadores ligados ao Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O Programa Famílias Fortes é uma proposta de intervenção com famílias que tem por objetivo reduzir os fatores de risco ao uso abuso de substâncias por adolescentes e construir ou fortalecer os vínculos familiares, entendidos como fator de proteção contra o uso e abuso de álcool, tabaco e outras drogas. O programa não depende do ambiente escolar para ser implementado no Brasil, as atividades são desenvolvidas em parceria com a rede de Assistência Social, por meio dos Centros de Orientação Socioeducativos (COSE) e dos Conselhos Regionais de Assistência Social (CRAS). Dessa maneira, um dos três facilitadores será um profissional da Assistência Social, de modo a conferir sustentabilidade e continuidade para aplicação das atividades. Os demais poderão ser professores da escola referência do território do CRAS e profissionais de saúde da UBS de referência do território do CRAS.

5. Histórico

O projeto Juventude do Futuro que visa a disseminação da metodologia dos programas de prevenção ao uso de álcool e outras drogas em escolas e comunidades, coordenados no Brasil, pelo Ministério da Saúde e Justiça - “Jogo Elos: Construindo Coletivos”, “#TAMOJUNTO” e “Famílias Fortes” foram implantados em 10 municípios em 16 escolas públicas do ensino fundamental I e II, atingindo 46 turmas, 1581 alunos e 1.556 famílias. Para isso, 165 profissionais da saúde, educação e assistência social foram preparados. Ao todo os programas beneficiaram ao 7.970 pessoas.

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes) (*)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2015	350.820,00	0,00	350.820,00	7.970
Total	350.820,00	0,00	350.820,00	7.970

6. Público Alvo

O público alvo deste projeto são alunos das Escolas de Ensino Fundamental da rede pública municipal e seus familiares.

6.1 Critérios Adotados para a Seleção dos Beneficiários

As escolas serão selecionadas nos municípios com indicadores de maior desigualdade social, maiores índices de drogadição e violência. Para tanto,

utilizaremos dados dos institutos de pesquisa e das Secretarias Estaduais de Justiça, Trabalho e Desenvolvimento Social e das Cidades. Serão selecionados alunos do ensino fundamental I e II, além de seus familiares.

6.2 Documentos Comprobatórios

Serão utilizados dados colhidos pelas fontes citadas acima e o comprovante de participação em algum dos programas de assistência às famílias carentes, como por exemplo, o bolsa família, ou a verificação através do NIT no Cadastro Único.

7. Objetivos

7.1. Objetivo Geral

Prevenir o uso de drogas junto aos alunos do Ensino Fundamental e seus familiares, com a ampliação e expansão de 03 três Programas de Prevenção do Ministério da Saúde e Justiça: #Tamojunto, Famílias Fortes e Jogo Elos, atendendo 5.000 pessoas, em 40 EEF de 20 municípios do Estado do Ceará.

7.2. Objetivos Específicos

- Ampliar a área de atuação dos Programas de Prevenção do Ministério da Saúde e Justiça: #Tamojunto, Famílias Fortes e Jogo Elos para mais 20 municípios do Estado do Ceará, atendendo, cerca de 40 escolas de Ensino Fundamental I e II.
- Proporcionar a interação harmônica e cooperativa entre alunos e professores, estimulando a construção de espaços coletivos e habilidades sociais, tais como: autoconhecimento, autocontrole, autonomia, empatia, escuta, oralidade e tolerância para que esses possam conviver com as influências sociais, adquirindo conhecimento sobre drogas e suas consequências para saúde;
- Potencializar os vínculos entre pais/responsáveis e filhos como fatores de proteção relacionados à redução de conflitos familiares e à prevenção ao uso e abuso de drogas pelos jovens;
- Promover ações intersetoriais efetivas entre Educação, Saúde, Assistência Social e entidades governamentais e não governamentais.

8. Atividades/Detalhamento das Atividades

#Tamojunto

O projeto se desenvolverá a partir de etapas de trabalho (veja tabela abaixo) que se estendem: a pactuação com o Ministério da Saúde e Justiça para expandir o #Tamojunto para mais 20 municípios do Estado, apresentação, sensibilização dos gestores escolares, implantação do programa e monitoramento e análise dos resultados obtidos pelas ações dos profissionais, percebendo o impacto no ambiente escolar e, por consequência, em suas comunidades.

As atividades de preparação para o desenvolvimento do projeto nas escolas envolvem a adequação de calendários e de espaços e divulgação entre estudantes e comunidade. A preparação também implica formação dos gestores estaduais e locais, diretores das escolas e professores, habilitando-os a executar as ações de prevenção conforme a metodologia do #Tamojunto.

O Programa #Tamojunto propõe doze (12) aulas conduzidas por professores que tenham educandos entre 10 e 14 anos, entre a sétima e oitava séries do Ensino Fundamental II. Durante as doze aulas, há uma série de jogos, brincadeiras, debates, questionários, informações que visam a redução do consumo regular ou abusivo de álcool e outras drogas, à prevenção da transição do uso esporádico para o uso frequente de drogas pelos jovens. Além das atividades com os alunos, são realizadas três oficinas de pais e/ou responsáveis. Os encontros de famílias são planejados e coordenados pelos profissionais da saúde e educação do território da escola que está participando do programa.

As atividades das aulas são interativas, utilizando vivências e dinâmicas (energizadores), que têm como objetivo aproximar os alunos, fomentar a discussão de forma crítica e fortalecer vínculos positivos entre os educandos. O professor é um facilitador das atividades interativas, que acontecem com os educandos sentados em círculo. Em grande parte das aulas os educandos também são divididos, (ou se dividem), em pequenos grupos de discussão.

O Programa é implementado por professores em sala de aula. Os professores são capacitados na técnica e no conteúdo por formadores federais do ministério da justiça em uma capacitação de três dias. Os multiplicadores do #Tamojunto também são capacitados pelos formadores federais do ministério da justiça. Esses mesmos multiplicadores acompanham os professores na implementação das aulas, sanando suas dúvidas e apoiando os professores quando precisam.

Fases	Metodologia Detalhada do #Tamojunto
01	Definição da área de abrangência do projeto
02	Pactuação com o Ministério da Saúde e Justiça para verificar a viabilidade de ampliação dos Programas #Tamojunto para mais 20 municípios no Estado do Ceará.
03	Seleção e contratação de Equipe Técnica responsável pela implantação, desenvolvimento, monitoramento e avaliação do Programa no Estado do Ceará.
04	Apresentação do #Tamojunto para os gestores municipais, esclarecendo os critérios de adesão e contrapartida dos gestores e corpo docente das escolas.
05	Identificação de um Gestor Local por município, com dedicação integral, para ser supervisor e multiplicador local dos Programas de Prevenção.
06	Identificar e selecionar as 40 escolas dos 20 municípios que serão contempladas com os programas de prevenção. Será dada prioridade aos locais que possuem um alto índice de criminalidade.
07	Formação para Gestores das Escolas e os Professores: Nesta fase, cerca de 160 profissionais, sendo 80 professores, 40 profissionais da saúde e educação e 40 diretores ou assessores pedagógicos das escolas envolvidos no desenvolvimento do projeto receberão uma oficina de formação específica, com duração de 24 horas-aula, 16 horas/aulas para os multiplicadores e 04 encontros de 08 horas/aula de formação continuada para os multiplicadores. A formação é de responsabilidade do Formador Federal. Nessa formação, serão apresentados o conceito de prevenção, a aplicação da dinâmica proposta pelos manuais e o registro de atividades.
08	Abertura Oficial: O projeto será lançado diretamente em cada escola envolvida.
09	Monitoramento e Avaliação A Equipe Técnica do Projeto se reunirá periodicamente com os 40 Gestores Locais e profissionais envolvidos no Programa no Município. O Gestor Municipal se reunirá frequentemente com os profissionais que executarão as ações do #Tamojunto, buscando preencher os formulários para enviar para a Coordenação do Projeto e para o Ministério da Justiça, que fazem o monitoramento e avaliação do programa e identificam dificuldades na implantação e desenvolvimento das ações.

Jogo Elos

O projeto se desenvolverá a partir de fases ou etapas de trabalho, (veja tabela abaixo), que se estendem: a pactuação com o Ministério da Saúde para expandir o Jogo Elos para mais 20 municípios do Estado (duas escolas por município), apresentação, sensibilização dos gestores escolares, implantação do programa e monitoramento e análise dos resultados obtidos pelas ações dos profissionais, percebendo o impacto no ambiente escolar e, por consequência, em suas comunidades.

As atividades de preparação para o desenvolvimento do projeto nas escolas envolvem a adequação de calendários e de espaços e divulgação entre estudantes e comunidade. A preparação também implica formação dos gestores estaduais e locais, diretores das escolas e professores, habilitando-os a executar as ações de prevenção conforme a metodologia do Jogo Elos.

As ações são direcionadas para o público infantil entre 7 a 10 anos que cursam 1° e 2° anos do Ensino Fundamental I. O seguimento das regras é observado pelo professor e alunos em sala de aula por meio de jogos. Os jogos são aplicados em sala de aula, coordenados pelos professores e duram cerca de 10 a 20 minutos. Podem ser jogados ao longo de um ano letivo.

Fase	Metodologia Detalhada do Jogo Elos
01	Definição da área de abrangência do projeto
02	Pactuação com o Ministério da Saúde para verificar a viabilidade de ampliação do Programa Jogo Elos para 20 municípios no Estado do Ceará.
03	Seleção e contratação de Equipe Estadual responsável pela implantação, desenvolvimento, monitoramento e avaliação do Programa no Estado do Ceará.
04	Apresentação do Jogo Elos para os gestores municipais, esclarecendo os critérios de adesão e contrapartida dos gestores e corpo docente das escolas.
05	Identificação do Gestor Local Identificação de um Gestor Local por município, com dedicação integral, para ser supervisor e multiplicador local dos Programas de Prevenção.
07	Identificação e seleção das 40 escolas dos 20 municípios que serão contempladas com os programas de prevenção. Será dada prioridade aos locais que possuem um alto índice de criminalidade.
08	Formação para Gestores das Escolas e Professores: Nesta etapa, serão capacitados 320 profissionais, sendo 160 professores, 40 profissionais da saúde, 40 coordenadores pedagógicos, 40 diretores das escolas ou assessores pedagógicos, 40 representantes das secretarias da saúde e educação, envolvidos no desenvolvimento do projeto receberão uma oficina de formação específica, com duração de 16 horas-aula, mais 16 horas/aula para os multiplicadores e 07 módulos de 08 horas/aula de formação continuada para os multiplicadores. A formação é de responsabilidade do formador federal do Ministério da Justiça. Nessa formação, serão apresentados o conceito de prevenção e a aplicação da dinâmica proposta pelos manuais e o registro de atividades.
09	Abertura Oficial: O projeto será lançado em um evento nas quadras esportivas da Escola.
10	Monitoramento e Avaliação A Equipe Técnica do Projeto se reunirá periodicamente com os 40 Gestores Locais e profissionais envolvidos no Programa no Município. O Gestor Municipal se reunirá frequentemente com os profissionais que executarão as ações do Jogo elos, buscando

	preencher os formulários para enviar para a Coordenação do Projeto e para o Ministério da Justiça, que fazem o monitoramento e avaliação do programa e identificam dificuldades na implantação e desenvolvimento das ações.
--	---

Famílias Fortes

O projeto se desenvolverá a partir de fases ou etapas de trabalho (veja tabela abaixo), que se estendem desde a pactuação com o Ministério da Saúde para expandir o Programa Famílias Fortes para mais 20 municípios do Estado (dois CRAS por município), apresentação, sensibilização dos 20 gestores da assistência social, implantação do Programa e monitoramento e análise dos resultados obtidos pelas ações dos profissionais, percebendo o impacto na comunidade em que essas famílias residem.

As atividades de preparação para o desenvolvimento do projeto nas comunidades envolvem a adequação de calendários e de espaços dentro do Serviço da Assistência Social e a divulgação entre líderes comunitários e a população da comunidade. A preparação também implica formação dos gestores estaduais e locais, gestor da Assistência Social e dos profissionais que atuam nos equipamentos do SUAS, Saúde e Educação, habilitando-os a executar as ações de prevenção conforme a metodologia do Famílias Fortes.

O Famílias Fortes é uma estratégia de acompanhamento familiar que acontece por meio de encontros semanais dirigidos, com duas horas (2h) de duração, durante as quais as famílias são convidadas a refletir sobre seus valores, dinâmicas e metas. Na primeira hora são formados o grupo de pais/responsáveis e o grupo de adolescentes separadamente. Na segunda hora, os grupos se reúnem. Há sessões gravadas e apresentadas em DVD, com tempo cronometrado para discussão, que disparam debates e ensejam a realização de atividades em ambos os grupos. As famílias participantes devem ser representadas por dois adultos, (pais/responsáveis), e, pelo menos, uma criança/adolescente entre 10 e 14 anos. Ao todo, o programa prevê um encontro por semana ao longo de sete semanas, isto é, são sete encontros de duas horas de duração nos quais pais/responsáveis e filhos participam de atividades, debates, jogos e lanches comunitários. O oitavo encontro é uma grande confraternização entre os participantes.

Três facilitadores conduzem os encontros e realizam acompanhamento periódico das famílias. Prevê-se que um facilitador coordene o grupo de pais/responsáveis na primeira hora do encontro, ao mesmo tempo em que outros dois facilitadores estejam junto com o grupo de jovens. Na segunda hora do encontro, ambos os grupos se unem e os três facilitadores conduzem as atividades. Os facilitadores são formados pelas multiplicadoras nacionais do programa que, por sua vez, foram formadas pelos desenvolvedores estrangeiros que criaram o programa Famílias Fortes.

Fases	Metodologia Detalhada do Famílias Fortes
01	Definição da área de abrangência do projeto
02	Pactuação com o Ministério da Saúde e Justiça para verificar a viabilidade de ampliação do Programa Famílias Fortes para 20

	municípios no Estado do Ceará.
03	Seleção e contratação da Equipe Estadual responsável pela implantação, desenvolvimento, monitoramento e avaliação do programa no Estado do Ceará.
04	Apresentação das Famílias Fortes para os gestores municipais, esclarecendo os critérios de adesão e contrapartida dos gestores e corpo docente das escolas.
05	Identificação do Gestor Local Identificação de um Gestor Local por município, para ser supervisor e multiplicador local dos Programas de Prevenção.
06	Escolha do Espaço Físico das Reuniões Identificar os 20 Centros de Referência da Assistência Social-CRAS dos 20 municípios que serão contemplados com os programas de prevenção.
07	Formação para Gestores da Assistência Social e os Profissionais da Educação, Saúde e Assistência Social: Nesta etapa, serão capacitados 80 profissionais das Áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, sendo 04 profissionais por município contemplado, que receberão uma formação específica, com duração de 32 horas-aula mais 04 encontros de 08 horas/aula de formação continuada. Nessa formação, serão apresentados o conceito de prevenção e a aplicação da dinâmica proposta pelos manuais e o registro de atividades.
09	Abertura Oficial: O projeto será lançado em um evento em um espaço físico da comunidade.
10	Monitoramento e Avaliação A Equipe Técnica do Projeto se reunirá periodicamente com os 40 Gestores Locais e profissionais envolvidos no Programa no Município. O Gestor Municipal se reunirá frequentemente com os profissionais que executarão as ações do PFF, buscando preencher os formulários para enviar para a Coordenação do Projeto e para o Ministério da Justiça, que fazem o monitoramento e avaliação do programa e identificam dificuldades na implantação e desenvolvimento das ações

9. Produtos

Produtos	2016	Fontes de Verificação
#Tamojunto		
Municípios com a metodologia do Programa #Tamojunto implantados.	20	Termos de adesão dos municípios contemplados
Escolas do Ensino Fundamental II com metodologia adotada	40	Termo de adesão dos diretores escolares
Profissionais dos municípios: 80 professores, 40 profissionais da saúde e educação e 40 diretores ou assessores pedagógicos das escolas capacitados.	160	Listas de frequência e registro fotográfico
Estudantes do ensino Fundamental II,	2.400	Listas de frequência e

dotados de conhecimentos específicos sobre drogas e suas consequências.		registro fotográfico
Familiares com vínculos sócio-afetivos fortalecidos e dotadas de informações sobre a prevenção ao uso de drogas.	10.080	Lista de presença. Registro fotográfico das ações
Jogo Elos		
Municípios com a metodologia do Programa Jogo Elos implantados.	20	Termos de adesão dos municípios contemplados
Escolas do Ensino Fundamental I com metodologia adotada	40	Termo de adesão dos diretores escolares
Profissionais dos municípios: 160 professores, 40 profissionais da saúde, 40 coordenadores pedagógicos, 40 diretores das escolas ou assessores pedagógicos, 40 representantes das secretarias da saúde e educação capacitados	320	Listas de frequência e registro fotográfico
Estudantes do ensino Fundamental I, estimulados na construção de espaços coletivos e habilidades sociais.	2.000	Listas de frequência e registro fotográfico
Familiares com vínculos sócio-afetivos fortalecidos e dotadas de informações sobre a prevenção ao uso de drogas.	8.400	Listas de frequência e registro fotográfico
Famílias Fortes		
Municípios com a metodologia do Programa Famílias Fortes implantados.	20	Termos de adesão dos municípios contemplados
Profissionais das Áreas de Saúde, Educação e Assistência Social capacitados.	80	Questionários, processo seletivo e termo de compromisso assinado
Atendimentos prestados as famílias para o fortalecimento dos vínculos sócio-afetivos entre pais/responsáveis e filhos funcionando como fatores de proteção, redução de danos e prevenção do uso de drogas pelos jovens fortalecidos.	20.580	Listas de frequência e registro fotográfico e depoimentos em vídeo

10. Metas

- Atender 4.400 alunos atendidos com os programas de prevenção do Ministério da Saúde: #Tamojunto e Jogo Elos, em 40 Escolas do Ensino Fundamental, em 20 municípios do interior.
- Realizar 39.060 atendimentos aos familiares e alunos com os programas de prevenção do Ministério da Saúde: #Tamojunto, Jogo Elos e Famílias Fortes, em 40 Escolas do Ensino Fundamental, em 20 municípios do interior.
- Capacitar 560 profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social dos municípios selecionados para a utilização da metodologia dos

11. Resultados Esperados

Resultado 1	Ações intersetoriais de prevenção ao uso prejudicial de drogas implementadas.
Resultado 2	O uso de precoce de álcool e outras drogas por crianças e adolescentes das escolas reduzido ou retardado.
Resultado 3	Trabalho integrado entre os diversos setores governamentais e não governamentais nos municípios atendidos promovidos
Resultado 4	Espaços nas escolas e comunidades que assegurem um desenvolvimento saudável de nossas crianças e adolescentes construídos

12. Integração das Ações

O projeto será desenvolvido no ambiente escolar, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, Secretarias Municipais de Educação e lideranças da comunidade, num esforço conjunto de fortalecimento das ações de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas.

As ações aqui propostas visam contribuir e fomentar o programa “Os Sete Cearás”, formado pelas ações estratégicas definidas pelos subprogramas: Ceará da Gestão Democrática por Resultados; Ceará Acolhedor; Ceará de Oportunidades, Ceará Sustentável, Ceará do Conhecimento, Ceará Saudável e o Ceará Pacífico, como também com o programa Bolsa família, formado por beneficiários de baixa renda e por aqueles que se encontram em estado de vulnerabilidade social.

13. Monitoramento

O monitoramento das ações do projeto será efetivado a partir de visitas de acompanhamento, supervisão e avaliação sistemáticas junto às escolas de Ensino Fundamental e equipamentos de Saúde beneficiados pelas ações, visando verificar se os resultados estão sendo alcançados conforme o planejado do ponto vista quanti-qualitativo.

As visitas de monitoramento serão realizadas pela equipe técnica da Coordenadoria de Políticas sobre Drogas da SPD e registradas em relatórios, contendo dados quantitativos, análise qualitativa das ações, verificação do alcance das metas, objetivos e proposições, devidamente designada para esse fim, sendo permitida a assistência de terceiros para acompanhar toda a execução do objeto do projeto que, também, desenvolverá ações de acompanhamento da execução físico-financeira da instituição contratada

Para garantir a eficiência, eficácia e efetividade social das ações previstas no Plano de Trabalho do Projeto, a SPD colocará à disposição do projeto uma equipe técnica formada por profissionais com qualificação e conhecimentos adequados às atividades previstas, zelando pela transparência e lisura na aplicação dos recursos. O monitoramento deverá observar ainda como está se processando o

desenvolvimento do projeto, qual o alcance dos objetivos e o impacto das ações junto aos usuários.

Além da supervisão, monitoramento e avaliação procedidas pela SPD, os Programas de Prevenção: #Tamojunto, Jogo Elos e Famílias Fortes financiados pelo Ministério da Saúde em parceria com a SENAD serão constantemente monitorados por um conjunto de avaliações das atividades capaz de aferir os resultados esperados. São questionários, entrevistas e grupos focais que são aplicados antes e depois das aulas junto aos educandos, professores e diretores das escolas. A análise desses dados é fundamental para consolidar os números de efetividade deste modo de fazer prevenção ao uso e ao abuso de álcool e outras drogas.

No Brasil, mantém-se o rigor com o monitoramento e a avaliação das ações dos programas. Atualmente, pesquisadores ligados ao Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), e da Faculdade de Psicologia da Universidade de Santa Catarina (UFSC) trabalham na aplicação de instrumentos, análise e sistematização dos dados na fase pré-piloto desses programas do Ministério da Saúde.

13.1. Dados Utilizados

Os dados para acompanhamento e para garantir uma excelente (sugiro retirar) execução e o alcance das metas propostas serão os meios de verificação, as visitas e os instrumentos de monitoramento.

O acompanhamento será realizado pela equipe pedagógica e gerencial do projeto através dos relatórios, fichas de inscrição e lista de presença dos educandos e de recebimento do lanche, apostilas e material pedagógico (quando for previsto), além do acompanhamento “in loco” pela coordenação das ações. Para tanto, serão utilizados mecanismos de acompanhamento e avaliação do projeto, conforme abaixo:

1. Reuniões sistemáticas (quinzenais) com a Entidade Executora para acompanhamento da ação e implementação de ajustes quando necessários;
2. Visitas Técnicas de acompanhamento e supervisão “in loco” para verificar a execução das ações;
3. Acompanhamento de todas as ações executadas através das fichas de inscrições, relatórios de frequência, relatórios pedagógicos das palestras, oficinas e cursos realizados.
4. Elaboração dos relatórios técnicos dos profissionais da Educação envolvidos no Projeto
5. Relatórios de viagens de acompanhamento das ações de formação dos profissionais da Educação
6. Balanço mensal das atividades desenvolvidas;
7. Lista diária de frequências das ações;
8. Registros fotográficos, depoimentos de participantes a cada ação;
9. Relatórios trimestrais de execução e financeiros.
10. Depoimento das lideranças e gestores das organizações sociais parceiras em cada município contemplado.
11. Relatório com listas de presença e fotografias das oficinas

12. Relatório com listas de presença e fotografias das oficinas para aplicação do projeto.
13. Relatório com listas de presença, fotografias e sínteses críticas das aplicações do jogo.
14. Relatório com listas de presença e fotografias das rodas de conversas.
15. Relatório final do projeto

13.2. Cadastro dos Beneficiários

Os beneficiários do projeto serão cadastrados através do preenchimento de uma ficha de inscrição contendo dados sociodemográficos. Além dessa ficha, serão utilizadas planilhas eletrônicas que contenham no mínimo uma relação de todos os participantes das ações, contendo nome, número da matricular escolar, CPF, RG ou NIS.

14. Pressupostos de Riscos

Os maiores pressupostos de riscos são a morosidade dos processos legais de início do projeto e a pouca adesão das prefeituras.

15. Orçamento

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor outras Fontes (R\$) (*)	Valor Total R\$
Natureza da Despesa			
1. Despesas Correntes			
1.1 Contribuições: 335041	720.000,00	2.400.000,00	3.120.000,00
Total	720.000,00	2.400.000,00	3.120.000,00

Obs. O presente projeto foi aprovado em reuniões do CCPIS e recebeu um aporte de recursos no valor de **R\$ 360.000,04**, que corresponde a aproximadamente **50%** do valor integral do Projeto. A reapresentação deste projeto justifica pela solicitação de um valor **adicional no valor R\$ 359.999,96**, para a **conclusão** de todas as atividades previstas, tendo em vista tratar-se de um projeto de continuidade, em execução por meio de uma parceria entre a SPD os Ministérios da Justiça e da Saúde para a aplicação da Metodologia dos Programas de Prevenção: #Tamojunto, Jogo Elos e Famílias Fortes, do Ministério da Saúde, junto a estudantes das Escolas de Ensino Fundamental I e II.

Além de uma ação permanente e continuada o Projeto tem um conjunto de atividades interdependentes e interligadas, numa sequência lógica de execução das de suas ações, cuja a interrupção da oferta de alguns dos serviços causaria enormes prejuízos ao projeto e, por conseguinte, a população beneficiária além da parceria firmada com os referidos Ministérios.

16. Cronograma de Desembolso - Fonte FECOP

Item de Despesa	Mai	Julho	Agosto	Total
Contribuições:	147.319,24	212.680,80	359.999,96	720.000,00

335041				
Total	147.319,24	212.680,80	359.999,96	720.000,00

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (*) (R\$)	Pessoas Beneficiadas
1	01 – Cariri	Crato	36.000,00	120.000,00	284
		Barbalha	36.000,00	120.000,00	284
		Juazeiro	36.000,00	120.000,00	284
Subtotal			108.000,00	360.000,00	852
2	02 – Centro Sul	Icó	36.000,00	120.000,00	284
		Acopiara	36.000,00	120.000,00	284
		Iguatu	36.000,00	120.000,00	284
Subtotal			108.000,00	360000	852
3	03 – Grande Fortaleza	Maranguape	36.000,00	120.000,00	284
		Eusébio	36.000,00	0,00	284
		Caucaia	36.000,00	120.000,00	284
Subtotal			108.000,00	240.000,00	852
4	04 – Litoral Leste	Beberibe	36.000,00	120.000,00	284
		Aracati	36.000,00	120.000,00	284
Subtotal			72.000,00	240.000,00	568
5	05- Litoral Norte	Camocim	36.000,00	120.000,00	284
Subtotal			36.000,00	120.000,00	284
6	06 – Litoral Oeste/Vale do Curu	Itapipoca	36.000,00	120.000,00	284
Subtotal			36.000,00	120.000,00	284
7	8-Serra da Ibiapaba	Viçosa do Ceará	36.000,00	120.000,00	284
		Tianguá	36.000,00	120.000,00	284
Subtotal			72.000,00	240.000,00	568
8	9 – Sertão Central	Quixeramobim	36.000,00	120.000,00	284
Subtotal			36.000,00	120.000,00	284
9	11 – Sertão de Sobral	Massapé	36.000,00	120.000,00	284
		Sobral	36.000,00	120.000,00	284
Subtotal			72.000,00	240.000,00	568
10	12 – Sertão de Crateús	Crateús	36.000,00	120.000,00	284
Subtotal			36.000,00	120.000,00	284
11	14 – Vale do Jaguaribe	Russas	36.000,00	120.000,00	284
Subtotal			36.000,00	120.000,00	284
Total		20	720.000,00	2.400.000,00	5.680

17.1. Justificativa

O projeto será executado em parceria com as Secretarias Estadual e Municipal da Educação. As escolas serão sensibilizadas sobre a metodologia e implementação do Projeto. Caso desejem ou manifestem interesse em participar da ação, cada escola

assinará um Termo de Adesão ao projeto. Por isso, a priori, não será possível fazer a distribuição dos recursos de forma regionalizada.

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria/ Gerência	Coordenadoria de Interlocução Interinstitucional
Técnico	Lidiane Nogueira Rebouças
E-mail	lidiane.reboucas@spd.ce.gov.br
Fone	(85) 3238-5482

Marco Lógico MAAP 25 - Projeto Juventudo do Futuro

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Prevenção ao uso de drogas pelos alunos das Escolas de Ensino Fundamental	% de redução do número de alunos que já consumiram/consomem drogas lícitas e ilícitas	Pesquisa encomendada pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas - SENAD	Evasão e baixa participação dos estudantes, familiares e professores
Resultados	Redução dos fatores de risco ao uso de drogas lícitas e ilícitas Fortalecimento dos fatores de proteção ao uso de drogas lícitas e ilícitas	% de alunos com conhecimento satisfatório sobre a prevenção ao uso de drogas % de alunos com melhoria nos hábitos saudáveis % de famílias com vínculos familiares fortalecidos % de redução da ocorrência de conflitos escolares	Questionário de avaliação de conhecimento dos alunos sobre o uso de drogas Aplicação de questionário sobre auto estima positiva e vínculos familiares Registros da coordenação da escola	Evasão e baixa participação dos estudantes, familiares e professores
Produtos	Jogo Elos Programa #Tamojunto Programa Famílias Fortes	No. de escolas recebendo o Jogo Elos No. de escolas participando do #Tamojunto No. de escolas participando do Famílias Fortes	Relatórios técnicos	

<p>Atividades</p>	<p>Apresentação do programa para os gestores municipais, esclarecendo os critérios de adesão e contrapartida dos gestores e corpo docente das escolas</p> <p>Formação, realizada pela SENAD, dos gestores as escolas e professores envolvidos no desenvolvimento do projeto</p> <p>Formação para Gestores da Assistência Social e os Profissionais da Educação, Saúde e Assistência Social, realizada pela SENAD</p>	<p>Nº Municípios com Termos de adesão assinados</p> <p>% de Profissionais selecionados formados</p> <p>% de escolas selecionadas, contempladas com os programas.</p>	<p>Relatórios técnicos</p> <p>Registros fotográficos e depoimentos de participantes a cada ação;</p> <p>Listas de frequência;</p>	<p>Baixa qualidade na execução das ações por parte das entidades conveniadas</p>
<p>Insumos</p>	<p>Recursos humanos</p> <p>Material didático/pedagógico</p> <p>Materiais de divulgação e comunicação</p> <p>Recursos financeiros</p>	<p>Nº de profissionais contratados</p> <p>Nº de processos licitatórios</p>	<p>Notas fiscais de aquisição</p> <p>Editais de Licitação</p> <p>Termo de cooperação entre a SPD e os municípios</p>	<p>Demora nos processos de licitação</p>



**Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS**

PROJETO: Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes

MAPP 211

“STDS”

Fevereiro/2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS
Programa (PPA)	072 – Proteção Social Especial
Mapp (Nº e Denominação)	211 – Apoio ao Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta, cuidando do futuro de crianças e adolescentes.
Período de Execução (em 2016)	Março a Dezembro
Categoria	Assistencial: Proteção Social Especial

1. Descrição do Projeto

A Proteção Social Especial oferta atendimento especializado às famílias e indivíduos em situações de risco pessoal e social cujos direitos tenham sido violados e/ou, que já tenha ocorrido rompimento dos laços familiares e comunitários em decorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso e exploração sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras.

Esse nível de proteção é hierarquizado em média e alta complexidade. A média complexidade destina-se aos indivíduos e famílias com direitos violados, mas os vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Esse nível de proteção tem como unidade de referência para oferta de seus serviços, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

A alta complexidade destina-se às famílias e indivíduos sem referência, cujos vínculos familiares e/ou comunitários já foram rompidos ou que se encontra em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário.

Comprometido com a transformação positiva da realidade social, no Ceará, o Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta, há 40 anos, iniciou as suas ações com o objetivo de proporcionar melhores condições de desenvolvimento humano e social para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, através do acolhimento institucional, como uma ação preventiva ao agravamento de situações de negligência, violência, e ruptura de vínculos. Para tanto busca oferecer a estas crianças e adolescentes, educação e promoção social, através de ações continuadas em tempo integral, acolhendo-as em unidades socioassistenciais e educativas, atendendo às suas necessidades básicas e fortalecendo a manutenção de vínculos familiares e contribuindo para a formação de cidadãos com valores humanos sólidos, e uma visão de mundo mais solidário e fraterno.

As ações de apoio às famílias, desenvolvidas pela instituição, buscam oportunizar o resgate e o fortalecimento dos vínculos familiares, a partir de novas vivências, e o ingresso dos pais/responsáveis no mercado de trabalho. A família é convidada a

participar das atividades socioeducativas desenvolvidas com a criança, bem como, do acompanhamento do seu desenvolvimento biopsicossocial.

Atende ainda 40 crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados, encaminhados através de guia de acolhimento expedida pelo Juizado da Infância e Juventude.

No âmbito de sua responsabilidade social, o Instituto Pe. João Piamarta atende também às crianças e adolescentes com deficiência e minorias étnico-raciais, proporcionando-lhes mais autonomia e integração social.

Com sede em Fortaleza, o Instituto Pe. João PIAMARTA conta com outras três unidades socioassistenciais e educativas localizadas nos municípios de Itaitinga (02) e Limoeiro do Norte (01), que atuam no atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade. Entretanto, necessita de uma adequação de seus serviços a luz dos novos marcos legais e regulatórios de tipificação dos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS que entrou em vigor no ano de 2012. Vale ressaltar que a instituição já deu início ao processo de adequação a legislação vigente e tem consciência da necessidade desse reordenamento institucional.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2016-2019 do Governo do Estado do Ceará, o Projeto está relacionado ao Eixo Ceará Acolhedor, tendo como Tema Estratégico “Assistência Social”, Resultado Temático: famílias em situação de vulnerabilidades e riscos pessoal e social, com acesso aos direitos garantidos. O Indicador de Resultado Temático o percentual de serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial.

As ações previstas no projeto estão vinculadas ao Programa 072 - Proteção Social Especial, com o Objetivo de garantir a oferta de serviços de proteção social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos e/ou rompimento de vínculos familiares e comunitários, através da Iniciativa de apoio a entidades sociais na prestação de serviços de atendimento a pessoas em situação de risco pessoal e social.

3. Diagnóstico

De acordo com o levantamento do Censo 2010, Fortaleza contava com quase 778 mil crianças e adolescentes, o que representava 32,7% da população total, sendo quase 555.00 mil, ou seja, 22,5% estão na faixa de 0 a 14 anos de idade.

Segundo o IPECE, a proporção da população de 0 a 14 anos que vivem com menos de ¼ de salário mínimo (de 2010) é de 19,8%, ou seja, quase 20% da faixa etária de 0 a 14 vivem na extrema pobreza. Na condição de pobreza, 30% da população de 0 a 14 anos vivem com uma renda per capita entre ¼ e ½ salários mínimos. Apenas 3,2% dessa faixa etária vive com 5 salários mínimos ou mais. Essa má distribuição de renda durante a infância e adolescência contribui seguramente para a

perpetuação da desigualdade de renda na vida adulta. O que se observa para os demais subgrupos de idades é a perpetuação do ciclo da pobreza.

O último levantamento nacional sobre a situação dos abrigos, realizado em 2003 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com 589 instituições que receberam recursos do governo federal, revelou que o principal motivo do abrigamento de crianças e adolescentes era a pobreza. Dos 19.373 meninos e meninas abrigados, 24,1% se encontravam naquela situação por causa da “carência de recursos materiais da família ou responsável.

Apesar de aparecer como o principal motivo para o abrigamento, especialistas fazem questão de destacar que a pobreza não deve ser diretamente relacionada à negligência ou ao abandono das crianças e dos adolescentes por parte de seus familiares, pois esse tipo de raciocínio estigmatiza as famílias de baixa renda. Mesmo assim, a dificuldade econômica é uma das causas principais do abandono e mais tratos que tem como consequência a situação de abrigamento.

Não podemos deixar de considerar que a violência contra mulher torna-se outro fator agravante na situação atual das famílias brasileiras, considerando a influência direta, que tem sobre a proteção social, a educação das crianças e adolescentes, e a preservação dos laços familiares. Inseridas num contexto de violência, segundo dados da Sociedade Mundial de Vitimologia situada na Holanda, 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas a violência doméstica sendo o lar o local de maior incidência das agressões.

Cotidianamente, mulheres, mães ou avós - chefes de família em sua maioria, na busca por melhores condições de vida ou simplesmente na luta pela sobrevivência, deixam suas crianças e adolescentes em situação de abandono e risco pessoal e social, em ambientes cuja vulnerabilidade gera o passaporte para as “ruas” e o consequente envolvimento no mundo das drogas e da violência generalizada.

Conforme dados da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, até maio de 2013, existem 368 (trezentos e sessenta e oito) crianças e adolescentes abrigados nas 10 (dez) unidades institucionais que são encaminhadas pelo poder judiciário.

4. Justificativa

Para “Minayo e Sousa” a violência é um fenômeno que requer a colaboração interdisciplinar e ação multiprofissional, e alerta para os riscos de reducionismo e necessidade de uma ação pública. Aqui, não podemos deixar de considerar o abandono e a negligência como formas de violência contra a criança e o adolescente.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA , 1990), “um abrigo é uma medida de proteção prevista no artigo 101, inciso V II. Aplica-se a crianças e adolescentes ameaçados ou violados em seus direitos, em razão de falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; (2) ação ou omissão das autoridades públicas ou; (3) em razão da conduta do próprio adolescente. O abrigo não implica privação de liberdade, isto é, perda do direito de ir e vir. Consiste no apoio residencial a

crianças e adolescentes em processo de reinserção na família de origem ou aguardando inserção em família substituta, via decisão judicial.”

Considerando a experiência e resultados exitosos da instituição, este projeto possibilita a efetivação dos novos marcos legais e regulatórios para os serviços de acolhimento institucionais, constituindo-se o início do processo de reordenamento institucional do Instituto Pe. João Piamarta.

Para tanto suas ações serão implementadas em Fortaleza (Piamarta Aguanambi) e na Casa da Criança Governador Virgílio Távora e Lar Nazaré, situadas no Município de Itaitinga, atendendo a crianças e adolescentes do sexo masculino e feminino, na faixa etária de 7 a 18 anos, tendo como indicador de avaliação do processo de transição a metodologia específica que será desenvolvida junto as crianças e adolescentes e suas famílias, o que permitirá uma avaliação nos aspectos quantitativos e qualitativos desse grupo social.

Por último, registramos que no prazo de 03 anos, todas as crianças e adolescentes deverão está acolhidos institucionalmente de acordo o marco normativo vigente.

5. Histórico

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2007	-	-	-	-
2008	-	-	-	-
2009	-	-	-	-
2010	-	-	-	-
2011	-	-	-	-
2012	-	-	-	-
2013	R\$ 888.845,00	-	R\$ 888.845,00	190
2014	R\$ 900.000,00	-	R\$ 900.000,00	190
2015	R\$ 900.000,00	-	R\$ 900.000,00	190
TOTAL	R\$ 2.688.845,00	-	R\$ 2.688.845,00	570

(*) Descrever quais as outras fontes contempladas pelo projeto, caso houver.

6. Público Alvo

Crianças e adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 7 a 18 anos.

6.1. Critérios Adotados para a Seleção dos Beneficiários

Crianças e adolescentes de ambos os sexos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal de acordo com a Resolução CNAS 109/2009; Encaminhamento do Conselho Tutelar;

6.2. Documentos Comprobatórios Da Situação De Pobreza

- I - fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 kwh mensais;
- II - fatura de água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais;
- III - comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal;
- IV - comprovante de obtenção de rendimento mensal inferior a meio salário mínimo por membro do núcleo familiar.

7. Objetivos

7.1 Geral:

Acolher e garantir proteção integral para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, bem como crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados.

7.2 Específicos

Contribuir para o processo de autonomia e autocuidado, incentivando o despertar de potencialidades e o resgate da autoestima das crianças e adolescentes atendidos;

Realizar atividades socioeducativas para as crianças e adolescentes, com vistas à socialização, ocupação, aprendizagem e prevenção de situações de vulnerabilidade;

Desenvolver ações junto às famílias que contribuam para a ampliação das oportunidades de melhoria das condições de vida e reinserção sociofamiliar e comunitária dessas crianças e adolescentes.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

8.1 Atividades realizadas em Anos Anteriores:

Acolhimento
Visitas domiciliares
Reforço e Acompanhamento escolar
Capacitação de professores e educadores sociais
Prevenção a doenças (palestras, acompanhamento diário)
Passeios, excursões – semestral
Atividades de Auto-Cuidado
Atividades Artísticas e Culturais
Atendimento fonoaudiólogo
Atendimento psicopedagógico
Encaminhamento médico hospitalar
Atividades Esportivas
Inclusão Digital
Fortalecimento de vínculos afetivos
Jogos e audiovisuais
Atividades de pesquisa e leitura

*As mesmas atividades serão realizadas no ano corrente, portanto estão descritas detalhadamente no item que segue (8.2).

8.2 Atividades a serem realizadas no ano

a) Acolhimento

O acolhimento é realizado quando é feita a solicitação pela família ou identificada a necessidade do beneficiário. É preenchida uma ficha cadastral do beneficiário, procedido a realização da entrevista com o mesmo e com sua família. Após prestados todos os esclarecimentos sobre a rotina da instituição, o responsável da família assina o termo de responsabilidade e o beneficiário é engajado nas atividades. Também é garantido o acolhimento através de encaminhamentos do Conselho Tutelar e para beneficiários encaminhados pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, através da compra de vagas.

Responsável pela atividade: Débora Oliveira de Sousa, Coordenadora Setor de Assistência Social.

b) Visitas domiciliares

As visitas domiciliares são realizadas em dois momentos: primeiro quando é feita a solicitação pela família do beneficiário, depois são os acompanhamentos da evolução da família assistida pelo Projeto.

Responsável pela atividade: Debora Oliveira, Coordenadora Setor de Assistência Social, juntos aos educadores sociais.

c) Reforço e Acompanhamento escolar

Essa atividade é desenvolvida diariamente pela equipe de profissionais da instituição que acompanha rotineiramente as atividades escolares das crianças e adolescentes beneficiadas, que são regularmente matriculadas na rede pública de ensino e recebem reforço e orientação pedagógica na elaboração das suas tarefas escolares.

Responsável pela atividade: Flavia Maria Campos de Oliveira, Diretora Pedagógica.

d) Capacitação de professores e educadores sociais

As atividades de formação/capacitação dos professores e educadores sociais acontecem regularmente de dois em dois meses. O objetivo dessa atividade é atualizar a equipe de profissionais com conteúdos sobre os marcos regulatórios das políticas públicas de Educação e Assistência Social, sobre os processos de aprendizagem e profissionalização e sobre as temáticas diversas demandadas pela equipe.

Responsável pela atividade: Flavia Maria Campos de Oliveira, Diretora Pedagógica.

e) Prevenção a doenças (palestras, acompanhamento diário)

As prevenções às doenças são feitas através de palestras com os beneficiários e suas famílias, como também no acompanhamento e orientação diária as atividades de rotina.

Responsável pela atividade: Flavia Maria Campos de Oliveira, Diretora Pedagógica, juntos à Debora Oliveira, Coordenadora Setor de Assistência Social.

f) Passeios, excursões – semestral

A realização de passeios e excursões fazem parte do nosso calendário anual e acontecem semestralmente, com o objetivo de promover o lazer e a integração entre os beneficiários.

Responsável pela atividade: Flavia Maria Campos de Oliveira, Diretora Pedagógica

g) Atividades de Auto-Cuidado

São atividades transversais incorporadas à rotina de atendimento, prestada durante a realização das atividades extracurriculares, profissionalizante e de lazer. São desenvolvidas através de palestras, rodas de conversa e orientações nas atividades diárias.

Responsável pela atividade: Débora Oliveira, Coordenadora Setor de Assistência Social, juntos aos educadores sociais

h) Atividades Artísticas e Culturais

São atividades desenvolvidas uma vez por semana, através da formação de grupos de danças e teatro.

Responsável pela atividade: Flávia Maria Campos de Oliveira, Diretora Pedagógica

i) Atendimento fonoaudiólogo

Atendimento realizado pelo profissional competente, que presta atendimento duas vezes por semana aos beneficiários do projeto.

Responsável pela atividade: Débora Oliveira, Coordenadora Setor de Assistência Social

j) Atendimento psicopedagógico

Atendimento realizado pelo profissional competente, que presta atendimento três vezes por semana aos beneficiários do projeto.

Responsável pela atividade: Viviane Eleutério, Psicóloga

l) Encaminhamento médico hospitalar

Quando necessário este encaminhamento é realizado em decorrência das iniciativas de voluntários, não existindo o fluxo regulamentado de encaminhamento para a rede pública de saúde.

Responsável pela atividade: Debora Oliveira, Coordenadora Setor de Assistência Social

m) Atividades Esportivas

São atividades realizadas duas vezes por semana, sob o acompanhamento dos Educadores Sociais, no contra turno das atividades curriculares.

Responsável pela atividade: Flávia Maria Campos de Oliveira, Diretora Pedagógica, juntos aos educadores sociais.

n) Inclusão Digital

São atividades realizadas duas vezes por semana, sob o acompanhamento dos Educadores Sociais, no contra turno das atividades curriculares.

Responsável pela atividade: Flávia Maria Campos de Oliveira, Diretora Pedagógica, juntos aos educadores sociais e aos professores.

o) Fortalecimento de vínculos afetivos

As atividades de promoção do fortalecimento de vínculos são de suma importância no processo de abrigamento de crianças e adolescentes. Diante disso, as estratégias de fortalecimento dos vínculos afetivos e familiares são:

Refletir sobre temas que assegurem o convívio familiar, comunitário e/ou social.
Contribuir para conscientização da família do seu papel na proteção e formação integral de seus filhos - acompanhamento de casos/palestras/encaminhamentos.
Promover a convivência e o fortalecimento de vínculos afetivos.
Promover oportunidades de participação das famílias em atividades de planejamento e avaliação dos serviços prestados pela instituição.

Responsável pela atividade: Débora Oliveira, Coordenadora Setor de Assistência Social juntos à Viviane Eleutério, Psicóloga.

p) Jogos e audiovisuais

São atividades desenvolvidas diariamente pelos Educadores Sociais, no contra turno das atividades curriculares.

Responsável pela atividade: Débora Oliveira, Coordenadora Setor de Assistência Social juntos à Viviane Eleutério, Psicóloga.

q) Atividades de pesquisa e leitura

São atividades desenvolvidas diariamente na biblioteca da entidade, realizadas no contra turno das atividades curriculares.

Responsável pela atividade: Flávia Maria Campos de Oliveira, Diretora Pedagógica, juntos aos educadores sociais e aos professores.

8.3. Atividades Previstas para Anos Posteriores

Como se trata de um Projeto de continuidade, as atividades permanecerão as mesmas descritas no item anterior (8.2).

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Acolhimento Institucional	190	- Relatórios de acompanhamento
Atendimento integral com atividades educativas e Socioassistenciais	190	-Registro de presença nas atividades

		- Relatórios de atividades
Reinserção sociofamiliar e comunitária	95	- Relatórios de acompanhamento

10. Metas

- Acolher 40 crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados.
- Atender integralmente as 190 crianças e adolescentes acolhidos.
- Reintegrar 50% das crianças e adolescentes à família e comunidade.
- Engajar 100% dos acolhidos na rede socioassistencial de educação e saúde.

11. Resultados Esperados

- Crianças e adolescentes empoderados do processo de independência e autocuidado.
- Crianças e adolescentes atendidas em suas necessidades biopsicossocial.
- Famílias quando identificadas, envolvidas ativamente na formação humana das crianças e adolescentes.

12. Integração de ações

O projeto se relaciona também com as ações socioassistenciais da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social e Combate à Fome – SETRA do Município de Fortaleza e com as ações socioassistenciais da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS do Governo do Estado do Ceará, a Prefeitura de Itaitinga e com a “Operazione Lieta”, uma ONG italiana que se ocupa há 30 anos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Esses atores, governamentais e não governamentais, e os programas socioassistenciais desenvolvidos pelos mesmos, trabalham primeiramente para proporcionar um ambiente seguro, confortável e higiênico onde as crianças e os adolescentes possam ter segurança e conforto. Os supracitados atores trabalham sinergicamente para garantir a formação total dos beneficiários através de diferentes programas de Assistência Social, Educação Básica, Alimentação completa, satisfatória e saudável, Programas e atividades lúdicas e desportivas para crianças e Formação Profissionalizante e preparação para inserção no mundo do trabalho para os adolescentes. Tudo isso para dar proteção e cuidado aos beneficiários e a possibilidade de um futuro melhor e promissório. A sinergia de todos os atores envolvidos visa também a formação da pessoa humana como cidadão honesto.

13. Monitoramento

O monitoramento dos indicadores de resultado será realizado pela equipe técnica do Instituto Pe. João Piamarta, com acompanhamento da STDS através de reuniões trimestrais.

No que diz respeito ao desenvolvimento das atividades constantes no Plano de Trabalho, estas serão monitoradas mensalmente pela equipe de execução, como a alimentação dos instrumentais de verificação especificados no projeto.

Objetivos	Metas por objetivos	Indicador de resultados	Meios de verificação	Periodicidade
1. Programar ações que contribuam para o processo de independência e autocuidado, incentivando o despertar de potencialidades e o resgate da autoestima das 190 crianças e adolescentes atendidos.	1. 190 crianças e adolescentes empoderados do processo de independência e autocuidado	1.a. Melhoria da qualidade de vida de 85% das famílias das crianças e adolescentes assistidos pelo Projeto	1.a. Relatório de avaliação anual: visita domiciliar, entrevistas, roda de conversa, relatório do conselho dos educadores sociais	1. semestral
2. Realizar atividades socioeducativas para o público de 190 crianças e adolescentes, com vistas à socialização, ocupação, aprendizagem e prevenção de situações de vulnerabilidade.	2.a 180 crianças com capacidade física e mental melhoradas	2.a. Melhora da capacidade física e mental	2.a Exame médico e biométrico e avaliações escolares	2.a trimestral
	2.b 190 crianças e adolescentes com participação ativa nas atividades socioeducativas	2.b. 0% de evasão na educação formal e nas outras atividades de socialização	2.b Lista de presença das atividades	2.b mensal
3. Focalizar a atuação no trabalho junto às famílias das crianças e adolescentes atendidos, considerando-as como espaço fundamental para o desenvolvimento e formação humana.	3.a 100% das famílias do público alvo envolvida ativamente na formação humana das crianças	3.a Percentual de participação das famílias	3. Relatório de avaliação anual: encontros com as famílias	3. bimestral

13.1. Dados Utilizados

INFORMAÇÕES COLETADAS	FONTE	PERIODICIDADE	INDICADORES (ALCANCE DE METAS)
-----------------------	-------	---------------	--------------------------------

Descrição de atividades executadas	Relatório de Atividades	Semestral	Quantidade de atividades realizadas em relação à meta estabelecida
Descrição de acompanhamento às famílias	Relatório de visita domiciliar	De acordo com a demanda apresentada	Quantidade de visitas e encaminhamentos realizados
Descrição de atividades temáticas realizadas com as famílias	Registro de entrevistas e roda de conversa	Mensal	Quantidade de atividades realizadas em relação à meta estabelecida
Resultado do desempenho escolar	Avaliações escolares	Bimestral	Comparativo do desempenho escolar no momento inicial e no decorrer do projeto
Frequência do público atendido nas atividades do projeto	Lista de frequência das atividades	Mensal	Engajamento e permanência nas atividades do projeto
Descrição de perfil individual com características pessoais e sociais do público atendido	Banco de Dados de monitoramento dos beneficiários	Mensal	Comparativo da situação de vulnerabilidade e risco no momento inicial e após o engajamento no projeto

13.2. Cadastro dos Beneficiários

É obrigação da Secretaria executora do projeto registrar as informações referentes aos beneficiários, identificando-os civilmente (Nome, CPF, NIS, Inscrição no PRONAF) e nos aspectos inerentes ao que o projeto propõe-se a atender. Estas informações deverão ser armazenadas em sistemas informatizados ou em planilha eletrônica (um beneficiário por linha) que permita a consulta para efeito de avaliação.

Os beneficiários deverão ser registrados à medida que forem sendo incluídos no projeto de forma que as informações estejam disponíveis quando solicitadas.

Os documentos comprobatórios do estado de pobreza (ver item 6.2) também devem ser guardados junto às fichas dos beneficiários para eventuais consultas por parte da Gerência Executiva do FECOP e de órgãos de controle.

Ver Anexo 5.

14. Pressupostos de Risco

- Atraso na liberação de recursos conforme cronograma de desembolso;
- Falta de complementaridade de ações, com foco na intersectorialidade, junto às famílias dos internos que contribuam efetivamente para sua inserção sociofamiliar e produtiva;
- Morosidade no fluxo de comunicação com o Poder Judiciário.

15. Orçamento 2016

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$) (*)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1.DESPESAS CORRENTES			
1.1. Subvenção Social			
Elemento de Despesa - 335043	1.143.354,00	-	1.143.354,00
TOTAL	1.143.354,00	-	1.143.354,00

Vimos por meio deste, solicitar a mudança dos elementos de despesa do referido projeto já aprovado na 2ª Reunião Ordinária do CCPIS, realizada no dia 21 de março do corrente ano, tendo em vista que os valores alocados nas rubricas 339036, 339030 e 339039 não poderão ser executados, visto que o projeto em questão tem os recursos destinados a repasse de entidade através de subvenção social. Assim, o elemento de despesa correto é 335043. Esclarecemos que, não houve alteração de valores e nem das metas.

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Total
Subvenção Social	381.118,00	-	-	381.118,00	-	-	381.188,00	-	1.143.354,00
Total	381.118,00	-	-	381.118,00	-	-	381.188,00	-	1.143.354,00

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2016

Nº	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (*) (R\$)	Pessoas Beneficiadas
01	Região 03 - Grande Fortaleza	Fortaleza	1.143.354,00	-	190
Total			1.143.354,00	-	190

18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria/ Gerência	Coordenadoria da Proteção Social Especial – CPSE / Célula de Atenção à Alta Complexidade - CAAC
Técnico	Rita de Cássia Sidney Marques
E-mail	rita.marques@stds.ce.gov.br
Fone	3101 4608
Articuladora	Glória Francisca Burlamaqui Carvalho
E-mail	gloria.burlamaqui@stds.ce.gov.br
Fone	3101 4568

Marco Lógico MAPP 211 – Projeto Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Redução do número de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e/ou com direitos violados que necessitem de acolhimento.	% de Crianças e adolescentes atendidos reinseridos no contexto sociofamiliar e comunitário	Ficha de Cadastro Relatórios técnicos	Demanda pelos serviços maior que a oferta de vagas.
Resultados	Crianças e adolescentes com melhor desempenho escolar. Famílias do público-alvo envolvidas ativamente na formação humana das crianças. Crianças e adolescentes acolhidos e protegidos integralmente.	Melhorias nas notas de avaliações escolares. Frequência em atividades e relatos de familiares. Crianças e adolescentes acolhidos e protegidos integralmente	Resultados das avaliações escolares Listas de frequência e relatos de atividades Fichas de Cadastro Relatórios de acompanhamento	Não adesão da família; Demanda pelos serviços maior que a oferta.
Produtos	Acolhimento Institucional Atividades Educativas Acompanhamento Socioassistencial	Quantidade de atendimento e acolhimentos realizados No. de atividades educativas realizadas No. de acompanhamentos Socioassistenciais realizados	Cadastrros efetuados Listas de frequência das atividades; Relatórios técnicos de atividades	Falta de vagas para atender a demanda na rede socioassistencial, educacional e de saúde no território onde está localizada a Unidade.
Atividades	Realizar Acolhimento; Realizar visitas domiciliares;	Nº de visitas domiciliares realizadas; Nº de Atividade de reforço e	Listas de frequência das atividades;	Não adesão da família.

	<p>Reforço e acompanhamento escolar; Capacitação de professores e educadores sociais; Prevenção a doenças (palestras, acompanhamento diário); Passeios, excursões; Atividades de autocuidado; Atividades artísticas e culturais; Atendimento fonoaudiólogo; Atendimento psicopedagógico; Encaminhamento médico hospitalar; Atividades esportivas; Atividade de inclusão digital; Ações de fortalecimento de vínculos afetivos; Jogos e audiovisuais; Atividades de pesquisa e leitura.</p>	<p>acompanhamento escolar realizadas; Nº de Capacitação de professores e educadores sociais; Nº de Atividades de prevenção a doenças (palestras, acompanhamento diário); Nº de Passeios e excursões realizados; Nº de Atividades de autocuidado; Nº de Atividades artísticas e culturais; Nº de Atendimento fonoaudiólogo; Nº de Atendimento psicopedagógico; Nº de Encaminhamento médico hospitalar; Nº de Atividades esportivas; Nº de Atividade de inclusão digital; Nº de Ações de fortalecimento de vínculos afetivos; Nº de Atividades de Jogos e audiovisuais; Nº de Atividades de pesquisa e leitura.</p>	<p>Relatórios técnicos.</p>	
<p>Insumos</p>	<p>Recursos FECOP Instalações Físicas Equipamentos Equipe Técnica</p>	<p>Repasso mensal de recursos Estrutura física para realização das atividades Quantidade de profissionais envolvidos no Projeto</p>	<p>Prestação de Contas. Registros fotográficos da estrutura física e atividades realizadas. Comprovantes de contratos e prestação de contas.</p>	<p>Recursos insuficientes frente à demanda maior que a oferta de vaga.</p>

ANEXO 2

DETALHAMENTO DAS DESPESAS EM R\$		
NATUREZA DA DESPESA	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)
DESPESAS CORRENTES		
1.1.1 Vencimento e Vantagens		
Salários	352.080,00	-
Encargos Sociais	102.103,28	-
Subtotal	454.183,28	-
1.1.2 Material de Consumo:		
Gêneros de Alimentação	200.440,36	-
Material esportivo e educativo	6.431,44	-
Material de Expediente	71.802,54	-
Gás de cozinha	10.757,25	-
Material de limpeza e higiene	89.093,40	-
Combustível / Lubrificantes	54.864,40	-
Subtotal	R\$ 433.389,39	-
1.1.3. Serviços de Terceiros (Pessoas Jurídicas):		
Serviços de pequenos reparos e adaptação de bens (pedreiro)	145.561,19	-
Serviços de pequenos reparos e adaptação de bens (eletricista)	49.577,78	-
Serviços de pequenos reparos e adaptação de bens (pintor)	60.642,36	-
Subtotal	R\$ 255.781,33	-
TOTAL GERAL	1.143.354,00	-

ANEXO 3
INSTALAÇÕES FÍSICAS

ANEXO III - INFRAESTRUTURA:

Nome: Casa da Criança Governador Virgílio Távora
CNPJ: 07.355.100/003-41
Endereço: Rua Itapó 3546 – Riachão
Cidade / UF: Itaitinga – Ceará
Responsável: Lieta Valotti
Telefone: (085) 41415022
E-mail: pacoti@piamartaaguanambi.org.br

Capacidade de Atendimento no Programa de Assistência Social: 350 crianças do sexo masculino de 06 a 12 anos

Setor Educacional

Dezoito salas de aula para o ensino fundamental
Uma sala ampla para biblioteca e recursos multimídia
Uma sala para secretaria da escola
Uma sala para a coordenação pedagógica
Uma sala para o atendimento fonaudiológico
Uma sala para os professores
Uma sala para a coordenação geral
Uma sala para a direção
Um laboratório de informática
Uma sala destinada para o estoque de livros didáticos
Uma sala destinada para o estoque de material para atividades paradidáticas
Uma sala para o almoxarifado
Uma quadra esportiva
Dois campos de futebol
Um galpão polivalente para jogos e várias atividades
Banheiros masculinos e femininos
Seis dormitórios para professores

Setor Acolhimento Institucional

Onze casas, cada uma composta por:
1.1. Quatro dormitórios
1.2. Uma sala comunal
1.3. Um dormitório com banheiro para os educadores
1.4. Duas baterias de banheiros
1.5. Área de serviço
Um refeitório para as crianças
Um refeitório para professores e educadores
Uma cozinha semi-industrial
Uma padaria
Um galpão destinado à lavanderia industrial e rouparia
Uma capela
Uma enfermaria

Um consultório dentário
Uma sala para recepção
Um açude para reserva hídrica e lazer

Descrever as instalações físicas e equipamentos da entidade/organização

Nome Razão Social: Lar Nazaré
CNPJ: 07.355.100/0004-22
Endereço: Rua Itapó 1448 – Riachão
Cidade / UF: Itaitinga – Ceará
Responsável: Rosiane Batista de Almeida
Telefone: (085) 41412163
E-mail: pacoti@piamartaaguanambi.org.br

Endereço: Rua Itapó s/n – Riachão/Itaitinga-CE
Capacidade de Atendimento no Programa Assistência Social: 150 crianças e adolescentes do sexo feminino de 06 a 12 anos

Setor Educacional

Seis salas de aula para o ensino fundamental
Uma sala ampla para biblioteca e recursos multimídia
Uma capela/sala para reuniões
Uma quadra esportiva
Pátio
Uma sala para secretaria e coordenação pedagógica
Uma sala para os professores
Banheiros masculinos e femininos
Um salão de jogos
Um laboratório de informática

Setor Acolhimento Institucional

Quatro casas, cada uma composta por:
1.1. Quatro dormitórios
1.2. Uma sala comunal
1.3. Um dormitório com banheiro para os educadores
1.4. Duas baterias de banheiros
1.5. Área de serviço
Uma sala para a coordenação geral;
Um refeitório com cozinha para as crianças e funcionários
Um galpão destinado à lavanderia
Um apartamento para coordenação geral
Uma sala para reuniões

ANEXO 4
EQUIPAMENTOS

ANEXO IV - Equipamentos:

Nome: Casa da Criança Governador Virgílio Távora
CNPJ: 07.355.100/003-41
Endereço: Rua Itapó 3546 – Riachão
Cidade / UF: Itaitinga – Ceará
Responsável: Lieta Valotti
Telefone: (085) 41415022
E-mail: pacoti@piamartaaguanambi.org.br

Capacidade de Atendimento no Programa de Assistência Social: 240 crianças do sexo masculino de 06 a 12 anos

- Geladeira
- Freezer
- Fogão
- Forno/microondas
- Máquina de lavar
- Veículo de uso exclusivo
- Veículo de uso compartilhado
- Mobiliário específico para atender crianças
- Acervo bibliográfico (livros)
- Materiais pedagógicos e culturais
- Materiais esportivos
- Jogos educativos, jogos de passatempo, brinquedos
- Mesas para estudo
- Mesas de Jantar
- 440 Camas
- 440 Armários para guarda individualizada de pertences
- Armários de uso coletivo dos usuários
- Telefone
- Impressora
- Equipamento de som
- DVD/Vídeo Cassete
- 13 Televisão

Nome: Lar Nazaré
CNPJ: 07.355.100/0004-22
Endereço: Rua Itapó 1448 – Riachão
Cidade / UF: Itaitinga – Ceará
Responsável: Rosiane Batista de Almeida
Telefone: (085) 41412163
E-mail: pacoti@piamartaaguanambi.org.br

Endereço: Rua Itapó s/n – Riachão/Itaitinga-CE
Capacidade de Atendimento no Programa Assistência Social: 96 crianças e

adolescentes do sexo feminino de 06 a 12 anos

- Geladeira
- Freezer
- Fogão
- Forno/microondas
- Máquina de lavar
- Veículo de uso exclusivo
- Veículo de uso compartilhado
- Mobiliário específico para atender crianças
- Acervo bibliográfico (livros)
- Materiais pedagógicos e culturais
- Materiais esportivos
- Jogos educativos, jogos de passatempo, brinquedos
- Mesas para estudo
- Mesas de Jantar
- 152 Camas
- 152 Armários para guarda individualizada de pertences
- Armários de uso coletivo dos usuários
- Telefone
- Impressora
- Equipamento de som
- DVD/Vídeo Cassete
- 05 Televisão

ANEXO 5
CADASTRO DOS BENEFICIÁRIOS
FICHA CADASTRAL PARA RESIDENTE /ST

UNIDADE	NOME ALUNO		DATA N.	SEXO	
RAÇA/COR	DATA CHEGAD.	ESC. INICIAL	SIST. T. INTEGRAL		
PAI		MÃE			
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO		UF	NACIONALIDADE		
RESPONSÁVEL PELO INTERNAMENTO			PARENTESCO		
TIPO LOG	ENDEREÇO		Nº	COMPLEMENTO	
BAIRRO	CIDADE	CEP	UF		
PONTO DE REFERÊNCIA		TELEFONE P/ RECADO			
PARENTES JÁ ASSISTIDOS					
BATIZADO	1ª COMUNHÃO	OUTRA REL.	NIS DO RESPONS.	DATA REGISTRO NIS	Nº ROUPA
SAÍDA	RECADO / OBSERV.				
SAÚDE					
SONO					
SEXUALIDADE					
SITUAÇÃO FAMILIAR					
SITUAÇÃO DE MORADIA					
SITUAÇÃO ECONÔMICA					
ENCAMINHADO POR			DOCUMENTOS ANEXOS		
OBSERVAÇÕES					
HISTÓRICO					



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – STDS**

**Projeto: Implantação de Espaços Lúdicos para o Desenvolvimento Infantil –
Praças Mais Infância, Brinquedopraça e Brinquedocreche**

MAPP 249

“STDS”

Abril /2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Trabalho E Desenvolvimento Social
Programa (PPA)	080 – Assistência Social
Mapp (Nº e Denominação)	249 – Implantação de Espaços Lúdicos Para o Desenvolvimento Infantil – Praças Mais Infância, e Brinquedocreche e Brinquedopraça.
Período de Execução (Em 2016)	Abril a Dezembro de 2016
Categoria	Projetos Assistenciais – Proteção Social Básica

1. Descrição do Projeto

O projeto tem como propósito implantar espaços públicos adequados que contribuam para o fortalecimento da educação infantil e propiciem à comunidade do entorno um local de lazer e de sociabilização, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população alvo dos investimentos sociais.

O projeto está estruturado em três linhas de ações, cujos objetivos são:

Praças Mais Infância tipo I e II - Construir praças públicas implantando um pool de equipamentos (playground, bloco administrativo, fraldário, academia para terceira idade, quadra poliesportiva, espiribol, dentre outros, com vistas a assegurar o direito das crianças de desenvolver suas capacidades físicas, cognitivas e psicológicas através do ato de brincar. Além de fortalecer o convívio familiar e comunitário do entorno desses espaços.

Brinquedopraças - Revitalizar espaços recreativos em praças públicas municipais com a instalação de kits de brinquedos de madeira de eucalipto e pequenas adequações do local com vistas ao estímulo à criatividade, socialização, afetividade, autoestima, raciocínio lógico, desenvolvimento das capacidades motoras, memória, percepção, imaginação, senso de organização das crianças.

Brinquedocreche - Revitalizar espaços recreativos e/ou pedagógicos em creches públicas municipais com instalação de kits de brinquedos e outros recursos lúdicos com vistas ao estímulo à criatividade, socialização, afetividade, autoestima, raciocínio lógico, desenvolvimento das capacidades motoras, memória, percepção, imaginação, senso de organização das crianças.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O projeto atende às diretrizes do Plano Plurianual - PPA, no que se refere à prioridade de Governo, e sua execução ocorre de forma articulada com as demais ações do Estado. A implementação deste projeto colabora para o alcance dos Resultados Estratégicos Setoriais, em relação à população em situação de vulnerabilidade e risco, com garantia de assistência social.

As atividades propostas no projeto contribuem para o alcance das metas estabelecidas no PPA (2016 - 2019) do Governo do Estado do Ceará, fazendo parte do **Eixo Governamental** : Ceará Acolhedor, **Tema estratégico**: assistência social, **Resultado temático**: famílias em

situação de vulnerabilidade e riscos pessoal aos direitos socioassistenciais garantidos, **indicador de resultado temático:** número das entidades socioassistenciais apoiado pela stds, **programa:** 080 - proteção social básica, **objetivo:** 080.1 - assegurar a implementação do sistema único de assistência social no Ceará, apoiando a gestão municipal e a rede socioassistencial dos serviços, programas, projetos e benefícios da proteção social básica, **iniciativa :** 080.1.07 - manutenção da oferta de serviços da proteção social básica, **ação :** 22860 - manutenção do centro de referência da infância.

3. Diagnóstico

Conforme os dados do Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ceará possui elevada proporção de sua população com rendimento mensal domiciliar per capita de até R\$70,00, sendo esta a linha de extrema pobreza ou miséria adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em 2011.

De acordo com estes dados, o Estado do Ceará possui 1.502.924 moradores residentes em domicílios com rendimentos mensais por pessoa que não ultrapassam esse valor. Isso significa que 17,8% da população cearense encontra-se em situação de miséria, com base no parâmetro estabelecido pelo MDS.

Ao ranquear as 27 (vinte e sete) unidades federativas de acordo com o percentual de indivíduos em situação de miséria, observa-se que tais valores colocaram o Ceará como o sétimo estado com maior proporção de pessoas em condição de miséria. Seguindo o mesmo critério de ordenamento, dos nove estados do Nordeste, o Ceará é o quarto estado com maior proporção de indivíduos com rendimentos mensais per capita até a linha de extrema pobreza.

A análise da distribuição dos domicílios urbanos por classes de rendimento mensal domiciliar per capita mostrou que aqueles com rendimento de até meio salário-mínimo representavam 17,1% no conjunto do País, sendo que no Nordeste, esse percentual foi de 32,9%, ou seja, esta é uma das regiões do país com maior concentração de famílias em vulnerabilidade social.

Neste quadro de desigualdades, são as crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social que mais vivenciam negativamente as consequências da pobreza e da exclusão social.

Dados da saúde apontam que hoje as crianças estão menos expostas ao risco de ter morte pós-neonatal (28 dias a 01 ano de vida), pois a mortalidade infantil diminuiu drasticamente. A ONU estabeleceu como objetivo a ser alcançado entre 1990 e 2015, a diminuição da mortalidade infantil em 2/3, ou seja, para o Ceará a taxa de 17,9 a cada 1000 nascidos vivos. O Estado tem cumprido esta meta, visto que em 2014, segundo dados da Secretaria da Saúde, a taxa foi de 12,4 por 1000, sendo o Estado do Nordeste com menor taxa de mortalidade infantil, porém esta não ocorre de forma uniforme, visto que 41 municípios ainda apresentam índices maiores do que o pactuado pela ONU e este número ainda é muito maior do que encontrado em países desenvolvidos.

Com relação à mortalidade neonatal e materna, continua o desafio para sua redução, pois dos 127.421 nascidos vivos em 2014, 1.576 foram a óbito, sendo que destes 1.105 no período neonatal com 118 óbitos maternos.

No que se refere à educação infantil, é preciso também ampliar o número de matrículas para esse público, pois segundo os dados consolidados de 2014, estamos com 90,6% das crianças de 04 a 05 anos e com 28,1% das crianças de 0 a 3 anos matriculadas, sendo a meta do Plano Nacional de Educação – PNE, Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final de 2024.

- Outro ponto importante é a redução da violência. Segundo dados do Censo e Mapa de Riscos Pessoal e Social do Estado do Ceará- CEMARIS 2013, entre os riscos sociais notificados, a violência doméstica está em primeiro lugar com 14.095 notificações, representando 55,39% dos casos, destes, 5.677 dos casos são com crianças que sofrem violência física, psicológica e negligência.

- A criança também lidera os casos de abandono (53,3%), ruptura de vínculo (40,18%) e está em segundo lugar em casos de violência sexual (17,2%), ranking este liderado pelos adolescentes com 49,55% dos casos, que também apresentam o maior número de notificações quanto ao uso de substâncias psicoativas (71,11%).

Baseando-se nestas evidências, conclui-se que crianças e jovens são os mais atingidos pela exclusão e pela violência, constituindo-se o público de maior vulnerabilidade social.

- Associadas a este fato temos as condições precárias das moradias. No documento, intitulado Síntese de Indicadores Sociais/IBGE, 2013, a análise das condições de vida da população brasileira aponta vários indicadores tais como: em 2012, 47,3% das crianças com até 14 anos de idade residiam em domicílios em que pelo menos um serviço de saneamento (água, esgoto ou lixo) não era adequado, isto é, ou não havia abastecimento de água por meio de rede geral, e/ou o esgotamento sanitário não se dava via rede geral ou fossa séptica ligada à rede coletora, e/ou o lixo não era coletado, 10,2% desta faixa etária conviviam simultaneamente com as três formas inadequadas de saneamento no domicílio, com diferenças regionais marcantes, ou seja, esse indicador chegou a 22,1% das crianças nordestinas e a 3,5% das crianças do Sudeste, em 2012.

- Considerando especificamente o Ceará, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – observa-se que no Ceará dos domicílios com rendimento mensal domiciliar per capita de até 1/2 salário mínimo, 57,7% não tem acesso a saneamento adequado e iluminação elétrica, destes, 14,5% não tem abastecimento de água; 96,9% não tem esgotamento sanitário; 10,5% não tem coleta de lixo e 0,5% não tem Iluminação elétrica. Esses dados evidenciam que para se viver bem e com dignidade deve-se ampliar este olhar para além da casa, do individual para o coletivo, pois os serviços de abastecimento de água, coleta de lixo, esgotamento sanitário, bem como, arruamento, iluminação pública, saúde, educação, cultura, lazer, transporte, justiça e as oportunidades de geração de trabalho e renda estão interligados e sua presença ou ausência é o que marca as desigualdades sociais.

- A análise do panorama acima descrito, pode-se inferir que os aspectos culturais e de lazer se constituem em importantes instrumentos para a melhoria das condições de vida das pessoas, assim como, e a revitalização de espaços públicos recreativos contribuem para a redução da violência nas comunidades, o fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares e conseqüentemente na promoção do desenvolvimento infantil.

- É nesse cenário que o projeto busca intervir, mais precisamente nas áreas vulneráveis do entorno dos equipamentos a serem implantados nos diversos municípios

4. Justificativa

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 227, prioriza a família como “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primária, provedora de cuidados aos seus membros, na condição de sujeito de direitos”. Em consonância com essa assertiva, a Seguridade Social, mais especificamente o eixo da Assistência, regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), orienta-se pela matricialidade sociofamiliar, entendida como um dos pilares estruturantes do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Nesse sentido, a Proteção Social Básica (PSB), no âmbito da qual se insere este projeto, destina-se a prevenir situações de vulnerabilidade social, através da oferta de serviços destinados ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social, sobrevivência a riscos circunstanciais na perspectiva de contribuir para superação da problemática de pobreza e risco social.

Considerando a pobreza como um fenômeno multidimensional que não se resume somente à privação de renda, mas também a limitações relacionadas aos aspectos sociais, culturais e educacionais. Entende-se que as ações de enfrentamento a essas situações devem eliminar os fatores estruturais geradores das desigualdades sociais, através de uma equação mais justa entre capital e trabalho, da ampliação das políticas públicas e da garantia dos direitos.

Nessa perspectiva ampliada do conceito de pobreza as intervenções devem atuar em suas várias facetas:

- Carência material: aquela que se relaciona à dificuldade de acesso a bens e serviços essenciais, como alimentação, vestuário, alojamento, cuidados de saúde;
- Falta de recurso econômico: diz respeito à carência de rendimento ou riqueza. As medições do nível de renda são baseadas em níveis de suficiência de recursos ou em "rendimento relativo".
Carência social: dependência e incapacidade de participar na sociedade, ficando na exclusão social;
- Carência cultural: acesso insuficiente aos bens e serviços culturais e de lazer;
- Carência educacional: educação formal com acesso e qualidade insuficientes.

Dessa forma o investimento nos espaços públicos está em perfeita sintonia com o conceito acima explicitado quando oportuniza o acesso aos bens culturais e de lazer, fortalece a identidade de uma vizinhança, e com ela a sensação de pertencimento, bem como, é uma excelente estratégia de interação social, pois a mescla de idades,

crenças, raças e diversos níveis socioeconômicos acontece nas nossas ruas, praças e eventos públicos.

Para Souza & Vieira (2004), os espaços públicos como as praças e parques infantis, além do papel de socialização, mostram-se importantes para o desenvolvimento infantil por oportunizar habilidades físicas (força, agilidade, motricidade ampla), cognitivas (concentração, atenção, noção espacial), sociais (interação, socialização, diversidade) e psicológicas (regular emoções, criatividade, autonomia). Para as crianças, mais do que liberador, é na brincadeira que ela acha espaço para seu desenvolvimento psíquico e físico. Sem esse espaço, nossas crianças não se tornarão adultos totalmente saudáveis, fazendo uso de todos seus potenciais.

Ademais, a maioria dos municípios cearenses apresenta carência de espaços públicos, que proporcione a convivência da comunidade e ofereça as crianças possibilidades recreativas e lúdicas. Observa-se também, que os espaços existentes na sua maioria, são restritos às áreas centrais da cidade, sendo as áreas periféricas as que mais sofrem com a falta desses espaços de lazer, principalmente as crianças e jovens.

Nessa perspectiva, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social apresenta o projeto de Implantação de Espaços Lúdicos para o Desenvolvimento Infantil, o qual se propõe a intervir na realidade, focando na ampliação dos ambientes de convivência comunitários buscando a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento integral das crianças dos municípios selecionados.

Os espaços lúdicos e recreativos, ao serem implementados, seja em creches ou em praças públicas, oferecerão novas experiências para as crianças, exigindo habilidades e capacidades físicas, além de mentais e cognitivas.

As ações do projeto poderão ainda fortalecer os vínculos familiares, e contribuir para tornar seus beneficiários menos expostos a situações de risco e com mais capacidade de enfrentar suas vulnerabilidades.

Os municípios serão selecionados levando em conta a nota técnica nº 59 do IPECE, intitulada índice social de focalização do programa Mais Infância, que está em consonância com a necessidade de focalizar esforços na promoção do desenvolvimento infantil nos municípios com maiores proporções da população em situação de vulnerabilidade social como uma estratégia efetiva para superação das desigualdades sociais.

O projeto atenderá em sua grande maioria os municípios de porte pequeno I e porte pequeno II, com base nos critérios técnicos e sociais construídos para esse fim.

5. Histórico

O projeto está sendo apresentado ao Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, em sua primeira edição em 2016, portanto não há dados anteriores para registro.

6. Público Alvo

Crianças e adolescentes e suas famílias com renda per-capita até ½ salário mínimo.

6.1. Critérios adotados para seleção dos beneficiários

- As crianças atendidas nas creches públicas municipais serão oriundas de famílias com renda per capita inferior a ½ salário mínimo;
- No caso das praças, estarão alocadas em áreas de extrema vulnerabilidade social dos municípios.

6.2. Documentos comprobatórios da situação de pobreza

As famílias deverão apresentar o comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal para inscrição das crianças nas creches públicas municipais;

7. Objetivos

7.1. Geral

Apoiar o desenvolvimento das crianças cearenses, ampliando a oferta de espaços lúdicos recreativos através da construção e reforma de praças e implantação de brinquedos em creches públicas, atendendo a faixa etária de 0 a 12 anos, visando ampliar a capacidade física e mental das crianças, bem como, fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

7.2. Específicos

- Construir praças públicas implantando um pool de equipamentos (playground, bloco administrativo, fraldário, academia para terceira idade, quadra poliesportiva, espiribol, dentre outros, com vistas a assegurar o direito das crianças de desenvolver suas capacidades físicas, cognitivas e psicológicas através do ato de brincar. Além de fortalecer o convívio familiar e comunitário do entorno desses espaços;

- Revitalizar espaços recreativos em praças públicas, creches municipais com a instalação de kits de brinquedos de madeira de eucalipto e pequenas adequações do local com vistas ao estímulo à criatividade, socialização, afetividade, autoestima, raciocínio lógico, desenvolvimento das capacidades motoras, memória, percepção, imaginação e senso de organização das crianças;

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

8.1 Atividades realizadas em anos anteriores

O projeto terá início em 2016.

8.2 Atividades a serem realizadas no ano

- Seleção dos Municípios através de edital de Chamada para a Seleção de Municípios Cearenses interessados em concorrer à implantação dos equipamentos; Inscrição dos municípios no Programa através da entrega da documentação exigida no edital no protocolo da STDS;
- Divulgação dos resultados do Edital de Chamada;
- Visita técnica do Departamento Arquitetura e Engenharia - DAE para realizar vistorias nos terrenos indicados pelas Prefeituras para implantação dos equipamentos;
- Elaboração dos projetos executivos de obra, instalação elétrica e hidráulica, dentre outros que se fizerem necessários para abertura dos editais de licitação;
- Lançamento e publicação no Diário Oficial dos editais de licitação para reforma das praças, aquisição dos brinquedos, etc, conforme a Lei 8.666/93. Acompanhamento junto ao setor jurídico da STDS do andamento dos processos licitatórios nas fases de abertura, habilitação, classificação, homologação e adjudicação, contratação da empresa vencedora que será responsável pela prestação dos serviços contratados;
- Abertura das licitações de obras e demais aquisições, conforme especificações nos editais;
- Contratação dos fornecedores selecionados via processo licitatório;
- Execução das obras e serviços contratados sob a supervisão do DAE/STDS;
- Inauguração dos equipamentos implantados;
- Assessoramento e acompanhamento dos municípios na etapa de implantação/operacionalização do programa, destinados a agilizar as ações e potencializar o uso dos equipamentos após a inauguração;

8.3 Atividades previstas para anos posteriores

As atividades previstas para o próximo ano deverão ser as mesmas, visto que a ação ocorrerá em outros municípios, uma vez que as metas do projeto estão distribuídas em três anos (2016/2017/2018).

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Municípios selecionados através de edital;	32	Resultado do edital
Construção reforma e instalação dos equipamentos/brinquedos nos municípios selecionados;	32	Relatório de medição das obras elaborado pelo DAE e relatório de entrega das aquisições nos municípios.
Equipamentos inaugurados e em		Evento de inauguração, registro

funcionamento.	32	fotográfico.
Municípios assessorados na fase de implantação e implementação do programa;	32	Relatório de assessoramento.

10. Metas

- Implantar 1 (uma) Praça Mais Infância tipo II em municípios de médio porte, beneficiando as comunidades do entorno dos equipamentos, em 2016.
- Reformar e/ou revitalizar 30 espaços em municípios de pequeno porte II, beneficiando as comunidades do entorno dos equipamentos, com a implantação de playground e obras para adequação do espaço do entorno dos parquinhos em 2016, sendo 1 (uma) em cada município;

11. Resultados Esperados

- Crianças e famílias com acesso a equipamentos lúdicos e recreativos de qualidade;
- Crianças e famílias com vínculos fortalecidos;
- Espaços implantados gerenciados em parceria pelo poder público em parceria com a comunidade.

12. Integração de Ações

O Programa mais Infância Ceará está estruturado em três dimensões: Tempo de Brincar, Tempo de Aprender e Tempo de Crescer. Estas contemplam ações de várias setoriais que deverão, de forma integrada e articulada, buscar a melhoria da qualidade de vida das crianças cearense através da implementação dos seguintes projetos: Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIM; Projeto de Construção de Centro de Educação Infantil com financiamento do BNDES; Da Secretaria de Educação do Estado SEDUC; Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução de Desigualdades e Sustentabilidade Socioambiental; Projeto de Construção do Centro de Educação Infantil do PROARES; Projeto de Implantação de Espaços Lúdicos Para o desenvolvimento Infantil – Praças Mais Infância, Brinquedopraça e Brinquedocreche da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS.

Além desses projetos elencados, citam-se ainda os projetos de capacitação promovida pela Secretaria de Saúde do Estado como: Curso de Atenção Humanizada ao Recém-Nascido de Baixo Peso - Método Canguru, Curso de Ação Integral às Doenças Prevalentes na Infância – Neonatal, curso de atualização técnica dos profissionais do Hospital sobre IHAC e monitoramento online e o curso para multiplicadores da IHAC para os profissionais dos Hospitais da Rede Cegonha. Ressalta-se ainda que o Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil no Ceará (CPDI) é um espaço de discussão e acompanhamento das ações do Programa mais Infância Ceará e direcionará sua

atuação para favorecer a intersectorialidade entre todos os projetos voltados para a infância.

13. Monitoramento

O monitoramento do Projeto será efetivado a partir de visitas de acompanhamento e supervisão realizadas por profissionais devidamente qualificados, que estarão in loco a partir de um cronograma previamente definido, aferindo se os resultados estão sendo alcançados com vistas ao aprimoramento contínuo das ações implantadas.

Para tanto, serão elaboradas ferramentas informacionais de monitoramento que têm como objetivo a coleta de dados que possibilitem averiguar o cumprimento de atividades e metas conforme o planejado do ponto de vista quantitativo e qualitativo.

A sistematização da base de dados, considerada a segunda etapa do monitoramento, constitui-se na estruturação de um modelo de banco de dados a ser utilizado como ferramenta de auxílio à gestão e ao gerenciamento das informações produzidas, sendo capaz de oferecer ao gerente do projeto subsídios que permitam orientar a tomada de decisão ao analisar o alcance das metas propostas, comparando meta programada e alcançada, bem como, detectando as possíveis ameaças para o sucesso das mesmas, corrigindo as “Não Conformidades”, caso haja, e ainda identificar as fragilidades ocorridas durante o processo de execução.

Outra etapa importante será a disseminação das informações coletadas, para assegurar a transparência da administração pública e permitir a instrumentalização do controle social para o exercício da cidadania.

Ao final das atividades a gerência do Projeto deverá apresentar um relatório constando o detalhamento das metas executadas, o resultado dos indicadores previamente selecionados, as principais dificuldades ocorridas na implementação das atividades propostas e os avanços obtidos no projeto a cada quadrimestre.

13.1 Dados Utilizados

Após implantação do projeto deverão ser coletadas as informações referentes ao nº de equipamentos implantados, nº de pessoas com acesso aos espaços lúdicos, nº de municípios atendidos, nº de famílias com vínculos fortalecidos, dentre outros. As fontes serão os relatórios de supervisão elaborados pelos técnicos da STDS e DAE por ocasião das visitas “in loco” aos projetos. Entrevistas realizadas junto aos beneficiários e gestores municipais a utilização desses equipamentos. Estima-se que na fase de implantação do projeto essas informações possam ser buscadas a cada quatro meses. As informações coletadas serão utilizadas para estabelecer uma comparação entre o planejado e o executado e conseqüentemente aferir o alcance dos resultados.

13.2 Cadastro dos Beneficiários

Como o projeto se refere a implantação de espaços lúdicos recreativos em praças e creches, somente será possível realizar cadastros das crianças que estão sendo beneficiadas nas creches públicas.

14. Pressupostos de Risco

- Em 2016 acontecerão às eleições para prefeitos e vereadores em todos os municípios, tal situação poderá interferir na execução das ações.
- O Atraso nos processos licitatórios das obras e aquisições poderá atrasar o início das ações, comprometendo a execução dentro dos prazos estabelecidos.

15. Orçamento

R\$1,00			
Detalhamento	Valor FECOP	Valor Outras Fontes (*)	Valor Total
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1. Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica			
Elemento de Despesa (339039)	3.502,60		3.502,60
1.2. Contribuições -Transferências			
Elemento de Despesa (335041)	467.072,46		467.072,46
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1. Obras Civis			
Elemento de Despesa (449051)			
Elemento de despesa (449039)	2.315.381,54		2.370.954,00
2.2. Equipamentos e Material Permanente			
Elemento de Despesa (449052)	1.893.167,10		1.893.167,10
TOTAL	4.679.123,70		4.679.123,70

Justificativa:

1. O presente projeto foi aprovado na 3ª Reunião Ordinária do CCPIS no valor de **R\$ 4.330.490,30**. Diante do exposto a STDS solicita um **adicional de R\$ 348.633,40** perfazendo um **total de R\$ 4.679.123,70**. Os recursos adicionais aportados possibilitarão ajustar o custo das obras, equipamentos e esculturas urbanas, uma vez que os orçamentos de obras e as cotações de preços dos mobiliários urbanos e esculturas eram de 2015 e estavam desatualizados em relação às novas tabelas encaminhadas pelo DAE. Esclarece-se ainda, que as tabelas de obra da SEINFRA são reajustadas a cada seis meses. Assim sendo, o acréscimo de recurso não redundou em aumento de metas e sim na manutenção das metas anteriores com os custos ajustados aos valores de mercado.

2. Solicitamos o remanejamento do recurso do elemento de despesa da rubrica **(449051)** – construção para a rubrica **(335041)** transferência a entidade. Essa solicitação justifica-se pelo fato das obras de construção não concluírem os processos licitatórios em 2016.

3. Solicitamos o remanejamento do recurso no valor de R\$ 55.572,46 do elemento de despesa da rubrica (449039) – reforma para a rubrica (335041) transferência a entidade. Essa solicitação justifica-se pelo fato da necessidade de ajuste contratual com a entidade responsável pelo gerenciamento do Programa.

16. Cronograma de Desembolso Fonte (10) FECOP

Item de Despesa	Maio R\$	Junho R\$	Julho R\$	Agosto R\$	Setembro R\$	Out R\$	Nov R\$	Dez R\$	Total R\$
Elemento de Despesa (339039)	3.502,60								3.502,60
Elemento de despesa (335041)	334.026,46		131.546,00		1.500,00				467.072,46
Elemento de Despesa (449051)									
Elemento de despesa (449039)	944.427,54	1.328.183,30	42.770,70						2.315.381,54
Equipamentos e Material Permanente	959.093,40	934.073,70							1.893.167,10
TOTAL	2.241.050,00	2.262.257,00	174.316,70		1.500,00				4.679.123,70

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Pessoas Beneficiadas
1	CARIRI	Araripe	142.137,37		2.617
2	CARIRI	Assaré	142.137,37		2.901
3	CARIRI	Campos Sales	142.137,37		4.149
4	CARIRI	Jardim	142.137,37		3.607
5	CARIRI	Missão Velha	142.137,37		3.161
6	CENTRO SUL	Jucás	142.137,37		2.812
7	GRANDE FORTALEZA	Fortaleza	413.502,60		11.711
8	GRANDE FORTALEZA	Guaiúba	142.137,37		3.672
9	GRANDE FORTALEZA	Itaitinga	142.137,37		4.893
10	GRANDE FORTALEZA	Paracuru	142.137,37		4.717
11	GRANDE FORTALEZA	Paraipaba	142.137,37		3.980
12	LITORAL LESTE	Jaguaruana	142.137,37		3.808
13	LITORAL NORTE	Cruz	142.137,37		2.866
14	LITORAL NORTE	Morrinhos	142.137,37		3.075
15	LITORAL OESTE	Irauçuba			2.792
16	MACIÇO DO BATURITÉ	Ocara	142.137,37		1.560
17	MACIÇO DO BATURITÉ	Redenção	142.137,37		4.139
18	SERRA DA IBIAPABA	Guaraciaba do Norte	142.137,37		1.956
19	SERRA DA IBIAPABA	Ibiapina	142.137,37		3.672
20	SERRA DA IBIAPABA	Ipu	142.137,37		5.874
21	SERRA DA IBIAPABA	São Benedito	1.500,00		7.814
22	SERTÃO CENTRAL	Mombaça	142.137,37		4.594
23	SERTÃO CENTRAL	Pedra Branca	142.137,37		1.215
24	SERTÃO DE CANINDÉ	Itatira	142.137,37		1.082
25	SERTÃO DE SOBRAL	Coreaú	142.137,37		2.427
26	SERTÃO DE SOBRAL	Santana do Acaraú	142.137,37		3.510
27	SERTÃO DE CRATEÚS	Independência	142.137,37		2.490
28	SERTÃO DE CRATEÚS	Ipueiras	142.137,37		3.488
29	SERTÃO DE CRATEÚS	Nova Russas	142.137,37		4.597
30	SERTÃO DE CRATEÚS	Novo Oriente	142.137,37		2.483
31	SERTÃO DE	Tamboril	142.137,37		2.217

	CRATEÚS				
32	VALE DO JAGUARIBE	Jaguaribe	142.137,37		3.832
	Total		4.679.123,70		117.711

18. Responsável(eis) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Programa Mais Infância/STDS
Técnico Responsável	Glória Fca. Burlamaqui Carvalho
E-mail	Gloria.burlamaqui@stds.ce.gov.br
Telefone	3101 4568

Marco Lógico MAPP 249 – Projeto Implantação de Espaços Lúdicos para o Desenvolvimento Infantil

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	<p>Melhoria do desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças.</p> <p>Crianças e famílias com vínculos fortalecidos.</p>	<p>% de crianças que apresentaram melhoria no desenvolvimento físico, cognitivo e emocional.</p> <p>% do tempo dos familiares destinados ao convívio com as crianças.</p>	Pesquisa quali-quantitativa	Alto custo das pesquisas
Resultados	Crianças e famílias com acesso aos equipamentos lúdicos, recreativos e esportivos de qualidade	Nº de crianças com acesso aos equipamentos lúdicos, recreativos e esportivos de qualidade	Pesquisa com os frequentadores dos equipamentos.	Falta de manutenção dos equipamentos
Produtos	Praças Mais Infância tipo II Brinquedopraças e	Nº de Espaços Lúdicos implantados e em funcionamento nos municípios;	Relatórios de conclusão das obras emitidos pelo DAE;	Atraso nas obras

	Brinquedocreches nos municípios.		Registros fotográficos;	
Atividades	Seleção dos municípios através de edital Construção das praças, Brinquedo praças e Brinquedo creches	Nº de municípios selecionados através de edital Nº de Licitações concluídas Nº de obras, reformadas Nº de playground adquiridos		Falta de recursos para contratação das empresas responsáveis pelas obras
Insumos	Recursos do FECOP			Escassez de recursos



Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS

PROJETO: Política Integrada de Economia Solidária

MAPP 258

"STDS"

Outubro– 2016

1. Descrição do Projeto

O Governo do Estado do Ceará, por intermédio da Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, firmou Convênio com a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, para execução do Projeto “Política Integrada de Economia Solidária”, abrangendo 27 municípios, em 03 (três) territórios do Estado do Ceará, com duração de 24 meses.

O Projeto “Política Integrada de Economia Solidária” foi concebido pelo Governo Federal, com o objetivo de ampliar e fortalecer os empreendimentos e redes solidárias, fortalecer a autogestão, a autonomia e a sustentabilidade dos empreendimentos solidários, estimular a formação e desenvolvimento de redes socioeconômicas de produção, comercialização e consumo. Além das finanças solidárias e articular o acesso dos empreendimentos econômicos solidários a outros projetos de apoio e fomento a empreendimentos de economia solidária, no âmbito federal, estadual e municipal, estimulando o desenvolvimento de políticas públicas que pautem a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento.

Essa iniciativa vem ao encontro do reconhecimento e fortalecimento da Política de Economia Solidária atualmente desenvolvida pelo Governo do Estado, através da Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, estando inserida no Eixo Sociedade Justa e Solidária, na área temática Desenvolvimento Social e Trabalho. Esta ação aliada a outras práticas sócio produtivas, fomenta o fortalecimento da Economia Solidária do Ceará, fundamentada em um modelo de organização da produção, distribuição e consumo baseado na igualdade de direitos e responsabilidades de todos os participantes dos empreendimentos econômicos solidários, e, por conseguinte, das entidades que compõem a Rede de Economia Solidária do Ceará.

Com efeito, toda a ação é pautada na qualificação social e profissional dos grupos produtivos; criação de condições para escoamento, distribuição e consumo dos seus produtos e serviços; fortalecimento dos arranjos produtivos locais e cadeias produtivas; e na sensibilização e organização da demanda social, visando ao fortalecimento e à consolidação da Economia Solidária no Estado.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

Este Projeto visa a contribuir com a melhoria do resultado estratégico, desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades dos territórios cearenses. O tema estratégico Empreendedorismo, tem como resultado temático, população com capacidade de inserção produtiva, empreendedora e inovadora, com indicador temático referente ao número de empreendimentos e empreendedores solidários apoiados. O objetivo deste programa é contribuir para o desenvolvimento de uma cultura empreendedora, da economia formal, que possibilite ao empreendedor criar e alavancar seu negócio de forma competitiva e com qualidade para enfrentar os desafios do mercado no estado do Ceará.

No PPA 2016/2019 o Projeto está ancorado no eixo “03 – Ceará de Oportunidades Programa 082 – Empreendedorismo e Economia Solidária”, - tendo como ações o desenvolvimento de ações integradas de economia solidária, criando a política a

partir de um grupo de trabalho com integrantes do governo e da sociedade para coordenar a elaboração participativa da política estadual de Economia Solidária colaborando para a geração de trabalho e renda, com foco no desenvolvimento sustentável”, cuja a iniciativa se justifica a partir do Apoio a implementação de 4.000 empreendimentos econômicos e solidários no Sertão dos Inhamuns, 4000 no litoral oeste, 4000 no maciço de Baturité, 3000 no Sertão Central, 3000 no Sertão de Sobral e 2.000 no Cariri.

3. Diagnóstico

Os estudos do IPEA indicam que a extrema pobreza no Brasil está concentrada na Região Nordeste e na área rural, com um número expressivo de indivíduos em situação de muita fragilidade. Os extremamente pobres representam 5,25% da população brasileira. No Ceará, esse contingente atinge 908.985 pessoas, ou 10,61% da população residente. Outro dado preocupante é a alta concentração das pessoas extremamente pobres no meio rural. Por isso, esta proposta foca suas ações no interior, em 03 (três) Territórios, envolvendo 27 municípios do Ceará, conforme abaixo detalhados:

1. O Território Vale do Curu e Aracatiaçu conta com uma população de 208.160 habitantes, sendo 49,86% no meio rural. Está localizado na porção noroeste do Estado do Ceará, distantes em uma média de 110 km da capital. É composto por 2 microterritórios, em 9 municípios: Tejuçuoca, Pentecoste, Apuiarés, General Sampaio, Paraipaba, São Gonçalo, São Luís do Curu, Paracuru e Trairi.

Algumas iniciativas estão sendo desenvolvidas no Território com o intuito de garantir às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional o acesso à alimentação adequada e água de qualidade. Citam-se, como exemplos, o Programa de Cisternas de Placas para Captação de Água da Chuva, Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição, Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Bolsa Família (PBF).

O Estado do Ceará tem uma estimativa de 1.376.048 famílias pobres cadastradas, com cobertura de 74,21%. Comparando-se estes dados com o Território, observa-se que 7% destas famílias cadastradas de todo o Estado. O IDH médio de um dos microterritórios é 0,619 e o do outro é 0,649. A renda per capita média de um Território é de R\$ 86,90, e do outro é R\$ 66,78.

O território apresenta como biomas, a caatinga, o mangue, as restingas e ainda um complexo serrano, onde existem comunidades tradicionais como as indígenas da etnia Tremembé, quilombolas (Tururu), colônias e associações de pescadores artesanais, em um rico litoral. Em Flecheiras, existe um grupo de cultivo de algas, que é acompanhada pela ONG Terra Mar, e que desenvolve projeto de cultivo de algas, gerando renda sem degradação do meio ambiente. As potencialidades deste território compreendem ainda uma cooperativa de marisqueiras, conhecida como cooperativa pescando búzios, com um projeto de maricultura, com o beneficiamento de ostras. Apresenta grandes potencialidades agropecuárias como as culturas da mandioca, do caju, do coco, do bovino, da banana, do mamão, da avicultura, da apicultura, do caprino e ovino, da pesca, do extrativismo da carnaúba e da fruticultura irrigada. Além dessas culturas, dispõe ainda de uma forte e organizada cadeia do artesanato e do turismo.

2. O Território do Maciço de Baturité compreende 03 (três) microterritórios, abrangendo 13 municípios: Baturité, Capistrano, Itapiúna, Aracoiaba, Redenção, Acaraú, Ocara, Barreiras, Guaramiranga, Mulungu, Palmácia, Aratuba e Pacoti. Possui uma área de 3.709 km², fica em média distante cerca de 100 km, ao sul da Cidade de Fortaleza.

O número de famílias atendidas pelo Programa do Bolsa Família no Território representa um total de 33.070 famílias, o que significa 3,26% do total de famílias atendidas no Estado do Ceará.

A população do Território conta com 210.317 habitantes. Na zona urbana, estão 94.974 pessoas, enquanto na zona rural, residem 115.343 pessoas e apresenta uma densidade demográfica média de 56,08 hab/km². Quanto à distribuição da população entre as áreas rural e urbana, a maior incidência está na área rural com 54,84%; enquanto na urbana concentra-se 45,16% da população total.

Os biomas do Território são as áreas remanescentes da Mata Atlântica, a Floresta Tropical Úmida e a Caatinga. O Território sobressai-se com um ecossistema que inclui flora e fauna bastante diversificadas que são protegidas pela Área de Preservação Ambiental (APA) do Maciço de Baturité.

Apenas o Município de Ocara (0,59) tem IDH inferior a 0,6, enquanto os outros municípios apresentam índices variando de 0,6 a 0,67. A renda 21 dos municípios varia de R\$ 56,1 (Capistrano) a R\$ 106,16 (Baturité).

A agricultura do Território utiliza-se de tecnologias ultrapassadas, com práticas rudimentares, de subsistência, com resultados econômicos insuficientes. Apenas o excedente do consumo é comercializado, com uma produtividade muito baixa e a comercialização fica à mercê de atravessadores.

Quanto à geração de renda, as culturas que mais se destacam são: milho, feijão, cana-de-açúcar, mandioca, arroz e sorgo, banana (em cacho), castanha de caju, café (em grão), mamão, coco-da-baía e laranja. As potencialidades são dirigidas para o beneficiamento da castanha, apicultura e outras agroindústrias familiares de doces, além do potencial para a coleta e reciclagem de resíduos.

As comunidades tradicionais do Território são comunidades indígenas no município de Aratuba. Trata-se da Comunidade Indígena dos Fernandes. São 140 famílias descendentes do tronco Kanindé, na localidade da Serra do Evaristo, uma comunidade remanescente quilombola chamada Comunidade Serra do Evaristo. São 150 famílias.

3. O Território dos Inhamuns e Crateús é um microterritório do grande território da Cidadania Inhamuns-Crateús, composto por 5 municípios: Arneiroz, Parambu, Aiuaba, Tauá e Quiterianópolis, distantes da capital Fortaleza em média 400 km. A população do microterritório é de 127.835 pessoas, sendo 73.350, ou 57,4% na zona rural e 42,6% na zona urbana.

As comunidades tradicionais no Território compreendem 10 aldeias indígenas, no município de Quiterianópolis, dentre elas: Fidelis, Croatá, Vila Nova e Vila Alegre, somando um total de 208 famílias e 2.982 indígenas. As comunidades quilombolas estão espalhadas em todo o território.

O Território apresenta como bioma a Caatinga e está inserido no semiárido cearense com flora e fauna específicas. Há grande número de agricultores familiares no Território e uma Escola Familiar Agrícola Dom Fragoso vem sendo uma referência importante em transferência de conhecimento na área de educação do campo e técnicas de convivência com o semiárido.

A renda per capita deste microterritório varia de R\$ 51,76 (Aiuaba) a R\$ 71,98 (Quiterianópolis). O IDH varia de 0,566 (Aiuaba) a 0,665 (Tauá).

As atividades principais são a agricultura de sequeiro, a agricultura em área úmida, a agricultura irrigada, a fruticultura e a horticultura. Destacam-se também: bovinocultura, ovinocaprinocultura, apicultura, avicultura e suinocultura caipira, fruticultura com destaque para cajucultura, oleaginosas para produção de bicompostíveis, algodão, milho e feijão, e dispõe ainda de Bancos de Sementes e de uma boa diversidade de artesanato.

Há um forte movimento de migração da juventude de todos os territórios para Fortaleza, pela falta de oportunidade nas áreas de profissionalização e geração de renda no meio rural. O acesso ao crédito ainda é muito dirigido a empreendedores que tenham renda comprovada, que apresentam balanços e garantias reais, o que impede o desenvolvimento socioeconômico dos mais vulneráveis.

Para a grande maioria das famílias atendidas pelas políticas sociais, estes benefícios têm um grande significado, mas ainda enfrentam dificuldades no acesso aos bens de toda natureza e precisam ter a cobertura de outros programas que atendam às suas necessidades essenciais.

Os principais determinantes dessa proposta são os elevados níveis de pobreza e desigualdade social do Estado do Ceará. Segundo dados recentes do IPECE, 16,2% da população do Ceará são considerados extremamente pobres e mais 41,2% pobres. Esses indicadores representam o dobro dos índices para o Brasil. Esse contingente de pessoas pobres não consegue satisfazer suas necessidades básicas de moradia, alimentação, saúde, proteção social, educação, locomoção e lazer. Apenas 67,7% dos extremamente pobres tem acesso à água, somente 23,3% acessam a rede de esgoto ou fossa séptica, 58,7% tem fogão elétrico ou a gás e 96% tem energia elétrica.

Por não possuírem bens nem conhecimento, essas pessoas têm que vender sua capacidade de trabalho para terceiros, em situação de precarização. Por outro lado, a desigualdade social é fruto de um sistema econômico orientado para produção de riquezas concentrada nas mãos de poucos. Para se ter uma ideia, basta analisar o Índice GINI do Ceará, em 2009, que foi de 0,543.

As instituições sociais, políticas e econômicas têm dificuldades de reverter a lógica de concentração econômica e terminam por reproduzir desigualdades sociais. Não obstante, verifica-se que nos regimes democráticos, aumentam as chances para que as mudanças institucionais ocorram, com vistas a construir novos caminhos e modelos econômicos voltados para a inclusão social e com eles comprometidos, como é o caso do movimento em torno da Economia Solidária.

4. Justificativa

Outra economia é possível, com valores, princípios, estratégias e finalidades diferentes da economia centrada nos mercados. Esse movimento é representado em nível mundial pelo Fórum Social Mundial (FSM) e, no Brasil, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), o qual tem grande importância na construção de políticas públicas, atualmente lideradas pelo Conselho Nacional de Economia Solidária, coordenado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e orientado pelas proposições das Conferências Nacionais. No Ceará, destacam-se o Fórum Estadual do Ceará e a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária.

A vida econômica dos empreendimentos solidários e as diversas possibilidades de transformação dos atuais modelos de produção, comercialização e consumo dependem, essencialmente, da conquista de políticas públicas voltadas à potencialização e consolidação de redes e cadeias de produção, comercialização e consumo solidárias. Para tanto, é necessário fortalecer e integrar políticas públicas que estimulem e fortaleçam empreendimentos econômicos solidários.

Esta proposta está referenciada nos eixos da Política Nacional de Economia Solidária, consolidados na II Conferência Nacional de Economia Solidária, a seguir explicitados:

- Tecnologia, formação e assistência técnica;
- Finanças solidárias e crédito;
- Organização da produção, comércio justo e solidário e consumo responsável; e,
- Comunicação e divulgação.

A inspiração maior desta proposta é que a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, coordene um conjunto de iniciativas de fomento à economia solidária, em parceria com outras organizações governamentais e não governamentais, trabalhando com o enfoque territorial e com foco nas comunidades mais carentes.

Espera-se construir em cada território os serviços de fomento à economia solidária, aproveitando o capital social (institucionalidades de concertação e controle social), os Empreendimentos de Economia Solidária – EES existentes e outras potencialidades desses territórios. Trata-se da estruturação de serviços não financeiros, tais como formação e assessoria técnica específica, incubação de novos empreendimentos e estratégias de comercialização para os EES. Também será feito esforço adicional para inclusão sócioprodutiva e financeira dos beneficiários do Programa Bolsa Família.

Com isso, espera-se que o impacto deste Projeto vá além dos 50 Empreendimentos Econômicos Solidários – EES e da expectativa de beneficiar mais de 1.000 famílias ao seu redor. Espera-se, ainda, “enredar” no território uma camada considerável da população, à medida que as ações transformadoras das capacitações e os resultados concretos dos empreendimentos aconteçam.

Espera-se, também, internalizar, no Governo Estadual, políticas integradas de fomento à economia solidária e desenvolvimento territorial, mostrando a viabilidade e poder transformador das tecnologias sociais e a importância das instâncias de

concertação e redes da economia solidária para o combate à pobreza e inclusão social no Ceará e no Brasil.

A escolha dos territórios passou por um amplo processo de escuta e discussão entre as duas Secretarias Estaduais do Governo do Estado (Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social e Secretaria do Desenvolvimento Agrário), a Universidade Federal do Ceará e entidades que formam a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, tendo sido, ao final do processo, selecionados 03 territórios cearenses, quais sejam:

a) Território Vale do Curu e Aracatiaçu (Território da Cidadania do MDA/SDT), com ambiência favorável para consolidação de empreendimentos solidários e potencial para inclusão produtiva, através de estratégias de economia solidária. Como o recorte do território pelo MDA/SDT é muito grande e inclui também o vale do Aracatiaçu, foi decidido trabalhar com dois microterritórios: Microterritório Médio Curu (4 municípios) e Microterritório Paraipaba (5 municípios);

b) Território do Maciço de Baturité, com 13 municípios, o qual além de se constituir território do MDA/SDT, também tem um CONSAD – Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento (iniciativa apoiada pelo MDS), com muito potencial para empreendimentos solidários, além da proximidade de Fortaleza e da presença da recém-criada Universidade Federal Luso-Afro-Brasileira em Redenção; e,

c) Território dos Inhamuns e Crateús, região mais subdesenvolvida do Ceará e mais desassistida em termos de políticas públicas, seja pela maior distância da capital, seja por estar localizada na zona semiárida e pelos elevados índices de pobreza. A região dos Inhamuns é um microterritório composto por 4 municípios, que faz parte de um território mais amplo do MDA-SDT, chamado Território Inhamuns-Crateús, o qual é território priorizado no Programa Brasil sem Miséria.

5. Histórico

Ano	Valor FECOP	Valor Outras Fontes	Valor total Aplicado	Nº de beneficiários
2012	48.175,10	763.560,01	811.735,11	3.000,00
2013	151.824,90	460.594,88	612.419,78	3.000,00
2014	59.208,42	280.438,79	339.647,21	3.000,00
2015	79.399,90	221.276,13	300.676,03	3.000,00

Registra-se que no ano de 2015 restou a pagar um DEA no elemento de despesa (449039) no valor de R\$ 27.076,35 (vinte sete mil, setenta e seis reais e trinta e cinco centavos) referente a reforma do Centro Público da região do Vale do Curu que não estava concluída ao final do referido ano, a proposta de transformar este valor em DEA foi solicitada sem ainda haver resposta do Governador.

6. Público Alvo

Famílias cadastradas no CadÚnico.

6.1. Critérios adotados para seleção dos beneficiários

A seleção dos beneficiários foi feita através de um levantamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários existentes nos 27 municípios beneficiários do Projeto, realizado pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – IADH, para identificação do público-alvo do Projeto: beneficiários do Programa Federal Bolsa Família e participantes de grupos produtivos, com prioridades para grupos afrodescendentes, indígenas e mulheres. As famílias devem apresentar ambiência favorável para a consolidação de empreendimentos solidários e potencial para inclusão produtiva, através de estratégias de economia solidária.

6.2 Documentos Comprobatórios da Situação de Pobreza

Fatura de energia elétrica com consumo igual ou inferior a 80 kWh mensalmente.
Fatura de água que demonstre consumo de até 10 metros cúbicos mensais;
Comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal;

7. Objetivos

7.1. Geral

Promover a inclusão socioprodutiva de famílias beneficiadas nos territórios do Vale do Curu, Maciço de Baturité e Sertão dos Inhamuns, a partir das estruturação de Centros públicos, Formação de assessoria técnica, implantação de tecnologia de inclusão financeira, aos empreendimentos solidários que tem carência de formação, produção e orientação na perspectiva de fortalecer e desenvolver os empreendimentos.

7.2. Específico

- Estruturar Centros Públicos de Economia Solidária em 3 territórios, com espaço físico equipado, modelo de governança solidária e agentes territoriais de economia solidária capacitados e atuantes.
- Estruturar nos territórios base de serviços de formação e Assessoria Técnica adequada às necessidades dos Empreendimentos Econômicos Solidários (ATEES), inclusive processo de incubação de novos EES e serviços de formação gerencial para empreendimentos da economia familiar e solidária, com metodologia para população de baixa renda e poucos anos de estudo, com a utilização da metodologia Diálogos de Gestão.
- Implantar tecnologia de inclusão financeira, aliada à educação financeira e

poupança popular para beneficiários do Programa Bolsa Família, com vistas à sua inserção nos sistemas territoriais de finanças solidárias.

- Estruturar bases de serviços de apoio à comercialização solidária para os empreendimentos incubados e assessorados, organizando nos territórios o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário e ampliando o acesso às compras governamentais.
- Implementar sistema de monitoramento e avaliação do Projeto por território e por eixo.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

As ações previstas no Projeto serão executadas de duas formas. Os recursos estabelecidos para despesas de capital serão realizados diretamente pela STDS, com a abertura de processo licitatório para a aquisição de utensílios, máquinas e equipamentos, veículos e obras civis.

Em relação às despesas correntes para o custeio de implementação das ações do Projeto, a STDS lançará Edital de Chamada Pública, com vistas à aquisição de 67 kits (instrumentais de trabalho para os empreendimentos) e acompanhamento dos EES. O Edital será publicado no Diário Oficial do Estado e divulgado no site da STDS.

8.1 Atividades realizadas em Anos Anteriores

Chamada Pública em duas etapas. A primeira etapa avaliou a documentação de Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Previdenciária, Qualificação Técnica, Qualificação Econômico-Financeira e Trabalhista. A segunda fase constou de avaliação da documentação e análise das propostas técnicas.

Para tanto, a STDS constituiu, por meio de Portaria, uma Comissão Técnica de Credenciamento e Seleção da Chamada Pública – CTCS para organização e avaliação da documentação das Instituições participantes da CHAMADA PÚBLICA, que promulgou a instituição vencedora, habilitada e apta a firmar contrato com a Secretaria, após homologação do certame.

Dessa forma, as instituições contratadas executaram um conjunto de ações, conforme abaixo detalhadas:

- Aquisição de três veículos para atender aos territórios através dos centros públicos de economia solidária;
- Reforma e ampliação dos centros públicos das regiões do Vale do Curu e Sertão dos Inhamuns;
- Capacitação dos empreendedores nos seus territórios;
- 03 seminários de economia solidária para fortalecimento da economia solidária no estado;
- Viabilização de iniciativas de fomento a economia solidária nos três territórios selecionados, por intermédio de 62 agentes de economia solidária territoriais;
- Mobilização e organização do poder público, os parceiros e a rede cearense para a divulgação das ações do projeto;
- capacitação dos agentes territoriais a partir de 03 oficinas de 30h/a cada;

- Capacitação gerencial nos territórios;
- Serviços de assessoria técnica aos EES nos territórios;
- Estruturação e fortalecimento de três bases de serviço e apoio a comercialização solidária;
- Criação do selo de economia solidária para os EES apoiados;
- Realização de três feiras territoriais de comercialização.

8.2 Atividades a Serem Realizadas no Ano

Objetivos	Atividades	Responsáveis
Implantar de 02 Centros Públicos de Economia Solidária, dotados de infraestrutura e Modelo de Governança.	Implantação e manutenção de 01 Centro de Referência de Economia Solidária, com reforma de espaço físico, aquisição de equipamentos (inclusive veículos), material de consumo, e equipe técnica capacitada para prestar orientação financeira aos beneficiários, apoio à comercialização, capacitação, assistência técnica, incubação e acompanhamento aos Empreendimentos Econômicos Solidários.	COEMP
	Realizar Seminário de Fortalecimento da Rede Cearense de Economia Solidária.	
Estruturar bases de serviços de formação e assessoria técnica adequada aos Empreendimentos Econômicos Solidários.	Estruturação das atividades econômicas dos EES, com infraestrutura, através do fortalecimento a 67 EES qualificadas pelo Projeto, com aquisição de instrumentais de trabalho. (Através da distribuição de 67 kits para os referidos e acompanhamento dos EES.) e aquisição de três motocicletas para o acompanhamento dos territórios.	COEMP

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Centros de Economia Solidária Implantados e equipados	02	
Seminário Realizado	01	Relatório com foto e lista de presença do evento
Empreendimentos Econômicos Solidários Fortalecidos	67	

10. Metas

- Implantar e manter (03) três Centros de Referência de Economia Solidária, nos territórios do Vale do Curu e Aracatiaçu, Sertão dos Inhamuns e Crateús, e Maciço de Baturité, Centro publico da região do Sertão dos Inhamuns em processo de inauguração com previsão para o primeiro semestre de 2016,

- 100% concluído;
- Reforma e inauguração do centro público de economia solidária da região do Maciço de Baturité com início das obras previstas para abril de 2016;
- Entrega dos (kits) instrumentais de trabalho prevista para segundo semestre de 2016;
- Entrega de (03) motocicletas para os territórios previstas para o final do primeiro semestre de 2016;
- Monitoramento e avaliação prevista para o final do ano de 2016.
- Realizar 01(hum) Seminário Estadual, com o objetivo de fortalecer a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária.

11. Resultados Esperados

- 67 (sessenta e sete) empreendimentos de economia solidária fortalecidos em seus processos de produção, comercialização e geração de oportunidades de ocupação.
- 3.000 (três mil) famílias beneficiadas com renda e ativos ampliados, acessando políticas públicas integradas de economia solidária.
- 01(hum) seminário realizado.
- Difusão e desenvolvimento da Política de Economia Solidária no Governo Estadual, com integração de ações entre as instituições parceiras, pactuação com entidades da sociedade civil, através dos Centros Públicos de Economia Solidária.
- O Número de empreendimentos atendidos: 65
- Os empreendimentos diagnosticados: 65

12. Integração das Ações

Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA	Identificação e Mobilização dos Empreendimentos da Agricultura Familiar, Programa de Cisternas.
Prefeituras Municipais	Mobilização dos Empreendimentos, Compras Governamentais, Inclusão dos Empreendimentos para Fornecimento da Merenda Escolar do Município
Secretaria de Educação do Estado – SEDUC	Nas Compras Governamentais, Inclusão dos Empreendimentos no Programa de Merenda Escolar
Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR	Seção de Espaços para Realização de Capacitações e Seminários

13. Monitoramento

O Projeto “Política Integrada de Economia Solidária” será executado no Estado do Ceará pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, tendo como interveniente a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário – SDA, as quais contratarão instituições especializadas no apoio e fomento à economia solidária no Estado do Ceará, durante o ano de 2016.

Essa ação será realizada pela equipe da SDTS, no entanto, devido à falta de pessoal especializado, a Secretaria precisa contratar consultores para estruturar o modelo de monitoramento, com metodologia participativa. Desta forma, os conhecimentos gerados pelo Projeto serão internalizados pela equipe técnica da STDS, que é a responsável pela implementação do modelo de monitoramento estabelecido.

Para garantir a qualidade, a eficiência, a eficácia e a efetividade social das ações previstas no Plano de Trabalho do Projeto “Política Integrada de Economia Solidária” do Estado do Ceará, por meio da contratação de profissionais com qualificação e conhecimentos adequados às atividades previstas, além da transparência e lisura na aplicação dos recursos a STDS, deverá contar com ações de acompanhamento, monitoramento, supervisão e avaliação, realizadas pela sua equipe de gestão do Projeto.

No entanto, dentro da metodologia do próprio Projeto, foi elaborado um Modelo de Governança dos Centros Públicos de Economia Solidária, bem como do Projeto em si, de acordo com a seguinte estratégia metodológica:

- Em cada território, deverão ser iniciados os trabalhos a partir de reunião com a STDS e os executores do Lote 1, estruturação do Centro Público de Economia Solidária, bem como outros parceiros estratégicos que já atuam nos territórios, tais como articuladores do MDA, da SDR do Estado e representantes da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária. Nessa ocasião, deverá se apresentar o Projeto e o Plano de Trabalho do Lote 1. sob a responsabilidade do Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – IADH no 1º semestre de 2013.
- Levantamento das Informações e planos já existentes e mapeamento das políticas e ações governamentais presentes nesses territórios para orientar a elaboração do diagnóstico sob a responsabilidade do Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – IADH no 1º semestre de 2013.
- Visitas aos territórios para elaboração do diagnóstico. Não se pretende fazer mais um diagnóstico convencional, mas, sobretudo, um diagnóstico propositivo que vai orientar as ações do Projeto a partir do terceiro mês sob a responsabilidade do Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – IADH no 1º semestre de 2013.
- Deverão ser complementados dados focados com a lupa dos excluídos: quem são; onde estão; que atividades exercem; e, quais suas barreiras para inclusão sob a responsabilidade do Instituto de Assessoria para o

Desenvolvimento Humano – IADH no 1º semestre de 2013.

- Oficina com os atores para apresentação e validação do diagnóstico propositivo em cada território sob a responsabilidade do Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – IADH no 1º semestre de 2013.
- Constituição de equipe de apoio local com representantes de organizações sociais, produtivas e de instituições para se iniciar o trabalho de construção do Marco Lógico do Centro sob a responsabilidade do Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – IADH no 1º semestre de 2013.
- O resultado do processo de definição do Marco Lógico é uma matriz de dupla entrada (4x4), com 16 campos, que representa uma síntese do Projeto, disposta em uma página apenas, possibilitando uma leitura rápida e de fácil compreensão e, sobretudo, permite a gestão do Projeto com indicadores pactuados sob a responsabilidade do Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – IADH no 2º semestre de 2013.
- Para a construção do Marco Lógico do Centro, serão realizadas oficinas participativas, das quais constarão momento também de formação nas temáticas da economia solidária e gestão social compartilhada. É através do Marco Lógico que a STDS e o Centro deverão trabalhar a integração das ações, inclusive das entidades executores da política de economia solidária que vencerem cada um dos lotes ofertados, sob a responsabilidade da STDS, Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humanos – IADH e o Instituto Paju de Desenvolvimento e socioeconomia Solidária, no 1º semestre de 2013.
- Por fim vale registrar que a Meta 1, Etapa 1.3, relativa à estruturação física e manutenção dos Centros, é de responsabilidade da STDS, cuja execução deverá estar em sintonia com a execução das ações do Lote 1.

13.1. Coleta de Dados

- Relatórios semestrais concedidos pelos técnicos dos centros públicos de economia solidária em parceria com bancos oficiais, de créditos concedidos a empreendedores solidários;
- Depoimentos escritos pelos empreendedores solidários atendidos;
- Balanço mensal das atividades desenvolvidas, fornecido pela instituição ;
- Registros fotográficos, depoimentos de participantes a cada ação, seminários, encontros;
- Depoimento das lideranças e gestores das organizações sociais parceiras em cada município contemplado;
- Depoimento das lideranças e gestores das organizações sociais parceiras em cada município contemplado;
- O Número de empreendimentos atendidos foram de 65
- Os empreendimentos diagnosticados foram 65

13.2. Cadastro dos Beneficiários

O cadastro de beneficiários foi realizado pela instituição credenciada através de entrevistas realizadas pelos agentes territoriais acompanhados pela equipe da STDS buscando o levantamento da situação socioeconomia dos empreendedores definidos em grupos solidários, na perspectiva de definir a real necessidade de cada grupo e de cada empreendedor. Foi feito um levantamento das categorias a que o empreendimento pertence, e questões relativas a rede de produção, fomento e crédito entre outras conforme Anexo 2 Modelo de Cadastro de Beneficiários.

14. Pressupostos de Risco

- Base de dados cadastrais dos Empreendimentos Econômicos Solidários, gerada pelo Sistema Integrado de Economia Solidária – SIES, do Ministério do Trabalho e Emprego, desatualizada dificultando o acesso aos empreendimentos.
- Morosidade nos trâmites burocráticos do processo licitação para reforma dos Centros
- Atraso nas etapas de aquisição das máquinas e equipamentos para o fortalecimento da capacidade produtiva dos Empreendimentos Econômicos Solidários e na aquisição de materiais de insumos para a manutenção e funcionamento dos Centros, podem que são interdependentes.

15. Orçamento 2016

(RS 1,00)

Detalhamento	Valor FECOP	Valor Outras Fontes (*)	Valor Total
Natureza da Despesa			
1. Despesas de Capital			
1.1. Obras Civis			
Elementos de Despesa (449039)	112.000,00		112.000,00
1.2. Equipamentos e Material Permanente			
Elemento de Despesa (449052)	459.375,54	*144.843,69	604.219,23
1.3. Despesas de Exercício Anterior - DEA			
Elemento de Despesa (449092)	28.624,46		28.624,46
Total	600.000,00	144.843,69	744.843,69

(*) Outras Fontes: Governo Federal

Vimos por meio deste, solicitar a inclusão do elemento de despesa do referido projeto já aprovado na 1ª Reunião Ordinária do CCPIS, realizada no dia 29 de janeiro do corrente ano. Informamos ainda que para readequação da nova realidade do projeto, ocorreram alterações nos valores alocados nas rubricas 449039, 449052 e inclusão do elemento 449092 (DEA), os valores foram apenas readequados de acordo com os processos licitatórios. Esclarecemos que, não houve alteração de metas.

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Mai	Set	Nov	Total
Despesas Correntes				
Despesas Capital	40.000,00	530.000,00	30.000,00	600.000,00
TOTAL	40.000,00	530.000,00	30.000,00	600.000,00

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Outras Fontes (*) (R\$)	Pessoas Beneficiadas
1	Macio de Baturité	Acarape	25.000,00	2.233,77	130
		Aracoiaba	25.000,00	2.233,77	130
		Aratuba	25.000,00	2.233,77	130
		Barreiras	25.000,00	2.233,77	130
		Baturité	25.000,00	2.233,77	130
		Capistrano	55.000,00	82.233,77	150
		Guaramiranga	25.000,00	2.233,77	130
		Itapiúna	25.000,00	2.233,77	130
		Mulungu	25.000,00	2.233,77	130
		Ocara	25.000,00	2.233,77	130
		Pacoti	25.000,00	2.233,77	130
		Palmácia	25.000,00	2.233,77	130
		Redenção	25.000,00	2.233,77	130
SubTotal			355.000,00	113.220,44	1.710
02	Litoral Oeste / Vale do Curu	Apuiarés	25.000,00	2.233,77	130
		General Sampaio	25.000,00	2.233,77	130
		Pentecoste	25.000,00	2.233,77	130
		Tejuçuoca	45.000,00	10.858,23	180
SubTotal			120.000,00	18.846,15	570
03	Sertão dos Inhamuns	Aiuaba	25.000,00	2.233,77	130
		Arneiroz	25.000,00	2.233,77	130
		Parambu	25.000,00	2.233,77	130
		Quiterianópolis	25.000,00	2.233,77	130
		Tauá	25.000,00	9.310,06	200
SubTotal			125.00,00	12.777,10	720
TOTAL		22	600.000,00	144.843,69	3.000

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria	Coordenaria de Empreendedorismo / Projeto Economia Solidária
Técnico Responsável	Fernando Carlos Cordeiro Alves
E-mail	fernando.cordeiro@stds.ce.gov.br
Fone	(85) 31014444/4628

Marco Lógico MAPP 258 – Política Integrada de Economia Solidária

INSUMOS	ATIVIDADES	PRODUTO	RESULTADO	IMPACTO
Recursos Fecop	plantar e manter os Centros de Referência de Economia Solidária, com reforma de espaço físico, equipamentos (inclusive veículos) e material de consumo	Centros de Economia Solidária Implantados	Centros atendendo às demandas dos empreendimentos, com técnicos capacitados com assessoria tecnológica e apoio na comercialização	<ul style="list-style-type: none"> - Inclusão Social e Produtiva - Aumento na Divulgação dos Produtos
Recursos Fecop	Realizar Seminário Estadual de Fortalecimento da Rede de Economia Solidária	Seminário Realizado	Rede Cearense de Socioeconomia Solidária Descentralizada	Fortalecimento da Economia Solidária
Recursos Fecop	Estruturação das atividades econômicas dos EES, com infraestrutura, através do fortalecimento a 67 EES qualificados pelo Projeto, com aquisição de instrumentais de trabalho	Empreendimentos Econômicos Solidários Fortalecidos	Empreendimentos Econômicos Solidários Fortalecidos	Aumento na Produção e na Renda <i>Per Capita</i>

ANEXO – 2
Modelos de Cadastro dos Beneficiários

PROJETO POLÍTICA INTEGRADA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
PERFIL DO EMPREENDIMENTO

Território _____ Município _____ Questionário N° _____
Agente _____

IDENTIFICAÇÃO E ABRANGÊNCIA:

01. Nome do Empreendimento

02. Qual o ano do início do empreendimento? _____.

03. Situação atual do empreendimento: (resposta única)

1. Em funcionamento / operando 2. Em implantação 3. Em reestruturação

04. Qual a área de atuação do empreendimento? (resposta múltipla)

1. Rural 2. Urbana

CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES DOS PARTICIPANTES:

05. Qual o número de participantes?

1. Pessoas físicas associadas: Mulheres: _____ Homens: _____ Total: _____

2. Pessoas jurídicas associadas - Total: _____

06. Os participantes do empreendimento pertencem a algum povo ou comunidade tradicional?

1. NÃO 2. SIM Qual? () Indígena () Quilombola () Outra

07. Quais das categorias podemos dizer que o empreendimento pertence? Descreva a ação.

1. Agricultores familiares _____

2. Prestação de Serviços _____

3. Apicultores _____

4. Artesãos _____

5. Artistas _____

6. Assentados da reforma agrária _____

7. Catadores de material reciclável _____
8. Outros trabalhadores autônomos / por conta própria

08. Entre os participantes há predominância de pessoas beneficiárias do programa Bolsa Família?

1. Não 2. Sim. Quantos? _____

09. Qual a faixa etária/gênero predominante pode ser atribuído aos (às) participantes? (resposta única)

1. Jovens - Homens ____ Mulheres ____ (até 29 anos)
2. Adultos - Homens ____ Mulheres ____ (até 59 anos)
3. Idosos - Homens ____ Mulheres ____ (60 ou + anos)

10. Forma de organização: (resposta única)

1. Grupo informal 2. Associação 3. Cooperativa. Se 2 ou 3 informar CNPJ:

11. O empreendimento participa de alguma rede de produção, comercialização, consumo ou crédito?

1. NÃO 2. SIM Qual? (especifique – resposta múltipla)

1. Produção _____
 2. Comercialização ou organização da comercialização – venda

 3. Prestação do serviço ou trabalho a terceiros

 4. Troca de produtos ou serviços _____
 5. Consumo _____
 6. Outra. Qual? _____
- _____

12. Os (as) participantes (as) pagam alguma taxa ou contribuição para o empreendimento?

1. NÃO 2. SIM Quanto? _____

13. Se sim, descreva como a taxa ou contribuição é aplicada: _____

14. Quantos tipos de produtos (itens) são produzidos ou comercializados coletivamente pelo empreendimento? _____ produtos

15. Destes, quais são os cinco principais? E qual a quantidade da produção ou comercialização mensal?

Produtos	Unidade	Qtde produzida

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO EMPREENDIMENTO:

16. Qual foi o faturamento médio mensal do empreendimento no ano anterior? R\$

17. Cite os cinco principais insumos/matérias-primas utilizados pelo empreendimento, especificando a quantidade mensal:

Insumo ou matéria-prima	Unidade	Qtde mês

18. Quanto o empreendimento gasta mensalmente com insumos/matérias-primas? R\$

19. Qual a origem da matéria-prima ou do insumo? (resposta múltipla)

1. Empreendimentos de Economia Solidária
2. Empresa privada
3. Próprios participantes
4. Produtores (as) não-participantes
5. Instituições filantrópicas ou instituições não-mercantis
6. Órgãos públicos

20. A quem pertence a maioria dos instrumentos, ferramentas ou equipamentos utilizados pelo EES?

1. Ao empreendimento
2. Aos (as) participantes individualmente
3. Aos usuários/clientes
4. A terceiros

21. Para quem é feita a comercialização de produtos do empreendimento? (resposta múltipla)

1. Venda direta ao consumidor final

2. Venda a revendedores/atacadistas
3. Venda a órgão governamental (PNAE, PAA)
4. Venda para empresa(s) privada(s)
5. Venda a outros empreendimentos de Economia Solidária
6. Troca com outros empreendimentos solidários
7. Outra.

Qual?

22. Quais os principais espaços de comercialização? (resposta múltipla)

1. Lojas ou espaços próprios
2. Espaços de venda coletivos (centrais de comercialização, CEASA)
3. Feiras livres
4. Feiras e exposições eventuais/especiais
5. Feiras de Economia Solidária e/ou Agroecologia
6. Entrega direta a clientes
7. Outro.

Qual?

23. O empreendimento comercializa produtos com outros municípios

1. Não
2. Sim Qual o percentual _____ %

Repete numeração anterior 23. O empreendimento tem encontrado alguma dificuldade na comercialização de produtos e/ou serviços?

01. Não

02. Sim. Quais as principais dificuldades na comercialização dos produtos ou serviços? (resposta múltipla)

1. () O empreendimento tentou, mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes
2. () Não há participantes disponíveis para cuidar da comercialização
3. () Ninguém do empreendimento sabe como se faz uma venda (argumentação, negociação etc.)
4. () O empreendimento já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar
5. () Os preços praticados são inadequados
6. () Os clientes exigem um prazo para o pagamento
7. () Os compradores só compram em grande quantidade
8. () Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento
9. () Falta de capital de giro
10. () Falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal etc.)
11. () Falta de registro sanitário ou alvará
12. () A concorrência, os atravessadores, existência de monopólios
13. () Dificuldade ou custo elevado de transporte
14. () Precariedade das estradas para escoamento da produção
15. () Estrutura para comercialização (local, espaço, equipamentos etc.)

inadequada

16. () Os produtos não são conhecidos

17. () Outra

dificuldade: _____

SITUAÇÃO DE TRABALHO DOS PARTICIPANTES NO EMPREENDIMENTO

24. Quantos participantes atualmente trabalham no empreendimento?

1. Mulheres (quantas) _____
2. Homens (quantos) _____
3. Total (quantos) _____

25. O empreendimento está conseguindo remunerar os (as) participantes que trabalham?

1. () Não
2. () Sim

26. Qual o valor médio da remuneração/retirada mensal?
R\$ _____

27. Como é feita a remuneração ou retirada dos (as) participantes (as)? (resposta múltipla)

1. Remuneração/retirada igual para todos (as)
2. Remuneração/retirada por horas trabalhadas
3. Remuneração/retirada por função
4. Remuneração/retirada por produção

28. Como são feitos os pagamentos dos produtos comercializados? (resposta múltipla)

1. Na aquisição (à vista)
2. A prazo
3. Em consignação
4. Pagamento antecipado
5. Não há pagamento - cada associado vende seu próprio produto.

29. Quem é responsável pelas vendas no empreendimento? (resposta múltipla)

1. Cada associado (a) vende seu próprio produto
2. Há um rodízio de participantes
3. Alguns (mas) participantes (as) são designados para esta função
4. Outras pessoas não-sócias

30. O empreendimento contrata trabalhadores (as) não-participantes?

1. NÃO
2. SIM Quanto o empreendimento gasta em média mensalmente com o pagamento de trabalhadores(as) não-participantes (as)? (valor médio mensal) R\$

FORMAÇÃO

31. O empreendimento teve acesso a algum tipo de assessoria, assistência ou capacitação?

1. NÃO
2. SIM

32. Que tipo de apoio (em assessoria, assistência ou capacitação) o empreendimento teve?

1. Assistência técnica e/ou gerencial
2. Qualificação profissional, técnica, gerencial
3. Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária)
4. Assistência jurídica
5. Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços
6. Diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica
7. Assessoria na constituição, formalização ou registro
8. Elaboração de projetos
9. Incubação

Caso tenha recebido apoio, que organizações, instituições ou empresas ofereceram este apoio, quando, por quanto tempo, se tem regularidade. (Max de 5)

33. Na última assembleia geral e/ou reunião coletiva de participantes (as) quantos (as) participantes (as) participaram (em média)?

1. Todos (as) 2. Mais de 2/3 (65%) 3. Em torno da metade (50%) 4. Menos da metade

34. Quais outras formas de participação dos (as) participantes (as)? (resposta múltipla)

1. Acesso a registros e informações do empreendimento
2. Participação nas decisões cotidianas do empreendimento
3. Atividades de formação
4. Atividades culturais e recreativas
5. Informes sobre a conjuntura geral e/ou sobre economia solidária
6. Outras. Quais? _____

35. Há quanto tempo o atual coordenador, gerente ou presidente exerce o cargo no empreendimento? ____

36. Os dirigentes recebem remuneração ou gratificação pelo exercício do cargo ou função?

1. NÃO 2. SIM. Quanto (valor médio mensal) R\$ _____

DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA E AMBIENTAL

37. O empreendimento participa de algum fórum ou de alguma rede de articulação ou representação?

01. NÃO

02. SIM. Especifique de que tipo de rede ou fórum o empreendimento participa: (resposta múltipla)

1. Fórum ou Rede de Economia Solidária. Qual?

2. União ou Associação de EES? Qual
-
3. Federações de cooperativas. Qual?
-
4. Conselhos de gestão e fóruns de participação em políticas públicas Qual?
-
5. Outros fóruns, redes ou articulações. Qual?
-

38. O que o empreendimento faz para qualificar seus produtos e/ou serviços no intuito de melhor atender aos (as) consumidores (as)? (resposta múltipla)

1. Pratica menores preços ou custos mais baixos em relação ao mercado
 2. Aplica processos de controle de qualidade
 3. Fornece informações sobre a composição ou especificação
 4. Dá garantia de origem social
 5. Manifesta preocupação ambiental na produção ou prestação dos serviços
 6. Oferta produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos
 7. Outra. Qual?
-

39. Quais os principais desafios do empreendimento? (resposta múltipla)

1. Viabilizar economicamente o empreendimento
2. Gerar renda adequada aos (às) participantes
3. Garantir proteção social (previdência, assistência e saúde) para os (as) participantes
4. Efetivar a participação e a autogestão
5. Alcançar a conscientização e a politização dos (as) participantes
6. Alcançar maior conscientização ambiental dos (as) participantes
7. Promover a articulação com outros empreendimentos e com o movimento de economia solidária
8. Manter a união do grupo/coletivo
9. Outro. Qual? _____

40. Quanto à busca de crédito ou financiamento, nos últimos 12 meses, o empreendimento:

1. Não buscou crédito ou financiamento
2. Buscou e obteve crédito ou financiamento
3. Buscou crédito ou financiamento, mas não obteve

41. Qual o valor total do crédito ao qual o empreendimento teve acesso nos últimos 12 meses? R\$ _____

42. Qual a situação atual do pagamento ou devolução do crédito ou financiamento? (resposta única)

1. Está no prazo de carência
2. Pagamento concluído
3. Pagamento em dia

4. Pagamento em atraso. Porquê?

43. Atualmente, existe necessidade de crédito ou financiamento?

1. () NÃO 2. () SIM

Se sim, para quê é necessário o crédito ou financiamento e quanto necessita?

1. Custeio ou capital de giro 2. Investimento Quanto? R\$

BREVE RELATO SOBRE O HISTÓRICO DO EMPREENDIMENTO

Nome do Entrevistado:

Assinatura do Entrevistado:

Data: _____ / _____ / _____

Sistema de Informações de Projetos da Economia Solidária
FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES DE EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO (EES)

I – IDENTIFICAÇÃO DO CONVÊNIO E DA ENTIDADE CONVENENTE

Número do Convênio SICONV:	
Nome da Convenente:	
CNPJ Convenente:	

II – MOMENTO DE REGISTRO DA INFORMAÇÃO NO SISTEMA:

<input type="checkbox"/>	Inicial – Marco Zero	<input type="checkbox"/>	Intermediária	<input type="checkbox"/>	Final de execução
--------------------------	----------------------	--------------------------	---------------	--------------------------	-------------------

**III – INFORMAÇÕES BÁSICAS DO EMPREENDIMENTO ECONÔMICO
SOLIDÁRIO**

1.	Nome do empreendimento:					
2.	Nome de fantasia e Sigla:					
3.	Endereç o:				Nº:	
4.	Bairro:		CE P:		—	
5.	Municípi o:				UF :	
6.	Telefon e:				Fax:	
7.	E- mail:					
8.	Pessoa para contato:					
9.	Referência para localização:					
10	Página na . Internet:					
11	CNPJ (se o EES estiver . formalizado):					
12	Cadastro do EES no . SIES:	() SIM. Número ID: _____ () NÃO Atenção: esta informação será respondida pela SENAES/MTE				

13. Forma de Organização:

1. Grupo informal
2. Associação
3. Cooperativa
4. Sociedade mercantil

14. Número atual de participantes no EES:

1. Pessoas Físicas Associadas: N° Mulheres: _____ N° Homens: _____ N° Total: _____

2. Pessoas Jurídicas associadas ou empreendimentos em rede: N° de EES associados: _____

15. Tipo de atividade econômica predominante do EES que são realizadas de forma coletiva pelos(as) sócios(as) do empreendimento:

1. Troca de produtos ou serviços
2. Produção ou Produção e Comercialização
3. Comercialização ou organização da comercialização
4. Prestação do serviço ou trabalho a terceiros
5. Poupança, crédito ou finanças solidárias
6. Consumo, uso coletivo de bens ou serviços pelos sócios
7. Outro. Qual? _____

16. Faturamento médio mensal obtido pelo Empreendimento: R\$

17. Possui acesso aos meios de produção?

1. Não
2. Sim. Possui Sede Própria; Cedida por sócio; Cedida por terceiros;
Alugada;
3. Sim. Possui Equipamentos Próprios; Cedido(s)/emprestados;
Arrendados
ou alugados;

IV – INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO EMPREENDIMENTO NO PROJETO

18. Ações ou atividades que o EES está tendo acesso no projeto ou participando?

1. Mobilização e sensibilização realizada por agentes comunitários de desenvolvimento;
2. Incubação do empreendimento (organização, estruturação, formalização etc.);
3. Assessoria técnica e gerencial ao empreendimento;
4. Acesso a equipamentos ou infraestrutura para produção;
5. Acesso ao crédito para o empreendimento;
6. Certificação no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário;
7. Apoio à Comercialização dos produtos e serviços do empreendimento;
8. Apoio para acesso à Política Municipal de Resíduos Sólidos (coleta seletiva, logística reversa etc);
9. Elaboração de diagnósticos de sustentabilidade (internos e externos) e estudos de mercado;
10. Elaboração de Planos de Negócios, Planos de Viabilidade, Sustentabilidade do Empreendimento;
11. Organização de Rede de Cooperação com outros empreendimentos;
12. Outra _____ (s). Qual(is)?

Data: _____ / _____ / _____ Local: _____

Responsável _____ pelas _____ Informações: _____

**Sistema de Informações de Projetos da Economia Solidária
FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS – PESSOA FÍSICA**

I – IDENTIFICAÇÃO DO CONVÊNIO E DA ENTIDADE CONVENENTE

Número do Convênio SICONV:	
Nome da Convenente:	
CNPJ Convenente:	

II – MOMENTO DE REGISTRO DA INFORMAÇÃO NO SISTEMA:

<input type="checkbox"/>	Inicial – Marco Zero	<input type="checkbox"/>	Intermediária	<input type="checkbox"/>	Final de execução
--------------------------	----------------------	--------------------------	---------------	--------------------------	-------------------

III – INFORMAÇÕES BÁSICAS DO BENEFICIÁRIO

1.	Nome:					
2.	Apelido:					
3.	Nome da Mãe:					
4.	Endereço:				Nº:	
5.	Bairro:			CEP:		
6.	Município:				UF:	
7.	Telefone:			Fax:		
8.	E-mail:					
9.	RG:			10	CPF:	
11	NIS:			12	Não Possui Nenhum Documento Civil: <input type="checkbox"/>	
13	Data de Nascimento:	/	/	Idade:		
14	Gênero:	<input type="checkbox"/> Feminino	<input type="checkbox"/> Masculino			
15	Está cadastrado no Cadastro Único do Governo Federal - CADUNICO?	() Sim. Nº: _____ () Não				

IV – INFORMAÇÕES SÓCIOECONÔMICAS DO BENEFICIÁRIO

16. Escolaridade:

1. Não Alfabetizado
 2. Ensino Fundamental Completo Incompleto.
 3. Ensino Médio Completo Incompleto.
 4. Ensino Superior Completo Incompleto.
 5. PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO MESTRADO DOUTORADO.

17. Profissão

(Principal)

Ocupação):

18. Desenvolve outra(s) atividade(s) profissional(is) complementar(ES):

1. Sim. Quais? a)

b)

c)

2. NÃO

19. Há quantos anos atua na profissão (principal ocupação)?

20. Qual a renda pessoal do beneficiário? R\$

21. Qual a renda familiar do beneficiário? R\$

22. Qual a quantidade de membros na família do beneficiário?

23. É beneficiário do BOLSA FAMÍLIA?

1. Sim. Qual o valor mensal da Bolsa? R\$ _____

2. Não

24. É beneficiário de outro(s) programa(s) de transferência de renda?

1. Sim. Qual o valor mensal recebido? R\$ _____

2. Não

V – INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO BENEFICIÁRIO NO PROJETO

25. Ações ou atividades que o beneficiário está tendo acesso ou participando no projeto?

1. Identificação – BUSCA ATIVA

2. Mobilização e sensibilização realizada por agentes comunitários

3. Registro no CadÚnico do Governo Federal

4. Orientação e encaminhamento para obtenção de DOCUMENTAÇÃO CIVIL

5. Orientação e encaminhamento para programas educacionais – Elevação da Escolaridade

6. Acesso a FORMAÇÃO – capacitação, qualificação social e profissional

7. Acesso a CRÉDITO ou financiamento pessoal (para consumo ou produção)

8. Acesso a ocupação/ TRABALHO EM EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO.

9. Acesso a outra forma de TRABALHO/OCUPAÇÃO/EMPREGO.
Que tipo? _____

10. Obtenção e melhoria de RENDA

11. Outro(s)? _____

26. A pessoa beneficiária participa de algum Empreendimento Econômico Solidário (EES)?

1. Sim. Qual o nome do EES?

CNPJ?

2. Não

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:

NOME

ASSINATURA

LOCAL: _____

DATA: ____/____/____



**Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA**

PROJETO: Aproveitamento Hidroagrícola do Castanhão

MAPP 02

SDA

Outubro/2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Programa (PPA)	029 – Desenvolvimento da Agropecuária Familiar
Mapp (Nº e Denominação)	02 – Aproveitamento Hidroagrícola do Complexo Castanhão
Período de Execução	Julho a Dezembro de 2016
Categoria	Estruturante – Inclusão Produtiva Rural

1. Descrição do Projeto



Os projetos do Complexo Castanhão foram criados para viabilizar o desenvolvimento hidroagrícola da região, proporcionando assim atividades produtivas as famílias atingidas pela construção da barragem. A implantação dos projetos produtivos nos perímetros irrigados Mandacaru, Alagamar e Curupati irão proporcionar as famílias rendimentos financeiros para uma vida melhor.

O projeto irá garantir o aumento da produtividade nas atividades econômicas da agropecuária de base familiar, garantindo um desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo bem como a operacionalização e manutenção dos projetos produtivos implantados, das infraestruturas de uso comum, garantindo o fornecimento de água aos lotes produtivos de maneira uniforme com utilização dos equipamentos de forma responsável reduzindo assim gastos com a manutenção dos equipamentos.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2016/2019, o projeto insere-se no **Eixo** Governamental: Ceará de Oportunidades, **Tema Estratégico**: Agricultura Familiar e Agronegócio; Resultado **Temático**: Economia rural fortalecida, sustentável, solidária e competitiva, no âmbito do **Programa** 029 - Desenvolvimento da Agropecuária Familiar, tendo como **Indicador de Resultado Temático** Valor Bruto da Produção da Agricultura, colaborando para o alcance do **Objetivos** 029.1 - Incentivar o aumento da produtividade nas atividades econômicas da agropecuária de base familiar, garantindo um desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo; **Iniciativas**: 029.1.02 – Apoio à implantação de projetos hidroagrícolas..

3. Diagnóstico

O Açude Castanhão é o maior reservatório hídrico do Estado do Ceará, com capacidade de 6,7 bilhões de m³ de água, construído em parceria entre Governo Federal e Estadual.

Seu uso tem múltiplas funções, destacamos principalmente:

- Abastecimento de água para consumo humano da Região Metropolitana de Fortaleza. Através do “Canal da Integração” transpõe as águas deste açude para o conjunto de açudes que abastecem Fortaleza, além de dar suporte ao complexo portuário do Pecém;

- A regularização da vazão do Rio Jaguaribe, permitindo a viabilização da Agricultura Irrigada;
- Instalação de Projetos Irrigados contemplando Fruticultura e Pecuária;
- Piscicultura e Criação Racional de Pequenos e Grandes Animais.

A construção do barramento atingiu um número expressivo de pessoas tanto da área urbana quanto da área rural. Para o reassentamento da população urbana foi construída a cidade de Nova Jaguaribara e para o reassentamento da população rural foram ofertadas várias alternativas dentre as quais os Perímetros Irrigados Alagamar, Curupati e Mandacaru.

Perímetro Irrigado do Alagamar

Várias intervenções foram necessárias para que este perímetro iniciasse o processo produtivo. Apesar da infra-estrutura de captação, adução, reservação, distribuição (rede de canais) e estações de bombeamento secundárias terem sido concluídas há pelo menos 6 anos, foi necessária a substituição de toda a tubulação adutora principal, já que a existente estava danificada, além de ser inadequada para atender a vazão necessária ao projeto. Ainda será necessária a substituição da Estação de Bombeamento Principal cuja vazão está aquém das necessidades do projeto. Dos três perímetros de irrigação do Castanhão, este é o que mais intervenções e adequações necessitam serem realizadas para seu bom funcionamento, pois se encontra no final da bacia do açude, captando água numa cota onde a garantia de água fica limitada, pois em anos de chuvas fracas o nível d'água do açude pode chegar a níveis que comprometem a captação. A implantação das culturas de mamoeiro, goiaba, acerola e banana do processo produtivo estão em fase de efetivação através do crédito fundiário.

Perímetro Irrigado do Curupati

Há seis anos o Perímetro do Curupati teve sua primeira etapa entregue aos beneficiários e desde então vem colhendo mamão, goiaba, maracujá, dentre outras culturas. Houve necessidade de substituir ou reparar equipamentos das Estações de Bombeamento Secundárias; substituir a Estação de Bombeamento Principal (bombas e plataforma flutuante, existentes), já que a existente foi projetada para captar água no leito do Rio Jaguaribe e passou a fazer a captação no próprio lago do Castanhão, as 03 bombas de 500 CV estão sendo substituídas por 04 de 200 CV, o que representará redução no custo de energia. Houve a substituição da Adutora Principal em PRFV por Ferro Fundido, já que a tubulação apresentava sinais evidentes de desgaste podendo chegar ao rompimento de suas paredes.

Perímetro Irrigado do Mandacaru

O Projeto Mandacaru explorará a pecuária de leite. Sua infra-estrutura de Irrigação, bem como os estábulos, encontram-se concluídos, as culturas forrageiras estão implantadas, faltando para o início da produção a aquisição de matrizes bovinas, que deverá acontecer tão logo seja aprovado o crédito fundiário. O Estado adquiriu junto ao DNOCS a área sob sua jurisdição para permitir a efetivação do crédito fundiário.

4. Justificativa

Apesar dos investimentos já efetuados na infraestrutura de irrigação, há necessidade de aporte de recursos para manutenção do sistema e conclusão da implantação das culturas irrigadas nos projetos Alagamar e Curupati 2ª Etapa. Para o Projeto Mandacaru está prevista a chegada das matrizes bovinas financiadas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário. Serão adquiridas matrizes para 10 famílias que não participaram do Programa nacional de Crédito Fundiário.

Em função destes investimentos e à medida que os projetos estão sendo implantados, incluindo capacitações e ações de gerenciamento, mudanças positivas nas condições socioeconômicas da população beneficiada se evidenciam.

O Perímetro Irrigado do Curupati já se encontra em produção há seis anos. Uma segunda etapa deste projeto está em fase de conclusão e serão necessários recursos para a implantação das culturas bem como da manutenção da infraestrutura e das culturas.

O Projeto Alagamar ainda não está com sua infraestrutura totalmente concluída, visto que falta a complementação da plataforma flutuante e dos equipamentos da Estação de Bombeamento Principal. Mesmo assim, com a EBP atual, há como dar início a fase de implantação das culturas. A preparação do solo com correção de acidez já foi realizada; houve também capacitações para incentivar ao uso da agricultura orgânica, permitindo a instalação das culturas de forma ambientalmente correta e saudável.

O Projeto Mandacaru (1ª Etapa) contempla os reassentados que escolheram a pecuária, principalmente, por sua aptidão histórica. O projeto já possui investimentos garantidos para execução das obras de infra-estrutura, inclusive a construção de vias de circulação interna. O investimento a ser aportado, contempla a implantação do projeto produtivo e viabilizará a aquisição dos equipamentos do galpão de resfriamento de leite, responsável pela higiene e conservação do produto, impactando diretamente na qualidade e no preço, e, por conseguinte na rentabilidade e viabilidade do projeto. Os investimentos, ora empregados, representam não só o incremento de renda desta população, como também, o resgate de uma dívida social com os reassentados. Não menos importante é a responsabilidade com o erário e o meio ambiente.

5. Histórico

O projeto proposto recebeu recursos de outras fontes (BNDES, Operação SWAP e Tesouro Estadual) os quais foram aplicados na implantação da infraestrutura dos Perímetros Irrigados do Complexo Castanhão (Curupati, Alagamar e Mandacaru), já o Fecop passou a contribuir a partir de 2010 com recursos referentes à contrapartida do Estado.

Para o projeto ora apresentado, temos o seguinte histórico financeiro:

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes) (*)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2007-2010	7.450.286,48	15.920.392,89	23.370.679,37	276
2011-2014	7.327.970,57	11.420.015,10	18.747.985,67	1.332
2015	586.205,67	2.367.375,71	2.953.581,38	1.540
TOTAL	15.364.462,72	29.707.783,70	45.072.246,42	3.148

6. Público Alvo

Produtores oriundos da área desapropriada para a construção do Açude Castanhão e reassentados nos Perímetros Irrigados Alagamar, Curupati e Mandacaru.

6.1. Critérios Adotados para Seleção dos Beneficiários

Famílias que foram atingidas pela Barragem Padre Cícero no açude Castanhão e selecionadas pelo IDACE para formação do grupamento nos 03 três perímetros Irrigados.

6.2. Documentos Comprobatórios da Situação de Pobreza

- Número do NIS
- Documentos pessoais
- Documento de Aptidão à Agricultura familiar – DAP

7. Objetivos

7.1 Geral:

- Aumentar a renda dos produtores beneficiados e a oferta de produtos agrícolas na região.

7.2. Específicos:

- Dotar os Perímetros Irrigados Alagamar, Curupati e Mandacaru da infraestrutura necessária para o seu pleno funcionamento;
- Subsidiar os reassentados nas atividades de implantação do processo produtivo.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

8.1 Atividades Realizadas em Anos Anteriores

Dentro do plano de ação para os três perímetros irrigados foram realizadas as atividades: levantamento situacional dos perímetros que necessitavam de um profissional da área social para trabalhar as relações de convivência entre as famílias, ação entre os grupos de produção organizando os envolvidos. Em 2015, este Projeto foi bastante sacrificado em função da redução drástica do nível do Açude Castanhão, o que tem obrigado a ações emergenciais para manutenção do suprimento de água para a condução do Projeto e manutenção da cultura implantada, além da necessidade de implantação de uma cultura que permita uma geração de renda a curto prazo para a comunidade dos reassentados.

No Perímetro Irrigado do Curupati ocorreu a Implantação das culturas irrigadas da primeira etapa e manutenção da infraestrutura de uso comum. As atividades de

apoio ao distrito foram constituídas de assessoria técnica para prestação de contas dos convênios firmados, renovação da diretoria técnica a cada 02 (dois) anos, gestão na operação e manutenção dos projetos de irrigação do complexo Castanhão foi realizada.

8.2 Atividades a Serem Realizadas no Ano

a) Prover assistência técnica para o Sistema Organizacional do Projeto.

- Ampliação da equipe técnica do projeto pra prestação de serviço de ATER, com a participação de um profissional da área social.

b) Implantação das culturas irrigadas e manutenção da infraestrutura do Perímetro Irrigado do Curupati.

- Finalização da ampliação da adutora do Curupati;
- Identificação das famílias da segunda etapa, formalização da aquisição/doação da área do DNOCS para as famílias selecionadas.

c) Conclusão da infraestrutura do Projeto Alagamar e implantação de culturas irrigadas.

- A construção de um novo flutuante deverá ser realizada para termos uma maior garantia de água para implantação das demais culturas, porém em função dos últimos anos de estiagem, este projeto tem que ser repensado no sentido da melhor maneira de instalar o sistema - Atividade realizada pela equipe técnica da CODAF/Castanhão.

d) Aquisição de matrizes, finalização da construção das cercas elétricas e individualização dos lotes da segunda etapa do Projeto Mandacaru.

- Aquisição de matrizes com recursos do FECOP será através de licitação direta e com os recursos do Crédito Fundiário será feita de acordo com as regras do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF através de um contrato com a Associação dos Pecuaristas do Mandacaru. – Atividade acompanhada pela Comissão de avaliação dos animais e executada pelas famílias beneficiadas.

- Finalização da implantação da cerca elétrica - Atividade acompanhada pela equipe técnica do Escritório Regional do Complexo Castanhão e realizada pela empresa contratada através de Edital lançado pelo Distrito de Irrigação Mandacaru, Alagamar e Curupati – DIMAC.

- Individualização dos lotes da segunda etapa com identificação das famílias a serem contempladas - Atividade a ser realizada pela equipe técnica do Escritório Regional do Complexo Castanhão em parceria com o IDACE.

e) Apoio a ações de gestão do Distrito de Irrigação, Alagamar e Curupati

Atividades de apoio ao distrito com assessoria técnica para prestação de contas dos convênios firmados, renovação da diretoria técnica a cada 2 anos, gestão na operação e manutenção dos projetos de irrigação e formação distritos de irrigação por projetos de irrigação. – Atividade a ser realizada pela equipe técnica do Escritório Regional do Complexo Castanhão.

8.3 Atividades Previstas para Anos Posteriores

- As culturas irrigadas do Curupati serão implantadas após a regularização da área

por parte do DNOCS, identificação das famílias a serem contempladas, sorteamento dos lotes, formação da associação para elaboração do financiamento junto ao Programa Nacional de Crédito Fundiário.

- Projeto de Captação de água para as famílias da segunda etapa do Mandacaru. Atividade realizada pela equipe técnica da CODAF/Castanhão.

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Produtores beneficiados com ATER	385	Relatório de orientação e de supervisão
Hectares com culturas irrigadas implantadas no Alagamar e Curupati	446,75	Relatórios técnicos de acompanhamento
Hectares com pastejo rotacionado implantado no Projeto Mandacaru	390	Relatórios técnicos de acompanhamento
Matrizes adquiridas	2.080	Processo licitatório e Notas fiscais

10. Metas

- Manutenção das culturas irrigadas em produção (53 ha de goiabeira; 21,75 ha de mamoeiro e 60 ha de outras culturas) e da infraestrutura do Perímetro Irrigado do Curupati.
- Manutenção das culturas irrigadas em produção (82 ha de goiabeira; e 230 ha de outras culturas) e da infraestrutura do Perímetro Irrigado do Alagamar.
- Aquisição de 2.080 matrizes girolanda para o Projeto Mandacaru e manutenção dos 130 lotes de pastejo rotacionado implantados
- Beneficiar 385 famílias diretamente, sendo 104 no Projeto Alagamar, 151 no Projeto Curupati e 130 no Projeto Mandacaru.

11. Resultados Esperados

- Melhoria da renda dos produtores beneficiados.

12. Integração de Ações

O projeto poderá se integrar com vários projetos existentes na SDA, tais como o projeto de Pecuária Leiteira e o programa Leite Fome Zero destinando parte de sua produção para o programa. A assistência técnica poderá ser realizada diretamente com a disponibilização dos técnicos do Programa Agente Rural. As atividades de organização terão o apoio do profissional da Secretaria do Trabalho e Ação Social.

13. Monitoramento

O Monitoramento do projeto deve ser realizado pela equipe técnica alocada no escritório do município de Jaguaribara a partir das seguintes etapas:

- Orientação Técnica no Campo
- Coleta de dados;

- Sistematização das bases de dados;
- Desenvolvimento de indicadores e metas;
- Análise do alcance das metas;
- Elaboração ferramentas informacionais;
- Elaboração de Diagnóstico;
- Publicação de resultados.

Além de permitir a seleção de famílias para os programas sociais, as informações socioeconômicas levantadas devem também permitir o monitoramento e a avaliação dos efeitos de ações específicas sobre as condições de vida das famílias dos reassentados. Os técnicos que realizam as atividades elaborarão relatórios trimestrais de acompanhamento evidenciando as ações realizadas nos perímetros.

13.1 Dados Utilizados

Trimestralmente a equipe técnica avalia o andamento dos projetos, acompanhando os relatórios mensais emitidos, além das reuniões sistemáticas com as comunidades objetivando avaliar o desempenho de cada atividade. A equipe fará avaliações sobre o estado de cada área, previsão de safra e avaliação do desempenho dos equipamentos de irrigação, da infra-estrutura (canais, estações de bombeamento, linhas de emissores, etc.).

13.2. Cadastro dos Beneficiários

Relação dos Beneficiários encontra-se no Banco de Dados no Escritório Regional do Complexo Castanhão em Jaguaribara – Ce.

14. Pressupostos de Risco

O projeto está sujeito a dificuldades decorrentes de variações climáticas e operacionais tais como desgaste e/ou quebra de equipamentos que embora estejam constantemente sendo monitorados, podem ocorrer danos não previsíveis. A inconstância de mercado também pode se configurar num risco além de mudanças em linhas de crédito complementares à instalação do projeto.

15. Orçamento

NATUREZA DA DESPESA	Valor FECOP (2016)	Valor Outras Fontes (2016) (*)	Valor Total (2016)
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1 Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - 339039	579.000,00		579.000,00
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1 - Perímetro Irrigado do Alagamar			
2.1.2 Proposta de financiamentos do Pronaf A		1.763.000,00	1.763.000,00
2.2 - Perímetro Irrigado do Mandacaru			
2.2.1 Contrato PNCF para Subprojeto aquisição de Terra (SAT), Subprojeto para aquisição de animais (SIC'S) e Assistência técnica (ATER)		4.877.780,00	4.877.780,00
2.2.2 Proposta de financiamentos do Pronaf A		2.580.000,00	2.580.000,00
TOTAL GERAL	579.000,00	9.220.780,00	9.799.780,00

A representação se justifica, tendo em vista a proposta realizada pela SDA, que reduziu o(s) valor (es) anteriormente estabelecido(s), fato este ocorrido após a realização da 6ª Reunião Ordinária, do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPIS, ocorrida em 25/07/2016. As metas não serão alteradas devido a utilização de aplicação direta por meio de recursos do Crédito Fundiário e Financiamento Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

16. Cronograma de Desembolso - Fonte FECOP

Item de Despesa	Agosto	Total
1.1 Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - 339039	579.000,00	579.000,00
Total	579.000,00	579.000,00

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Nº	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (*)	Pessoas Beneficiadas
1	Região 14	Jaguaribara	479.000,00	7.457.780,00	984
2	Região 14	Jaguaretama	100.000,00	1.763.000,00	428
Total			579.000,00	9.220.780,00	1412

(*) Valores de R\$ 4.877.784,00 referente a recursos do Crédito Fundiário – MDA
Valores de R\$ 4.343.000,00 referente a proposta de financiamento Pronaf A

18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria Gerência	/ CODAF / José Maria Freire - jose.freire@sda.ce.gov.br
Técnico	Allysandro Soares Herculano Barroso
E-mail	allysandro@hotmail.com
Técnico	Francisco José Menezes Batista
E-mail	franzemenezes@hotmail.com
Telefone	85 3101.8053

Marco Lógico MAAP 02 - Projeto Aproveitamento Hidroagrícola do Complexo Castanhão

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Aumento da renda das famílias beneficiadas.	% de aumento da renda das famílias beneficiadas	Análise de Diagnóstico do banco de dados inicial e atual.	Dificuldade em acessar mercados para venda dos produtos
Resultados	Aumento da produtividade das atividades agropecuárias de base familiar Garantia do fornecimento uniforme de água aos projetos produtivos	% de aumento da produção agropecuária / hectare % de famílias com fornecimento de água garantido	Análise de Diagnóstico do banco de dados inicial e atual.	Redução drástica do nível do Açude Castanhão
Produtos	Projetos produtivos implantados Projetos de captação de água implantados	No. de ha com culturas irrigadas No. de ha com pastejo rotacionado No. de projetos de captação de água implantados	Relatórios e Atestos técnicos	Não implantação ou descontinuidade dos projetos Produtivos.
Atividades	Prestação de assistência Técnica e Extensão Rural - ATER Realização de assessoria técnica para prestação de contas dos convênios firmados Elaboração dos projetos de captação de água Conclusão, manutenção ou substituição da infraestrutura produtiva Aquisição de matrizes bovinas	% de produtores beneficiados com ATER % de produtores beneficiados com assessoria técnica No. de projetos de captação de água elaborados % de manutenção da infraestrutura No. de matrizes bovinas adquiridas	Relatórios Técnicos	Descontinuidade da equipe de ATER.

Insumos	Recursos do FECOP Recursos do BNDES Recursos MDA	Convênio e contratos firmados	Acompanhamento na prestação de contas dos convênios e contratos.	Não realização de convênios e má aplicação dos recursos



**Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA**

PROJETO: Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Mudas)

MAPP 14

“SDA”

Outubro - 2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Programa (PPA)	029 - Desenvolvimento da Agropecuária Familiar
Mapp (Nº e Denominação)	14 – Programa de Distribuição de Sementes
Período de Execução	Março a Dezembro de 2016
Categoria	Estruturante – Inclusão Produtiva Rural

1. Descrição do Projeto



A distribuição de sementes e mudas, através do Projeto Hora de Plantar, pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural e o consequente plantio pelos agricultores familiares, tem contribuído, ao longo de 29 anos, com incrementos significativos da produtividade agrícola e do aumento de renda e garantia de segurança alimentar de inúmeros cearenses.

Além das sementes, o Projeto Hora de Plantar distribui também mudas de cajueiro, manivas de mandioca, raquetes de palma forrageira e essências florestais nativas e exóticas, em consonância com o Programa ABC - Agricultura de Baixo Carbono.

O Projeto Hora de Plantar tornou possível a inclusão de agricultores (as) familiares como produtores profissionais de sementes, destacando-se as culturas de feijão caupi, milho variedade, mamona, manivas sementes, mudas enxertadas de cajueiro anão precoce e de raquetes de palma forrageira.

O “Hora de Plantar” é coordenado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA e tem vários parceiros envolvidos no processo, destacando-se a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Secretarias de Agriculturas Municipais, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Ceará- FETRAECE, Sindicatos e Cooperativas de Trabalhadores Rurais.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

A política para a área do desenvolvimento agrário tem como prioridade a promoção do desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ênfase nos agricultores e agricultoras familiares, com participação, inclusão e justiça social.

No PPA 2016/2019, o projeto insere-se no **Eixo** Governamental: Ceará de Oportunidades, **Tema Estratégico**: Agricultura Familiar e Agronegócio, **Resultado Temático**: Economia rural fortalecida, sustentável, solidária e competitiva, no âmbito do **Programa** Desenvolvimento da Agropecuária Familiar, tendo como **Indicador de Resultado Temático** o Valor Bruto da Produção da Agricultura, colaborando para o alcance do **Objetivo** 029.1 - Incentivar as atividades econômicas da agropecuária de base familiar, apoiar as cadeias produtivas na utilização de técnicas agroecológicas

e gerenciais, gerar ocupação e renda na zona rural e contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo; Iniciativa 029.1.03 - Incentivo ao aumento da produção das principais culturas da agricultura familiar.

3. Diagnóstico

A grande maioria dos grãos produzidos no Ceará é proveniente da agricultura de sequeiro dependendo primordialmente do volume e distribuição espacial e temporal das chuvas e tendo grande peso na flutuação da safra.

O projeto tem como missão de internalizar entre seus beneficiários, a importância da utilização da semente como um insumo essencial ao processo produtivo de nossas principais culturas. O projeto vem participando ativamente no segmento de mudas, com destaque para manivas de mandioca, raquetes de palma forrageira, mudas de cajueiro anão precoce e essências florestais nativas e exóticas contribuindo diretamente para a ampliação da área de fruticultura, forragicultura e recuperação de áreas degradadas e desmatadas em nosso Estado. O projeto é o maior distribuidor de sementes e mudas aos agricultores familiares do Norte e Nordeste, indiscutivelmente ser considerado como a mais consolidada ação governamental da área agrícola do Estado do Ceará.

Os dados mostram que a produção de grãos registrou 1.294,3 mil toneladas em 2011, enquanto em 2006, esse quantitativo atingiu 1.145,5 mil toneladas, com crescimento de 13,00% no período. O ano de 2011 registrou chuvas regulares e bem distribuídas, fato que contribuiu para uma safra recorde de produção de grãos no Estado. A cultura do milho foi responsável por 70% dessa produção, gerando um Valor Bruto da Produção da (VBP) de R\$1,06 bilhão, correspondendo a 42% do VBP dos produtos agrícolas.

O armazenamento em condições ambientais adequadas de temperatura e umidade relativa do ar constitui uma etapa importante dentro do sistema de produção e comercialização das sementes (MACEDO et al., 1999). Nesse sistema, essa prática tem sido utilizada e justificada, atualmente, pelo seu alto índice de produção, e sua relevante importância para agricultura, por as sementes se tratarem de estruturas essenciais de propagação e perpetuação da espécie, além de servirem de alimentação para muitos animais inclusive o homem, e tal produção só é possível se essas forem armazenadas, para que no ano agrícola seguinte seja possível o seu cultivo. Após os processos de secagem e de beneficiamento, é que as sementes são armazenadas, assim permanecendo até que seja comercializada ou utilizada para a semeadura. Esse processo de estocagem pode trazer consideráveis vantagens, uma vez que na época de colheita, a oferta é superior à procura, e o agricultor pode sentir a necessidade de vender imediatamente o seu produto, recebendo por ele um preço pouco compensador.

O armazenamento apresenta segundo Carvalho e Nakagawa (2000), diferentes níveis de qualidade, que pode ser resultado de diversos fatores como: cultivar utilizada, condições climáticas da região, nível de desenvolvimento da semente quando colhida, problemas causados por pragas e doenças, método de secagem, localização do armazém, embalagens utilizadas e quantidade de sementes por embalagens, que podem está comprometendo a qualidade dessas sementes. Essa

qualidade só é obtida se o procedimento estiver de acordo com o conjunto de práticas, e suas etapas de desenvolvimento, de armazenamento desde a colheita e secagem ao condicionamento do armazém, que irá garantir a preservação das características morfofisiológicas e sanitárias da semente.

O problema com pragas tem origem em diversos fatores, dentre os quais se destacam a inadequada estrutura armazenadora composta, em sua maioria, por armazéns graneleiros de grande capacidade estática, com sistema deficiente ou inexistente de controle de temperatura e a ausência quase total de sistema de aeração (LORINI, 2000). E, segundo Santos (2006), o armazenamento prolongado só pode ser realizado quando se adotam corretamente as práticas de colheita, limpeza, secagem, combate a insetos e prevenção de fungos.

Logo, se o armazenamento for realizado de forma inadequada as qualidades nutricionais das sementes serão reduzidas, comprometendo sua viabilidade nos cultivos seguintes (ALMEIDA; MORAIS, 1997). Por tanto conhecer o comportamento das sementes em diferentes condições de armazenamento é extremamente importante para um manejo racional da espécie. No período de 2013 a 2015, apesar dos esforços governamentais em distribuir as sementes e mudas em quantidades significativas e em tempo hábil para mais de 130.000 agricultores familiares, obteve-se drásticas reduções nas áreas plantadas e na produtividade de quase todas as culturas do Estado, devido a ocorrência de precipitações pluviométricas 40% abaixo da média histórica em todas as Macrorregiões cearenses.

4. Justificativa

A agricultura familiar é responsável pela produção de cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos cearenses, por 90,2% dos estabelecimentos rurais na agricultura e por 6,02% do PIB cearense. O alto custo dos insumos e a baixa capitalização dos agricultores de base familiar têm afetado negativamente a produção e a produtividade deste segmento populacional.

A distribuição direta e os estímulos indiretos da utilização de sementes e mudas de alta qualidade e produtividade, recomendadas por instituições de pesquisa, a exemplo da EMBRAPA, estão contribuindo para que o aumento na produção de grãos, castanha de caju e seus subprodutos, mandioca, palma forrageira mais adaptadas ao nosso clima semiárido, sejam menos dependentes das precipitações pluviométricas. É fato comprovado que nos anos de pluviosidade normal o Estado consegue significativas produções agrícolas, suficientes para atender parte do consumo local.

O projeto vem contribuindo com o desenvolvimento sustentável do semiárido cearense. Os resultados obtidos ao longo dos anos enfatizam uma participação bastante efetiva na inclusão social e combate a pobreza, gerando emprego e renda em quase todo o Estado, pois beneficia 182 dos 184 municípios cearenses.

Os beneficiários recebem sementes para o plantio de até 2 hectares. No caso da mamona o agricultor pode receber sementes para o plantio de até 10 hectares, do milho híbrido até 5 hectares e no caso do algodão herbáceo até 3 hectares, já no caso das mudas, a palma e a maniva de mandioca o agricultor pode receber até 2

hectares. No entanto, para o cajueiro anão precoce o agricultor pode receber mudas para o plantio de até 5 hectares.

5. Histórico

O Projeto Hora de Plantar foi criado para atender com sementes e mudas de elevado potencial genético os (as) agricultores (as) de base familiar do Estado. Foi estruturado a partir do programa denominado Arrancada da Produção, em 1987. Concebido, portanto, há mais de 29 anos, este projeto tem contribuído para o aumento da produção e produtividade e, para a melhoria das condições de vida do homem do campo, proporcionando aumento de renda e segurança alimentar e internalizando em seus beneficiários, a importância da utilização da semente como um insumo essencial ao processo produtivo de nossas principais culturas.

No projeto, o Governo do Estado subsidia em 50% a aquisição de sementes e mudas e o agricultor paga os outros 50% com a produção, logo após a colheita. Devolve 100% do valor no que se refere à cana-de-açúcar, mandioca, e palma no segundo ano e mudas de caju no quarto ano. As sementes de oleaginosas: algodão, mamona e girassol são totalmente subsidiados pelo Governo do Estado.

Ano	Valor Total Aplicado (R\$)	Valor FECOP (R\$)	Nº de Beneficiários
2007	9.443.809,44	7.671.184,95	81.455
2008	13.954.042,00	13.654.042,00	116.780
2009	22.413.004,00	16.087.650,00	184.842
2010	26.717.650,00	25.217.650,00	129.533
2011	17.000.000,00	16.000.000,00	135.876
2012	15.179.412,90	13.918.212,90	125.810
2013	18.522.899,90	18.484.444,00	108.039
2014	17.274.363,20	17.110.404,00	138.247
2015	17.168.124,20	17.168.124,20	131.004

6. Público Alvo

Agricultor (a) familiar (proprietário, parceiro, meeiro ou arrendatário)

6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

- Somente os (as) agricultores (as) familiares cadastrados (as) e adimplentes com o projeto poderão continuar como beneficiários do Projeto;
- A EMATERCE poderá inscrever novos produtores, no caso de sobras de sementes e mudas;

- Os (as) agricultores (as) familiares, obrigatoriamente assinarão um Termo de Responsabilidade (anexo) comprometendo-se a utilizar as sementes e mudas recebidas exclusivamente em suas áreas de plantio;
- Os (as) agricultores (as) que estiverem constando no sistema como inadimplentes, deverão apresentar o comprovante de pagamento para fazerem jus ao recebimento de sementes e mudas. Caso não tenham pago, será impresso o Boletim de Movimentação - BM de código de barra, para o pagamento nas agências dos Correios, sendo necessário a EMATERCE recolher a cópia do documento de confirmação do pagamento;
- Em caso de perda do documento de pagamento, fica o técnico da EMATERCE responsável pela confirmação do pagamento;
- O Produtor deverá dispor da Inscrição no Projeto, RG, CPF, NIS e DAP.

6.2. Documentos Comprobatórios da Situação de Pobreza

- Número do NIS
- Documentos pessoais
- Documento de Aptidão à Agricultura familiar – DAP

7. Objetivos

7.1 Geral

Aumentar a produção e produtividade de seus beneficiários, proporcionando-lhes condições de melhoria de renda e segurança alimentar.

7.2 Específico

Substituir o plantio de grãos por sementes de alta qualidade genética e utilizar mudas de alta qualidade.

8. Atividades /Detalhamento das Atividades

8.1 Atividades Realizadas em Anos Anteriores

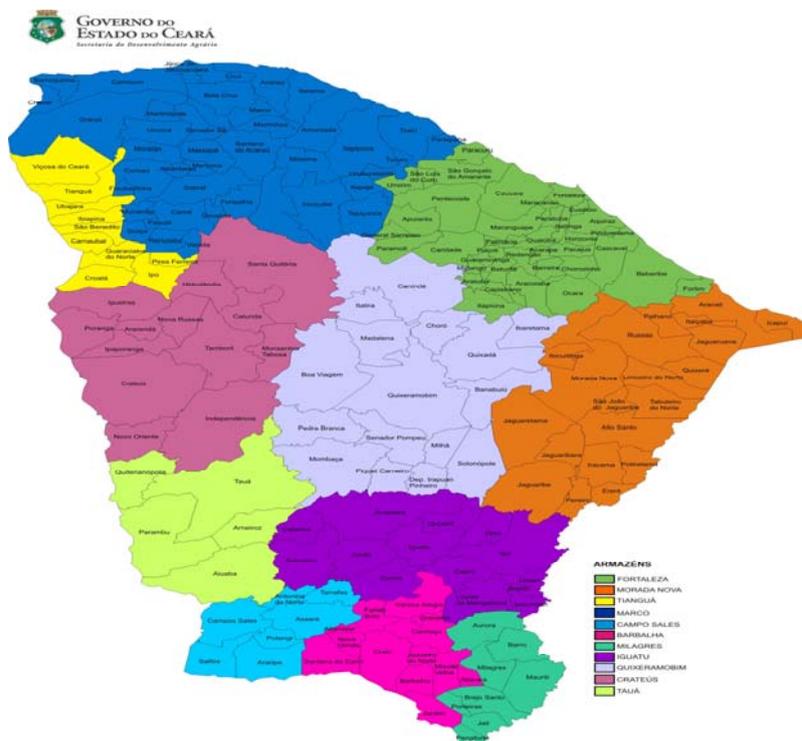
Inicialmente, a Ematerce faz o levantamento das demandas de sementes e mudas para o próximo plantio junto aos agricultores familiares cadastrados no Programa e envia para a SDA. As sementes e mudas são adquiridas através de Editais de Credenciamento realizados pela Secretaria do desenvolvimento Agrário – SDA, que tem por objeto a contratação de empresas produtoras de sementes e de mudas.

A coleta de amostra de sementes é realizada pelos técnicos da SDA nos armazéns de propriedade dos fornecedores e tem como objetivo verificar a qualidade das sementes através de testes de pureza e germinação. A qualidade da semente adquirida é reconhecida por meio de análise laboratorial, das amostras coletadas pelos técnicos pertencentes à SDA junto aos fornecedores, identificando seus percentuais de germinação. Este laboratório de Análise de semente de produção – LASP pertence à SDA. Além disso, a SDA exige dos fornecedores testes de transgenia negativa, pois não adquire sementes transgênicas realizadas em laboratórios credenciados.

As sementes e mudas são adquiridas após constatação da sua qualidade e recibo de entrega nos armazéns regionais no caso das sementes e nos escritórios locais da EMATERCE e em até três comunidades no caso das mudas. A EMATERCE leva as sementes para seus escritórios efetuando em seguida sua distribuição aos produtores beneficiados com o concomitante encaminhamento das informações referentes a este processo para a SDA através do Sistema HPNET.

O controle das sementes entregues nos armazéns regionais é realizado por técnico do Instituto Agropolos lotado na SDA, quando são observados desde os aspectos estruturais do armazém, forma de armazenagem e controle de pragas e roedores, até as quantidades de sementes previstas. Através de sistemas informatizados a EMATERCE avalia a repercussão e o impacto do Projeto junto às pessoas beneficiadas. O sistema HPNET implantado nos computadores dos escritórios locais da EMATERCE transfere os dados coletados para a SDA gerando um relatório de acompanhamento.

- Localização dos Armazéns



8.2 Atividades a Serem Realizadas no Ano

Por ser um projeto de continuidade as mesmas atividades que aconteceram nos anos anteriores são repetidas no presente ano.

8.3. Atividades Previstas para Anos Posteriores

Por ser um projeto de continuidade as mesmas atividades que aconteceram nos anos anteriores e no presente ano serão repetidas nos anos posteriores.

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação (*)
Agricultor beneficiado	70.939	Número de agricultores beneficiados sem repetição

(*) O sistema HPNET implantado nos computadores dos escritórios locais da EMATERCE transfere os dados para a SDA gerando um relatório de acompanhamento.

10. Metas

- Adquirir 2.351,83 toneladas de sementes das culturas de feijão, milho, sorgo e mamona;
- Adquirir 5.370 m³ de mandioca, 385.496 mudas de cajueiro anão precoce, 65.500 mudas de essências florestais e 4.568.000 raquetes de palma forrageira;
- Beneficiar 70.939 agricultores/as de base familiar sem repetição.

11. Resultados Esperados

Produção de grãos e produtividade nas áreas exploradas pelos agricultores (as) familiares aumentadas.

12. Integração de Ações

O Projeto Hora de Plantar (Distribuição de Sementes e mudas) é acompanhado através do Mapp 10, o qual é executado pela EMATERCE com recursos do FECOP. A EMATERCE pega as sementes dos armazéns regionais e leva para os escritórios locais onde são entregues diretamente aos seus beneficiários.

Outros Projetos - O “Hora de Plantar” se relaciona com os Projetos de Práticas agrícolas de Convivência com o Semiárido, Biodiesel do Ceará, Revitalização da Cajucultura, Modernização da Mandiocultura, Pecuária Leiteira e Ovino Caprinocultura, ofertando sementes e mudas ao agricultor (a) familiar para que ele possa participar no Programa Nacional da Alimentação Escolar e no Programa de Aquisição de Alimentos.

Ações Governamentais e Não Governamentais - O “Hora de Plantar” se relaciona com: CCA/UFC EMBRAPA, CENTEC, com identificação de melhores cultivares de sementes e mudas para o Estado.

Parceiros - Federação dos Trabalhadores e trabalhadoras da Agricultura Familiar – FETRAECE, Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais- STTRS Secretarias Municipais de Agricultura, na definição das demandas no cadastramento e distribuição das culturas. Instituto Agropolos e EMATERCE - apoio logístico da distribuição de sementes e mudas

13. Monitoramento

O monitoramento é realizado mediante acompanhamento de campo, fiscalização dos armazéns e registro de dados dos resultados alcançados utilizando o Sistema

HPNET. Através do acompanhamento das atividades são elaborados relatórios trimestrais evidenciando as ações realizadas pelos técnicos envolvidos nas atividades.

As etapas do monitoramento se dão pelas sementes a serem adquiridas pelo Estado onde são coletadas amostras representativas de cada lote e analisadas quanto à pureza e germinação, no Lasp da SDA; e em que os mesmos lotes atestados e aprovados são adquiridos e entregues pelos fornecedores nos armazéns regionais. No ato da entrega nos armazéns os lotes estão descritos no sistema informatizado HPNET da SDA que controla a entrada das sementes nos armazéns e a saída para os escritórios locais da EMATERCE; no sistema é possível acompanhar a quantidade de sementes adquiridas e entregues nos armazéns por cultura e a quantidade recebida por cada escritório da EMATERCE.

A distribuição das sementes é acompanhada através do sistema informatizado HPNET da SDA alimentado pelos técnicos da EMATERCE, gerando relatórios por município e/ou cultura; quanto as mudas o procedimento é semelhante. No caso da palma Forrageira existe uma estreita parceria com a ADAGRI no sentido de se verificar a sanidade das raquetes principalmente quanto a praga da cochonilha do carmim e branca. No caso dos viveiros de mudas de cajueiro, essências florestais e manivas, os viveiros e campos além de obrigatoriamente serem registrados na SFA/MAPA recebem também o acompanhamento de técnicos da SDA e Ematerce para verificar a qualidade dos materiais a serem adquiridos.

13.1 Dados Utilizados

- Boletim de Análise de Sementes realizado pelo Laboratório de Análise de Sementes de Produção – LASP pertencente à SDA. Todas as sementes antes de serem adquiridas pelo Estado são analisadas para teste de qualidade (pureza e germinação);
- Relatórios gerados pelo sistema informatizado HPNET da SDA durante o processo de distribuição e monitorado, alimentado pelos extensionistas da Ematerce por ocasião da distribuição das sementes e mudas aos agricultores familiares beneficiários do projeto
- Acompanhamento dos campos de produção e viveiros de sementes e mudas.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

O cadastro dos beneficiários é preenchido através do banco de dados informatizado do Programa Hora de Plantar (HPNET) que é atualizado anualmente, nos quais serão identificados todos os beneficiários da Ater (Nome, CPF, NIS, Inscrição no PRONAF, renda do grupo familiar, município).

14. Pressupostos de Risco

Dificuldades na obtenção de documentos necessários para celebração dos contratos com empresas podem acarretar em demora na publicação dos contratos e como consequência o empenho dos recursos para pagamento e entrega das sementes; isto acontecendo, implicará no atraso na distribuição das sementes e mudas.

Além do risco supracitado, tem o da instabilidade climática a exemplo do que ocorreram nos anos de 2012 a 2015, que provocou perdas consideráveis aos agricultores (as) familiares beneficiários do Projeto.

15. Orçamento - 2016

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA		
1. DESPESAS CORRENTES		
1.1. Material de Consumo Elemento de Despesa (339030)	8.113.008,00	8.113.008,00
1.2. Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Elemento de Despesa (335039)	900.000,00	900.000,00
1.3. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Elemento de Despesa (339039)	100.000,00	100.000,00
TOTAL	9.113.008,00	9.113.008,00

O presente projeto foi apresentado na 2ª Reunião Ordinária do CCPIS sendo aprovado o valor de R\$ 17.200.000,00 com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, sendo reapresentado uma redução de R\$ 8.000.000,00 na 10ª Reunião Extraordinária do CCPIS sendo aprovado o valor de R\$ 9.200.000,00, com recursos do FECOP.

A reapresentação deste projeto se justifica, tendo em vista a solicitação de redução de R\$ 86.992,00, ficando assim o valor da referida Fonte em R\$ 9.113.008,00.

Diante do exposto as metas para o ano de 2016 foram alteradas, tendo em vista a proposta realizada pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA. A motivação desta redução se dar devido a finalização da contratação das empresas fornecedoras de sementes e mudas, em que o período de recebimento dos produtos se dará no início de 2017. Salientamos que os valores reduzidos serão remanejados para 2017 para execução física e financeira do projeto.

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Mar	Nov.	Total
Material de Consumo (339030)	265.000,00	7.848.008,00	8.113.008,00
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (335039)	900.000,00		900.000,00
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (339039)	100.000,00		100.000,00
Total	1.265.000,00	7.848.008,00	9.113.008,00

17. Distribuição de Recursos por Município

N° de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Pessoas Beneficiadas
1	01 – CARIRI	Abaiara	42.581,50	378
2		Altaneira	23.893,00	80
3		Antonina do Norte	12.493,00	139
4		Araripe	97.365,00	825
5		Assaré	83.425,50	366
6		Aurora	46.508,00	208
7		Barbalha	81.441,00	244
8		Barro	50.556,00	133
9		Brejo Santo	91.912,00	184
10		Campos Sales	77.640,50	108
11		Caririaçu	47.024,50	322
12		Crato	72.947,50	92
13		Farias Brito	69.164,00	248
14		Granjeiro	19.907,50	275
15		Jardim	70.394,00	327
16		Jati	37.875,50	372
17		Juazeiro do Norte	29.628,50	298
18		Lavras da Mangabeira	48.162,00	320
19		Mauriti	94.358,50	624
20		Milagres	126.391,00	590
21		Missão Velha	65.177,00	116
22		Nova Olinda	44.768,50	213
23		Penaforte	29.649,00	162
24		Porteiras	50.429,50	138
25		Potengi	28.408,50	452
26		Salitre	59.196,50	55
27		Santana do Cariri	77.240,50	481

28		Tarrafas	16.499,00	189
29		Várzea Alegre	64.011,00	139
30		Acopiara	74.712,50	1655
31		Baixio	26.338,50	1028
32		Cariús	30.260,50	119
33		Catarina	49.474,50	456
34		Cedro	47.947,50	481
35		Icó	78.890,00	659
36		Iguatu	145.004,00	550
37		Ipauimirim	24.394,00	228
38		Jucás	47.510,50	596
39		Orós	47.042,50	388
40		Quixeló	70.393,50	412
41		Saboeiro	44.123,50	322
42		Umari	19.186,50	277
43		Aquiraz	17.643,50	327
44		Cascavel	29.191,00	233
45		Caucaia	44.251,00	550
46		Chorozinho	45.539,50	32
47		Guaiuba	29.932,00	184
48		Horizonte	46.442,50	630
49		Itaitinga	5.247,00	237
50		Maracanáu	3.643,50	778
51		Maranguape	145.388,00	139
52		Pacajus	119.743,50	317
53		Pacatuba	13.014,50	110
54		Paracuru	19.815,50	218
55		Paraipaba	50.386,00	539
56		Pindoretama	21.187,50	139

02 - CENTRO SUL

03 - GRANDE FORTALEZA

85			Miraima	16.610,50	228
86			Pentecoste	66.881,50	233
87			Tejuçoca	42.631,00	590
88			Tururu	26.477,50	139
89			Umirim	31.709,50	367
90			Uruburetama	13.933,00	308
91			Acarape	6.555,50	124
92			Aracoiaba	55.569,00	331
93			Aratuba	22.330,00	421
94			Barreira	30.850,50	573
95			Baturité	131.063,50	307
96			Capistrano	24.996,50	134
97			Guaramiranga	4.097,50	367
98			Itapiúna	30.480,00	511
99			Mulungu	17.174,00	390
100			Ocara	66.489,50	506
101			Pacoti	5.470,00	506
102			Palmácia	9.028,50	77
103			Redenção	19.813,50	1274
104			Carnaubal	14.524,00	124
105			Croatá	27.468,00	45
106			Guaraciaba do Norte	27.866,00	275
107			Ibiapina	23.859,00	1335
108			Ipú	78.769,50	134
109			São Benedito	9.556,00	570
110			Tianguá	108.882,50	445
111			Ubajara	33.291,50	139
112			Viçosa do Ceará	5.588,00	701
113			Banabuiú	102.558,50	1265

07 - MACIÇO DO
BATURITÉ

08 - SERRA DA
IBIAPABA

09 - SERTÃO

114	CENTRAL	Choró	30.368,00	258
115		Deputado Irapuan Pinheiro	15.840,50	275
116		Ibaretama	25.333,00	92
117		Ibicutinga	36.701,50	174
118		Milhã	30.953,00	228
119		Mombaça	128.012,50	293
120		Pedra Branca	93.960,00	306
121		Piquet Carneiro	41.695,00	327
122		Quixadá	179.365,50	535
123		Quixeramobim	233.255,00	288
124		Senador Pompeu	30.509,50	321
125		Solonópole	78.564,50	161
126		Boa Viagem	84.603,50	99
127		Canindé	93.044,50	151
128		Caridade	30.873,00	184
129		Itatira	72.316,00	389
130		Madalena	64.392,50	153
131		Paramoti	42.325,50	114
132		Alcântaras	19.469,50	184
133		Cariré	30.939,50	917
134		Coreaú	20.488,00	451
135		Forquilha	9.728,00	724
136		Frecheirinha	13.624,00	260
137		Graça	10.303,50	372
138		Groaíras	18.268,50	129
139	Massapé	26.900,00	70	
140	Meruoca	19.372,00	714	
141	Moraújo	7.994,50	298	

170		Iracema	30.479,00	4031
171		Jaguetama	36.995,00	367
172		Jaguaribara	16.044,00	1100
173		Jaguaribe	50.513,00	367
174		Limoeiro do Norte	111.490,00	183
175		Morada Nova	215.850,00	426
176		Palhano	73.757,00	252
177		Pereiro	29.748,00	367
178		Potiretama	22.524,00	109
179		Quixeré	69.211,00	223
180		Russas	90.886,00	139
181		São João do Jaguaribe	24.368,00	871
182		Tabuleiro do Norte	105.782,00	853
		TOTAL	9.113.008,00	70.939

18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria Gerência	/	Coordenadoria do Desenvolvimento da Agricultura Familiar – CODAF/SDA
Técnico		Conceição de Maria Pontes Moreira
E-mail		conceicao.pontes@sda.ce.gov.br
Fone		(85) 3101-8063/3101-8055/8875-4163/9666-9954

Marco Lógico MAAP 14 - Projeto Distribuição de Sementes

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	<p>Aumento na oferta de alimentos para os agricultores familiares e de seus rebanhos</p> <p>Recuperação de áreas desmatadas e degradadas do semiárido cearense e</p> <p>Recuperação de matas ciliares</p>	<p>Toneladas de alimentos (grãos, carne e produtos de origem animal)</p> <p>Toneladas de ração para rebanhos (sorgo, mamona e palma forrageira)</p> <p>% de redução das áreas desmatadas no Estado</p> <p>% de aumento das áreas com matas ciliares preservadas</p>	<p>Dados obtidos através do Sistema de Programas e Projetos da Ematerce (SPPWEB)</p> <p>HPNET</p> <p>IBGE</p>	<p>Instabilidades climáticas severas e consecutivas</p> <p>Descontinuidade na prestação de Ater aos Agricultores Familiares em decorrência da rotatividade dos Agentes Rurais.</p>
Resultados	<p>Incremento da área plantada e da produtividade das principais culturas exploradas pelos agricultores familiares</p> <p>Ampliação e diversificação das atividades agropecuárias desenvolvidas pelos agricultores beneficiados</p> <p>Redução na perda de safra pela utilização de sementes com alta qualidade genética e fisiológica</p>	<p>% de aumento da área plantada</p> <p>% de aumento de produção de grãos / há</p> <p>% de aumento na diversificação das atividades desenvolvidas</p> <p>% de redução na perda de safra</p>	<p>Dados obtidos através do Sistema de Programas e Projetos da Ematerce (SPPWEB)</p> <p>HPNET</p> <p>IBGE</p>	
Produtos	Sementes e Mudanças de Alta Qualidade Física e Fisiológica.	Quantidade de sementes e mudas distribuídas	<p>Dados obtidos através do Sistema de Programas e Projetos da Ematerce (SPPWEB)</p> <p>HPNET</p>	Disponibilidade inoportuna das políticas públicas

<p>Atividades</p>	<p>Seleção e contratação das empresas fornecedoras de sementes e mudas</p> <p>Coleta de amostras de sementes</p> <p>Solicitação dos atestados de garantias e testes de germinação das sementes e análise dos lotes</p> <p>Aquisição de sementes e mudas</p> <p>Transporte de sementes e mudas</p> <p>Controle das sementes entregues nos armazéns regionais</p>	<p>No de contratos realizados</p> <p>No de coletas analisadas</p> <p>No de atestados entregues</p> <p>Quantidade de sementes adquiridas</p> <p>Quantidade de sementes transportadas e armazenadas</p>	<p>Editais de Licitação</p> <p>Relatórios técnicos</p>	<p>Dificuldades na obtenção de documentos necessários para celebração dos contratos com empresas podem acarretar em demora na publicação dos contratos e como consequência o empenho dos recursos para pagamento e entrega das sementes</p>
<p>Insumos</p>	<p>Recursos financeiros</p> <p>Estrutura operacional (técnicos, veículos, máquinas agrícolas, equipamentos de informática, estrutura física dos Escritórios (Central, Regionais e Locais) e Centro de Treinamento).</p>	<p>% de recursos financeiro executado</p> <p>Inventário de bens e equipamentos</p>	<p>Sistema Webmapp</p>	



**Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário**

PROJETO: Garantia Safra no Ceará

MAPP 38

“SDA”

Maior / 2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA
Programa (PPA)	033 – Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional
Mapp (Nº e Denominação)	038 – Programa Garantia Safra
Período de Execução	Maior a Dezembro de 2016
Categoria	Estruturante – Ocupação e Renda (Inclusão Produtiva Rural)

1. Descrição do Projeto

O projeto Garantia Safra no Ceará disponibiliza os recursos necessários para a contrapartida do governo estadual na constituição do Fundo Garantia Safra, uma das ações do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), executado pelo Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF).

O Fundo foi constituído com o objetivo de envolver os agricultores familiares e os entes federativos, de forma solidária, através de contribuições financeiras que possibilitem o funcionamento e operacionalização do Programa. É constituído das contribuições dos próprios agricultores (taxa de adesão), dos municípios, dos estados e da união e administrado pela CAIXA desde 2003.

A Composição do Fundo foi definida no Artigo 6º, da Lei 10.420/2002, mas com alteração posterior ficou prevalecendo para a safra 2016:

I- a contribuição, por adesão, do agricultor familiar para o Fundo Garantia Safra será de 2 % do valor da previsão do benefício anual, que é fixada a cada ano pelo Comitê Gestor do Fundo;

II- a contribuição anual do Município será de 6 % do valor da previsão de benefícios anuais para o respectivo Município;

III- a contribuição anual do Estado, a ser adicionada às contribuições do agricultor e do Município, deverá ser da ordem de 12 % da previsão dos benefícios anuais, para o respectivo Estado;

IV- a União aportará anualmente, no mínimo, recursos equivalentes a 40% da previsão anual dos benefícios totais.

Os recursos do Fundo Garantia Safra são direcionados para atendimento dos agricultores familiares da área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que sofrerem perda de safra por seca ou excesso de chuvas. Os agricultores que aderirem ao Garantia Safra (GS) nos municípios os quais for detectadas perdas de pelo menos, 50% da produção de algodão, arroz, feijão, mandioca ou milho, receberão a indenização diretamente do Governo Federal.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O projeto Garantia Safra no Ceará apoia a política governamental de fortalecimento da agricultura familiar.

No Plano Plurianual - PPA 2016 / 2019, o projeto inscreve-se no **Eixo** de Governo “Ceará Acolhedor”; **Tema Estratégico** “Segurança Alimentar e Nutricional” e seu **Resultado Temático** “Acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente”, para isso utiliza-se o **Indicador de Resultado Temático** “Número de municípios com o SISAAN implementado” no âmbito do **Programa** de Governo 033 - Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. Atende neste Programa ao **Objetivo** 033.1 – Contribuir para a garantia da segurança alimentar e nutricional da população, priorizando os grupos com vulnerabilidade social, com o acesso a alimentos em qualidade e quantidade satisfatória; Tendo como **Iniciativa** 033.1.01– Viabilização das adesões de agricultores (as) familiares ao Garantia Safra.

3. Diagnóstico

O semiárido brasileiro é o maior do mundo em termos de extensão e de densidade demográfica. Com uma área de aproximadamente 980.000 km², abrange 80% do território da região Nordeste. O Estado do Ceará tem uma superfície de aproximadamente 147 mil km² dos quais 92% estão situados no semiárido, excluídas apenas as zonas litorâneas e as serras úmidas, que compreendem cerca de 8,0% da área total. Nesta área geográfica, segundo o último Censo Agropecuário realizado em 2006, existem mais de 341 mil estabelecimentos e destes 90% são da agricultura familiar. Este setor é responsável pelo emprego de 85% da mão de obra no campo e por 62% da renda bruta do setor agropecuário no Estado. Ou seja, para os municípios do interior do Estado a agricultura desempenha papel fundamental na ocupação da mão-de-obra.

Agricultura Familiar (Critério da Lei 11.326) – CE

Item	TOTAL	Agricultura Familiar (%)
• Estabelecimentos	341.510	90%
• Área dos Estabelecimentos (ha)	3.492.848	44%
• Pessoal ocupado (pessoas)	969.001	85%
• Com 14 anos ou mais de idade	896.238	84%
• Valor bruto da produção (R\$ milhões)	2.399	62%

Fonte: Censo IBGE 2006

Considerando os dados de domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio do Censo Agropecuário de 2006, no Estado do Ceará tínhamos então 348.922 domicílios rurais com até 1,5 salários mínimos, que se aproxima do número dos estabelecimentos de agricultura familiar que é de 341.510 conforme os critérios da Lei 11.326.

A título de ilustração, analisamos os dados do município de Tarrafas. A sua população urbana representa 29,4% da população total e a rural corresponde a

70,55%, ou seja, o município é eminentemente rural. Tarrafas apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,57 ocupando a 177 posição no Ranking do Estado do Ceará. Mesmo com 70,55% da população no meio rural, o setor da agropecuária corresponde a 12,54% do Produto Interno Bruto. O PIB per capita corresponde a R\$ 2.997,00 bem abaixo da média do Estado que em 2010 era de R\$ 7.687,00. A população em situação de extrema pobreza (com rendimento domiciliar per capita mensal de até R\$ 70,00) em 2010 correspondia a 35,33% da população do município. Com base nestas informações é possível avaliar quanto a estiagem observada nos anos 2012 e 2013 representa para a economia do município e as condições de vida de sua população.

Neste cenário comum a grande parte dos municípios cearenses, a agricultura familiar assume fundamental importância para a produção de alimentos do Estado. Entre os principais produtos da produção familiar no Ceará está o feijão que corresponde a 91% da produção total do Estado, o milho com 89%, o arroz com 88% e suínos com 81%.

Na pesquisa realizada pela Agência de Cooperação Alemã (GTZ) para o MDA sobre o Garantia Safra, em 07 (sete) safras implantadas, foi constatado que os agricultores cultivam principalmente milho (97%), feijão (98%) e mandioca (9%). A agricultura familiar no Estado do Ceará tem na junção da atividade agrícola e pecuária a sua base de sustentação destacando algumas vocações regionais tais como a criação de bovinos no Sertão Central e Jaguaribe e a criação de pequenos animais (caprinos e ovinos) no Sertão dos Inhamuns/Crateús e Sertões de Canindé.

Quadro da Seca no Estado 2012 e 2013 - Breve histórico

No ano de 2012 a quadra de chuva no Estado do Ceará registrou o menor índice de precipitação dos últimos 25 anos, configurando um quadro de seca com elevado percentual de perda da safra nos municípios cearenses.

O Governo do Estado do Ceará decretou situação de emergência por estiagem para todos os 176 municípios cearenses aderidos ao Garantia Safra. Os dados do sistema de acompanhamento / monitoramento da produção agrícola da EMATERCE – Sitprod2012 – posição de 30 de julho de 2012, para todos os municípios do Ceará, apresentavam perda de safra com índice acima de 60%.

4. Justificativa

As frustrações de safra, por conta de episódios de seca ou excesso hídrico, costumam ser significativas no Estado do Ceará e, por conseguinte, desestimulantes para os agricultores que temem correr esses riscos e ponderam sobre a conveniência de fazer ou não seus plantios de sequeiro. Em caso de decisão positiva, surgem novos receios relacionados ao aumento ou redução da área a ser plantada e à localização do plantio em terras altas ou baixas, conforme a previsão de chuvas abundantes ou escassas. Essas dúvidas são reduzidas diante da perspectiva de poderem contar com um mecanismo que lhes garanta uma renda mínima, em caso de malogro parcial ou total de suas colheitas.

Depoimentos de prefeitos, técnicos e agricultores atribuem ao Garantia Safra, a

condição de ser um dos vetores do conjunto de forças, que atuam positivamente na definição de safras abundantes de grãos no Estado do Ceará. Essas mesmas fontes também creditam ao Garantia Safra parcela importante de participação na tranquilidade social no meio rural em anos de estiagem, como por exemplo, em 2012 e 2013, que mesmo tendo sido anos de severa frustração de safra na quase totalidade dos municípios, não houve registro de saques a caminhões e armazéns com gêneros alimentícios, eventos habituais em épocas anteriores à sua existência. Por fim, o Garantia Safra já se constitui em um instrumento de convivência com o semiárido firmado no imaginário do agricultor, com tendência de consolidar-se definitivamente como indispensável para a sustentação e manutenção do homem no campo.

Em termos de retorno, no aporte de renda aos agricultores, em caso de pagamento dos benefícios por ocorrência de estiagem ou enchente, entra no município cerca de 20 vezes mais recursos do que o valor despendido (agricultor mais município), para formação do Fundo. Esta mesma lógica vale para o Estado, que terá um retorno 10 vezes maior do que o valor aportado.

O bom desempenho do Fundo, pagando o benefício a milhares de agricultores, tem ensejado um maior número de adesões a cada safra, resultando conseqüentemente no melhor aproveitamento das vagas disponibilizadas para o Estado.

5. Histórico

O Estado do Ceará aderiu ao Garantia Safra desde 2003, passando a contar com recursos da fonte do Fundo de Combate a Pobreza (FECOP) para esta finalidade a partir de 2005. Para a safra 2015/2016 a projeção do Fundo Garantia Safra é que seja completada uma correção de 100% no percentual de cada contribuinte do Fundo atingindo 2%, 6%, 12% e 40% do valor do benefício a ser pago por cada ente – agricultor, município, estado e União.

Nesta safra, 2015/2016 em caso de estiagem ou enchente, está garantida uma renda mínima para sustento de 350.000 agricultores, ou seja, cerca de 1.442.000 pessoas no meio rural, considerando-se um número médio de 4,12 pessoas por agricultor beneficiado. Em caso de estiagem ou enchente, se vierem a perder 50% ou mais de suas safras, agricultores familiares inscritos receberão benefício de R\$ 850,00 (setecentos e sessenta reais) dividido em 5 parcelas iguais, mensais e consecutivas de R\$ 170,00 (cento e setenta reais).

Período	Valor FECOP (R\$)	Valor (Outras fontes) * (R\$)	Valor Total Aplicado (R\$)	Nº de Beneficiários
2007-2010	34.173.153,00	72.090.600,00	106.263.753,00	290.105
2011-2014	63.140.038,50	252.580.997,42	315.721.035,92	334.119
2015	28.587.132,00	114.358.137,12	142.945.269,12	320.304

(*) União – Ministério do Desenvolvimento Agrário / Municípios / Agricultores

6. Público Alvo

Produtores rurais que aderirem ao Fundo Garantia Safra

6.1. Critérios adotados pelo Fundo para a seleção dos beneficiários

- Ser agricultor familiar nos moldes do PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar);
- Ter renda familiar mensal de até 1,5 (um e meio) salários mínimos (não conta aposentadoria rural);
- Cultivar áreas não irrigadas;
- Cultivar área entre 0,6 e 5,0 hectares de arroz, algodão, feijão, mandioca e milho;
- Efetuar a adesão ao Garantia Safra antes da época de plantio estabelecida para o Estado.

6.2 . Documentos Comprobatórios de Situação de Pobreza

- Número do NIS
- Documentos pessoais
- Documento de Aptidão à Agricultura familiar – DAP

7. Objetivos

7.1 Geral

Garantir renda mínima para a sobrevivência de agricultores que aderirem ao Garantia Safra.

7.2 Específicos

- Assegurar renda mínima aos agricultores de base familiar na ocorrência de perda por estiagem iguais ou superiores a 50%;
- Reduzir os riscos da exploração da agricultura de sequeiro; e
- Reduzir as práticas assistencialistas no trato da população rural nas ocorrências de seca.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

8.1. Atividades Realizadas em Anos Anteriores

A implementação do Garantia Safra ocorreu através das etapas a seguir:

Capacitação de atores locais - Responsável: SDA

A capacitação foi feita pelos técnicos do Núcleo do Garantia Safra da SDA e consultor do MDA. A capacitação visa informar as mudanças regulamentares ocorridas de uma safra para outra, como também reforçar a importância da observância dos critérios de participação dos agricultores no Garantia Safra. A capacitação ocorreu antes das inscrições. A capacitação ocorreu através de reuniões regionais e tem como público alvo técnicos da EMATERCE, das Prefeituras Municipais (Secretários de Agricultura Municipal) e representantes de movimentos

sociais, com destaque para os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Inscrição dos beneficiários - Responsável: SDA

Foram realizadas as inscrições dos beneficiários nos escritórios locais da EMATERCE, Secretaria de Agricultura do município, comissão municipal e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS).

Seleção dos beneficiários - Responsável: MDA

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) selecionou os agricultores com base nas inscrições efetuadas e nas cotas oferecidas.

Homologação dos beneficiários selecionados - Responsável: CMDS

Após a realização da seleção, o sistema do MDA disponibilizou eletronicamente a listagem dos beneficiários para que o CMDS realizasse a homologação dos agricultores selecionados, utilizando os critérios estabelecidos de participação dos agricultores no Garantia Safra. Nesta fase, agricultores fora do perfil são excluídos com registro dos motivos da decisão.

Adesão - Responsável: Agricultores

O agricultor garante sua adesão quando realiza o pagamento do boleto bancário referente à sua contribuição em uma casa lotérica ou agência da Caixa Econômica.

Pagamento - Responsável: CAIXA

O seguro foi pago pelo Fundo Garantia Safra caso haja seca ou enchente, e os agricultores percam 50% ou mais de suas plantações de arroz, algodão, feijão, milho e mandioca ou consórcio entre as culturas, segundo os parâmetros de avaliação de perdas. As folhas de pagamento foram disponibilizadas eletronicamente para a Coordenação Estadual do Garantia Safra na SDA, que se encarregou do envio para os municípios, com vistas à divulgação aos agricultores. O pagamento dos benefícios foi realizado nas casas lotéricas e agências da Caixa Econômica Federal.

8.2 Atividades a Serem Realizadas no Ano

Por ser um projeto de continuidade as mesmas atividades que aconteceram nos anos anteriores são repetidas no presente ano.

8.3. Atividades Previstas para Anos Posteriores

Por ser um projeto de continuidade as mesmas atividades que aconteceram nos anos anteriores e no presente ano serão repetidas nos anos posteriores.

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Produtor Aderido	249.848	Relatório de Arrecadação Caixa Econômica Federal

10. Metas

- Realizar a inscrição de 249.848 agricultores familiares

11. Resultados Esperados

- Produtores dispondo de renda mínima para sua sobrevivência em situação de seca ou excesso hídrico

12. Integração de Ações

As ações do projeto podem ser potencializadas mediante a integração com outras ações desenvolvidas de apoio à agricultura familiar por meio de programas tais como Hora de Plantar (distribuição de sementes) e outros que promovam o acesso à assistência técnica e ao crédito rural.

13. Monitoramento

O monitoramento ocorre através do registro de frequência dos técnicos nos treinamentos (listas de presença), contatos telefônicos e visitas periódicas aos municípios para verificar o andamento das etapas de execução do projeto. O número de agricultores aderidos é monitorado através de relatório público disponibilizado no site do MDA, sendo permitida a sua consulta por ano safra.

13.1. Coleta de Dados

Os dados são coletados através de relatórios fornecidos no site (Portal) do MDA, onde é registrada a relação de inscritos, selecionados, homologados, com boletos emitidos e aderidos ao Garantia Safra, além de visitas periódicas feitas pelos técnicos do Núcleo do Garantia Safra, quase sempre com acompanhamento do Consultor do MDA.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

Para acompanhamento e consulta no site www.mda.gov.br – aba Garantia Safra - Relatórios Públicos para o acesso a todos os relatórios. Neste acesso estão disponíveis todos os dados desde a safra 2007/2008 até a safra 2015/2016, em andamento. Pode ser consultado por município e consta o nome e o CPF do 1º titular e do 2º titular.

14. Pressupostos de Risco

Uma das partes integrantes, Prefeitura, Estado ou União, não realizar os aportes financeiros. Também é um risco a frequente rotatividade de representantes das Secretarias Municipais de Agricultura e dos CMDS por descontinuidade de procedimentos.

15. Orçamento - 2016

(R\$ 1,00)

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$) (*)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1. Transferência para o Fundo Garantia Safra (339093)	25.482.048,00	101.928.192,00	127.410.240,00
TOTAL	25.482.048,00	101.928.192,00	127.410.240,00

(*) União – Ministério do Desenvolvimento Agrário / Municípios / Agricultores

Justificativa: A reapresentação deste projeto se justifica, tendo em vista a solicitação de ampliação no valor de R\$ 7.753.565,76, fato este ocorrido após a realização da 4ª Reunião Ordinária, do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPIS, ocorrida em 25/05/2016. Esta ampliação é necessária para que a SDA honre com o pagamento da folha dos agricultores beneficiados. Diante deste acréscimo de valor as metas foram alteradas.

16. Cronograma de Desembolso - Fonte FECOP

Item de Despesa	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Total
1.1. Transferência para o Fundo Garantia Safra (339093) – Fonte FECOP	8.864.241,12	16.617.806,88				25.482.048,00
1.2. Transferência para o Fundo Garantia Safra (339093) – Governo Federal – Aplicação Direta	16.988.032,00	16.988.032,00	16.988.032,00	16.988.032,00	16.988.032,00	84.940.160,00
1.3. Transferência para o Fundo Garantia Safra (339093) – Governo Municipal – Aplicação Direta	2.548.204,80	2.548.204,80	2.548.204,80	2.548.204,80	2.548.204,80	12.741.024,00
1.4. Transferência para o Fundo	4.247.008,00					4.247.008,00

Garantia Safra (339093) Órgãos Privados Aplicação Direta	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	32.647.485,92	36.154.043,68	19.536.236,80	19.536.236,80	19.536.236,80	19.536.236,80	127.410.240,00	

(*) União – Ministério do Desenvolvimento Agrário / Municípios / Agricultores

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2016

MICRORREGIÃO 2016-2019					
01 - CARIRI	MUNICÍPIOS	Valor do FECOP	Outras Fontes	Adesões	Pessoas Beneficiadas
	Abaiara	62.200,00	244.800,00	600	2.472
	Altaneira	47.940,00	191.760,00	470	1.936
	Antonina do Norte	47.430,00	189.720,00	465	1.916
	Araripe	99.756,00	399.024,00	978	4.029
	Assaré	164.628,00	658.512,00	1.614	6.650
	Aurora	192.678,00	770.712,00	1.889	7.783
	Barbalha	41.310,00	165.240,00	405	1.669
	Barro	94.554,00	378.216,00	927	3.819
	Brejo Santo	147.798,00	591.192,00	1.449	5.960
	Campos Sales	148.512,00	594.048,00	1.456	5.999
	Carriáçu	75.990,00	303.960,00	745	3.069
	Crato	136.680,00	546.720,00	1.340	5.521
	Farias Brito	142.188,00	568.752,00	1.394	5.743
	Grangeiro	36.618,00	146.472,00	359	1.479
	Jardim	94.860,00	379.440,00	930	3.832
	Jati	45.798,00	183.192,00	449	1.850
	Juazeiro do Norte	49.980,00	199.920,00	490	2.019
	Lavras da Mangabeira	243.780,00	975.120,00	2.390	9.847
	Mauriti	387.906,00	1.551.624,00	3.803	15.668
	Milagres	112.506,00	450.024,00	1.103	4.544
	Missão Velha	180.540,00	722.160,00	1.770	7.292
	Nova Olinda	57.528,00	230.112,00	564	2.324
	Penaforte	56.712,00	226.848,00	556	2.291
	Porteiras	102.408,00	409.632,00	1.004	4.136
	Potengi	74.766,00	299.064,00	733	3.020
	Salitre	264.996,00	1.058.984,00	2.598	10.704

Santana do Cariri	100.164,00	400.656,00	982	4.046
Tarrafas	122.094,00	488.376,00	1.197	4.932
Várzea Alegre	206.040,00	824.160,00	2.020	8.322
TOTAL	3.538.360,00	14.148.440,00	34.680	142.872
Acopiara	421.566,00	1.686.264,00	4.133	17.028
Baixio	59.670,00	238.680,00	585	2.410
Cariús	230.214,00	920.856,00	2.257	9.299
Catarina	79.968,00	319.872,00	784	3.230
Cedro	183.090,00	732.360,00	1.795	7.395
Icó	536.622,00	2.146.488,00	5.261	21.675
Iguatu	245.616,00	982.464,00	2.408	9.921
Ipauimirim	59.976,00	239.904,00	588	2.423
Jucás	128.316,00	513.264,00	1.258	5.183
Orós	93.840,00	375.360,00	920	3.790
Quixelô	175.236,00	700.944,00	1.718	7.078
Saboeiro	98.430,00	393.720,00	965	3.976
Umari	44.778,00	179.112,00	439	1.809
TOTAL	2.357.322,00	9.429.288,00	23.111	95.217
Aquiraz	10.710,00	42.840,00	105	433
Cascavel	110.466,00	441.864,00	1.083	4.462
Caucaia	224.604,00	898.416,00	2.202	9.072
Chorozinho	45.084,00	180.336,00	442	1.821
Guaiúba	80.070,00	320.280,00	785	3.234
Horizonte	18.768,00	75.072,00	184	746
Itaitinga	17.646,00	70.584,00	173	713
Maracanaú	16.524,00	66.096,00	162	667
Maranguape	301.002,00	1.204.008,00	2.951	12.158
Pacajus	47.328,00	189.312,00	464	1.912
Pacatuba	19.686,00	78.744,00	193	795
02 - CENTRO SUL				
03 - GRANDE FORTALEZA				

	Paracuru	57.324,00	229.296,00	562	2.315
	Paraipaba	25.704,00	102.816,00	252	1.038
	Pindoretama	11.322,00	45.288,00	111	457
	São Gonçalo do Amarante	69.666,00	278.664,00	683	2.814
	São Luis do Curu	56.712,00	226.848,00	556	2.291
	Trairi	165.648,00	662.592,00	1.624	6.691
	TOTAL	1.278.264,00	5.113.056,00	12.532	51.619
04 - LITORAL LESTE	Aracati	196.452,00	785.808,00	1.926	7.935
	Beberibe	136.680,00	546.720,00	1.340	5.521
	Fortim	58.650,00	234.600,00	575	2.369
	Icapuí	63.138,00	252.552,00	619	2.550
	Itaiçaba	46.206,00	184.824,00	453	1.866
	Jaguaruana	113.016,00	452.064,00	1.108	4.565
	TOTAL	614.142,00	2.456.568,00	6.021	24.806
	Acaraú	105.876,00	423.504,00	1.038	4.277
	Barroquinha	29.274,00	117.096,00	287	1.182
	Bela Cruz	26.826,00	107.304,00	263	1.084
05 - LITORAL NORTE	Camocim	48.348,00	193.392,00	474	1.953
	Chaval	20.094,00	80.376,00	197	812
	Cruz	27.438,00	109.752,00	269	1.108
	Granja	114.240,00	456.960,00	1.120	4.614
	Itarema	64.566,00	258.264,00	633	2.608
	Marco	51.408,00	205.632,00	504	2.076
	Martinópolis	29.580,00	118.320,00	290	1.195
	Morrinhos	133.824,00	535.296,00	1.312	5.405
	Uruoca	77.418,00	309.672,00	759	3.127
	TOTAL	728.892,00	2.915.568,00	7.146	29.441
06 - LITORAL	Amontada	212.466,00	849.864,00	2.083	8.582

OESTE/VALE DO CURU	Apuiarés	138.312,00		553.248,00	1.356	5.587
	General Sampaio	47.022,00		188.088,00	461	1.899
	Irauçuba	149.430,00		597.720,00	1.465	6.036
	Itapajé	148.104,00		592.416,00	1.452	5.982
	Itapipoca	337.926,00		1.351.704,00	3.313	13.650
	Miraima	79.560,00		318.240,00	780	3.214
	Pentecoste	158.304,00		633.216,00	1.552	6.394
	Tejuçuoca	148.002,00		592.008,00	1.451	5.978
	Tururu	78.030,00		312.120,00	765	3.152
	Umirim	129.948,00		519.792,00	1.274	5.249
	Uruburetama	29.580,00		118.320,00	290	1.195
	TOTAL	1.656.684,00		6.626.736,00	16.242	66.918
	Acarape	36.210,00		144.840,00	355	1.380
	Aracoiaba	137.598,00		550.392,00	1.349	5.558
	Aratuba	83.946,00		335.784,00	823	3.391
	Barreira	26.724,00		106.896,00	262	1.079
	Baturité	209.304,00		837.216,00	2.052	8.454
Capistrano	223.380,00		893.520,00	2.190	9.023	
Itapiúna	182.274,00		429.096,00	1.787	7.362	
Mulungu	68.442,00		273.768,00	671	2.765	
Ocara	185.028,00		740.112,00	1.814	7.474	
Pacoti	15.912,00		186.048,00	156	643	
Palmeira	36.822,00		147.288,00	361	1.487	
Redenção	104.346,00		417.384,00	1.023	4.215	
TOTAL	1.309.986,00		5.062.344,00	12.843	52.831	
07 - MACIÇO DO BATURITÉ	São Benedito	211.282,00		945.128,00	2.091	8.795
	Tianguá	604.904,00		939.784,00	3.323	9.451
	Ubajara	257.732,00		730.928,00	1566	8.532
	Viçosa do Ceará	384.478,00		3.217.744,00	7.318	32.130
08 - SERRA DA IBIAPABA						

	TOTAL	1.458.396,00	5.833.584,00	14.298	58.908
09 - SERTÃO CENTRAL	Dep. Irapuan Pinheiro	89.964,00	359.856,00	882	3.634
	Ibaretama	195.840,00	783.360,00	1.920	7.910
	Ibicuitinga	101.694,00	406.776,00	997	4.108
	Milhã	149.532,00	598.128,00	1.466	6.040
	Mombaça	470.322,00	1.881.288,00	4.611	18.997
	Pedra Branca	370.974,00	1.483.896,00	3.637	14.984
	Piquet Carneiro	178.296,00	713.184,00	1.748	7.202
	Quixadá	319.566,00	1.278.264,00	3.133	12.908
	Quixeramobim	483.888,00	1.935.552,00	4.744	19.545
	Senador Pompeu	224.196,00	896.784,00	2.198	9.056
	Solonópolis	139.536,00	558.144,00	1.368	5.636
	TOTAL	2.723.808,00	10.895.232,00	26.704	110.020
	10 - SERTÃO DE CANINDE	Boa Viagem	588.642,00	2.354.568,00	5.771
Canindé		594.660,00	2.378.640,00	5.830	24.020
Caridade		250.206,00	1.000.824,00	2.453	10.106
Itatira		218.484,00	873.936,00	2.142	8.825
Madalena		210.018,00	840.072,00	2.059	8.483
Paramoti		133.722,00	534.888,00	1.311	5.401
TOTAL		1.995.732,00	7.982.928,00	19.566	80.612
11 - SERTÕES DE SOBRAL		Alcântaras	30.192,00	120.768,00	296
	Cariré	118.524,00	474.096,00	1.162	4.787
	Coreaú	112.200,00	448.800,00	1.100	4.532
	Forquilha	66.504,00	266.016,00	652	2.686
	Frecherinha	63.750,00	255.000,00	625	2.575
	Graça	88.638,00	354.552,00	869	3.580
	Groaíras	52.836,00	211.344,00	518	2.135
Massapé	107.916,00	431.664,00	1.058	4.356	

Meruoca	27.234,00	108.936,00	267	1.101
Moraújo	64.872,00	259.488,00	636	2.620
Mucambo	75.174,00	300.696,00	737	3.036
Pacujá	31.824,00	127.296,00	312	1.287
Pires Ferreira	87.720,00	350.880,00	860	3.543
Reriutaba	119.340,00	477.360,00	1.170	4.820
Santana do Acaraú	297.024,00	1.188.096,00	2.912	11.997
Senador Sá	34.170,00	136.680,00	335	1.382
Sobral	255.204,00	1.020.816,00	2.502	10.308
Varjota	42.738,00	170.952,00	419	1.727
TOTAL	1.675.860,00	6.703.440,00	16.430	67.692
Atarendá	88.944,00	355.776,00	872	3.593
Catunda	65.382,00	261.528,00	641	2.641
Crateús	404.940,00	1.619.760,00	3.970	16.356
Hidrolândia	150.858,00	603.432,00	1.479	6.093
Independência	271.116,00	1.084.464,00	2.658	10.951
Ipaporanga	82.416,00	329.664,00	808	3.329
Ipueiras	282.948,00	1.131.792,00	2.774	11.429
Monsenhor Tabosa	186.660,00	746.640,00	1.830	7.540
Nova Russas	111.792,00	447.168,00	1.096	4.516
Novo Oriente	352.104,00	1.408.416,00	3.452	14.222
Poranga	77.826,00	311.304,00	763	3.144
Santa Quitéria	304.062,00	1.216.248,00	2.981	12.282
Tamboril	173.094,00	692.376,00	1.697	6.992
TOTAL	2.552.142,00	10.208.568,00	25.021	103.088
Aiuaba	165.138,00	660.552,00	1.619	6.670
Arneiroz	46.818,00	187.272,00	459	1.891
Parambú	264.180,00	1.056.720,00	2.590	10.671
12 - SERTÃO DOS CRATEÚS				
13 - SERTÃO DOS INHAMUNS				

	Quiterianópolis	255.306,00	1.021.224,00	2.503	10.312
	Tauá	459.918,00	1.839.672,00	4.509	18.577
	TOTAL	1.191.360,00	4.765.440,00	11.680	48.121
	Alto Santo	128.928,00	515.712,00	1.264	5.208
	Ererê	46.716,00	186.864,00	458	1.887
	Iracema	58.242,00	232.968,00	571	2.353
	Jaguaretama	161.670,00	646.680,00	1.585	6.530
	Jaguaribara	51.102,00	204.408,00	501	2.064
	Jaguaribe	310.396,00	1.243.584,00	3.060	12.660
	Limoeiro do Norte	168.606,00	674.424,00	1.653	6.810
	Morada Nova	536.020,00	2.324.680,00	5.272	21.773
	Palhano	61.506,00	246.024,00	603	2.484
	Pereiro	153.306,00	613.224,00	1.503	6.192
	Potiretama	101.490,00	405.960,00	995	4.099
	Quixerê	159.732,00	638.928,00	1.566	6.452
	Russas	215.016,00	860.064,00	2.108	8.685
	São João do Jaguaribe	71.400,00	285.600,00	700	2.884
	Tabuleiro do Norte	176.970,00	707.880,00	1.735	7.148
	TOTAL	2.401.100,00	9.787.000,00	23.574	97.229
	TOTAL GERAL	25.482.048,00	101.928.192,00	249.848	1.029.374

**14 - VALE DO
JAGUARIBE**

* O recurso disponibilizado para o projeto efetivou somente 249.848 adesões e para o número de pessoas beneficiadas foi utilizado o indicador do IBGE (4,12 pessoas por família/agricultor aderido).

18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria/Gerência	Coordenadoria de Crédito Rural e Políticas Afins – COCRED Jose Arimatea Gonçalves - arimatea.goncalves@sda.ce.gov.br
Técnico	Virgínio Enéas Barbosa do Carmo
E-mail	virginio.carmo@sda.ce.gov.br, vebc@globo.com
Fone	3101. 8123

Marco Lógico MAPP 38 – Projeto Garantia Safra

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Diminuição do êxodo rural em função de adversidades climáticas	% de agricultores que permanecem na zona rural em anos de seca	Censo do IBGE, CADUNICO	Inadimplência de ente federativo e a Rotatividade elevada dos atores municipais
Resultados	Produtores com renda mínima para sobrevivência em situação de seca ou excesso hídrico	% de produtores com renda mínima para sobrevivência	Base de dados CEF e MDA.	Inadimplência de ente federativo e a Rotatividade elevada dos atores municipais
Produtos	Seguro safra	% agricultores aderidos ao Garantia Safra	Relatório gerencial do número de aderidos por município	Inadimplência de ente federativo e a Rotatividade elevada dos atores municipais
Atividades	Inscrição dos beneficiários	Nº de inscrições no Garantia Safra	Relatório gerencial do número de inscritos por município	Inadimplência de ente federativo e a Rotatividade elevada dos atores municipais
Insumos	Recursos do FECOP Recursos de Outras Fontes	% de recursos financeiro executado	Sistema Webmapp	Valor aportado no MAPP não está disponível para a execução do projeto



**Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA
Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE**

**PROJETO: Desenvolvimento de Projetos Produtivos em Reassentamentos,
Comunidades Originárias e Tradicionais**

MAPPs 76-77-78-94

"SDA"

Setembro / 2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário / IDACE
Programa (PPA)	031 – Inclusão Econômica e Enfrentamento à Pobreza Rural
Mapp (Nº e Denominação)	76 - Desenvolvimento de Atividades em Reassentamentos de Populações Atingidas por Barragens, Obras e Transposições - Desaguar Para Vida 77 - Fortalecimento da Pesca Artesanal no Estado do Ceará - Programa Maré Cheia 78 - Yby Jurema 94 - Projeto Zumbi - Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Quilombolas no Estado do Ceará
Período de Execução (Em 2016)	Janeiro a Dezembro
Categoria	Estruturante – Ocupação e Renda – Inclusão Produtiva Rural

1. Descrição do Projeto

O projeto visa o desenvolvimento de atividades produtivas em Reassentamentos, Comunidades Originárias (Indígenas) e Tradicionais (Quilombolas e Pescadores Artesanais) do Estado do Ceará e o fortalecimento de suas associações e dos movimentos que as representa.

O processo de seleção ocorreu de forma articulada com as associações e suas representações no Estado do Ceará, MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), COPICE (Comissão dos Povos Indígenas do Ceará), CEQUIRCE (Comissão Estadual dos Quilombolas Rurais do Ceará) e MPP (Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Ceará), a partir de critérios pactuados e preestabelecidos.

O projeto pretende melhorar a qualidade de vida das famílias, através da implantação de projetos produtivos em atividades agrícolas e não agrícolas. É fundamentado no resgate da cultura e melhoria da autoestima de seus beneficiários, dando ênfase à sustentabilidade, e capacitando-os para inserção nas políticas públicas.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2016 – 2019 o projeto inscreve-se no âmbito do Programa 031 – Inclusão Econômica e Enfrentamento a Pobreza Rural; Objetivo 031.1 - Viabilizar o acesso à estrutura básica produtiva para desenvolvimento de negócios rurais e acesso aos mercados, gerando oportunidades de trabalho e renda, buscando a permanência das famílias no campo; Iniciativa 031.1.03 – Implantação de Projetos Produtivos em

Assentamentos e Reassentamentos Estaduais, Comunidades Tradicionais e Áreas Especiais. O projeto encontra-se no âmbito do Eixo Governamental 3. Ceará de Oportunidades, Tema Estratégico 3.01 - Agricultura Familiar e Agronegócio”; Resultado Temático - Economia rural fortalecida, sustentável, solidária e competitiva; Indicador - Valor Bruto da Produção da Agricultura.

Também vincula-se no âmbito do Tema Estratégico “Trabalho e Renda”, que tem como Resultado Temático - População com oportunidades de inserção produtiva, trabalho de qualidade e renda ampliadas; Indicador - Taxa de variação do rendimento médio do trabalhador rural.

3. Diagnóstico

“São aproximadamente 1,5 milhões de pessoas atingidas diretamente pela construção de barragens no Brasil, deste total cerca de 70% não tiveram direitos garantidos pelo empreendedor, seja barragens para geração de energia elétrica, abastecimento humano ou irrigação, empreendimentos do estado diretamente ou da iniciativa privada.” (Afirmação do Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB/2014).

A partir do relatório final da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, publicado em 2010, o Estado brasileiro reconheceu a violação dos direitos humanos em 74 barragens e elencou 7 delas para estudos de caso mais aprofundados, são elas: Açude Acauã, na Paraíba, região nordeste do país; UHE Aimorés e PCHs de Emboque e Fumaça, as três em Minas Gerais, região sudeste do país; UHE Cana Brava, em Goiás, região centro oeste do país; Foz do Chapecó na fronteira entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, na região sul do país; e Tucuruí, no Pará, região norte do Brasil. Os relatórios apontaram a recorrência contínua de violação de 16 direitos humanos em todos os empreendimentos de geração de energia hidrelétrica e abastecimento d’água no Brasil: 1. Direito à informação e à participação; 2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão; 3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida; 4. Direito à moradia adequada; 5. Direito à educação; 6. Direito a um ambiente saudável e à saúde; 7. Direito à melhoria contínua das condições de vida; 8. Direito à plena reparação das perdas; 9. Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados; 10. Direito de ir e vir; 11. Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais; 12. Direitos dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais; 13. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial; 14. Direito de acesso à justiça e à razoável duração do processo judicial; 15. Direito à reparação por perdas passadas; 16. Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária.

No Estado do Ceará, também existem várias contradições no tocante às barragens e transposições d’água entre bacias e regiões. Mesmo tendo capacidade de acumulação com 18,8 bilhões de metros cúbicos, as 149 represas monitoradas pela COGEHR não garantem o acesso à água as famílias na sua totalidade, muito menos a mitigação do impacto das obras sobre as suas territorialidades, amplificando a situação da maior parte da população, que é de agricultores familiares, causando a

potencialização da situação de pobreza. Isso, quando se trata de jovens, coloca em risco a reprodução social das populações atingidas.

Quanto aos povos indígenas, o Estado do Ceará tem origem fortemente vinculada aos seus povos originários. O próprio nome do Estado provém de "ciará" ou "siará", que significa "canto da jandaia", que na linguagem tupi é um tipo de papagaio.

Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), os povos indígenas cearenses dividem-se em 14 etnias, distribuídas heterogeneamente em 19 municípios, a saber: Gavião (Monsenhor Tabosa); Jenipapo-Kanindé (Aquiraz); Kalabaça (Crateús /Poranga); Kanindé (Aratuba/Canindé); Kariri (Crato); Pitaguary (Maracanaú/Pacatuba); Potiguara (Crateús/ Novo Oriente/ Monsenhor Tabosa/ Tamboril); Tabajara (Crateús/ Monsenhor Tabosa/ Poranga/ Quiterianópolis); Tapeba (Caucaia); Tapuia-Kariri (São Benedito); Tubiba-Tapuia (Monsenhor Tabosa); Tupinambá (Crateús); Tremembé (Acarau/Itapipoca/Itarema).

A história dos povos indígenas cearenses sempre foi marcada por um intenso processo de luta, resistência e afirmação étnica. Desde a década de 1980 assumiram a afirmação da identidade indígena como forma de resistência legítima pela afirmação de sua cultura, vida e identidade.

Das 22 terras indígenas existentes no Estado, apenas uma teve seu processo de regularização fundiária concluída conforme dispõe o Decreto nº 1775/96. As demais terras indígenas ainda aguardam a continuidade nos processos já iniciados ou a constituição de Grupos Técnicos para viabilizar a elaboração dos Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação das Terras Indígenas.

Atualmente, entre as atividades econômicas das comunidades indígenas, destacam-se principalmente a agricultura, a pesca, a caça, confecção de artesanato em palha, sementes e argila, coleta de crustáceos, coleta da palha da carnaúba e coleta de frutas de época.

Além dessas atividades, os indígenas têm sido gradativamente incorporados em políticas sociais específicas como saúde e educação atuando inclusive como professores indígenas, gestores escolares ou agentes de saúde, o que tem permitido a formação de novas lideranças e a capacitação indígena de forma democrática e participativa. Nas comunidades localizadas próximas aos centros urbanos, ocorre com muita frequência o emprego formal de indígenas em fábricas, indústria e comércio.

As comunidades quilombolas rurais são grupos étnicos predominantemente constituídos pela população negra no campo, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, a ancestralidade, as tradições e as práticas culturais próprias.

Com relação aos Quilombolas, existem atualmente no Brasil 1.948 comunidades quilombolas reconhecidas oficialmente e 1.834 certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), sendo 63% destas localizadas no Nordeste. Foram abertos 1.167 processos para titulação de terras no INCRA e 193 comunidades tituladas com área total de 988,6 mil hectares, beneficiando 11.991 famílias.

No Brasil a estimativa é que existam 214 mil famílias e aproximadamente 1,17 milhão de quilombolas com as seguintes características:

- 72 mil famílias quilombolas são cadastradas no CadÚnico;
- 56,2 mil famílias, 78% do total, são beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- 75,6 % das famílias quilombolas estão em situação de extrema pobreza;
- 92 % se autodeclararam pretos ou pardos;
- 23,5 % não sabem ler;
- As principais atividades produtivas são agricultura, extrativismo e pesca artesanal.

No Estado do Ceará, segundo o Perfil das Comunidades Quilombolas, foi constatada a existência de 96 (noventa e seis) comunidades quilombolas presentes em 10 (dez) territórios e em 32 (trinta e dois) municípios, já tendo cadastradas 51 (cinquenta e uma), que somam perto de 2.400 (duas mil e quatrocentos) famílias e alcançando uma população por volta de 10 (dez) mil pessoas.

Segundo este documento as atividades predominantes nestas comunidades são a agricultura e a pecuária, sobretudo a criação de caprinos e ovinos. Realiza-se em algumas delas o beneficiamento de castanha de caju, mandioca e frutas. No que se refere à renda obtida de produtos não agrícolas, o artesanato é preponderante, seguido das aposentadorias e confecções, existindo também pessoas denominadas do ramo das artes e ofícios, tais como pedreiro, carpinteiro, marceneiro, eletricista, pintor, encanador e ferreiro. Outras fontes de renda são obtidas com o comércio dentro das comunidades e no serviço público nas funções de merendeira e agente de saúde.

O Ceará, embora seja um dos menores Estados do Brasil em área, tem uma das maiores costas, com 578 km de extensão, onde pescadores e pescadores artesanais litorâneos tiram sustento do mar e vivem nas terras de área de marinha, realizando outras atividades produtivas e culturais que vem ao longo de muitas gerações.

Além da costa cearense, o Ceará, devido ao processo de açudagem para combater as estiagens, possui muitos açudes que somados aos rios, lagos e riachos, fazem parte das 11 bacias hidrográficas que compõe o Estado. Os pescadores de águas continentais tiram o sustento destas bacias além de praticarem outras atividades produtivas, como: pequenas produções agrícolas de subsistência e algumas atividades não agrícolas, conforme cultura e potencialidades locais.

Em função do quadro que caracteriza a atividade de pesca artesanal e do perfil do pescador e pescadora artesanal, é considerado que a referida atividade tem apresentado baixa produtividade, seja devido a escassez de recursos, seja pelo baixo nível tecnológico empregado, gerando em consequência baixa renda e falta de habilidade para o desenvolvimento de outras atividades.

Considerando ainda o grande contingente dedicado a essa atividade, faz-se necessário uma ação imediata do Governo do Estado com programas e projetos que contemplem ações como infraestrutura, crédito, treinamento e capacitação permanente visando apoiar a produção e comercialização dos produtos gerados, bem como apoiar a qualificação profissional e a instrumentalização das

comunidades de pesca artesanal de modo que se possa gerar novas oportunidades de emprego e melhoria da qualidade de vida, respeitando o modo de vida das famílias e as particularidades culturais e locais. Essas comunidades tradicionais são constantemente ameaçadas em seu modo de vida pela especulação imobiliária, turismo de massa e a energia eólica.

4. Justificativa

O estado brasileiro ainda possui políticas públicas pouco eficientes para as populações das comunidades tradicionais (pescadores artesanais, quilombolas), comunidades originárias (indígenas) e reassentamentos. O que se presencia é que as famílias dessas comunidades ficam a margem do “desenvolvimento do Estado”, mesmo sendo elas afetadas pelas obras de desenvolvimento.

Para as comunidades quilombolas, o Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário tem atuado na promoção do etnodesenvolvimento, através da ampliação dos direitos a terra, melhorando as condições de vida e fortalecendo a organização dessas comunidades, potencializando a capacidade de autonomia e de desenvolvimento sustentável econômico dessas populações.

No que tange ao acesso às políticas públicas de nível federal, os quilombolas são contemplados pelo Programa Brasil Quilombola – PBQ que atua em 4 eixos temáticos: Acesso a terra; Infraestrutura e Qualidade de Vida; Desenvolvimento Local e Inclusão Produtiva; Direito e Cidadania.

No Estado do Ceará, a partir de 2007, a Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, através da Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário – CODEA, iniciou ações de apoio as comunidades quilombolas distribuídas em diversos municípios do Estado do Ceará.

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE mostra o quadro de extrema pobreza no Ceará salientando que 1.502.924 pessoas tem rendimentos mensais que não ultrapassam a R\$ 70,00 por mês, com 36 % delas residindo na Zona Rural.

Dessa população, 73.540 pessoas declararam ser negras. No que pese o fato de que até presentemente não existam estudos específicos sobre os rendimentos da população das Comunidades Quilombolas, esses dados indicam que elas devem ser foco de programas e projetos de erradicação da miséria.

Atualmente, a luta destes povos tem se intensificado, tanto no que diz respeito ao resgate da história, cultura e identidade indígena, quanto na busca pela definição e demarcação de seus territórios de direito, visando a promoção do etnodesenvolvimento de suas comunidades.

Segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, alguns projetos de iniciativas comunitárias contemplam comunidades indígenas cearenses, incentivados pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE, bem como por organizações não governamentais que, em muito, tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas no Estado.

No caso dos atingidos por barragens o Estado Brasileiro nunca teve uma política pública para estas populações drasticamente atingidas. O que se presencia é que as famílias atingidas ficam a margem do “desenvolvimento do Estado”, mesmo sendo elas afetadas pelas obras de desenvolvimento. No Ceará, mesmo com larga história de construção de represas e transposições de águas, não se fez uma política que defina quem é o/a atingido/a, qual o direito, qual é o tratamento antes e depois das obras.

No Plano de Governo do Governador Camilo Santana, (Plano Estadual de Convivência com a Seca) traz indicativos de melhorar e ampliar para 8.7 milhões de Cearenses, que está dividido em 73% urbano e 27% rurais igual a 2.376,709 habitantes, onde grande parcela destas famílias ainda é abastecida por carros pipas, mas, contraditoriamente, as águas da Barragem do Castanhão chegam a Fortaleza, no CIPP- Complexo Industrial Porto do Pecém, enquanto que milhares de famílias nas proximidades das obras não têm o mesmo direito.

No Plano de Governo há previsão de “ações emergenciais e estruturantes” que devem trazer soluções para o Estado conviver com as “grandes secas ou estiagens”, mas, por outro lado, isso criará um grande contingente de famílias atingidas.

Desse modo, conforme se iniciam novos projetos de abastecimento d’água, barragens, transposições, adutora em regiões de perfil rural, ribeirão, vazanteiro, é apontada a necessidade de projetos de produção de alimentos saudáveis voltados à inserção social e a capacitação e qualificação da juventude e lideranças nas comunidades residentes nas áreas inseridas em novas dinâmicas de integração produtiva, para que se faça cumprir o projeto de desenvolvimento social que deve considerar, além da esfera pública governamental, também a realidade de vida da sociedade civil local.

Neste projeto, o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB torna-se parceiro do Governo no tocante ao identificar contradições históricas propondo projetos sociais, produtivos e de transição agroecológica.

O IPECE afirma que superar a pobreza passa pelo fortalecimento do Capital Humano, intimamente associado à utilização das potencialidades das comunidades, assim:

As ações para enfrentar as situações de pobreza e exclusão social devem eliminar os fatores estruturais geradores da pobreza, reduzindo a desigualdade de oportunidades, através da ampliação do capital humano dos mais pobres e de sua capacidade futura de geração autônoma de renda.

Sendo assim, este projeto baseia-se na constatação de que projetos produtivos podem ser desenvolvidos para a geração autônoma de renda tanto no que concerne à economia criativa quanto na agricultura familiar aproveitando as potencialidades das comunidades locais.

Nesse sentido, este projeto contribuirá na reconstituição de territórios (no caso dos atingidos por barragens) e no fortalecimento de territorialidades (nas comunidades originárias e tradicionais) fortalecendo vínculos familiares, valorizando a cultura

através das potencialidades e capacidades das famílias envolvidas, estimulando a produção local e gerando trabalho e renda no seio das comunidades. Busca-se, desse modo, garantir condições para a subsistência autônoma e autossustentável em suas terras, além de encontrar formas para a inserção livre e justa das comunidades no mercado para que estas possam ser fortalecidas economicamente e, em consequência disto, também politicamente.

A execução desse projeto é estímulo à cultura, organização e diversidade, contribuindo para o desenvolvimento e a ampliação das oportunidades de trabalho e renda das comunidades, gerando em consequência uma melhoria da qualidade de vida dos beneficiários.

Nesse contexto, as ações voltadas para o apoio às atividades produtivas dar-se-ão seguindo princípios de utilização racional dos recursos naturais, incentivando o uso de tecnologias apropriadas, viabilizando os meios para produção, beneficiamento, escoamento e comercialização, bem como apoiando às iniciativas associativistas das comunidades, objetivando o fortalecimento de suas instituições próprias.

Neste projeto justifica-se pelas razões expostas, as quais mostram que projetos produtivos podem ser desenvolvidos em destacadas perspectivas para a geração autônoma de renda, bem como de outras perspectivas, que mais tradicionalmente são enfocadas no sentido da inserção da agricultura familiar, nos segmentos da agricultura e da pecuária, como a que está sendo iniciada, a exemplo, para a inserção da produção de Comunidades Quilombolas em mercados institucionais. Os projetos produtivos voltados para as comunidades e reassentamentos têm um enfoque muito forte nos princípios da agroecologia, integrando, turismo comunitário, reflorestamento e produção em quintais produtivos, com criação ainda de pequenos animais, embasados na utilização da socioeconomia solidaria.

Em síntese, o presente projeto se propõe a executar projetos produtivos em 10 Comunidades de Pescadores Artesanais, 10 em Reassentamentos de atingidos por barragens e obras, 10 em Comunidades Indígenas e 10 em Comunidades Quilombolas, envolvendo jovens, homens, mulheres, bem como suas famílias, garantindo assim a soberania e segurança alimentar e ainda a valorização dos produtos da agricultura familiar camponesa.

Ressaltamos, também, a Gestão Participativa quando da execução do projeto, através das suas entidades associativas, o que vai permitir um controle social dos produtos da agricultura familiar camponesa, fortalecendo a agroecologia e a socioeconomia solidaria no Estado do Ceará.

5. Histórico

MAPP 76 - Desenvolvimento de Atividades em Reassentamentos de Populações Atingidas por Barragens, Obras e Transposições - Desaguar Para Vida

8. O Projeto iniciou em 2015 com a celebração de 4 convênios, ficando sua execução para 2016.

MAPP 77 - Fortalecimento da Pesca Artesanal no Estado do Ceará - Programa Maré Cheia.

O Projeto iniciou em 2015 com a celebração de 3 convênios, ficando sua execução para 2016.

MAPP 78 - Yby Jurema

O Projeto iniciou em 2015, porém não foi possível celebrar convênios.

MAPP 94 - Projeto Zumbi - Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Quilombolas no Estado do Ceará

O projeto vem recebendo apoio do FECOP desde o ano de 2012 no âmbito da SDA no MAPP 387, pelo qual já foi desembolsado desde então um montante de R\$ 740.022,75, beneficiando até 2016 cerca de 5.916 pessoas (somados os anos de 2012 a 2016).

Em 2015 iniciou sua execução pelo IDACE, sendo possível apenas a celebração de 1 convênio, ficando sua execução para 2016.

6. Público Alvo

Agricultores familiares de reassentamentos, comunidades indígenas, quilombolas e de pescadores artesanais.

6.1. Critérios adotados para seleção dos beneficiários

- Reassentamentos e Comunidades representadas pela CEQUIRCE, COPICE, MAB e MPP.
- Reassentamentos e Comunidades localizadas no meio rural.

6.2. Documentos comprobatórios da situação de pobreza

Para a comprovação da situação de pobreza será exigido um, ou mais documentos, dentre os seguintes:

- I - fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 kwh mensais;
- II - fatura de água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais;
- III - comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal;
- IV - comprovante de obtenção de rendimento mensal inferior a meio salário mínimo por membro do núcleo familiar.

7. Objetivos

7.1 Geral

Ampliar as oportunidades de trabalho e renda da população residente nos reassentamentos e comunidades beneficiadas.

7.2 Específicos

- Melhorar a qualidade dos produtos agrícolas e não agrícolas das famílias

- beneficiadas.
- Facilitar o acesso das famílias beneficiadas em feiras e eventos para comercialização de produtos agrícolas e não agrícolas;
 - Inserção das famílias beneficiadas em programas governamentais (PAA/PNAE).

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

8.1 Atividades realizadas em anos anteriores

Não foi possível realizar as atividades previstas no ano de 2015 devido atraso na celebração dos convênios. Os convênios de 2015 foram celebrados no final do ano, ficando sua execução/implantação para 2016.

8.2 Atividades a serem realizadas no ano

a) Oficina de Planejamento Operacional dos Serviços

Será realizada tendo como referência teórico-metodológica a PNATER, com destaque para o etnodesenvolvimento em Comunidades Originárias e Tradicionais, bem como o conceito de Atingido por Barragens. Ocorrerão no período de dois dias, tendo como referência operativa um perfil básico dos Reassentamentos e Comunidades atendidas destacando metas mensais e anuais.

b) Reunião de elaboração de Diagnósticos Participativos do Momento Zero e do Momento Final

O Diagnóstico se constitui em uma ferramenta voltada para o desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social, cultural e ambiental. Considera todas as fases do processo de evolução do reassentamento e da comunidade, passando pela participação e capacitação das mesmas na construção e elaboração dos projetos, estendendo-se até a sua completa consolidação.

No Momento Zero são levantadas informações para o conhecimento das vocações, sua organização espacial e social, acesso aos mercados, etc, no sentido de propor ações que aproveitem e desenvolvam seus potenciais.

No Momento Final serão elaborados diagnósticos com a participação da comunidade e assessoria de profissionais do IDACE, objetivando mensurações qualitativas e quantitativas sobre a evolução dos projetos.

c) Dias de Campo para Elaboração de Projetos Produtivos

Para cada unidade beneficiada é elaborado, com o apoio de técnicos do IDACE, um Projeto Produtivo, constando dos seguintes elementos: Análise Situacional; Análise de Mercado e Plano de Comercialização; Plano Financeiro; Plano de Serviços; e, Plano de Gestão.

Os profissionais estabelecem relação de confiança com as comunidades e suas organizações, resultado de uma postura pessoal de franqueza, dedicação,

engajamento e compromisso com o trabalho.

O técnico é um facilitador de processos, utilizando métodos pedagógicos de aprendizagem que viabilizam a apropriação dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento da organização e da capacidade produtiva.

O técnico investe na autogestão e na capacitação dos (as) comunitários (as), como resultado importante do Projeto, estimulando, apoiando e respeitando a cultura, os desejos, os processos de análise e, sobretudo, as decisões dos (as) comunitários (as) e de suas organizações.

O técnico utiliza uma metodologia de intervenção de acordo com o perfil das famílias atendidas, graus de instrução escolar e aspectos culturais. Essas características influenciam nas orientações técnicas e o técnico ajusta os métodos de intervenção junto aos comunitários (as) na implantação do Projeto.

d) Implantação de Projetos Produtivos

Seguindo Plano de Trabalho constante de convênio celebrado entre a Associação Representativa do Reassentamento ou da Comunidade e o IDACE, no contexto do cumprimento da Lei Complementar 119/2012 e sua regulamentação, são implantados os projetos produtivos.

8.3 Atividades previstas para anos posteriores

Todas as atividades realizadas neste ano serão realizadas no ano posterior.

9. Produtos

MAPP 76 - Desenvolvimento de Atividades em Reassentamentos de Populações Atingidas por Barragens, Obras e Transposições - Desaguar Para Vida

Produtos	Quantidade	Fonte de Verificação
Oficina de Planejamento Operacional dos Serviços	1	Relatório
Reunião de elaboração de Diagnósticos Participativos do Momento Zero e do Momento Final	15	Relatório
Dias de Campo para Elaboração de Projetos Produtivos	20	Relatório
Implantação de Projetos Produtivos	4	Relatório e SIGACOM

MAPP 77 - Fortalecimento da Pesca Artesanal no Estado do Ceará - Programa Maré Cheia

Produtos	Quantidade	Fonte de Verificação
Oficina de Planejamento Operacional dos Serviços	1	Relatório
Reunião de elaboração de Diagnósticos Participativos do Momento Zero e do Momento Final	15	Relatório
Dias de Campo para Elaboração de Projetos Produtivos	20	Relatório
Implantação de Projetos Produtivos	3	Relatório e SIGACOM

MAPP 78 - Yby Jurema

Produtos	Quantidade	Fonte de Verificação
Oficina de Planejamento Operacional dos Serviços	1	Relatório
Reunião de elaboração de Diagnósticos Participativos do Momento Zero e do Momento Final	15	Relatório
Dias de Campo para Elaboração de Projetos Produtivos	20	Relatório
Implantação de Projetos Produtivos	0	Relatório e SIGACOM

MAPP 94 - Projeto Zumbi - Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Quilombolas no Estado do Ceará

Produtos	Quantidade	Fonte de Verificação
Oficina de Planejamento Operacional dos Serviços	1	Relatório
Reunião de elaboração de Diagnósticos Participativos do Momento Zero e do Momento Final	15	Relatório

Dias de Campo para Elaboração de Projetos Produtivos	20	Relatório
Implantação de Projetos Produtivos	1	Relatório e SIGACOM

Quadro Geral

Produtos	Quantidade	Fonte de Verificação
Oficina de Planejamento Operacional dos Serviços	4	Relatório
Reunião de elaboração de Diagnósticos Participativos do Momento Zero e do Momento Final	60	Relatório
Dias de Campo para Elaboração de Projetos Produtivos	80	Relatório
Implantação de Projetos Produtivos	8	Relatório e SIGACOM

10. Metas

MAPP 76 - Desenvolvimento de Atividades em Reassentamentos de Populações Atingidas por Barragens, Obras e Transposições - Desaguar Para Vida

- Realizar 1 Oficina de sensibilização em áreas de reassentamentos e comunidades para implantação do projeto.
- Realizar 15 Reuniões em áreas de reassentamentos e comunidades para elaboração de diagnósticos no início e final do projeto.
- Implantar 4 projetos junto às famílias em áreas de reassentamentos e comunidades.

MAPP 77 - Fortalecimento da Pesca Artesanal no Estado do Ceará - Programa Maré Cheia

- Realizar 1 Oficina de sensibilização em áreas de reassentamentos e comunidades para implantação do projeto.
- Realizar 15 Reuniões em áreas de reassentamentos e comunidades para elaboração de diagnósticos no início e final do projeto.
- Implantar 3 projetos junto às famílias em áreas de reassentamentos e comunidades.

MAPP 78 - Yby Jurema

- Realizar 1 Oficina de sensibilização em áreas de reassentamentos e comunidades para implantação do projeto.
- Realizar 15 Reuniões em áreas de reassentamentos e comunidades para elaboração de diagnósticos no início e final do projeto.

MAPP 94 - Projeto Zumbi - Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Quilombolas no Estado do Ceará

- Realizar 1 Oficina de sensibilização em áreas de reassentamentos e comunidades para implantação do projeto.
- Realizar 15 Reuniões em áreas de reassentamentos e comunidades para

- elaboração de diagnósticos no início e final do projeto.
- Implantar 1 projeto junto às famílias em áreas de reassentamentos e comunidades.

11. Resultados Esperados

- Melhoria da renda dos beneficiários;
- Acesso das famílias a programas governamentais;
- Fortalecimento de suas representações no Estado.

12. Integração de Ações

Todas as ações do Projeto serão desenvolvidas em sintonia com o que é proposto no documento Sete Cearás – Propostas para O Plano de Governo, no qual se destaca a intersetorialidade “... para atender às múltiplas e diferentes demandas dos cidadãos (sem discriminações) criando condições para que as oportunidades econômicas e de realização pessoal sejam distribuídas de forma universal” (pag.11), dando mais atenção a: Ceará da Gestão Democrática por Resultados; Ceará de Oportunidades; Ceará Acolhedor; e, Ceará Sustentável.

Para tanto, será de grande importância, a presença do IDACE cuidando da integração das ações, desde o momento de preparação até o final do projeto. Para isso, terá atenção para cuidar de viabilidades, assim:

Viabilidade técnica – Aportando profissionais com experiência em projetos semelhantes, tendo como eixo de atuação o desenvolvimento sustentável e solidário, para assegurar a viabilidade técnica do projeto.

Viabilidade financeira - A importância de tal projeto, ou de sua viabilidade, justifica-se, entre outros pontos, por focar nos segmentos mais excluídos, de maior pobreza, que, ao mesmo tempo, pela sua inserção social, tem grandes potencialidades para contribuir no desenvolvimento do Estado do Ceará.

Viabilidade socioambiental - O projeto tem como eixo a sua realização no contexto dos Reassentamentos e Comunidades Originárias e Tradicionais do Estado do Ceará, tendo como referência fundamental o conceito de desenvolvimento sustentável.

13. Monitoramento

Será por meio de acompanhamento, registro e documentação do andamento das atividades com o objetivo de apreender, avaliar e decidir sobre as adaptações necessárias à execução adequada das ações previstas nos projetos, envolvendo tanto o nível institucional (IDACE) como das comunidades e suas representações no Estado.

Contemplará a análise e a divulgação de informações, a partir de uma base / banco de dados, que embasará continuamente a adaptação do planejamento e a implantação dos projetos.

O processo de monitoramento, além de servir às famílias e aos técnicos no que se refere à verificação constante do trabalho e de seus resultados, tem importantes funções institucionais para o IDACE em termos de verificar o andamento dos

serviços face às metas pactuadas e prover de informações confiáveis sobre suas atividades desenvolvidas.

13.1 Dados Utilizados

Serão aplicados questionários e feitas entrevistas para coleta de dados das famílias de cada um dos Reassentamentos e Comunidades, considerando as dimensões do desenvolvimento (econômica, sócio-cultural e ambiental), os quais serão utilizados para orientar a implantação dos projetos e outras utilizações de recursos.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

O IDACE fará o registro das informações referentes aos beneficiários, identificando-os civilmente (Nome, CPF, NIS, Inscrição no PRONAF, além de contatos telefônicos e de endereço eletrônico) e nos aspectos inerentes ao que o projeto propõe-se a atender.

Estas informações serão armazenadas no Sistema de Gestão de Assentamentos, Reassentamentos e Comunidades Tradicionais – SIGACOM, em implantação no IDACE, e, também, em planilha eletrônica (um beneficiário por linha) que permitirão consulta para efeito de avaliação.

Os beneficiários serão registrados à medida que forem sendo incluídos no projeto, de forma que as informações estejam disponíveis quando solicitadas.

Os documentos comprobatórios do estado de pobreza serão guardados, junto às fichas dos beneficiários, para eventuais consultas por parte da Gerência Executiva do FECOP.

14. Pressupostos de Risco

- Impedimento na documentação das associações;
- Impedimento por fatores climáticos.

15. Orçamento

MAPP 76 - Desenvolvimento de Atividades em Reassentamentos de Populações Atingidas por Barragens, Obras e Transposições - Desaguar Para Vida

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. Despesas Correntes			
1.1 Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (335039)	202.277,25	0,00	202.277,25
1.2 Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (335039)	184.000,00	0,00	184.000,00
TOTAL	386.277,25	0,00	386.277,25

MAPP 77 - Fortalecimento da Pesca Artesanal no Estado do Ceará - Programa Maré Cheia

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. Despesas Correntes			
1.1 Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (335039)	162.212,75	0,00	162.212,75
1.2 Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (335039)	184.000,00	0,00	184.000,00
TOTAL	346.212,75	0,00	346.212,75

MAPP 78 -Yby Jurema

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. Despesas Correntes			
1.1 Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (335039)	145.142,75	0,00	145.142,75
1.2 Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (335039)	184.000,00	0,00	184.000,00
TOTAL	329.142,75	0,00	329.142,75

MAPP 94 - Projeto Zumbi - Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Quilombolas no Estado do Ceará

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			

1. Despesas Correntes			
1.1 Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (335039)	90.367,25	0,00	90.367,25
1.2 Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (335039)	184.000,00	0,00	184.000,00
TOTAL	274.367,25	0,00	274.367,25

ORÇAMENTO GERAL

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. Despesas Correntes			
1.1 Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (335039)	600.000,00	0,00	600.000,00
1.2 Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (335039)	736.000,00	0,00	736.000,00
TOTAL	1.336.000,00	0,00	1.336.000,00

Ressalte-se que os MAPP serão executados através da contratação de dois Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica, com a primeira executando a implantação dos Projetos Produtivos e a segunda executando obrigações que cabem ao IDACE, com destaque para Monitoramento das ações executados.

A reapresentação se justifica, tendo em vista a proposta realizada pela SDA/IDACE, de reduzir o(s) valor (es) anteriormente estabelecido(s) no montante de R\$ 1.000.000,00, fato este ocorrido após a realização da 1ª Reunião Ordinária, do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPIS, ocorrida em 29/01/2016. Esta redução proposta viabilizará o monitoramento das ações a serem executadas nos projetos de regularização fundiária no IDACE.

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP 2016

MAPP 76 - Desenvolvimento de Atividades em Reassentamentos de Populações Atingidas por Barragens, Obras e Transposições - Desaguar Para Vida

Item de Despesa	Fev	Set	TOTAL
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (335039)	386.277,25	0,00	386.277,25
Total	386.277,25	0,00	386.277,25

MAPP 77 - Fortalecimento da Pesca Artesanal no Estado do Ceará - Programa Maré Cheia

Item de Despesa	Fev	Set	TOTAL
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (335039)	346.212,75	0,00	346.212,75

Total	346.212,75	0,00	346.212,75
-------	-------------------	-------------	-------------------

MAPP 78 – Yby Jurema

Item de Despesa	Fev	Set	TOTAL
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (335039)	329.142,75	0,00	329.142,75
Total	329.142,75	0,00	329.142,75

MAPP 94 - Projeto Zumbi - Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Quilombolas no Estado do Ceará

Item de Despesa	Fev	Set	TOTAL
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (335039)	274.367,25	0,00	274.367,25
Total	274.367,25	0,00	274.367,25

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

MAPP 76 - Desenvolvimento de Atividades em Reassentamentos de Populações Atingidas por Barragens, Obras e Transposições - Desaguar Para Vida

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP - 2016	Valor Outras Fontes (2016)	Pessoas Beneficiadas
1	14 - Vale do Jaguaribe	Jaguaretama	40.000,00	0,00	60
2		Jaguaribara	40.000,00	0,00	60
3	07 - Maciço do Baturité	Aracoiaba	42.277,25	0,00	75
4		Baturité	80.000,00	0,00	100
5	03 - Grande Fortaleza	Fortaleza	184.000,00	0,00	0
Total			386.277,25	0,00	295

MAPP 77 - Fortalecimento da Pesca Artesanal no Estado do Ceará - Programa Maré Cheia

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP - 2016	Valor Outras Fontes (2016)	Pessoas Beneficiadas
1	03 - Grande Fortaleza	Aquiraz	20.000,00	0,00	120
2		São Gonçalo	20.000,00	0,00	120
3		Fortaleza	184.000,00	0,00	0
4		Cascavel	20.000,00	0,00	120
5		Trairi	20.000,00	0,00	120

6	04 - Litoral	Aracati	22.212,75	0,00	145
7	Leste	Fortim	20.000,00	0,00	120
8	05 - Litoral	Acaraú	20.000,00	0,00	120
9	Norte	Camocim	20.000,00	0,00	120
Total			346.212,75	0,00	985

MAPP 78 – Yby Jurema

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP - 2016	Valor Outras Fontes (2016)	Pessoas Beneficiadas
1	03 - Grande Fortaleza	Aquiraz	20.000,00	0,00	80
2		São Gonçalo	20.000,00	0,00	80
3		Fortaleza	184.000,00	0,00	0
4		Cascavel	20.000,00	0,00	80
5		Trairi	20.000,00	0,00	80
6	04 - Litoral	Aracati	16.607,75	0,00	95
7	Leste	Fortim	20.000,00	0,00	80
8	05 - Litoral	Acaraú	20.000,00	0,00	80
9	Norte	Camocim	8.535,00	0,00	80
Total			329.142,75	0,00	655

MAPP 94 - Projeto Zumbi - Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Quilombolas no Estado do Ceará

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP - 2016	Valor Outras Fontes (2016)	Pessoas Beneficiadas
1	01 - Cariri	Araripe	12.000,00	0,00	56
2		Potengi	12.000,00	0,00	85
3		Salitre	15.000,00	0,00	150
4	03 - Grande Fortaleza	Pacajus	10.000,00	0,00	95
5		Fortaleza	184.000,00	0,00	--
6	05 - Litoral Norte	Morrinhos	10.000,00	0,00	75
7	12 - Sertão dos Crateús	Tamboril	11.367,25	0,00	175
8	11 - Sertão de Sobral	Moraújo	10.000,00	0,00	85
9		Pacujá	10.000,00	0,00	75
Total			274.367,25	0,00	796

QUADRO GERAL

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP - 2016	Valor Outras Fontes (2016)	Pessoas Beneficiadas
1	01 - Cariri	Araripe	12.000,00	0,00	56
2		Potengi	12.000,00	0,00	85
3		Salitre	15.000,00	0,00	150
4	03 - Grande Fortaleza	Aquiraz	40.000,00	0,00	200
5		São Gonçalo	40.000,00	0,00	200
6		Fortaleza	736.000,00	0,00	0
7		Cascavel	40.000,00	0,00	200
8		Trairi	40.000,00	0,00	200
9		Pacajus	10.000,00	0,00	95
10	04 - Litoral Leste	Aracati	38.820,50	0,00	240
11		Fortim	40.000,00	0,00	200
12	05 - Litoral Norte	Acaraú	40.000,00	0,00	200
13		Camocim	28.535,00	0,00	200
14		Morrinhos	10.000,00	0,00	75
15	07 - Maciço do Baturité	Aracoiaba	42.277,25	0,00	75
16		Baturité	80.000,00	0,00	100
17	11 - Sertão de Sobral	Moraújo	10.000,00	0,00	85
18		Pacujá	10.000,00	0,00	75
19	12 - Sertão dos Crateús	Tamboril	11.367,25	0,00	175
20	14 - Vale do Jaguaribe	Jaguaretama	40.000,00	0,00	60
21		Jaguaribara	40.000,00	0,00	60
Total			1.336.000,00	0,00	2.731

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	IDACE
Técnico Responsável	José Lima Castro Júnior
E-mail	castro.junior@idace.ce.gov.br
Telefone	(85) 3474 9126 / (85) 9 8960 3470
Técnico Responsável	Árciles Fernandes de Queiroz
E-mail	aricles.queiroz@idace.ce.gov.br
Telefone	(85) 999936230
Técnico Responsável	Sandra de Castro Forte
E-mail	sandra.forte@idace.ce.gov.br
Telefone	(85) 999060629

Marco Lógico MAPPs 76-77-78-94 – Projeto Desenvolvimento de Projetos Produtivos em Reassentamentos, Comunidades Originárias e Tradicionais

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Aumento da renda das comunidades indígenas e quilombolas e dos reassentados por barragens	% de aumento da renda das comunidades beneficiadas	Pesquisa de campo	Anos consecutivos de seca
Resultados	Melhoria na estrutura organizacional e gerencial das comunidades beneficiárias Inserção das famílias beneficiadas em programas governamentais de fomento a agricultura familiar (PAA/PNAE)	% de comunidades com melhoria na estrutura organizacional e gerencial % de associações acessando outras políticas públicas de fomento a agricultura familiar	Relatórios de acompanhamento das comunidades atendidas SIGACOM	Redução dos financiamentos e dos programas governamentais
Produtos	Capacitação para gerenciamento dos recursos produtivos Projetos produtivos em atividades agrícolas e não agrícolas implantados Diagnóstico da comunidade	No. de capacitações realizadas No. de projetos produtivos implantados No. de diagnósticos elaborados	Relatórios de Monitoramento	Impedimento por fatores organizacionais das comunidades

Atividades	Acompanhamento de cadastramento de projetos SICONV/CE	do No. de acompanhamentos realizados	Relatórios do SICONV/CE	Impedimento por fatores organizacionais das comunidades
Insumos	Elaboração de Projetos Produtivos Reunião de elaboração de Diagnósticos Participativos Recursos Financeiros FECOP Recursos Humanos IDADE	No. de projetos elaborados de No. de reuniões realizadas % de execução do orçamento do projeto	Relatórios de Monitoramento Sistema WebMapp	Atraso na liberação dos recursos



**Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA**

**PROJETO: Formação e Atuação de Jovens para o Desenvolvimento
Sustentável do Ceará em Áreas Atingidas por Obras Hídricas**

MAPP 85

"SDA"

Março / 2016

1. Descrição do Projeto

O projeto visa o desenvolvimento de comunidades reassentadas, atingidas por obras hídricas no Estado do Ceará, tendo como eixo de atuação o fortalecimento do processo de organização produtiva e social das comunidades através da formação dos jovens delas oriundos e uma melhor atuação da juventude nos debates estratégicos que envolvem educação ambiental e participação política ativa e consciente, junto de sua inserção econômica.

O processo de seleção dos jovens a serem beneficiados ocorrerá de forma articulada com as associações de reassentamentos e sua representação no Estado do Ceará, o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, a partir de critérios pactuados e preestabelecidos.

O projeto pretende melhorar a qualidade de vida dos jovens e suas famílias, através do processo formativo para o desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas. É fundamentado na melhoria da autoestima, dando ênfase à sustentabilidade, e capacitando-os para inserção nas políticas públicas.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2016 - 2019 o projeto inscreve-se no âmbito do **Programa 030** – Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário; **Objetivo 030.1** - Contribuir com a redução das desigualdades regionais e nas formulações de políticas públicas, que atendam as diversidades territoriais, nas dimensões socioeconômicas e de infraestrutura necessária ao desenvolvimento sustentável e solidário; **Iniciativa nº 030.1.11** – Apoio a ações de desenvolvimento fundiário e agrário.

O projeto vincula-se ao **Eixo Governamental** – Ceará Acolhedor; **Tema Estratégico** – Inclusão Social e Direitos Humanos; **Resultado Temático** - Indivíduos e grupos sociais vulneráveis com inclusão e direitos humanos assegurados; e **Indicador de Resultado Temático** - Percentual de extremamente pobres na zona rural.

3. Diagnóstico

São aproximadamente 1,5 milhões de pessoas atingidas diretamente pela construção de barragens no Brasil. Deste total cerca de 70% não tiveram direitos garantidos pelo empreendedor, sejam barragens para geração de energia elétrica, abastecimento humano ou irrigação, empreendimentos do Estado diretamente ou da iniciativa privada. É uma Afirmação do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, em diversas experiências em todo país.

O Movimento dos Atingidos por Barragens é um movimento social com mais de 20 anos de trajetória de ação social para defesa dos direitos humanos no Brasil e, junto ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), o atual Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), contribuiu para a elaboração do relatório final da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, que reconheceu a grave situação de risco da população afetada pelo desenvolvimento dos empreendimentos de geração de energia hidrelétrica no país:

“Durante os trabalhos da Comissão, ficaram evidentes a relevância e magnitude dos impactos sociais negativos decorrentes do planejamento, implantação e operação de barragens nos casos estudados. Os estudos de caso permitiram concluir que o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado, de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos, cujas conseqüências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual.” (CDDPH, 2010. p. 12).

A partir do relatório final da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, publicado em 2010, o Estado brasileiro reconheceu a violação dos direitos humanos em 74 barragens e elencou 7 delas para estudos de caso mais aprofundados. São elas: Açude Acauã, na Paraíba, região nordeste do país; UHE Aimorés e PCHs de Emboque e Fumaça, as três em Minas Gerais, região sudeste do país; UHE Cana Brava, em Goiás, região centro oeste do país; Foz do Chapecó na fronteira entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, na região sul do país; e Tucuruí, no Pará, região norte do Brasil. Os relatórios apontaram a recorrência contínua de violação de 16 direitos humanos em todos os empreendimentos de geração de energia hidrelétrica e abastecimento d’água no Brasil: 1. Direito à informação e à participação; 2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão; 3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida; 4. Direito à moradia adequada; 5. Direito à educação; 6. Direito a um ambiente saudável e à saúde; 7. Direito à melhoria contínua das condições de vida; 8. Direito à plena reparação das perdas; 9. Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados; 10. Direito de ir e vir; 11. Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais; 12. Direitos dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais; 13. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial; 14. Direito de acesso à justiça e à razoável duração do processo judicial; 15. Direito à reparação por perdas passadas; 16. Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária.

Neste contexto o Nordeste tem destaque, pois segundo dados do Ministério da Integração Nacional, o semiárido abrange uma área de 969.589,4 km², 1.133 municípios e nove estados, 22 milhões de pessoas, 11,8% da população do país. Isto agrava ainda mais o acesso e distribuição de água às populações afetadas pelos grandes projetos de desenvolvimento na região, pois com a construção das represas, historicamente priorizou-se o abastecimento urbano e o agronegócio, em detrimento das populações atingidas nas regiões originárias.

No Estado do Ceará, também existem várias contradições no tocante às barragens e transposições d’água entre bacias e regiões. Mesmo tendo capacidade de acumulação com 18,8 bilhões de metros cúbicos, as 149 represas monitoradas pela COGERH não garantem o acesso à água às famílias na sua totalidade, muito menos a mitigação do impacto das obras sobre as suas territorialidades, amplificando a situação da maior parte da população, que é de agricultores familiares, causando a

ampliação da situação de pobreza. Isso, quando se trata de jovens, coloca em risco a reprodução social das populações atingidas.

4. Justificativa

No Brasil nunca existiu uma política pública para estas populações drasticamente atingidas. O que se presencia é que as famílias atingidas ficam à margem do “desenvolvimento”, sendo elas afetadas pelas obras de desenvolvimento. No Ceará, com a larga história de construção de represas e transposições de águas, não há uma política que defina quem é o/a atingido/a, qual o direito e qual o tratamento a ser executado antes e depois das obras.

No plano de governo atual, o Plano Estadual de Convivência com a Seca traz indicativos de melhorar e ampliar o abastecimento de água para 8.7 milhões de cearenses, que estão divididos em 73% urbanos e 27% rurais, correspondendo a 2.376.709 habitantes, onde grande parcela destas famílias ainda é abastecida por carros pipas.

As águas da Barragem do Castanhão são destinadas ao abastecimento da grande Fortaleza e do CIPP- Complexo Industrial Porto do Pecém, enquanto que milhares de famílias nas proximidades da obra não têm o mesmo direito.

No plano de governo há previsão de “ações emergenciais e estruturantes” que devem trazer soluções para a convivência com as “grandes secas ou estiagens”, mas, por outro lado, as obras com esse objetivo criará um grande contingente de famílias atingidas.

Desse modo, conforme se iniciam novos projetos de abastecimento de água, barragens, transposições, adutora em regiões de perfil rural, ribeirão, vasanteiro, é apontada a necessidade de projetos de produção de alimentos saudáveis voltados à inserção social e a capacitação e qualificação da juventude e lideranças nas comunidades residentes nas áreas inseridas em novas dinâmicas de integração produtiva, para que se faça cumprir o projeto de desenvolvimento social que deve considerar, além da esfera pública governamental, também a realidade de vida da sociedade civil local.

Neste projeto o MAB torna-se parceiro do governo no tocante a identificar contradições históricas e propor um amplo processo de formação e capacitação de jovens, homens e mulheres, em todo estado. Propõe também projetos sociais e produtivos voltados à inserção dos diferentes seguimentos da sociedade civil que possuem limitação de acesso às novas tecnologias e relações de trabalho incentivadas pelo modelo de neo desenvolvimentista, pois identifica-se que determinados conjuntos sociais encontram maior dificuldade de adaptação às novas dinâmicas produtivas.

Assim, os investimentos governamentais voltados a jovens e mulheres, e suas famílias, em parceria com movimentos sociais, constituem um dos meios mais eficazes de garantir que as iniciativas de desenvolvimento de infraestruturas, como os projetos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e de construção de novas barragens e transposições, sejam de fato processos de desenvolvimento para

integração produtiva e inserção das comunidades atingidas pelas grandes obras em constante transformação social da melhoria de vida do povo Cearense. Propõe-se, assim, uma parceria entre o governo do Ceará e Associação do Atingidos por Barragens em Defesa do Meio Ambiente – ABAMA.

Uma vez identificada a inexistência de organismos e agências públicas voltadas a atenção específica às comunidades atingidas pelas obras de infraestruturas hídricas, barragens, açudes e transposições, faz-se urgente a garantia da presença do estado a partir de investimentos em parcerias com organizações da sociedade civil que possuem inserção local com a população que se depara com a deterioração de seus antigos modos de vida e que necessitam, portanto, de apoio público para garantia de acesso à renda que lhes possibilitem a segurança alimentar, bem como o conjunto dos direitos humanos fundamentais, entre eles, o acesso à informação e à educação.

Neste sentido, é fundamental o desenvolvimento de projetos voltados à qualificação e capacitação de pessoas das comunidades em situação de vulnerabilidade social devido à situação de violação de direitos humanos, para que os integrantes das mesmas sejam fortalecidos e organizem suas demandas locais e regionais.

Em síntese, o presente projeto se propõe a capacitar 200 jovens, homens e mulheres, lideranças atingidas por barragens, bem como suas famílias, objetivando diagnosticar a situação das regiões atingidas por grandes obras de infraestruturas hídricas em consonância com os esforços públicos de construir meios para garantir o acesso aos direitos humanos com a superação da pobreza.

O projeto visa também possibilitar o fortalecimento na perspectiva da criação de uma Política Estadual de Direitos dos Atingidos por Barragens e Transposição d'água (PEABT), já indicada no documento '7 Ceará's', para a garantia do direito à reparação por danos sofridos, como tem sido construído pela Secretaria Geral da Presidência da República e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a partir do lançamento, em 2014, da "Metodologia para o Diagnóstico Social, Econômico e Cultural dos Atingidos por Barragens".

5. Histórico

No ano de 2015 foi celebrado o convênio 001/2015, entre o IDACE e a Associação dos Atingidos Por Barragens em Defesa do Meio Ambiente – ABAMA, em 10 de dezembro, pelo que já foi liberado a parcela no valor de R\$ 363.162,11 (trezentos e sessenta e três mil, cento e sessenta e dois reais e onze centavos), onde a ABAMA está em processo de seleção da equipe técnica para início das capacitações planejadas no referido projeto e com este trabalho poderá fornecer posteriormente no ano de 2016 o número de beneficiados.

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2015	363.162,11	0,00	363.162,11	-
TOTAL	363.162,11	0,00	363.162,11	-

6. Público Alvo

Jovens agricultores familiares situados em áreas de reassentamentos originados por obras hídricas.

6.1. Critérios adotados para seleção dos beneficiários

- Reassentados inseridos em comunidades representadas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB;
- Jovens de 15 a 29 anos reassentados no meio rural.

6.2. Documentos comprobatórios da situação de pobreza

A comprovação da situação de pobreza será comprovada através de um, ou mais, documentos a seguir:

- I - fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 kw/h mensais;
- II - fatura de água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais;
- III - comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal;
- IV - comprovante de obtenção de rendimento mensal inferior a meio salário mínimo por membro do núcleo familiar.

7. Objetivos

7.1 Geral

Promover o empoderamento da juventude camponesa de modo a contribuir para o acesso à ações de geração de renda, produção e consumo de alimentos saudáveis, acesso à água, moradia, e outras necessidades básicas.

7.2 Específicos

- Contribuir para o acesso a políticas públicas, principalmente as que diretamente contribuem para superação da pobreza;
- Capacitar jovens rurais;
- Produzir um diagnóstico da situação das famílias atingidas por barragens e obras públicas no Estado de Ceará.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

8.1 Atividades realizadas em anos anteriores

Em 2015 iniciou-se com a seleção da equipe técnica para início das capacitações planejadas no referido projeto, concluindo-se a mesma no dia 06 de janeiro de 2016.

8.2 Atividades a serem realizadas no ano

Cursos de formação e capacitação teórica, bem como troca de informação e levantamento de casos de negação ou violação de direito das famílias atingidas e troca de experiências práticas.

a) Identificação dos atingidos pelas obras hídricas - barragens e transposições no Ceará.
b) Diagnóstico popular da realidade dos atingidos em cinco grandes regiões do estado, levando em conta o que produzem e comercializam, no contexto do perfil econômico dos municípios, qualificando demandas e reivindicações principais das famílias nas áreas de abrangência do projeto.
c) Divulgação nas regiões dos programas públicos do estado voltados para os atingidos por obras hídricas, democratizando o acesso à informação e à comunicação.

A metodologia consiste na realização de um processo de formação, capacitação e informação durante 01 ano com 04 encontros – o primeiro previsto para fevereiro e os outros durante o ano de 2016, com duração de 05 dias, com abrangência estadual para 200 jovens atingidos pelas obras hídricas. Para isso, serão previstos conteúdos expositivos, contanto com a atuação profissional de assessores especializados nos temas, relatos das realidades locais feitos pelos jovens, e lideranças, trabalhos em grupo, dinâmicas lúdicas. Essa metodologia tem como sustentação teórica baseada na pedagogia da alternância, onde parte da capacitação acontece em sala de aula e parte nas suas comunidades de origem. Assim, os momentos referentes aos encontros não são os únicos momentos de capacitação; entende-se a educação como um processo contínuo, logo há uma obrigatoriedade no acompanhamento dos jovens quando estes voltarem as suas localidades.

A metodologia de realização da formação e capacitação se dará da seguinte forma: são 05 turmas regionais com 50 jovens e 05 lideranças por turma. Sendo Vale do Jaguaribe – Jaguaribara, Potiretama e Iracema, Cariri - Brejo Santo e Missão Velha, Maciço de Baturité - Aracoiaba, Baturité, Capistrano, Itapiúna, Sertão dos Crateús – Crateús, e, Sertão dos Inhamuns – Tauá.

As etapas serão de forma sequencial, para o projeto não perder a qualidade e a intencionalidade. Após cada etapa, haverá encontros locais / intermunicipais em dada região do projeto. Para isto, para a coordenação do projeto, serão contratados 05 profissionais de nível superior e nível médio. Essa equipe será composta por cinco profissionais e 10 monitores/ militantes regiões/locais, para garantir a formação e capacitação da juventude.

Esta equipe de coordenação se reunirá 04 vezes por ano, para planejar, avaliar e acompanhar todo processo de realização do projeto. Estas reuniões terão 03 dias de duração.

Essa metodologia utilizada na realização dos cursos tem por base as diretrizes da Política Nacional de Educação Popular, com recursos didático-pedagógicos da problematização, que permitirão aos participantes compreenderem sua própria realidade a partir da discussão de casos concretos.

Também será construído com os jovens o planejamento de ações a serem desenvolvidas nas comunidades atingidas, para fins de promover à organização da

juventude, dos grupos de base, organização das mulheres em busca de seus direitos e melhoria do acesso aos programas e políticas públicas existentes.

O princípio da alternância garante amplo e democrático processo de capacitação, debates e organização nos municípios das cinco regiões.

Após cada etapa do curso teórico serão realizados encontros regionais de intercâmbio intermunicipal nas regiões de atuação. Com esta metodologia de debates locais a juventude será inserida no processo organizativo local comunitário. Isso nos permite identificar os problemas e conflitos e construir com o povo atingido alternativas para as contradições em decorrência da construção das obras, etc. A intenção é construir um produto concreto para ser trabalhado nas regiões e poder divulgar o resultado após o último encontro.

Após cada etapa da formação/capacitação por turma, serão realizados encontros regionais para que os jovens conheçam as diversas realidades do seu estado. O intuito é que eles possam conhecer formas diferentes de trabalhar com a terra, água, além de conhecerem as violações de direitos que ocorrem em outras regiões do Ceará. No segundo momento, que se realizará após o terceiro encontro, será produzida uma cartilha que faça uma síntese das violações de direitos e das práticas organizativas de produção local de alimentos, mulheres, grupos de base, e como organizar proposta de desenvolvimento socioeconômico local que priorize as famílias excluídas do processo de desenvolvimento no estado do Ceará.

Assim, com a execução da formação, essencialmente prática, os produtos e metas serão obtidos, na medida da realização de cada etapa da formação.

8.3 Atividades previstas para anos posteriores

Planos de Desenvolvimento de Reassentamentos
Acompanhamento a Projetos Produtivos em Reassentamentos
Apoio as Associações de Reassentamento no Cadastramento junto à CGE para efetivação de convênios e congêneres

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fonte de Verificação
Mapa dos atingidos pelas obras hídricas - barragens e transposições no Ceará.	01	Relatório
Diagnóstico da Realidade dos atingidos pelas obras hídricas - barragens e transposições no Ceará.	01	Documento
Jovens capacitados e beneficiados	05	Relatório

10. Metas

- Elaborar um Documento de Identificação dos Atingidos pelas obras Hídricas – barragens e transposições no Ceará;
- Realizar um Diagnóstico popular da realidade dos atingidos em cinco regiões do estado (Vale do Jaguaribe, Cariri, Maciço de Baturité, Serão dos Crateús e Sertão dos Inhamuns);
- Capacitar e beneficiar 200 jovens agricultores reassentados.

11. Resultados Esperados

- Jovens e suas famílias acessando recursos públicos;
- Produção voltada para o autoconsumo ampliada nos reassentamentos;
- Inserção no mercado privado e em programas governamentais para a comercialização;
- Jovens e famílias realizando práticas de preservação do meio ambiente;
- Saída das populações dos reassentamentos da linha de pobreza.

12. Integração de Ações

Todas as ações do Projeto serão desenvolvidas em sintonia com o que é proposto no documento Sete Ceará – Propostas para O Plano de Governo, o qual chama atenção para a intersectorialidade “... para atender às múltiplas e diferentes demandas dos cidadãos (sem discriminações), criando condições para que as oportunidades econômicas e de realização pessoal sejam distribuídas de forma universal” (pag.11), dando mais atenção: Ceará da Gestão Democrática por Resultados; Ceará de Oportunidades; Ceará Acolhedor; e, Ceará Sustentável.

Para tanto, será de grande importância, a presença do IDACE cuidando da integração das ações, desde o momento de preparação até o final do projeto. Para isso, terá atenção para cuidar de viabilidades, assim:

Viabilidade técnica – Aportando profissionais com experiência em projetos semelhantes, tendo como eixo de atuação o desenvolvimento de jovens, para assegurar a viabilidade técnica do projeto.

Viabilidade financeira - A importância de tal projeto, ou de sua viabilidade, justifica-se, entre outros pontos, por focar nos segmentos mais excluídos, de maior pobreza, que, ao mesmo tempo, pela sua inserção social, tem grandes potencialidades para contribuir no desenvolvimento do Estado do Ceará.

Viabilidade socioambiental - O projeto tem como eixo a sua realização no contexto dos Reassentamentos do Estado do Ceará, tendo como referência fundamental o conceito de desenvolvimento sustentável.

13. Monitoramento

Será por meio da observação, registro e documentação do andamento das atividades com o objetivo de aprender, avaliar e decidir sobre as adaptações necessárias à execução adequada das ações previstas nos projetos, envolvendo tanto o nível institucional (IDACE) como das comunidades e suas organizações.

Contemplará a análise e a divulgação de informações, a partir de uma base / banco de dados, que embasará continuamente a adaptação do planejamento e a implantação dos projetos.

O processo de monitoramento, além de servir às famílias e aos técnicos no que se refere à verificação constante do trabalho e de seus resultados, tem importantes funções institucionais para o IDACE e para as famílias dos jovens que serão capacitados, em termos de verificar o andamento dos serviços face às metas pactuadas e prover de informações confiáveis sobre suas atividades desenvolvidas, serão realizados acompanhamentos trimestrais para o monitoramento das ações e atividades pactuadas.

13.1 Dados Utilizados

Serão aplicados questionários e feitas entrevistas para coleta de dados dos jovens, suas famílias e de cada um dos reassentamentos, considerando as dimensões do desenvolvimento (econômica, sociocultural e ambiental), os quais serão utilizados para a obtenção dos produtos: Mapa dos atingidos; Diagnóstico da Realidade dos atingidos; e Planos de Desenvolvimento de Reassentamentos, os quais, a partir dos dois produtos anteriores, conterão, a partir de uma matriz de planejamento, as opções estratégias de desenvolvimento. Serão realizadas visitas técnicas trimestrais para o monitoramento das ações e atividades pactuadas.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

O IDACE fará o registro das informações referentes aos beneficiários, identificando-os civilmente (Nome, CPF, NIS, Inscrição no PRONAF, além de contatos telefônicos e de endereço eletrônico) e nos aspectos inerentes ao que o projeto propõe-se a atender. Estas informações serão armazenadas no Sistema de Gestão de Assentamentos, Reassentamentos e Comunidades Tradicionais – SIGACOM, em implantação no IDACE, e, também, em planilha eletrônica (um beneficiário por linha) que permitirão consulta para efeito de avaliação.

Os beneficiários serão registrados à medida que forem sendo incluídos no projeto, de forma que as informações estejam disponíveis quando solicitadas.

Os documentos comprobatórios do estado de pobreza serão guardados, junto às fichas dos beneficiários, para eventuais consultas por parte da Gerência Executiva do FECOP.

14. Pressupostos de Risco

- Atraso na liberação dos recursos.
- Impedimento por fatores climáticos.

15. Orçamento

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			

1. DESPESAS CORRENTES			
1.1. Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - 335039	522.465,64	0,00	522.465,64
TOTAL	522.465,64	0,00	522.465,64

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Março (R\$)	Maior (R\$)	Total (R\$)
335039	122.465,64	400.000,00	522.465,64
Total (R\$)	122.465,64	400.000,00	522.465,64

A reapresentação se justifica, tendo em vista a reprogramação realizada, pelo Sr. Governador no Sistema WebMapp, que ampliou o(s) valor(es) anteriormente estabelecido(s), fato este ocorrido após a realização da 1ª Reunião Ordinária, do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPIS, ocorrida em 29/01/2016.

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes	Pessoas Beneficiadas (*)
1	Cariri	Brejo Santo	50.000,00	-----	105
2		Missão Velha	50.000,00		105
3	Vale do Jaguaribe	Jaguaribara	50.000,00	-----	70
4		Potiretama	50.000,00		70
5		Iracema	50.000,00		70
6	Maciço de Baturité	Aracoiaba	50.000,00	-----	53
7		Itapiúna	45.000,00		53
8		Capistrano	40.000,00		52
9		Baturité	37.465,64		52
10	Sertão dos Crateús	Crateús	50.000,00	-----	105
11	Sertão dos Inhamuns	Tauá	50.000,00		105
Total			522.465,64		840

(*) Calcularam-se todos os membros das famílias dos jovens participantes

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria Gerência	/	IDACE
Técnico Responsável		José Lima Castro Júnior
E-mail		castro.junior@idace.ce.gov.br
Telefone		34749135 / 989603470

Marco Lógico MAPP 85 – Projeto Formação e Atuação de Jovens para o Desenvolvimento Sustentável

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Fortalecimento social e organizativo das famílias Atingidas Por Barragens no Ceará	Número de jovens organizados e participando atividades no Movimento Social que os representa	Documentos de Monitoramento do IDACE	Redução dos financiamentos e dos programas governamentais Não repasse do recurso financeiro em tempo hábil
Resultados	Jovens e suas famílias acessando recursos públicos Jovens e suas famílias realizando técnicas da preservação ambiental	Percentual de Jovens com Acesso a recursos públicos; Percentual de Jovens realizando técnicas preservação ambiental;	Documentos de Monitoramento do IDACE	Redução dos financiamentos e dos programas governamentais Não repasse do recurso financeiro em tempo hábil
Produtos	Mapa dos atingidos pelas obras hídricas - barragens e transposições no Ceará Diagnóstico da Realidade dos atingidos pelas obras hídricas - barragens e transposições – no Ceará. Jovens capacitados em preservação ambiental e políticas públicas Repasses de recursos para a realização da capacitação	Porcentagem de comunidades mapeadas Um Diagnóstico Publicado Número de Jovens capacitados	Mapa e Diagnóstico Divulgado no site do IDACE Relatório de Monitoramento	Redução dos financiamentos e dos programas governamentais Não repasse do recurso financeiro em tempo hábil
Atividades	Oficinas de Formação de Jovens Atingidos por Obras Hídricas em quatro microrregiões	Capacitações Realizadas	Relatório de Monitoramento	Redução dos financiamentos e dos programas governamentais

				Não repasse do recurso financeiro em tempo hábil
Insumos	Recursos Financeiros FECOP Recursos Humanos IDACE	Recursos Financeiros FECOP Recursos Humanos IDACE		Não repasse do recurso financeiro em tempo hábil



**Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário**

PROJETO: Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura.

MAPP 373

"SDA"

Novembro / 2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Programa (PPA)	029 – Desenvolvimento Agropecuário Familiar
Mapp (Nº e Denominação)	373 - Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura no Estado do Ceará
Período de Execução (em 2016)	Janeiro a Dezembro
Categoria	Estruturante – Inclusão Produtiva Rural

1. Descrição do Projeto

O projeto Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura tem por objetivo tornar a produção apícola sustentável, competitiva e rentável, gerando agregação de renda, inclusão social e fixação das famílias na zona rural por meio das ações de identificação, mobilização e capacitações de agricultores familiares e implantação de núcleos apícolas nos municípios de Quixelô, Icó, Jucás, Aratuba, Capistrano, Piquet Carneiro, São Benedito e Poranga. É desenvolvido com recursos do FECOP utilizados como contrapartida a recursos captados junto ao Ministério da Integração Nacional por meio do Programa Brasil sem Miséria.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O projeto colabora para a política governamental de fortalecimento da agricultura familiar. Sua execução contribui para o alcance do Resultado Temático: Economia rural fortalecida, sustentável, solidária e competitiva, registrando-se suas realizações por meio do Indicador - Valor Bruto da Produção da Agricultura.

No Plano Plurianual 2016 / 2019, o projeto inscreve-se no **Eixo** Ceará de Oportunidades, na **área temática**: Agricultura Familiar e Agronegócio, tendo como **Resultado Temático** - Economia Rural Fortalecida, Sustentável, Solidária e Competitiva e **Indicador de Resultado Temático** – Valor Bruto da Produção da Agricultura, no âmbito do **Programa** de Governo 029 – Desenvolvimento da Agropecuária Familiar. Atende neste Programa ao **Objetivo** 029.1 – Incentivar o aumento da produtividade nas atividades econômicas da agropecuária de base familiar, garantindo um desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo; **Iniciativa** 029.1.19 – Distribuição de equipamentos, utensílios e semoventes para apoio as cadeias produtivas da pecuária.

3. Diagnóstico

Como um dos maiores produtores de mel do Brasil, o Ceará fechou 2011 como o terceiro exportador do País com crescimento de 269% em dez anos. Estudo do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) revela estes e outros dados da atividade que tem uma das cadeias mais novas do agronegócio cearense. Presente em cerca de 150 municípios do Estado, apresentou crescimento na produção de 322%, entre 2000 e 2010.

O presidente da União dos Apicultores e Meliponicultores do Nordeste (Unamel), mestre em Apicultura e apicultor, José Xavier Leal Neto, destaca que a apicultura começou a ser explorada economicamente, como negócio, a partir da década de 90. Com cerca de sete mil apicultores e 100 associações, o Ceará é um dos mais organizados, inclusive com uma Câmara Setorial criada há dois anos.

Segundo a publicação “Mercado brasileiro conquista o mercado externo”, produzida pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), na última década o Ceará passou por uma revolução apícola e hoje 90% do mel produzido no Estado tem certificação orgânica. “Investimentos estaduais e federais impulsionaram e profissionalizaram a produção local”.

O “Enfoque Econômico”, do Ipece, mostra que a evolução do agronegócio do mel natural cearense é percebida ainda mais no comércio exterior, que apresentou um crescimento de 205,8% entre 2002 e 2011 no Brasil. “O Ceará se apresenta na terceira posição à frente do Piauí, quarto no ranking das exportações de mel”, pontua o trabalho elaborado pelos analistas de Políticas Públicas do Ipece, Débora Gaspar Feitosa e Klinger Aragão Magalhães.

Sobre a importância do mel dentro do agronegócio, Klinger Aragão destaca que o valor das exportações cresceu em uma proporção significativamente maior que o volume. “Entre 2002 e 2011, enquanto o volume das exportações de mel no Brasil cresceu 77,2% o valor exportado aumentou 205,8%. No Ceará esse comportamento se repete”. Acrescenta que a atividade vem ganhando importância a cada ano, adquirindo um importante papel socioeconômico para as áreas rurais do Norte e Nordeste.

Xavier destaca que o Nordeste do Brasil representa 45% da produção nacional de mel. “O Nordeste é a região que mais avança em produção e exportação de mel. Entre os dez maiores exportadores do País, a região é representada por cinco estados, mais que qualquer outra região”, diz o estudo da Finep, considerando que parte desse crescimento da região se deve aos programas de incentivo e capacitação, como o Projeto Apis, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

O mel brasileiro, e em especial o do Nordeste, tem preferência nos principais mercados internacionais, principalmente os Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido. Um dos motivos desse interesse é o padrão de qualidade considerado bom.

(*) Do site do IPECE.

4. Justificativa

A apicultura é hoje considerada uma das grandes opções para a agricultura familiar por proporcionar o aumento de renda, através da oportunidade de aproveitamento da potencialidade natural de meio ambiente e de sua capacidade produtiva.

Vários fatores atuam como estímulo à atividade entre os agricultores familiares,. Matos (2005) aponta suas características favoráveis e compatíveis com as condições de trabalho e capital do pequeno produtor: pode ser executada como uma

atividade secundária sem danos à atividade principal da propriedade; necessita de pequena área para instalação; necessita de um investimento inicial relativamente baixo; aumenta a produtividade da agricultura por meio da polinização; tem baixos custos de mão de obra; e possibilita a obtenção de vários produtos (mel, própolis, cera, pólen, geleia real, apitoxina, abelhas rainhas, enxames e crias e serviços de polinização) para os quais existem mercados interno e externo em crescimento.

Além disso, a localização do estado do Ceará é bastante propícia ao bom desempenho da apicultura. O semiárido apresenta excelentes condições para a exploração apícola, não só pelo clima favorável, mas também pela riqueza nectarífera de sua vegetação. Nas áreas semiáridas, onde predominam o cajueiro e a algarobeira, a importância da apicultura é ainda maior, uma vez que essas plantas são altamente melíferas, sendo muito apreciadas pelas abelhas e florescem na época mais seca do ano (outubro/novembro), quando a quase totalidade da vegetação nativa está sem folhas e frutos. O Ceará ainda tem a vantagem de estar em uma região, entre poucas do mundo, com possibilidade de produzir mel orgânico devido à existência de áreas onde não se utilizam agrotóxicos nas lavouras, além da existência de mata nativa.

A apicultura preenche todos os requisitos necessários à sustentabilidade: essa atividade produtiva é capaz de causar impactos positivos no âmbito social, econômico e ambiental. No aspecto econômico e social, ela se destaca como uma alternativa de geração de renda e ocupação do homem no campo, uma vez que a sua cadeia produtiva propicia a criação de postos de trabalho e fluxos de renda durante todo o ano, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e fixação do homem no meio rural. Quanto ao aspecto ecológico, a apicultura também contribui para a manutenção e preservação do meio ambiente devido à importante atuação das abelhas como polinizadores naturais de espécies nativas, favorecendo o equilíbrio do ecossistema e a manutenção da biodiversidade (PAXTON, 1995 apud FREITAS, 2003).

(*) Desempenho da apicultura no estado do Ceará: competitividade, nível tecnológico e fatores condicionantes. Autores: Ahmad Saeed KhanI; Verônica Damasceno de MatosII; Patrícia Verônica Pinheiro Sales Limalll.

5. Histórico

Apesar de ter sido aprovado o financiamento pelo CCPIS para ser financiado pelo FECOP em 2014 não houve execução física devido pendências junto ao Ministério da Integração Nacional. No ano de 2014 foram realizados os processos licitatórios para aquisição dos equipamentos e utensílios apícolas e do acompanhamento técnico, mas em virtude do período eleitoral houve atraso na execução dos procedimentos burocráticos. Portanto as atividades programadas do projeto em 2015 foram iniciadas e terão sua continuidade dos trabalhos de campo em 2016.

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes) (*)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários(**)
2014	1.690,67	72.400,00	74.090,67	0
2015	238.366,53	2.583.175,95	2.821.542,48	1.318
TOTAL	240.057,20	2.655.575,95	2.895.633,15	1.318

(*) Ministério da Integração (MI)

(**) 4,12 pessoas por agricultor beneficiado.

6. Público Alvo

Agricultores de base familiar.

6.1. Critérios Adotados para Seleção dos Beneficiários

- Estar inscrito no CAD-Único, em faixa de extrema pobreza;
- Que tenha potencial (área, vocação e receptividade para as metodologias do projeto) para desenvolver a atividade apícola;
- Possuir Declaração de Aptidão ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar);
- Residir em comunidade atendida pelo Programa Luz para Todos, desenvolvido pelo MME.

6.2. Documentos Comprobatórios da Situação de Pobreza

A seleção dos beneficiários poderá ser comprovada* através dos documentos elencados pela Lei nº 14.859 (não necessariamente cumulativos), a seguir:

- I - fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 kwh mensais;
- II - fatura de água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais;
- III - comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal;
- IV - comprovante de obtenção de rendimento mensal inferior a meio salário mínimo por membro do núcleo familiar.

Para fins de cadastramento as informações são auto declaratórias – podendo ser exigida a comprovação em caso de dúvida.

7. Objetivos (Geral e Específico)

7.1. Geral

Ampliar o número de colmeias produtivas e a produtividade / colmeia / safra, gerando renda para as famílias beneficiadas.

7.2. Específicos

- Incentivar a apicultura como fonte alternativa de renda;
- Melhorar a qualidade do mel, aplicando as boas práticas de produção, colheita, armazenamento do mel e o processamento de cera das abelhas;
- Ampliar a produção e elevar a produtividade colmeia/ano;
- Introduzir novas tecnologias adaptadas para a convivência com o semiárido;
- Melhorar o processo de gestão dos empreendimentos familiares;
- Apoiar a comercialização da produção de mel;
- Contribuir para fixação do homem no campo.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

- **Atividades Realizadas em Anos Anteriores**
- **Seleção de beneficiários**

Elaborado diagnóstico prévio da atividade e aplicado em cada município visando identificar os beneficiários que atendam os critérios citados para identificação dos beneficiários.

b) Capacitação para técnicos

Realizada 01 (uma) capacitação para os técnicos com carga horária de 40 (quarenta) horas, com a finalidade de aprimorar e nivelar os conhecimentos técnicos sobre a atividade e a reciclagem dos conhecimentos técnicos, como também gerar discussões sobre as atividades diárias desenvolvidas com os beneficiários do projeto.

c) Acompanhamento técnico

O acompanhamento técnico durante a execução do projeto, foi feito por um técnico para cada grupo de 40 produtores, com a finalidade de identificar os locais apropriados para instalação dos apiários, orientações sobre produção, comercialização conjunta e preservação e conservação da caatinga.

8.2. Atividades a Serem Realizadas no Ano

a) Acompanhamento técnico

Acompanhamento técnico durante a execução do projeto, sendo um técnico para cada grupo de 40 produtores.

b) Capacitação para técnicos

Será realizada 01 (uma) capacitação para os técnicos com carga horária de 40 (quarenta) horas, com a finalidade de aprimorar e nivelar os conhecimentos técnicos sobre a atividade e a reciclagem dos conhecimentos técnicos, como também gerar discussões sobre as atividades diárias desenvolvidas com os beneficiários do projeto.

c) Capacitação para produtores

Serão ministradas 07 (sete) capacitações para os produtores com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas cada, nas áreas de manejo de captura, alimentar e de produção de produtos apícolas, inicialmente, conhecimentos necessários para os produtores beneficiados com o projeto que iniciarão os trabalhos de campo em seus apiários. Pretende-se realizar 04 (quatro) missões técnicas a empreendimentos do setor apícola e 08 (oito) dias de campo, atendendo a demanda real a ser trabalhada em cada grupo de produtores nos municípios.

d) Aquisição e distribuição equipamentos permanentes

As aquisições dos equipamentos permanentes serão por meio de Pregão Eletrônico a ser realizado pela Central de Licitações do Governo do Estado do Ceará.

8.3 Atividades Previstas para Anos Posteriores

a) Acompanhamento técnico

Acompanhamento técnico durante a execução do projeto, sendo um técnico para cada grupo de 40 produtores.

c) Capacitação para produtores

Pretende-se realizar 04 (quatro) missões técnicas a empreendimentos do setor apícola e 08 (oito) dias de campo, atendendo a demanda real a ser trabalhada em cada grupo de produtores nos municípios.

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Produtores beneficiados	320	Relatório de Acompanhamento Técnico

10. Metas

- - Beneficiar 08 associações de agricultores de base familiar;
- - Beneficiar 320 grupos familiares.

11. Resultados Esperados

Incrementar a renda dos beneficiários iniciantes em meio salário mínimo líquido / mês e levar os produtores com menos de 30 (trinta) colmeias a mesma renda.

12. Integração de Ações

Para contribuir com o êxito deste projeto podemos destacar o Programa de Aquisição de Alimento – PAA, pois irá contribuir significativamente com a comercialização do mel.

O projeto será relacionado diretamente com os grupos familiares inscritos no CAD-Único (cadastro único) programa desenvolvido do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). Seus beneficiários precisarão possuir Declaração de Aptidão ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) vinculado ao MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e residir em comunidade atendida pelo Programa Luz para Todos, desenvolvido pelo MME (Ministério de Minas e Energia).

13. Monitoramento

O monitoramento do projeto será in loco, pelos técnicos da Coordenadoria de Apoio às Cadeias Produtivas da Pecuária e este será feito trimestralmente, após a realização dos Seminários. Os produtos a serem gerados a cada monitoramento serão os relatórios e indicadores, como:

- Coleta de dados;
- Sistematização das bases de dados;
- Desenvolvimento de indicadores e metas;
- Análise do alcance das metas;
- Elaboração de ferramentas informacionais.

13.1 Dados Utilizados

- Formulário de cadastro socioeconômico (autodeclaratório) – disponível na coordenadoria
- Formulário de acompanhamento técnicos das atividades – disponível na coordenadoria

13.2. Cadastro dos Beneficiários

Após a seleção, será elaborado o cadastro de beneficiários do projeto agrupados por município atendido com Nome, CPF, NIS, Inscrição no PRONAF, município e outras informações que sejam julgadas necessárias para a boa execução e avaliação do projeto.

14. Pressupostos de Risco

Durante o processo de contratação da empresa que realizará a Seleção de beneficiários, Capacitações e acompanhamento técnico podem ocorrer problemas tais como, as empresas concorrentes não apresentarem as documentações exigidas no certame e serem desclassificadas, atrasando todo o processo de execução do Projeto.

15. Orçamento - 2016

(R\$1,00)

Detalhamento	Valor FECOP	Valor Outras Fontes (*)	Valor Total
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1.Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (339039)			
1.1.1. Capacitações para técnicos	0,00	8.980,00	8.980,00
1.1.2. Realização de Capacitações para produtores	0,00	31.766,00	31.766,00

1.1.3. Realização de Missão Técnica	0,00	135.360,00	135.360,00
1.1.4. Dia de Campo	0,00	35.652,00	35.652,00
1.1.4. Monitoramento de Produtores	358.526,44	768.588,65	1.135.970,85
TOTAL (R\$)	358.526,44	980.346,65	1.347.728,85

(*) Ministério da Integração (MI)

A reapresentação se justifica, tendo em vista a proposta realizada pela SDA, que reduziu o(s) valor (es) anteriormente estabelecido(s), fato este ocorrido após a realização da 1ª Reunião Ordinária, do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPIS, ocorrida em 29/01/2016. A redução proposta de **R\$ 41.473,56** viabilizará a execução de projeto de reserva alimentar e aquisição de alimentos que tem complementariedade com este projeto, em que o monitoramento dos produtores não será prejudicado visto que as ações dos projetos estão sendo executadas conforme o planejado.

16. Cronograma de Desembolso - Fonte FECOP

Item de Despesa	Março	Total
1.1. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (339039)	358.526,44	358.526,44
2.2. Equipamentos e Material Permanente (449052)	0,00	0,00
TOTAL (R\$)	358.526,44	358.526,44

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP	Valor Outras Fontes(*)	Pessoas Beneficiadas
01	Centro Sul	Icó	45.923,00	388.980,00	160
02	Centro Sul	Jucás	45.923,00	0,00	160
03	Centro Sul	Quixelô	45.923,00	0,00	160
04	Maçico do Baturité	Aratuba	45.923,00	0,00	160
05	Maçico do Baturité	Capistrano	45.923,00	251.445,06	198
06	Serra da Ibiapaba	São Benedito	45.923,00	123.000,00	160
07	Sertão Central	Piquet Carneiro	45.923,00	108.332,94	160
08	Sertão dos Crateús	Poranga	37.065,44	108.588,65	160
TOTAL GERAL	08	08	358.526,44	980.346,65	1.318

(*) Ministério da Integração (MI)

18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Apoio às Cadeias Produtivas da Pecuária – COAPE.
Técnico	Antonio Nunes de Oliveira
E-mail	nunes.oliveira@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.8085

Marco Lógico MAPP 373 – Projeto Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	<p>Maior inserção dos beneficiários de base familiar na cadeia produtiva da apicultura</p> <p>Certificação do produto no Serviço de Inspeção</p>	<p>Nº de beneficiários inseridos na cadeia da apicultura</p> <p>Nº de certificações concedidas</p>	<p>Cadastro de beneficiários</p> <p>Relatórios de acompanhamento técnico</p>	<p>Maior período de escassez de água</p> <p>Atraso nos processos licitatórios</p> <p>Atraso no fornecimento e distribuição dos equipamentos</p>
Resultados	<p>Aumento da renda dos produtores beneficiados</p> <p>Aumento da produtividade por colmeia/safra</p>	<p>% de incremento na renda dos beneficiários iniciantes</p> <p>% de incremento na renda dos produtores com menos de 40 (quarenta) colmeias</p> <p>% de produção/colmeia/safra</p> <p>Nº de apiários georreferenciados</p>	<p>Relatórios de acompanhamento técnico</p>	<p>Maior período de escassez de água</p> <p>Atraso nos processos licitatórios</p>
Produtos	<p>Apiários georreferenciados</p> <p>Capacitação nas áreas de manejo de captura, alimentar e de produção de produtos apícolas</p> <p>Colmeias, indumentárias e utensílios apícolas ofertados</p>	<p>Nº de capacitações realizadas</p> <p>Nº de colmeias distribuídas</p> <p>Nº de indumentárias e utensílios apícolas distribuídos</p>	<p>Cadastro de beneficiários</p> <p>Relatórios de acompanhamento técnico</p>	<p>Maior período de escassez de água</p> <p>Atraso nos processos licitatórios</p> <p>Atraso no fornecimento e distribuição dos equipamentos</p> <p>Atraso no repasse de recursos financeiros</p>
Atividades	<p>Capacitação para técnicos do projeto</p> <p>Capacitação para produtores rurais</p> <p>Aquisição de colmeias, equipamentos e material permanente</p>	<p>Nº de técnicos capacitados</p> <p>Nº de produtores rurais capacitados</p> <p>Nº de colmeias, equipamentos e material permanente adquiridos</p>	<p>Cadastro de beneficiários</p> <p>Relatórios de acompanhamento técnico</p>	<p>Maior período de escassez de água</p> <p>Atraso nos processos licitatórios</p> <p>Atraso no fornecimento e distribuição dos equipamentos</p> <p>Atraso no repasse de recursos financeiros</p>
Insumos	<p>Recurso Fecop</p> <p>Recurso Secretaria do Desenvolvimento Regional/ Ministério da Integração Nacional</p>	<p>% de recursos executado</p>	<p>Acompanhamento de MAPP</p>	<p>Atraso no repasse de recursos financeiros</p> <p>Valor aportado no MAPP não está disponível por total para execução</p>



**Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário**

PROJETO: Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará.

MAPP 374

"SDA"

Outubro / 2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Programa (PPA)	029 - Desenvolvimento Agropecuário Familiar
Mapp (Nº e Denominação)	374 - Desenvolvimento da Caprinocultura Leiteira no Estado do Ceará
Período de Execução (em 2016)	Janeiro a Dezembro
Categoria	Estruturante – Inclusão Produtiva Rural

1. Descrição do Projeto

O projeto de Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará é uma parceria entre o Ministério da Integração e o Governo do Estado que tem por público alvo os agricultores familiares e visa o desenvolvimento de ações voltadas para melhoria do rebanho de leite e de corte contribuindo para a geração de emprego e renda no meio rural. Foi estruturado levando em consideração as potencialidades do Estado para este tipo de atividade e a resistência deste rebanho para enfrentamento das dificuldades edafoclimáticas da região.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O projeto colabora para a política governamental de fortalecimento da agricultura familiar. Sua execução contribui para o alcance do Resultado Temático: Economia rural fortalecida, sustentável, solidária e competitiva, registrando-se suas realizações por meio do Indicador: Valor Bruto da Produção da Agricultura.

No Plano Plurianual 2016 / 2019, o projeto inscreve-se no Eixo Ceará de Oportunidades, na área temática: Agricultura Familiar e Agronegócio no âmbito do Programa de Governo 029 – Desenvolvimento da Agropecuária Familiar. Atende neste Programa ao Objetivo 029.1 – Incentivar o aumento da produtividade nas atividades econômicas da agropecuária de base familiar, garantindo um desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo; Iniciativa 029.1.19 – Distribuição de equipamentos, utensílios e semoventes para apoio as cadeias produtivas da pecuária.

3. Diagnóstico

O Ceará possui efetivos de rebanhos ovino e caprino de aproximadamente 1,7 e 0,82 milhão de cabeças, o que corresponde a 11,4% e 8,6% dos rebanhos ovino e caprino nacionais. Os Municípios de Quixadá e Quixeramobim, localizados na região do sertão central do Ceará, no semiárido nordestino, mostram, respectivamente, um efetivo de 26.700 e 35.600 cabeças de ovinos e 6.150 e 6.400 cabeças de caprinos, que representam 0,18% e 0,24% do rebanho ovino e 0,06% e 0,07% do rebanho caprino nacional (IBGE, 2001).

O leite de cabra tem alto valor nutritivo e contém os elementos necessários à nutrição humana, como Açúcar (Lactose), Proteínas, Gorduras, Vitaminas, Ferro, Cálcio, Fósforo e outros minerais.

O produto tem reação alcalina e dificilmente azeda no estômago humano, tornando-

se assim um fator de alta eficiência no tratamento de cólicas em crianças. Sua digestibilidade é elevada e ocorre pelo tamanho reduzido e fácil dispersão dos seus glóbulos de gordura e pela sua proteína de coagulação que forma uma coalhada fina, macia e com perfeita digestão em um curto espaço de tempo.

A região Nordeste produz diariamente 10.000 litros de leite de cabra, 45.4% da produção nacional. O Estado do Rio Grande do Norte é o principal produtor, com 8.500 litros/dia. No Estado do Ceará, a produção de leite diária chega aos 1.000 litros, sendo que a região Norte do Estado apresenta um potencial de produção de 400 litros de leite por dia.

O leite de cabra aos poucos vai gerando emprego e renda nas propriedades rurais. O mercado está subdividido em venda de leite fluído (93%), venda de leite em pó (4%) e venda de queijos, doces e iogurtes (3%). O preço médio do leite in natura adquirido aos produtores é de R\$ 0,70 e o leite pasteurizado chega aos varejistas com o preço médio de R\$ 1,30 e chega aos consumidores a um preço médio de 1,80.

No Estado do Rio Grande do Norte, por exemplo, existe uma atividade organizada com 300 produtores em 33 municípios com produção diária de 8.500 litros de leite gerando ao todo 35.000 empregos e garantindo uma renda de um salário mínimo de R\$ 180.00 por mês com a produção de sete cabras em lactação. Este leite está sendo adquirido pelo Governo daquele Estado e distribuído para a merenda escolar e para crianças carentes já tendo contribuído para reduzir em 39% a mortalidade infantil naquela região.

Apesar de ser recomendado por médicos e nutricionistas como uma opção de alimento que deve ser consumido por crianças alérgicas ao leite de vaca e por idosos o leite de cabra deve ter seu uso orientado como um fator de elevado potencial nutritivo capaz de proporcionar a população em geral uma alimentação completa.

(*) Arlindo Luiz da Costa - Pesquisador da Embrapa Caprinos

4. Justificativa

A decisão de estabelecer no Estado do Ceará uma exploração sustentável, da caprinocultura leiteira e na ovinocaprinocultura de corte na agricultura familiar, requer fundamentalmente o desenvolvimento de ações complementares voltadas para a produção crescente de leite caprino no Estado, principalmente em municípios que possuem uma cultura tradicional de criação de caprinos.

Com isso a expectativa é o aumento do rebanho caprino leiteiro, produtividade /cabra /lactação /ano, qualidade do leite, organização dos grupos a serem trabalhados e principalmente o incremento na renda das famílias. O desenvolvimento de técnicas de baixo custo, que possam aportar uma melhor condição de criação, haja vista que através da implantação dos núcleos de produção de leite de cabra em condições fitossanitárias adequadas para o consumo e agregar valor a produção, fomentando a economia local, já que irá ajudar a reduzir os custos da produção/litro de leite.

Diante do exposto, é que se justifica a execução de um projeto como este, além de vir ao encontro dos anseios governamentais na busca de ações inovadoras para melhorar a vida do homem do campo, como também, atender a demanda alimentar em quantidade e qualidade, proporcionando ao agricultor familiar estabilidade na produção e o incremento da renda.

5. Histórico

Apesar de ter sido aprovado o financiamento pelo CCPIS para ser financiado pelo FECOP em 2013 não houve execução física devido pendências junto ao Ministério da Integração Nacional. No ano de 2014 foi realizado o processo licitatório para realização do acompanhamento técnico do projeto para 12 meses, mas em virtude do período eleitoral houve atraso na execução dos procedimentos burocráticos, portanto as atividades programadas do projeto em 2015 foram iniciadas e terá sua continuidade dos trabalhos de campo em 2016.

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes) (*)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários(**)
2013	0,00	0,00	0,00	0
2014	0,00	0,00	0,00	0
2015	521.163,84	140.665,48	661.829,32	1.862
TOTAL	521.163,84	140.665,48	661.829,32	1.862

(*) Ministério da Integração (MI)

(**) 4,12 Pessoas por produtor beneficiado.

6. Público Alvo

Agricultores de base familiar.

6.1. Critérios Adotados para Seleção dos Beneficiários

Serão contemplados agricultores familiares possuidores de DAP, inscritos no CAD-Único (Programa Bolsa Família), com renda até ½ salário mínimo per capita e que tenham potencial (área e vocação) para desenvolver a criação de caprino e ovino.

6.2. Documentos Comprobatórios da Situação de Pobreza

A seleção dos beneficiários poderá ser comprovada* através dos documentos elencados pela Lei nº 14.859 (não necessariamente cumulativos), a seguir:

- I - fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 kwh mensais;
- II - fatura de água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais;
- III - comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal;
- IV - comprovante de obtenção de rendimento mensal inferior a meio salário mínimo por membro do núcleo familiar.

***Para fins de cadastramento as informações são auto declaratórias – podendo ser exigida a comprovação em caso de dúvida.**

7. Objetivos (Geral e Específico)

7.1 Geral:

Melhorar a renda dos beneficiários mediante o fortalecimento da cadeia produtiva da Ovinocaprinocultura cearense, tornando-a sustentável, competitiva e rentável.

7.2 Específicos:

2. Aumentar a produção de leite caprino;
3. Agregar valor na produção de animais para abate;
4. Determinar um padrão de animais para abate;
5. Manter a oferta constante de animais para abate;
6. Introduzir novas tecnologias adaptadas para a convivência com o semiárido;
7. Reduzir os custos de produção do leite caprino;
8. Melhorar o processo de gestão dos empreendimentos familiares;
9. Contribuir para fixar o homem no campo;
10. Implantar reserva alimentar para os rebanhos;
11. Apoiar a comercialização de produtos cárneos e lácteos;
12. Realizar acompanhamento técnico aos produtores.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

8.1 Atividades Realizadas em Anos Anteriores

- **Seleção de beneficiários**

Elaborado diagnóstico prévio da atividade e aplicado em cada município visando identificar os beneficiários que atendam os critérios citados para identificação dos beneficiários;

b) Capacitação para técnicos

Realizada 01 (uma) capacitação para os técnicos com carga horária de 40 (quarenta) horas, com a finalidade de aprimorar e nivelar os conhecimentos técnicos sobre a atividade e a reciclagem dos conhecimentos técnicos, como também gerar discussões sobre as atividades diárias desenvolvidas com os beneficiários do projeto.

c) Capacitação para produtores

Foram ministrados 12 (doze) cursos de capacitação para os produtores com carga horária de 40 (quarenta) horas cada, na área de Manejo Pastoril da Caatinga, Manejo alimentar, conhecimentos necessários para os produtores beneficiados com o projeto iniciarem implantação de suporte forrageiro dos rebanhos.

d) Acompanhamento técnico

Acompanhamento técnico durante a execução do projeto, sendo um técnico para

cada grupo de 30 produtores.

8.2 Atividades a Serem Realizadas no Ano

a) Acompanhamento técnico

Acompanhamento técnico durante a execução do projeto, sendo um técnico para cada grupo de 30 produtores.

b) Capacitação para técnicos

Serão realizadas 02 (duas) capacitações para os técnicos com carga horária de 40 (quarenta) horas, com a finalidade de aprimorar e nivelar os conhecimentos técnicos sobre a atividade e a reciclagem dos conhecimentos técnicos, como também gerar discussões sobre as atividades diárias desenvolvidas com os beneficiários do projeto.

c) Capacitação para produtores

Será ministrada 01 (uma) capacitação para os produtores com carga horária de 40 (quarenta) horas cada, na área Formação e manejo geral do rebanho, Principais raças de caprinos leiteiros, Conhecimento do exterior do caprino leiteiro, conhecimentos necessários para os produtores beneficiados com o projeto.

d) Aquisição de material de consumo

As aquisições dos materiais de consumo se dará por meio de Pregão Eletrônico a ser realizado pela Central de Licitações do Governo do Estado do Ceará.

8.3 Atividades Previstas para Anos Posteriores

a) Acompanhamento técnico

Acompanhamento técnico durante a execução do projeto, sendo um técnico para cada grupo de 30 produtores.

b) Capacitação para técnicos

Será realizada 01 (uma) capacitação para os técnicos com carga horária de 40 (quarenta) horas, com a finalidade de aprimorar e nivelar os conhecimentos técnicos sobre a atividade e a reciclagem dos conhecimentos técnicos, como também gerar discussões sobre as atividades diárias desenvolvidas com os beneficiários do projeto.

c) Capacitação para produtores

Será ministrada 01 (uma) capacitação para os produtores com carga horária de 40 (quarenta) horas cada, nas áreas de Manejo reprodutivo, Manejo alimentar, Sanidade e higiene, Instalações e Produtos da caprinocultura leiteira (no

segundo curso), conhecimentos necessários para os produtores beneficiados com o projeto

d) Aquisição e distribuição de equipamentos permanentes e semoventes

As aquisições, tanto dos equipamentos permanentes como dos semoventes se dará por meio de Pregão Eletrônico a ser realizado pela Central de Licitações do Governo do Estado do Ceará.

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Produtores beneficiados	450	Relatório de Acompanhamento Técnico

10. Metas

- Beneficiar 12 associações de produtores familiares;
- Beneficiar 450 produtores familiares;
- Beneficiar 1.800 pessoas (em média 4 pessoas por família beneficiada);

11. Resultados Esperados

Aumento dos rebanhos de ovinos e caprinos, fortalecendo a cadeia produtiva.
Aumento da quantidade e qualidade de leite caprino produzido.
Ampliação da renda dos ovinocaprinocultores.

12. Integração de Ações

Para melhor consecução do projeto buscou-se a parceria do Programa Leite Fome Zero do Governo federal que garante a comercialização do leite de cabra e que, inicialmente, será o principal comprador do leite, tendo também como destino dos produtos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o mercado formal.

O Programa Leite Fome Zero, tem por objetivo de diminuir a vulnerabilidade e insegurança alimentar de crianças de 2 a 7 anos, gestantes, nutrizes até 06 meses e idosos pertencentes a famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. O Programa visa ainda fortalecer a cadeia produtiva da Caprinocultura de leite, adquirindo leite dos agricultores familiares possuidores da DAP, nas categorias A, B e "A/C", por um preço justo (acima do preço de mercado).

Atualmente o preço pago ao produtor de R\$ 1,29/litro, o Programa tem hoje uma demanda diária de 5.000 litros de leite caprino/dia. Com a implantação deste projeto pretende-se superar o déficit de 3.000 litros de leite caprino/dia, com perspectiva de ampliação da cota de aquisição e distribuição do leite caprino para 10.000 litros diários a partir de 2014.

13. Monitoramento

O monitoramento do projeto será in loco, pelos técnicos da Coordenadoria de Apoio às Cadeias Produtivas da Pecuária e este será feito trimestralmente, após a

realização dos Seminários.

13.1 Dados Utilizados

Por meio de questionários e arquivos fotográficos, elaborados pelos Técnicos da Coordenadoria de Apoio às Cadeias Produtivas da Pecuária, a coleta de dados será realizada trimestralmente.

Nestes, conterão informações sobre o nível de organização das associações, quantitativo dos produtores beneficiados, acompanhamento dos Seminários, capacitações, dias de campo, intercâmbios, como também o controle zootécnico dos animais.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

Após a seleção, será elaborado o cadastro de beneficiários do projeto agrupados por município atendido com Nome, CPF, NIS, Inscrição no PRONAF, município e outras informações que sejam julgadas necessárias para a boa execução e avaliação do projeto.

14. Pressupostos de Risco

Durante o processo de contratação da empresa que realizará a Seleção de beneficiários, Capacitações e acompanhamento técnico podem ocorrer problemas tais como, as empresas concorrentes não apresentarem as documentações exigidas no certame e serem desclassificadas, atrasando todo o processo de execução do Projeto.

15. Orçamento - 2016

(R\$1,00)

Detalhamento	Valor FECOP	Valor Outras Fontes (*)	Valor Total
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1. Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (339039)			
1.1.1. Capacitações para técnicos	0,00	26.940,00	26.940,00
1.1.2. Realização de Capacitações para produtores	0,00	68.070,00	68.070,00
1.1.3. Realização de Missão Técnica	89.285,06	101.914,94	191.200,00
1.1.4. Dia de Campo	0,00	86.564,00	86.564,00
1.1.4. Monitoramento de Produtores	261.100,00	1.292.578,68	1.553.678,68
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1. Equipamentos e Material Permanente (449052)			
2.1.1. Matrizes caprinas (aptidão leiteira)	0,00	2.574.000,00	2.574.000,00
2.1.2. Reprodutor caprino P.O (aptidão leiteira)	0,00	363.000,00	363.000,00

2.1.3. Tanques para resfriamento de leite (capacidade de 1.000 litros)	0,00	145.200,00	145.200,00
2.1.4. Kit de higienização da ordenha	0,00	117.810,00	117.810,00
2.1.5. Kit de manejo sanitário para caprinos	0,00	18.690,00	18.690,00
2.1.6. Kit de análise do leite e higienização do tanque de resfriamento de leite	0,00	3.344,00	3.344,00
2.1.7. Aquisição de equipamentos e material permanente	0,00	0,00	0,00
TOTAL (R\$)	350.385,06	4.798.111,62	5.148.496,68

16. Cronograma de Desembolso - Fonte FECOP

Item de Despesa	Jan.	Mar.	Dez.	Total
1.1. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (339039)	0,00	350.385,06	0,00	350.385,06
2.2. Equipamentos e Material Permanente (449052)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (R\$)	0,00	350.385,06	0,00	350.385,06

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP	Valor Outras Fontes*	Pessoas Beneficiadas
01	Cariri	Campos Sales	41.000,00	244.800,00	150
02	Sertão de Crateús	Catunda	20.000,00	387.200,00	150
03	Sertão de Crateús	Crateús	88.285,06	901.511,62	150
04	Sertão de Crateús	Independência	20.000,00	387.200,00	150
05	Sertão de Crateús	Ipueiras	20.000,00	387.200,00	150
06	Sertão de Crateús	Monsenhor Tabosa	20.000,00	387.200,00	150
07	Sertão de Crateús	Nova Russas	20.000,00	387.200,00	150
08	Sertão de Crateús	Poranga	20.000,00	387.200,00	150
09	Sertão de Crateús	Santa Quitéria	20.000,00	387.200,00	150
10	Sertão de Crateús	Tamboril	20.000,00	387.200,00	150
11	Sertão dos Inhamuns	Aiuaba	20.000,00	387.200,00	150
12	Sertão dos Inhamuns	Tauá	41.100,00	167.000,00	150
TOTAL GERAL	03	12	350.385,06	4.798,111,62	1.800

(*) Governo Federal (Ministério da Integração)

18. Responsável(eis) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Apoio às Cadeias Produtivas da Pecuária – COAPE.
Técnico	Antonio Nunes de Oliveira
E-mail	nunes.oliveira@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.8085

Marco Lógico MAPP 374 – Projeto Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura Leiteira

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	<p>Agregação de valor aos produtos</p> <p>Incremento na renda do produtor e melhoria de sua qualidade de vida</p>	<p>% de aumento do valor agregado dos produtos</p> <p>% de incremento na renda dos beneficiários iniciais</p>	<p>Cadastro de beneficiários</p> <p>Relatórios de acompanhamento técnico</p>	<p>Maior período de escassez de água</p> <p>Atraso nos processos licitatórios</p> <p>Atraso no fornecimento e distribuição dos equipamentos</p>
Resultados	<p>Aumento do rebanho de ovinos e caprinos e da quantidade de leite caprino produzido</p> <p>Aumento na oferta de carne de ovinos e caprinos</p>	<p>% de aumento do rebanho de ovinos e caprinos</p> <p>% de aumento na quantidade de carne e leite produzido</p>	<p>Relatórios de acompanhamento técnico</p> <p>Sistema de monitoramento da ADAGRI</p>	<p>Cadastro não estar atualizado</p> <p>Maior período de escassez de água</p> <p>Atraso no fornecimento e distribuição dos equipamentos</p>
Produtos	<p>Capacitação na área de manejo geral do rebanho e temas correlatos.</p> <p>Matrizes caprinas, tanques e kits ofertados</p>	<p>Nº de capacitações realizadas</p> <p>Nº de matrizes caprinas, tanques e kits distribuídos</p> <p>Atraso no repasse de recursos financeiros</p>	<p>Cadastro de beneficiários</p> <p>Relatórios de acompanhamento técnico</p>	<p>Maior período de escassez de água</p> <p>Atraso nos processos licitatórios</p> <p>Atraso no fornecimento e distribuição dos equipamentos</p>
Atividades	<p>Seleção de beneficiários</p> <p>Capacitação para técnicos</p> <p>Capacitação para produtores</p> <p>Acompanhamento técnico</p> <p>Aquisição e distribuição de matrizes e tanques de resfriamento</p>	<p>Nº de beneficiários selecionados</p> <p>Nº de técnicos capacitados</p> <p>Nº de produtores rurais capacitados</p> <p>Nº de visitas técnicas realizadas</p> <p>Nº de matrizes e equipamentos distribuídos.</p>	<p>Cadastro de beneficiários</p> <p>Relatórios de acompanhamento técnico</p>	<p>Maior período de escassez de água</p> <p>Atraso nos processos licitatórios</p> <p>Atraso no fornecimento e distribuição dos equipamentos</p> <p>Atraso no repasse de recursos financeiros</p>
Insumos	<p>Recurso Fecop</p> <p>Recurso Ministério da Integração</p>	<p>% de recursos executado</p>	<p>Acompanhamento de MAPP</p>	<p>Valor aportado no MAPP não está disponível por total para execução</p>



**Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário**

PROJETO: Implantação de cisternas de polietileno

MAPP 457

"SDA"

Outubro / 2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Programa (PPA)	32 – Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural
Mapp (Nº e Denominação)	457 - Implantação de 11.603 cisternas de polietileno do âmbito do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - Água para Todos.
Período de Execução (em 2016)	(Março a dezembro de 2016)
Categoria	Estruturante – Infraestrutura Domiciliar

1. Descrição do Projeto

O projeto **Implantação de Cisternas de Polietileno** integra o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - Água para Todos, que é coordenado pelo Ministério da Integração Nacional (MI) e faz parte do Plano Brasil Sem Miséria. O programa foi estruturado a partir da necessidade de universalizar o acesso e uso de água para populações carentes, residentes em comunidades rurais não atendidas por este serviço público essencial, atendidas por sistemas de abastecimento deficitários ou, ainda, que recebam abastecimento difuso.

O programa tem como objetivo garantir o amplo acesso à água para as populações rurais dispersas e em situação de extrema pobreza, seja para o consumo próprio ou para a produção de alimentos. O projeto é executado mediante convênio firmado com o MI em 2013 (CV Nº782394/2013) e passou a dispor de recursos do FECOP em 2013 e é acompanhado no sistema WebMapp com o número 457.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2016/2019, o projeto insere-se no **Eixo** Governamental: Ceará Saudável, **Tema Estratégico**: Saneamento Básico, **Resultado Temático**: Saneamento básico expandido e garantido com qualidade, no âmbito do **Programa** 32 - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural, tendo como **Indicador de Resultado Temático** Percentual de domicílios atendidos com água potável para consumo humano no meio rural, colaborando para o alcance do **Objetivo** 032.1 - Ampliar o acesso da população rural cearense aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário; **Iniciativa 032.1.01** - Implementação de solução domiciliar de acesso à água potável.

3. Diagnóstico

O Ceará contribui com 9,82% dos domicílios do Brasil em situação de extrema pobreza segundo informações do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), baseado em dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o terceiro estado mais populoso no Nordeste com 8.472.231 milhões de habitantes. Desses, 51% são pobres, ou seja, possuem rendimento domiciliar per capita inferior a ½ salário mínimo. Na zona rural 36,9% da população se encontra em situação de extrema pobreza. A região do semiárido brasileiro reúne um conjunto de características climáticas, geomorfológicas,

econômicas e sociais peculiares, que são fatores determinantes para a dificuldade no acesso a recursos hídricos, tanto para o consumo humano como para a produção agropecuária.

Do ponto de vista climático, o semiárido brasileiro tem pluviosidade média anual girando em torno de 350 a 800 mm. A temperatura média é alta, com pequena amplitude anual de aproximadamente 5 °C, girando entre 20 °C no topo das serras a até 28 °C nos sertões mais quentes. No interior, a amplitude térmica diária pode ser relativamente grande devido à menor umidade.

Em todo o Nordeste e particularmente no Ceará os anos de 2012 a 2015 configuraram-se como tipicamente seco não garantindo as recargas dos reservatórios. Deve-se destacar que apenas 19% da população rural é atendida com sistemas públicos de abastecimento de água. Esse baixo índice gera consequências sociais graves e duradouras, contribuindo, inclusive, para a insegurança alimentar da população que se agrava pela redução da quantidade e qualidade da água disponível nos reservatórios superficiais.

Devido à desnutrição e ao consumo de água de baixa qualidade, por exemplo, a taxa de mortalidade infantil na região do semiárido é, historicamente, a maior do País. Há algum tempo os governos (Federal, Estadual e os Municipais) vêm suprindo essa carência através do carro pipa que distribui água potável para a população rural dispersa de vários municípios cearenses.

4. Justificativa

Nos anos de 2012 a 2015, alguns fatores prejudicaram a permanência da zona de convergência intertropical, responsável pela maior parte das chuvas no período, no continente. Esse período foi marcado pela irregularidade das chuvas no Ceará, tanto do ponto de vista temporal, quanto do ponto de vista espacial.

Devido ao baixo volume de chuvas que, neste período, foi menor que a média histórica, a população rural está sofrendo com os efeitos da seca, o que se reflete tanto na queda da produção agropecuária como na falta de água para o consumo humano. A saída utilizada foi a distribuição de água por carros pipas que além de uma solução de alto custo tem inúmeros aspectos desfavoráveis.

O Programa do Governo Federal “Água para Todos” visa ampliar, com vista à universalização, o acesso à água para abastecimento humano, por meio da instalação de Cisternas e Sistemas simplificados de abastecimento.

São dois tipos de tecnologia que se complementam e ajudam a minorar os efeitos das estiagens frequentes no Estado. De tecnologia simples para captação de água de chuva a cisterna de polietileno tem se constituído em uma alternativa apropriada para o consumo humano garantindo a cada família beneficiada água de qualidade e em quantidade suficiente para atender as necessidades de cinco pessoas, por um tempo médio de 6 meses após o período invernos. Os sistemas simplificados de abastecimento de água são instalados a partir da perfuração de poços profundos, armazenamento e distribuição para a população.

Sem precisar percorrer quilômetros atrás de água para consumo humano, tarefa geralmente executada por mulheres e crianças, as famílias ficam menos vulneráveis às doenças causadas pela ingestão de água contaminada ou salobra, proveniente dos barreiros e de poços.



Cisternas: Cada cisterna de polietileno tem a capacidade de armazenar 16 mil litros d'água.

5. Histórico

O projeto foi aprovado pelo CCPIS para utilização de recursos do FECOP em 2013, sendo que neste ano foram realizados: a aquisição de 4.850 cisternas de polietileno, as licitações para as atividades de ação social, transporte e instalação das cisternas e fornecimento das bombas manuais. Em 2014 foi concluído a atividade de ação social, foram adquiridas as bombas manuais e houve a implantação 17.988 cisternas de polietileno. Em 2015 foram implantadas 1.392 cisternas de polietileno.

Ano	Valor FECOP	Valor (Outras fontes) *	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2013	902.865,75	17.154.449,25	18.057.315,00	0
2014	600.086,43	77.358.214,68	77.958.301,11	75.550
2015	1.707.213,89	999.500,00	2.706.713,89	5.859
TOTAL	3.210.166,07	95.512.163,93	98.722.330,00	81.409

(*) Fonte 82 - Governo Federal (Ministério da Integração - MI)

6. Público Alvo

Famílias residentes em comunidades rurais que enfrentam dificuldades de acesso a água nos municípios do Estado do Ceará.

6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

- Serem inscritos no CadÚnico;
- Ter renda mensal per capita de até R\$ 140,00.

7. Objetivos

7.1 Geral:

Contribuir para a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e alimentar.

7.2. Específico:

Disponibilizar água com a qualidade necessária ao consumo humano.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

• **Implantação dos comitês municipais**

Implantação de um comitê municipal composto por 70% da sociedade civil e 30% do poder público.

• **Cadastramento das famílias a serem beneficiadas com cisterna de polietileno**

Aplicação de um questionário e enquadramento dos beneficiários no projeto.

• **Implantação das cisternas de polietileno**

Realização de uma licitação, onde a empresa vencedora fará o transporte e instalação das cisternas.

• **Elaboração das fichas individualizadas (termo de recebimento) dos beneficiados com cisterna de polietileno.**

Cada cisterna implantada terá uma ficha contendo às informações pessoais do beneficiário, o georreferenciamento, foto da cisterna com o beneficiário e deverá está devidamente assinado pelo técnico e pelo beneficiário.

8.1 Atividades Realizadas em Anos Anteriores

- Implantação dos Comitês Municipais;
- Cadastramento das famílias a serem beneficiadas com cisterna de polietileno;
- Implantação das cisternas de polietileno;
- Elaboração das fichas individualizadas dos beneficiados com cisterna de polietileno.

8.2 Atividades a Serem Realizadas no Ano

- Implantação das cisternas de polietileno;
- Elaboração das fichas individualizadas dos beneficiados com cisterna de polietileno.

8.3 Atividades Previstas para Anos Posteriores

- Implantação das cisternas de polietileno;
- Elaboração das fichas individualizadas dos beneficiados com cisterna de polietileno.

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Cisternas de Polietileno	1.000	Relatório de acompanhamento

10. Metas

- Instalar 1.000 cisternas em 12 municípios.

11. Resultados Esperados

Famílias da zona rural com água suficiente para o consumo humano.

12. Integração de Ações

A política de universalização da água no Estado do Ceará é realizada por várias frentes, tais como: implantação de sistemas de abastecimento de água com dessalinizadores através da Secretaria de Recursos Hídricos; Implantação de Sistema de abastecimento de água através dos SISAR's, SOHIDRA e Projeto São José; especificamente as cisternas, são implantadas através da Fundação Nacional de Saúde, da Secretaria de Desenvolvimento Agrário e do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.

13. Monitoramento

O monitoramento deste projeto será realizado conjuntamente pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) através da Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais – COPPE e Instituto Agropolos do Ceará, uma vez que as ações de acompanhamento estão relacionadas aos projetos desenvolvidos por estas unidades administrativas.

As atividades de acompanhamento são realizadas mediante acompanhamento de campo, monitoramento da implantação do equipamento e registro das entregas realizadas através do Sistema de Informações de Saneamento Rural que demonstra os resultados alcançados na implantação de projetos de saneamento rural executados pela SDA. Cada cisterna implantada tem uma ficha individualizada (termo de recebimento) contendo às informações pessoais do beneficiário, o georreferenciamento e foto da cisterna com o beneficiário, em que o termo é devidamente assinado pelo técnico que realiza o acompanhamento da entrega da cisterna e pelo beneficiário. O Instituto Agropolos elabora relatórios trimestrais evidenciando as ações realizadas pelos técnicos envolvidos nas atividades.

13.1 Dados Utilizados

A coleta de dados deste projeto é realizada em duas fases: cadastramento das famílias beneficiadas e entrega da cisterna. No cadastramento das famílias é realizado a aplicação de questionário socioeconômico da família beneficiada seguindo os critérios de seleção do Programa Água para Todos. Na entrega da cisterna é realizado o preenchimento do formulário de registro da cisterna construída, o georreferenciamento e uma foto do beneficiário com a cisterna implantada. Após a implantação da cisterna é realizado um monitoramento após seis meses da instalação da cisterna visando avaliar o envolvimento do beneficiário na manutenção das cisternas implantadas e na satisfação da comunidade beneficiada.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

Para cada cisterna de polietileno será elaborado uma ficha cadastral que terá uma numeração individual e catalogada em planilha eletrônica.

14. Pressupostos de Risco

- Demora nas decisões do comitê;
- Demora no processo licitatório;
- Atraso na entrega de equipamentos;

- Falha no processo de acompanhamento pelos Órgãos.

15. Orçamento

Detalhamento	Valor FECOP	Valor Outras Fontes (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. Despesas Correntes			
1.1 Serviços de Pessoa Jurídica - Acompanhamento e Monitoramento do Projeto (335039)	2.181.145,08	0,00	2.181.145,08
1.2. Repasse para empresas vencedoras – Implantação das cisternas de polietileno (449039)	0,00	17.350.395,94	17.350.395,94
TOTAL	2.181.145,08	17.350.395,94	19.531.541,02

(*) Fonte 82 - Governo Federal (Ministério da Integração - MI)

O presente projeto foi aprovado na 6ª Reunião extraordinária do CCPIS, no valor de R\$ 3.229.968,66, com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP. A reapresentação se justifica, tendo em vista a solicitação de redução no valor de R\$ 1.048.823,58, ficando assim o valor da referida fonte em R\$ 2.181.145,08. As metas serão alteradas de 11.603 para 1.000 cisternas de polietileno instaladas tendo por estratégia de execução a priorização da execução de outras fontes oriundas de convênio de receita.

16. Cronograma de Desembolso - Fonte FECOP

Item de Despesa	Mar	Jul	TOTAL
1.1 Serviços de Pessoa Jurídica - Acompanhamento e Monitoramento do Projeto (335039) – Fonte Fecop	1.614.984,33	566.160,75	2.181.145,08
Total	1.614.984,33	566.160,75	2.181.145,08

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (*) (R\$)	Pessoas Beneficiadas
1	03 – Grande Fortaleza	Pacatuba	120.814,13	648.976,29	2.170
2	03 – Grande Fortaleza	São Luis do Curu	271.414,24	1.457.953,64	4.875
3	05 – Litoral Norte	Acaraú	762.801,56	5.553.681,85	18.570
4	05 – Litoral Norte	Barroquinha	0,00	1.039.259,26	3.475
5	05 – Litoral Norte	Chaval	0,00	961.501,73	3.215
6	05 – Litoral Norte	Cruz	0,00	1.300.943,24	4.350
7	06 – Litoral Oeste / Vale do Curu	Amontada	60.913,63	1.202.251,00	4.020
8	06 – Litoral Oeste / Vale do Curu	Tururu	230.214,95	1.236.643,74	4.135
9	07 – Maciço do Baturité	Mulungu	229.739,45	1.354.775,38	4.530
10	09 – Sertão Central	Piquet Carneiro	245.247,12	1.317.391,95	4.405
11	10 – Sertão de Canindé	Paramoti	160.000,00	837.388,76	2.800
12	11 – Sertão de Sobral	Senador Sá	100.000,00	439.629,10	1.470
	Total		2.181.145,08	17.350.395,94	58.015

(*) Fonte 82 - Governo Federal (Ministério da Integração - MI)

18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria Gerência	/	Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais (COPPE)
Técnico Responsável		Francisco Abelardo Cavalcante Camurça
E-mail		abelardo.camurca@sda.ce.gov.br
Telefone		3101.8112

Marco Lógico MAPP 457 - Projeto Implantação de Cisternas de Polietileno

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	<p>Redução da incidência de doenças de veiculação hídrica.</p> <p>Uso sustentável da água para abastecimento das famílias rurais.</p>	<p>Percentual da incidência de pessoas com diarreia.</p> <p>Tempo garantido de abastecimento de água à família por meio da cisterna.</p>	<p>Questionário socioeconômico do projeto.</p>	<p>Quadro de estiagem prolongada, afetando de forma geral os indicadores socioeconômicos do Estado.</p>
Resultados	<p>Famílias com acesso à água para consumo humano.</p>	<p>Percentual de cobertura da população rural com acesso à água para consumo.</p>	<p>Relatório de acompanhamento do projeto.</p> <p>Sites do IPECE e IBGE.</p>	<p>Escassez de água, inviabilizando a utilização das cisternas.</p>
Produtos	<p>Treinamento em implantação de tecnologia social de acesso à água.</p> <p>Cisternas implantadas.</p>	<p>Número de treinamentos realizados.</p> <p>Número de cisternas implantadas.</p>	<p>Relatório de acompanhamento do projeto.</p>	<p>Escassez de água, inviabilizando a implantação das cisternas.</p> <p>Excesso de chuva, dificultando o acesso às comunidades e o tempo de secagem das cisternas.</p> <p>Capacitações não atingirem resultados satisfatórios.</p> <p>Cisternas fora dos padrões técnicos.</p>

	<p>Capacitação de famílias em Gerenciamento dos Recursos Hídricos – GRH.</p> <p>Realização de treinamento para implantação de tecnologia social de acesso à água.</p> <p>Implantação de cisternas.</p> <p>Reunião com a comissão dos Planos de Ação de Convivência com a Seca (PACS) municipais para seleção das comunidades a serem contempladas.</p> <p>Realização de visitas domiciliares com aplicação de questionário socioeconômico para seleção de famílias beneficiárias.</p> <p>Planejamento e elaboração de material didático para os cursos.</p> <p>Acompanhamento e fiscalização das atividades de execução.</p>	<p>Número de entidades selecionadas.</p> <p>Número de capacitações para famílias realizadas (cursos).</p> <p>Número de treinamentos realizados.</p> <p>Número de cisternas implantadas.</p> <p>Número de reuniões com a comissão do PACS realizadas.</p> <p>Número de visitas realizadas pelas equipes técnicas para seleção das famílias.</p> <p>Número de materiais elaborados.</p> <p>Número de cisternas acompanhadas e fiscalizadas.</p>	<p>Relatório de acompanhamento do projeto.</p>	<p>Indisponibilidade de entidade capacitada.</p> <p>Evasão das famílias dos cursos de GRH.</p> <p>Treinamento em desconformidade com as diretrizes do Projeto.</p> <p>Conflito político na comissão do PACS para escolha dos beneficiários.</p> <p>Não acesso às informações das famílias com veracidade.</p> <p>Não conhecimento da realidade das comunidades que tem acesso ao material didático.</p> <p>Equipe técnica aquém da necessidade.</p>
<p>Insumos</p>	<p>Recursos do FECOP.</p> <p>Recursos Federais (MI).</p> <p>Técnicos para acompanhamento e fiscalização de campo.</p>	<p>Percentual de recurso investido por fonte.</p> <p>Número de técnicos envolvidos.</p>	<p>Relatório do projeto.</p> <p>Sistema de Acompanhamento e Monitoramento Estadual – WebMapp.</p>	<p>Indisponibilidade de recursos por parte dos Governos Estadual e Federal.</p> <p>Inadimplência do Estado, impossibilitando o recebimento de recurso.</p>



**Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA**

PROJETO: Projeto João de Barro

MAPP 514

"SDA"

Outubro/2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
Programa (PPA)	022 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Mapp (Nº e Denominação)	514 - Implantação do Projeto João de Barro - PNHR
Período de Execução	Julho a dezembro de 2016
Categoria	Estruturante – Inclusão Produtiva Rural

1. Descrição do Projeto



O projeto visa articular, organização, capacitar e acompanhar AGRICULTORES FAMILIAR que estejam ligados a uma Associação Comunitária que atuará como uma entidade organizadora a fim de desenvolver uma ação de melhorias habitacional na zona rural. A ação integra o PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL – PNHR, sendo que os recursos para as obras de construção são do governo federal com contrapartida do Estado, através da Secretaria das Cidades. A ação específica da Secretaria da agricultura é referente a organização comunitária e capacitação dos agricultores para a o gerenciamento das atividades na comunidade.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O projeto inclui-se no âmbito da Política de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará que tem como prioridade a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com participação, inclusão e justiça social. Esta política tem por aporte técnico metodológico o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS, instrumento que norteia as ações da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA para o período de 2012 a 2015. Contribui para a melhoria das condições de vida das populações do campo, priorizando o atendimento aos agricultores e agricultoras familiares beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF por meio da construção de unidades habitacionais. A execução do projeto proposto contribui para a implementação da Política Habitacional e está inserido no PPA 2016-2019 do Governo Estadual no **Eixo** “Ceará Acolhedor”, **Tema Estratégico** 2.02 – Habitação; **Resultado Temático**: Famílias em situação de vulnerabilidade social com moradia integrada aos serviços e equipamentos públicos, e **Indicador de Resultado Temático**: Famílias beneficiadas com habitação de interesse social. Ademais, o projeto situa-se no âmbito do **Programa** 022 – Habitação de Interesse Social; **Objetivo** 022.1 - Proporcionar moradia digna à população de baixa renda para o enfrentamento do déficit habitacional e da inadequação domiciliar; **Iniciativa**: 022.1.11 - Ampliação da oferta de moradia de interesse social na área rural.

3. Diagnóstico

O Brasil tem 16.267.197 pessoas vivendo em situação de pobreza extrema, o que equivale a 8,5% da população, segundo dados do Censo realizado pelo IBGE. As regiões com os maiores índices da população em situação de miséria são Nordeste (com 18,1%) e Norte (com 16,8%). Estas regiões têm 75% dos brasileiros vivendo em pobreza extrema. De acordo com os dados, 46,7% dos extremamente pobres

moram na zona rural. Dos brasileiros residentes no campo, um em cada quatro se encontra em extrema pobreza.

O Ceará possui 17,78% da população residente em domicílios particulares permanentes com rendimento familiar per capita de até R\$70,00 (IBGE, 2010). Isso significa que 1.502.924 pessoas no estado sobrevivem em situação de miséria, com base no parâmetro estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Em termos proporcionais, o Ceará é o sétimo estado da Federação com maior percentual de pessoas nessa condição. Em termos de participação relativa, dos 16,3 milhões de brasileiros nesta faixa de renda domiciliar per capita, 9,24% estão localizados no Ceará. Isto implica que o estado é o terceiro do país com maior contingente de pessoas extremamente pobres ou miseráveis. Considerando que grande contingente da população de extremamente pobres reside na zona rural, e que o déficit de unidades habitacionais no Estado é muito acentuado, em torno de 307.058 unidades, sendo 220.464 da zona urbana e 85.594 da zona rural e que o direito à moradia, enquadra-se no rol dos direitos econômicos e sociais e é um dever do Estado supri-lo.

Segundo dados da PNAD 2007-2012^o, Estado do Ceará tem um déficit habitacional de 242.268 (duzentos e quarenta e dois mil, duzentos e sessenta e oito) unidades. Na zona rural o déficit é de 54.182 (seiscentas e trinta e quatro mil, duzentos e três) unidades, ou seja, 13,13% estão dentro dos critérios do Programa Minha Casa Minha Vida – PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural). Portanto podendo serem beneficiadas pelo o MCMV-PNHR.

O meio mais eficaz para atenuar esta realidade é fazer parcerias com as entidades que representa este público: Sindicatos Rurais, Sindicato de Pescadores, Colônias de Pescadores e Associação Comunitária, o que não tem se dado na quantidade necessária a atender a demanda por habitação. Isso por não existe um programa de mobilização e divulgação e também pela a falta de conhecimento e capacidades destas entidades.

4. Justificativa

O Projeto JOÃO DE BARRO a ser desenvolvido junto famílias de agricultores familiares que se enquadram como beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida – PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural), visa à garantia de direitos sociais, principalmente o direito à moradia, que compreende muito mais que a unidade habitacional, por meio de informações devidas para as famílias contempladas e demais pessoas direta e indiretamente beneficiadas.

Para isso o Projeto João de Barro articulara as entidades que representam os agricultores familiares nas mais diversas comunidades do Município, divulgado e conscientizado sobre o programa, como também formando grupos de famílias com demanda por construção, reforma, ampliação e conclusão. O Projeto João de Barro, operara também em parceria com a Coordenadoria de Crédito Rural e Políticas Afins e o Projeto Paulo Freire no desenvolvimento de ação habitacional.

5. Histórico

Projeto foi aprovado em 2015 mas não teve execução no ano que foi aprovado.

6. Público Alvo

Agricultores Familiares (Pescadores Artesanais, Extrativistas, Aqüicultores familiar, Maricultores, Piscicultores, Ribeirinhos, Comunidades quilombolas, Povos indígenas e demais comunidades tradicionais).

6.1. Critérios adotados para seleção dos beneficiários

- Famílias de agricultores familiares que se enquadram como beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida – PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural)

6.2. Documentos comprobatórios da Situação de Pobreza

- Número do NIS
- Documentos pessoais
- Documento de Aptidão à Agricultura familiar

7. Objetivos

7.1 Geral

- Melhorar a situação habitacional dos agricultores familiares

7.2 Específico

- Articular as comunidades e entidades de agricultores familiares para atendimento de suas demandas habitacionais Programa Minha Casa Minha Vida – Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR);
- Formar Grupos de agricultores familiares para atendimento de suas demandas habitacionais (construção e reforma);
- Acompanhar a execução de projetos habitacionais dos agricultores familiares.

8. Atividades / Detalhamento das atividades

8.1. Atividades Realizadas em Anos Anteriores

As atividades do projeto serão contempladas no ano de 2017.

8.2 Atividades a Serem Realizadas no Ano

As atividades do projeto serão contempladas no ano de 2017.

8.3. Atividades Previstas para Anos Posteriores

a) Mobilização e Seleção dos Beneficiários

Nesta atividade serão realizadas ações de mobilização e seleção dos beneficiários pela entidade contratada nos municípios contemplados na proposta. As famílias selecionadas são congregadas em Associações Comunitárias que acessaram o benefício através do Programa Nacional de Habitação Rural.

b) Orientação dos beneficiários sobre a execução das ações

No processo de acesso à habitação os beneficiários são acompanhados por técnicos da SDA. A locação da habitação é feita pelos beneficiários, com orientação dos técnicos que acompanharão o projeto. Os técnicos da Coordenadoria de Crédito Rural e Políticas Afins são responsáveis pelo acompanhamento de todo o projeto João de Barro. A Comissão de Representantes do Empreendimento (CRE) é orientada a receber o material de boa qualidade de conformidade com o contratado. A própria associação é quem identifica as pessoas que serão contratadas para execução da mão de obra especializada.

c) Trabalho Técnico Social

Para cada grupo formado são formadas diversas oficinas de capacitação por grupo de agricultores formados sobre os seguintes temas:

- Meio ambiente;
- Economia Doméstica;
- Associativismo e Cooperativismo.

d) Elaborar relatórios de acompanhamento do estágio de execução das obras

Esses relatórios serão feitos pelos técnicos de supervisão da SDA, considerando o início da obra e o período previsto para conclusão, através de visitas ao empreendimento.

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Grupos de Agricultores Formados	0	Relatório de acompanhamento técnico
Famílias de Agricultores Beneficiados	0	Relatório de acompanhamento técnico

10. Metas

- Formar 22 grupos de Agricultores Familiares;
- Beneficiar 1.000 Famílias.

11. Resultados Esperados

- Redução do déficit habitacional rural,
- Melhoraria habitacional dos agricultores familiares;
- Geração de trabalho e renda na comunidade beneficiada.

12. Integração de Ações

A ação integra o PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL – PNHR, sendo que os recursos para as obras de construção são do governo federal com contrapartida do Estado, através da Secretaria das Cidades. Todas as ações do Projeto João de Barro são desenvolvidas em sintonia com os critérios do programa Minha Casa Minha Vida – Plano Nacional de Habitação Rural.

13. Monitoramento

Serão produzidos relatórios trimestrais de acompanhamento e de supervisão, por município, quantidade de famílias, descrevendo a situação qualitativa e quantitativa das atividades, consubstanciando com relatórios parciais de cada Comunidade constando de conteúdos trabalhados para elaboração dos projetos, listas de frequência, fotografias, e outras formas de documentação. O monitoramento terá como base visitas em campo, junto de reuniões de caráter Municipal, com a presença de famílias atendidas pelas ações. A avaliação do projeto, conforme acima mostrado, irá considerar o impacto e os resultados obtidos.

13.1 Dados Utilizados

Para atingir os objetivos propostos no projeto, a Coordenadoria de Crédito Rural e Políticas Afins utilizará dados que serão coletados pelas equipes de campo, bem como outros pela sua equipe de acompanhamento e monitoramento do projeto.

Número de Famílias Beneficiadas

Quantidade de trabalhadores empregados;

Oficinas Realizadas.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

No decorrer do projeto serão cadastrados os dados dos beneficiários tais como: Nome, CPF, NIS, Inscrição no PRONAF, estas informações serão armazenadas em sistemas informatizados ou em planilha eletrônica de modo que permita a consulta para efeito de avaliação.

14. Pressupostos de Risco

- O projeto proposto tem suas metas atreladas as metas do Programa Nacional de Habitação Rural. O desempenho do PNHR impacta diretamente no desempenho do projeto. Se houver redução no número de famílias beneficiadas com PNHR, haverá redução no número de unidades habitacionais construídas. A pouca organização e articulação dos agricultores (as) dificultando o planejamento de suas demandas e na contratação referente ao Programa Nacional de Habitação.
- Não ocorrer a Formalização efetiva do instrumento de repasse dos recursos para a entidade conveniada para a execução das ações.

15. Orçamento 2016

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (335039)	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

A reapresentação se justifica, tendo em vista a proposta realizada pela SDA, que reduziu o(s) valor(es) anteriormente estabelecido(s), fato este ocorrido após a

realização da 12ª Reunião Extraordinária, do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPIS, ocorrida em 01/08/2016. É observado que a redução total de valor foi provocada pela dificuldade na execução do projeto e período de defeso eleitoral, em que o recurso será transferido para o ano de 2017.

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Março	Agosto	Total
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (335039)	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2016

Nº	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Nº Famílias	Pessoas Beneficiadas
01	07 - Lit. Leste - Jaguaribe	Aracati	0,00	0	0
02	07 - Lit. Leste – Jaguaribe	Beberibe	0,00	0	0
03	07 - Lit. Leste – Jaguaribe	Fortim	0,00	0	0
04	07 - Lit. Leste – Jaguaribe	Icapuí	0,00	0	0
05	05 - Sertão Central	Banabuiú	0,00	0	0
06	08 - Cariri - Centro Sul	Cariús	0,00	0	0
07	08 - Cariri - Centro Sul	Iguatu	0,00	0	0
08	08 - Cariri - Centro Sul	Quixelô	0,00	0	0
09	03 - Sobral - Ibiapaba	Chaval	0,00	0	0
10	02 - Litoral Oeste	Itapipoca	0,00	0	0
11	02 - Litoral Oeste	Itarema	0,00	0	0
12	08 - Cariri - Centro Sul	Jucas	0,00	0	0
13	02 - Litoral Oeste	Pentecoste	0,00	0	0
14	02 - Litoral Oeste	Trairi	0,00	0	0
15	02 - Litoral Oeste	Granja	0,00	0	0
TOTAL			0,00	0	0

18. Responsável (eis) pelo Projeto

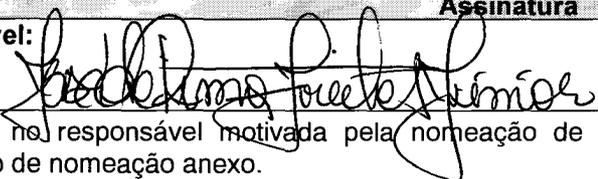
Coordenadoria / Gerência	COORDENADORIA DE CRÉDITO RURAL E POLÍTICAS AFINS
Técnico	Raimundo Bonfim Braga
E-mail	kamundo.braga@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.8127 / (88) 994048107

Marco Lógico MAPP 514 – Projeto João de Barro

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	<p>Melhoria habitacional dos agricultores familiares</p> <p>Geração de trabalho e renda na comunidade beneficiada.</p>	<p>Número de residências construídas</p> <p>Número de Empregos Gerados na Comunidade</p>	Relatório de Execução de Projeto.	Crise econômica
Resultados	Habilitação de entidades no Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV	Quantidade de entidades habilitadas	Relatório de Acompanhamento	Suspensão ou alteração dos critérios para inclusão de beneficiários do PMCMV
Produtos	<p>Grupos de agricultores familiares formados</p> <p>Famílias Beneficiadas</p>	<p>Número de Grupos Formados</p> <p>Número de famílias beneficiadas</p>	Relatório de Monitoramento	Não ocorrer a Formalização efetiva do instrumento de repasse dos recursos para a entidade conveniada para a execução das ações.
Atividades	<p>Mobilização e Seleção dos Beneficiários</p> <p>Orientação técnica das entidades de representação de agricultores familiar</p> <p>Acompanhamento da Execução dos Projetos de Habitação Rural</p>	<p>Número de Beneficiários Selecionados</p> <p>Número de Associações credenciadas e Capacitadas</p> <p>Número de Grupos Acompanhadas</p>	Relatório de Monitoramento	Não ocorrer a Formalização efetiva do instrumento de repasse dos recursos para a entidade conveniada para a execução das ações.
Insumos	<p>Recursos Financeiros FECOP</p> <p>Recursos Humanos SDA</p>	% de recursos financeiro executado	Sistema Webmapp	Valor aportado no MAPP não está disponível para a execução do projeto

ANEXOS

Protocolo Indicador Programa para Resultados (PforR)		
Nome do Indicador:		
Percentual de projetos de assistência à família financiados pelo FECOP com marco lógico.		
Tipo de Indicador:		
Tema Projeto: Redução da Pobreza	Macrofunção/Área de Resultado: Assistência à Família	Setorial Envolvida: SEPLAG
Nº Indicador Área de Resultado: 4	Nº Indicador de Desembolso: 6	Data: 29/10/2014
Quanto ao Desembolso: () Ano Zero (X) Primário () Secundário		Quanto ao Resultado: (X) Produto () Intermediário () Resultado
Responsável pelo Indicador		
Nome Responsável (*): José de Lima Freitas Júnior	Área Responsável: Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social - CCOPI	
Email do Responsável: jose.freitas@seplag.ce.gov.br	Telefone do Responsável: 3101 3820	
Programa do PPA e Iniciativa relacionada com o Indicador:		
Programa: Não se Aplica (não há programa do PPA relacionado)	Iniciativa: Não se Aplica (não há iniciativa relacionada)	
Descrição do Indicador:		
<p>O marco lógico é uma ferramenta de planejamento que permite definir e construir parâmetros para mensurar o desempenho de um projeto em todas as suas etapas, auxiliando no processo de formulação, execução, acompanhamento e avaliação. Constitui-se numa matriz estruturada com os objetivos, atividades, indicadores, meios de verificação e riscos, a qual será acompanhada de forma sistemática para a verificação dos resultados do projeto.</p> <p>As diretrizes para a elaboração do marco lógico serão divulgadas por meio de um Programa de Treinamento para servidores envolvidos na elaboração, gestão e execução dos projetos financiados pelo Fundo. Deverão também constar posteriormente em um manual sobre os projetos financiados pelo FECOP, no qual será explicitada a metodologia padrão a ser adotada nas etapas de monitoramento e avaliação, cujos processos serão apoiados por um Sistema Informatizado de Monitoramento e Avaliação dos projetos do Fecop (M&A).</p> <p>Tendo em vista a possibilidade de encerramento e de surgimento de novos projetos até 2017, as metas serão calculadas sobre o número de projetos de assistência à família existentes no ano de referência.</p> <p>Para este indicador, considerou-se como projeto de assistência à família aquele cujos objetivos estejam voltados para o grupo familiar de forma geral e também de modo mais restrito (crianças, adolescentes, jovens, adultos, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, etc), abrangendo ações de diversas naturezas, como capacitação, assistência técnica e extensão rural, habitação, esporte, cultura, e demais correlacionadas.</p>		
Informações do Indicador:		
Unidade do Indicador: Porcentagem	Fonte da Informação: Executores do Projeto; Gerência Executiva do FECOP; IPECE	
Fórmula de Cálculo: Total de projetos de atendimento às famílias elaborados com Marco Lógico / Total de projetos de atendimento às famílias financiados pelo Fundo		
Periodicidade da Informação: Semestral a partir do Ano 1,5	Data entrega da Informação: Junho e Dezembro	Abrangência Geográfica: Estadual (Ceará)
Metas		
Ano 2012	Linha de Base	
Ano 2013	Ano Zero	
Ano 2014	Ano 0,5 - Primeiro Semestre	
	Ano 1 - Segundo Semestre	

Ano 2015	Ano 1,5 - Primeiro Semestre	22,5%
	Ano 2 - Segundo Semestre	45%
Ano 2016	Ano 2,5 - Primeiro Semestre	55%
	Ano 3 - Segundo Semestre	70%
Ano 2017	Ano 3,5 - Primeiro Semestre	82,5%
	Ano 4 - Segundo Semestre	95%
Assinatura		
Responsável:		Data: 27/05/2015.

^(*) Mudança no responsável motivada pela nomeação de um novo coordenador para a CCOPI, conforme ato de nomeação anexo.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 01/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.9.2009, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza durante o exercício de 2016 no seguinte valor:

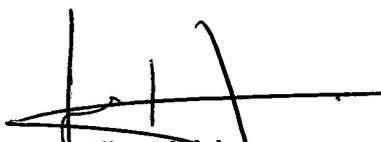
Secretaria	R\$
Secretaria das Cidades - SCIDADES	4.968.914,39
TOTAL (R\$)	4.968.914,39

Parágrafo único. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º. Autorizar limite financeiro no exercício de 2015, correspondente a R\$145.294,65, tão somente para efeito de regularização contábil, referente a recurso financeiro egresso da Conta do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, devolvido pela Secretaria do Esporte – SESPORTE, ao Ministério do Esporte – ME, através da Nota de Movimentação Financeira – NMF, nº 62, de 02/10/2015, junto ao Convênio nº 75866/2011, firmado por estes órgãos, de modo a viabilizar, sem qualquer implicação financeira para o citado Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, com que a Secretaria do Esporte – SESPORTE, possa ter o referido limite junto ao MAPP 18 – Projeto Segundo Tempo (PST), com o objetivo de emitir Nota de Empenho, Liquidação e Pagamento Escritural, conforme orientação da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, que segue em anexo, como parte integrante desta Resolução.

Art. 3º. Esta Resolução deriva da 01ª Reunião Virtual do CCPIS, realizada no dia 12/01/2016.

Fortaleza, 12 de janeiro de 2016


Hugo Figueiredo
Presidente do CCPIS


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

ANEXO I
 FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
 RESOLUÇÃO CCGPIS Nº 01 DE 12/01/2016

MAPP	Secretarias/Projetos (*)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ag	S	O	N	D	TOTAL
1.	Secretaria das Cidades - CIDADES (2)													
3123	Requalificação da Encosta do Morro Santa Terezinha - Fortaleza -CE	-	-	800.000,00	-	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	1.800.000,00
258	Obra Emergencial da Adutora de Água Traçada para o Município de Aquiraz-CE	3.168.914,39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.168.914,39
	Sub-total	3.168.914,39	0,00	800.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.968.914,39
	TOTAL GERAL	3.168.914,39	0,00	800.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.968.914,39

(*) Total de Projetos: (2) = Novo (2)



José de Lima Freitas Júnior
 Coordenador de Promoção de Políticas de
 Combate à Pobreza (Luch) Social
CCOPI / SEPLAG

Zimbra

jose.freitas@seplag.ce.gov.br

Re: Fwd: DEVOLUÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIO (CONTRAPARTIDA FECOP)

De : MARIA DOLORES PEREIRA
<dolores.pereira@sefaz.ce.gov.br>

Qui, 07 de Jan de 2016 16:58

Assunto : Re: Fwd: DEVOLUÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIO (CONTRAPARTIDA FECOP)

Para : Silvania Costa
<silvania.costa@esporte.ce.gov.br>, Waldir
<waldir.meireles@sefaz.ce.gov.br>, jose
freitas <jose.freitas@seplag.ce.gov.br>,
jarbas mesquita
<jarbas.mesquita@sefaz.ce.gov.br>, naiana
lima <naiana.lima@seplag.ce.gov.br>,
RAIMUNDINHA
<raimunda.medeiros@sefaz.ce.gov.br>,
vania cecai <vania.silva@sefaz.ce.gov.br>

Prezados Senhores,

Informo a todos da regularização referente ao recurso financeiro da conta do FECOP devolvido pela SESPORTE ao MINISTÉRIO DO ESPORTE através da NMF N º 62 DE 02/10/2015 NO VALOR DE R\$ 145.294,65. Porém, a Secretaria precisa da INCLUSÃO de LIMITE FINANCEIRO NO MAPP 18 para poder EMITIR A NOTA DE EMPENHO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO ESCRITURAL.

Ressalto que tais rotinas não implicam financeiramente na conta do FECOP. Pois, o recurso do FECOP supriu a conta específica do Convênio em exercício anterior.

Na fase da prestação de contas, conforme a Portaria Interministerial 507/2011, a devolução dos saldos financeiros remanescentes foi obedecida pela exigência da proporcionalidade estabelecida no Convênio em razão do Estado do Ceará não ter executado o valor total da contrapartida.

Referida regularização é de fundamental importância para o fechamento das Contas do Governador de 2015.

ATENCIOSAMENTE,

MARIA DOLORES PEREIRA
Orientadora de Célula de Adm Fazendária/Contadoria Direta
TELEFONE: 85-3101.9190

Informamos que já efetuamos a regularização, via notas de empenho escritural:

- **CREDOR SEFAZ:** NED nº 3341 (R\$ 62.313,84 + 55.200,46= R\$117.514,30); NED 3252 (R\$ 8.290,40).

- **CREDOR Ministério do Esporte:** NED 3342 (701.336,16 + 621.275,82= R\$1.322.611,98); NED 3243 (R\$93.307,69).

Informamos, ainda, que estamos impossibilitados de concluir tão somente a regularização do valor de **R\$ 145.294,65** referente à **NMF nº62** (saldo de contrapartida), visto **não** existir Valor Limite no SACC.

Diante do exposto, solicitamos a inclusão no SACC do valor de R\$ 145.294,65 - fonte FECOP, como limite no exercício 2015.

Atenciosamente,

Silvania Costa
3101.4392



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 02/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

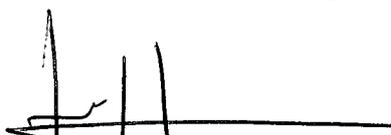
Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria das Cidades - SCIDADES	26.516.200,12
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	29.668.738,42
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	59.558.164,04
Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEAPA	2.100.000,00
Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA	2.500.000,00
Secretaria da Saúde - SESA	6.854.175,75
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	8.269.106,87
TOTAL (R\$)	135.466.385,20

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 1ª Reunião Ordinária do CCPIS, realizada no dia 29/01/16.

Fortaleza, 29 de janeiro de 2016.


Hugo Figueiredo
Presidente do CCPIS


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAC

ANEXO I

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 02 DE 28/01/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Agosto	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
1. Secretaria das Cidades - SCDADES (14)														
34	Melhorias Sanitárias Domiciliares - Programa Ceará II - KFW II	3.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000.000,00
161	Ampliação do Ramal Sul do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra da Ibiluba	323.852,61	35.026,10	832.391,80	118.624,13	145.480,53	114.398,28	616.351,24	85.172,56	63.143,24	63.069,20	48.531,65	53.958,66	2.500.000,00
168	Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira	2.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000.000,00
182	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das Localidades de Tapera, Machuca e Jacundá em Aquiraz-CE	88.067,71	830.898,65	739.635,10	905.782,70	684.320,33	617.086,35	671.661,72	1.373.274,49	-	-	-	-	5.910.727,05
187	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuan em Caucaia-CE	512.501,50	599.598,60	570.566,22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.682.666,32
189	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água dos Bairros Aeroporto, São José e Triângulo no Município de Juazeiro do Norte-CE	-	176.229,03	221.386,29	154.509,03	72.535,28	49.563,12	-	-	-	-	-	-	674.222,75
190	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das Localidades Córrego dos Rodrigues, Pontal, Majorândia e Quixaba, no Município de Aracati-CE	196.000,00	84.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	280.000,00
195	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Açude Mal Cozinha, no Município de Cascavel-CE	-	310.221,13	158.648,27	60.639,70	126.682,52	110.022,35	112.927,64	120.858,39	-	-	-	-	1.000.000,00
1438	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho Zero - PAC II)	-	1.015.000,00	610.000,00	375.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000.000,00
1439	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II)	-	3.000,00	460.599,52	307.000,00	400.000,00	179.400,48	-	-	-	-	-	-	1.350.000,00
1465	Aluguel Social para Família de Baixa Renda	-	100.000,00	44.000,00	60.000,00	48.000,00	48.000,00	-	-	-	-	-	-	300.000,00
1613	Fogões Sustentáveis (2) - (Fogões com Eficiência Energética)	-	60.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	-	-	-	-	-	-	3.000.000,00
1944	Mobilização e Transporte de Famílias	-	302.897,28	781.670,40	-	-	166.104,96	-	-	625.336,32	366.408,00	-	78.167,04	2.320.584,00
2999	Habituação Rural - PNH	-	124.500,00	124.500,00	124.500,00	124.500,00	-	-	-	-	-	-	-	498.000,00
	Sub-total	6.120.421,82	4.181.370,79	5.143.397,60	2.706.055,56	2.201.518,66	1.884.575,54	1.400.940,60	1.579.305,44	686.479,56	429.477,20	48.531,65	132.125,70	26.516.200,12
2. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (13)														
202	Construção e Ampliação de 14 Adutoras no Estado do Ceará no Âmbito das Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST	-	52.483,57	34.989,04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	87.472,61
233	Construção, Ampliação e Reabilitação de Barragens - Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST	-	848.155,95	1.396.458,64	1.944.761,44	1.122.307,25	1.122.307,25	848.155,86	-	-	-	-	-	7.282.146,29
255	Cinturão das Águas do Ceará - Trecho I	-	2.877.788,81	1.556.264,15	98.122,45	93.122,41	80.621,37	88.122,45	79.061,41	79.061,41	74.939,39	75.061,41	79.061,41	5.181.226,67
264	Operação e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Realização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento PROGRAMA-ÁGUA DOCE	-	299.430,44	156.004,41	162.268,75	161.524,03	160.812,75	150.931,22	150.931,22	150.931,22	150.931,22	149.715,23	148.685,13	1.842.165,62
264	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Chafariz de Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	-	834.783,72	834.783,72	834.783,72	-	-	-	-	-	-	-	-	2.504.351,16
268	Localização, Construção, Teste de Vazão com Análise Físico-Química e Instalação de Sistema Simplificado com Chafariz em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	-	2.590.737,29	2.590.737,29	2.590.737,28	-	-	-	-	-	-	-	-	7.772.211,86
269	Teste de Vazão com Análise Físico-Química em Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	-	14.046,55	14.046,55	14.046,55	-	-	-	-	-	-	-	-	42.139,65
270	Construção de Poços Tubulares Profundos para Atender o Estado do Ceará no Período Emergencial de Seca.	-	62.578,19	62.578,19	62.578,19	62.578,19	-	-	-	-	-	-	-	250.312,76
297	Construção, Desapropriação e Supervisão de Barragem Melancia - São Luis do Curu	-	550.000,00	20.000,00	30.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	600.000,00
308	Elaboração de Projeto Executivo para Ampliação da Barragem Itapebusu - Município de Maranguape-Ce.	-	83.956,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	83.956,80
324	Sistema Emergencial de Abastecimento de Água para a Sede Municipal de Cedro	-	1.100.000,00	825.000,00	550.000,00	825.000,00	-	-	-	-	-	-	-	3.300.000,00
338	Construção de Adutora para Abastecimento da Sede do Município de Parnaíba de Baturité	-	19.000,00	25.000,00	25.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	69.000,00
359	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Amarelas no Município de Baturité	-	453.755,00	200.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	653.755,00
	Sub-total	0,00	9.786.716,22	7.715.861,99	6.312.298,38	2.264.531,88	1.363.741,37	1.087.209,53	2.229.992,63	2.229.992,63	2.225.870,61	224.776,64	227.746,54	29.668.738,42
3. Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA (9)														
5	Agente Rural	879.456,00	879.456,00	879.456,00	879.456,00	879.456,00	879.456,00	879.456,00	879.456,00	879.456,00	879.456,00	879.456,00	879.456,00	10.553.472,00
85	Formação e Atuação de Jovens para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará em Áreas Altingadas por Obras Hídricas	-	-	-	122.465,64	-	277.534,36	-	-	-	-	-	-	400.000,00
76	Desenvolvimento de Projetos Produtivos em Reassentamentos, Comunidades Originárias e Tradicionais	-	584.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	584.000,00
77		-	584.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	584.000,00
78		-	584.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	584.000,00
94		-	584.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	584.000,00

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO GCCPIS Nº 02 DE 29/01/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
341	São José III - Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	-	6.500.000,00	2.000.000,00	722.222,22	722.222,22	722.222,22	722.222,22	722.222,22	722.222,22	722.222,22	722.222,22	722.222,24	15.000.000,00
373	Fortalecimento da Cadeia Produtiva de Apicultura.	-	-	400.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400.000,00
374	Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará	-	-	350.385,06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350.385,06
434	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	-	-	500.000,00	-	500.000,00	-	500.000,00	-	500.000,00	-	500.000,00	-	2.500.000,00
451		-	3.882.971,06	-	-	-	-	3.882.971,06	-	-	-	-	-	7.765.942,12
452	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (Projeto Paulo Freire)	-	7.827.906,86	-	-	-	-	7.606.802,47	-	-	-	-	-	15.434.709,33
453		-	1.379.040,19	59.040,19	59.040,19	299.040,19	59.040,19	59.040,19	1.299.040,19	59.040,19	59.040,19	59.040,15	-	3.390.401,86
454		-	-	-	376.364,13	-	-	175.444,77	-	175.444,77	-	-	-	727.253,67
477	Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar.	-	-	700.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	700.000,00
	Sub-total	879.456,00	22.805.374,11	4.888.881,25	2.159.549,18	2.400.718,41	1.938.252,77	13.825.936,71	2.900.718,41	2.336.163,18	1.660.718,41	2.160.718,37	1.601.678,24	59.558.164,04
4. Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEAPA (2)														
62	Investimento para a Criação Familiar da Associação dos Criadores de Camarão de Icapuí-CE - (ACCI)	-	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100.000,00
98	Apoio à revitalização da piscicultura no Açude Castanhão	-	2.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000.000,00
	Sub-total	0,00	2.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.100.000,00
5. Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA (1)														
329	Obras de Implantação da Reserva Indígena Tabá dos Anacés	0,00	2.500.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.500.000,00
	Sub-total	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
6. Secretaria da Saúde - SESA (1)														
2722	Reforço das Ações de Assistência Farmacêutica e Medicamentos nas Redes de Atenção à Saúde do Estado do Ceará	-	6.854.175,75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.854.175,75
	Sub-total	0,00	6.854.175,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.854.175,75
7. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (7)														
170	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Município de Juazeiro do Norte.	-	-	-	700.244,37	-	-	-	-	-	-	-	-	700.244,37
237	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Socioeducativas no Município de Juazeiro do Norte.	-	-	1.958.875,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.958.875,00
238	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Socioeducativas de Sobral	-	-	1.998.380,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.998.380,00
240	Estrutura de Acesso, Área de Lazer e Paisagismo do Abrigo de Idosos - (Proteção Social Especial) - Fortaleza-CE	-	-	-	400.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	400.000,00
241	Recuperação de Instalações Físicas de Unidades de Atendimento para Desenvolvimento de Inclusão Social de Jovens - Ceará Pacífico	-	-	350.000,00	350.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	700.000,00
258	Política Integrada de Economia Solidária	-	-	-	-	40.000,00	-	-	-	530.000,00	-	30.000,00	-	600.000,00
307	Primeiro Passo - Estágios TRE	577.747,50	568.441,50	470.728,50	147.345,00	147.345,00	-	-	-	-	-	-	-	1.911.607,50
	Sub-total	577.747,50	568.441,50	4.777.983,50	1.597.589,37	187.345,00	0,00	0,00	0,00	530.000,00	0,00	30.000,00	0,00	8.269.106,87
	TOTAL GERAL (*)	7.577.625,32	48.796.078,37	22.526.124,34	12.775.491,49	7.054.113,95	5.186.569,68	16.314.086,84	4.710.016,48	3.784.635,37	2.316.066,22	2.464.026,66	1.961.550,48	135.466.385,20

(*) 47 projetos - sendo 04 novos (Mapp 182 da Seinfra e 237 e 238 da STDS) e 43 de Continuidade.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 03/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

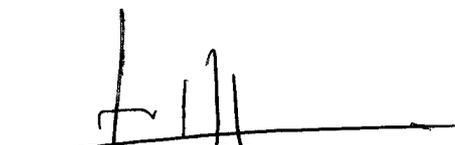
Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria das Cidades - SCIDADES	19.090.980,38
Gabinete do Governador - GABGOV	2.524.518,40
Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG	814.923,24
Secretaria da Saúde - SESA	2.375.000,00
TOTAL (R\$)	24.805.422,02

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 2ª Reunião Virtual do CCPIS, realizada nos dias 26 e 29/02/16.

Fortaleza, 29 de fevereiro de 2016.

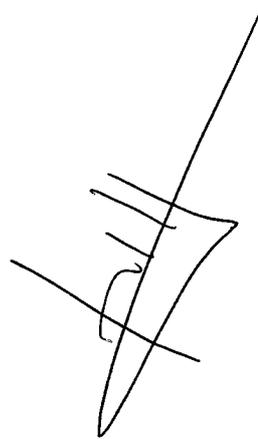

Hugo Figueiredo
Presidente do CCPIS

ANEXO I
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 03 DE 29/02/2016

MAPP	Secretarias/Projetos (*)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agosto	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
1.	Secretaria das Cidades - CIDADES (03)													
2	Rio Maranhão (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I))	-	-	1.000.000,00	900.000,00	910.000,00	900.000,00	790.000,00	500.000,00	-	-	-	-	5.000.000,00
3	Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)	-	1.820.000,00	2.890.980,38	2.280.000,00	2.700.000,00	1.800.000,00	-	-	-	-	-	-	11.490.980,38
1378	Dentã (Ações Habitacionais)	-	63.577,83	113.334,90	174.560,15	182.816,31	315.384,81	273.902,24	304.451,82	308.803,02	296.742,16	290.523,72	275.903,04	2.600.000,00
	Sub-total	0,00	1.883.577,83	4.004.315,28	3.354.560,15	3.792.816,31	3.015.384,81	1.063.902,24	804.451,82	308.803,02	296.742,16	290.523,72	275.903,04	19.090.980,38
2.	Gabinete do Governador - GARGOV (02)													
102	Programa Nacional de Inclusão de Jovens Projovem Urbano	-	217.000,00	1.683.710,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.900.710,40
103	Projovem Campo "Saberes da Terra"	-	-	623.808,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	623.808,00
	Sub-total	0,00	217.000,00	2.307.518,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.524.518,40
3.	Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG (01)													
41	Regularização Fundiária e Titularização dos Imóveis Construídos em Regime de Padrão, pela COHAB-CE	0,00	0,00	271.641,08	271.641,08	271.641,08	-	-	-	-	-	-	-	814.923,24
	Sub-total	0,00	0,00	271.641,08	271.641,08	271.641,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	814.923,24
4.	Secretaria da Saúde - SESA (01)													
2788	Apoio às Ações de Vigilância e Controle da Dengue, Zika e Chikungunya	-	2.375.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.375.000,00
	Sub-total	0,00	2.375.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.375.000,00
	TOTAL GERAL	0,00	4.475.577,83	6.583.474,76	3.626.201,23	4.064.457,39	3.015.384,81	1.063.902,24	804.451,82	308.803,02	296.742,16	290.523,72	275.903,04	24.805.422,02

(*) Total de Projetos: 07 = Nova (*) e Continuidade (6)


José de Lima Freitas Junior
Coordenador de Programas de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPT/SEPLAG





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 04/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	42.366.239,40
Secretaria da Educação - SEDUC	67.000.000,00
Secretaria da Cultura - SECULT	1.583.472,00
TOTAL (R\$)	110.949.711,40

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 3ª Reunião Virtual do CCPIS, realizada no dia 04/03/2016.

Fortaleza, 04 de março de 2016.


Hugo Figueiredo
Presidente do CCPIS


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI/SEPLAG

ANEXO I
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPI Nº 04 DE 04/03/2016

MAPP	Secretarias/Projetos (*)	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (15)														
14	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica - Casa do Caminho	-	-	75.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	50.000,00	-	300.000,00
15	Arranjo de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono-Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC e Tia Júlia	-	-	1.249.999,98	416.666,66	416.666,66	416.666,66	416.666,66	416.666,66	416.666,66	416.666,66	833.333,40	-	5.000.000,00
17	Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais(ABC's, Círcos e CIPS)	-	-	1.830.621,42	521.038,62	506.038,62	506.038,62	506.038,62	506.038,62	506.038,62	506.038,62	1.012.108,24	-	6.400.000,00
18	Espaço Viva Gente	-	-	486.246,00	167.082,00	162.082,00	162.082,00	162.082,00	162.082,00	162.082,00	162.082,00	324.180,00	-	1.950.000,00
19	Famílias Desafios e Inclusão Social	-	-	587.981,39	185.956,55	175.956,56	175.956,56	179.024,78	179.024,78	179.024,78	179.024,78	358.049,82	-	2.200.000,00
26	Artesanato Competitivo	-	-	330.000,00	330.000,00	345.000,00	165.000,00	-	195.000,00	-	135.000,00	-	-	1.500.000,00
29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS	-	-	1.525.000,00	508.333,33	508.333,33	508.333,33	508.333,33	508.333,33	508.333,33	508.333,33	1.016.666,69	-	6.100.000,00
43	Idoso Sujeito Pleno	-	-	487.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	325.000,00	-	1.950.000,00
44	Primeiro Passo (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	-	-	2.300.456,22	33.000,00	1.473.687,78	318.000,00	318.200,00	1.892.400,00	318.000,00	320.856,00	712.100,00	313.300,00	8.000.000,00
87	Construção do Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC	-	-	25.317,85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.317,85
88	Construção e Aquisição de Equipamentos para o Abrigo de Idosos	-	-	269.785,69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	269.785,69
222	Reforma e Aquisição de Equipamentos para as Unidades Sociopedagógicas (CEPA, CEDB e CECAL)	-	-	3.057.959,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.057.959,50
254	Apoio à Unidades de Proteção Social Especial (Renascença, Nova Vida, Santa Gianna, Casa da Criança, Casa Abrigo, Recanto da Luz, Nossa Casa, Comunidade Terapêutica São Pe. Pio)	-	-	312.889,89	104.296,63	104.296,63	104.296,63	104.296,63	104.296,63	104.296,63	104.296,63	208.593,31	-	1.251.559,61
296	Construção do Centro de Comercialização das Rendeiras da Praia	-	-	136.161,67	204.242,51	272.323,35	272.323,35	272.323,35	136.161,67	68.080,85	-	-	-	1.361.616,75
312	Mendicando ao Trabalho em Situação de Vulnerabilidade Social	-	-	571.879,39	-	1.079.164,72	-	809.373,54	-	-	539.582,35	-	-	3.000.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	13.246.799,00	2.658.116,30	5.231.049,65	2.816.197,15	3.463.838,91	4.287.503,69	2.450.022,87	3.059.380,37	4.840.031,46	313.300,00	42.366.239,40
2. Secretaria da Educação - SEDUC (01)														
1017	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional	-	-	22.000.000,00	-	24.900.000,00	-	-	20.100.000,00	-	-	-	-	67.000.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	22.000.000,00	0,00	24.900.000,00	0,00	0,00	20.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.000.000,00
3. Secretaria da Cultura - SECULT (01)														
68	Agentes de Leitura	0,00	0,00	409.552,00	102.080,00	187.146,67	102.080,00	187.146,67	102.080,00	102.080,00	102.080,00	102.080,00	187.146,66	1.583.472,00
	Sub-total	0,00	0,00	409.552,00	102.080,00	187.146,67	102.080,00	187.146,67	102.080,00	102.080,00	102.080,00	102.080,00	187.146,66	1.583.472,00
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	35.656.351,00	2.760.196,30	30.318.196,32	2.918.277,15	3.650.985,58	24.489.583,69	2.552.102,87	3.161.460,37	4.942.111,46	500.446,66	110.949.711,40

(*) Total de Projetos: 17 = Nova Continuidade (17)

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

Hugo Figueiredo
Secretário de Planejamento e Gestão



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 05/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA	40.000.000,00
TOTAL (R\$)	40.000.000,00

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 4ª Reunião Virtual do CCPIS, realizada nos dias 15/03 e 16/03/2016.

Fortaleza, 16 de março de 2016.

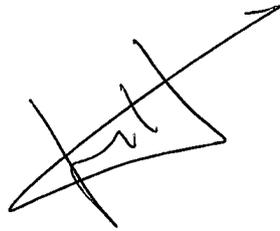

Hugo Figueiredo
Presidente do CCPIS


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI/SEPLAG

ANEXO I
 FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
 RESOLUÇÃO CCPIS Nº 05 DE 16/03/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1.	Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA (01)													
285	Desapropriação de Área da Faixa de Domínio e Estações do VLT Parangaba / Muquitipe			10.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	2.000.000,00	-	40.000.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	10.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	2.000.000,00	0,00	40.000.000,00
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	10.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	2.000.000,00	0,00	40.000.000,00


José de Lima Freitas Júnior
 Coordenador de Programas e Políticas de
 Combate à Pobreza e Inclusão Social
 CCOPI / SEPEAG





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 06/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria das Cidades - SCIDADES	1.028.517,00
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	6.765.066,54
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	11.837.577,05
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	6.617.868,86
Secretaria da Saúde - SESA	76.911.042,96
Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG	26.825,84
Secretaria da Educação - SEDUC	39.587.983,00
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	4.729.973,68
TOTAL (R\$)	147.504.854,93

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Ficam autorizadas as alterações nos orçamentos dos projetos aprovados na 1º Reunião Ordinária, realizada em 29/01/2016, com as inclusões do “Elemento de Despesas - Despesas de Exercícios Anteriores (DEA)”, nos seguintes Projetos: (I) Obras de Implantação da Reserva Indígena Taba dos Anacés (Mapp 329), da Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA, no valor de R\$ 2.500.000,00; (II) Cinturão das Águas do Ceará - Trecho I (Mapp 255), da Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH, no valor de R\$ 3.207.935,29, conforme os termos justificadores, contidos em solicitação formulada pelas referidas pastas.

§ 3º. Esta Resolução deriva da 2ª Reunião Ordinária, realizada no dia 21/03/2016.

Fortaleza - CE, 21 de março de 2016.


Hugo Figueirêdo
Presidente


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

ANEXO I
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO COPIS Nº 06 DE 21/03/2016

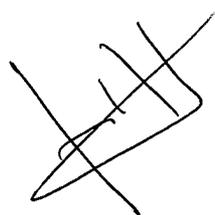
MAPP	Secretarias/Projetos (*)	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria das Cidades - SIDADES (4)														
1438	Rio Maranhão (Ações de Urbanização - Trecho Zero - PAC II)	-	-	-	(208.402,52)	-	-	-	-	-	-	-	-	(208.402,52)
2459	Habilitação de Interesse Social 60 Unidades Habitacionais no Município de Massapê-CE	-	-	500.000,00	-	-	250.000,00	-	-	250.000,00	-	-	-	1.000.000,00
3213	Projeto Revitalização de Áreas Degradadas - Projeto Joana D'Arc/Pró-Moradia	-	-	-	100.000,00	100.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	-	-	-	-	350.000,00
1944	Mobilização e Transporte de Famílias	-	-	-	-	-	(166.104,96)	-	-	(15.877,68)	-	-	68.902,16	(113.080,48)
	Sub-total	0,00	0,00	500.000,00	-108.402,52	100.000,00	133.895,04	50.000,00	50.000,00	234.122,32	0,00	0,00	66.902,16	1.028.517,00
2. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE (3)														
69	Construção e Aquecimento do Restaurante Universitário da Universidade Estadual Vale do Acaraú, na Cidade de Sobral	-	-	400.000,00	300.000,00	423.720,07	141.346,47	-	-	-	-	-	-	1.265.066,54
190	Projeto Bolsas de Estudo e Permanência Universitária - UECCE	-	-	555.115,00	492.765,00	492.765,00	492.765,00	492.765,00	492.765,00	492.765,00	492.765,00	492.765,00	492.765,00	5.000.000,00
239	Agências Digitais	-	-	22.920,00	91.680,00	37.000,00	41.000,00	41.000,00	62.600,00	62.600,00	62.600,00	62.600,00	16.000,00	500.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	988.035,00	884.445,00	953.485,07	675.111,47	533.765,00	555.365,00	555.365,00	555.365,00	555.365,00	508.765,00	6.765.066,54
3. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (5)														
23	Juventude Empreendedora (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	-	-	-	682.363,33	-	-	412.327,33	-	-	355.309,33	-	-	1.449.999,99
65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	-	-	126.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	80.000,00	-	500.000,00
93	CE-Jovem Aprendizagem em Serviço (Inclusão Produtiva:Qualificação Profissional)	-	-	1.830.372,56	10.200,00	1.458.184,78	10.200,00	509.697,56	2.042.800,00	352.697,56	10.200,00	1.267.647,54	8.000,00	7.500.000,00
211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes.	-	-	381.118,00	-	-	381.118,00	-	-	381.118,00	-	-	-	1.143.354,00
262	Sociedade Justa e Segura	-	-	394.074,36	-	-	456.074,35	-	-	394.074,35	-	-	-	1.244.223,06
	Sub-total	0,00	0,00	2.731.564,92	734.563,33	1.500.184,78	889.392,35	964.024,89	2.084.800,00	1.169.889,91	407.509,33	1.347.647,54	8.000,00	11.837.577,05
4. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (5)														
277	Construção de Sistemas de Abastecimento de Águas nas Comunidades Situadas ao Longo dos Trechos I, II e III do Eixo das Águas	-	-	30.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30.000,00
310	Perfuração de Poços Tubulares Profundos pela SOHIDRA.	-	-	890.515,39	296.838,45	296.838,45	296.838,45	296.838,45	296.838,45	296.838,45	296.838,45	296.838,45	-	3.265.222,99
314	Instalação de Sistema Simplificado de Poços Profundos no Município de Tauá	-	-	300.000,00	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	-	-	700.000,00
350	Construção da Adutora de Adrianópolis e Timonha no Município de Granja	-	-	2.210.312,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.210.312,20
368	Construção e Recuperação de Açudes no Madalena	-	-	206.167,00	-	-	206.166,67	-	-	-	-	-	-	412.333,67
	Sub-total	0,00	0,00	3.636.994,59	496.838,45	496.838,45	503.005,12	296.838,45	296.838,45	296.838,45	296.838,45	296.838,45	0,00	6.617.868,86
5. Secretaria da Saúde - SESA (2)														
2722	Reforço no Suprimento de Medicamentos e Materiais Médicos Hospitalares	-	-	11.786.456,05	11.786.456,05	11.786.456,05	11.786.456,10	-	-	-	-	-	-	47.145.824,25
2789	Reforço das Ações de Assistência Farmacêutica, Medicamentos e Insumos para Agência Básica e Secundária	-	-	5.953.043,74	-	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,88	29.765.218,71
	Sub-total	0,00	0,00	17.739.499,79	11.786.456,05	14.762.977,92	14.762.977,92	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,88	2.976.521,88	76.911.042,96
6. Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG (1)														
87	Pesquisa Regional Por Amostra de Domicílios do Ceará - PRAD-CE	-	-	-	10.337,64	-	-	-	16.488,20	-	-	-	-	26.825,84
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	10.337,64	0,00	0,00	0,00	16.488,20	0,00	0,00	0,00	0,00	26.825,84
7. Secretaria da Educação - SEDUC (4)														
807	Concessão de Bolsas Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação	-	-	3.228.982,00	972.707,58	972.707,58	8.106.034,88	5.884.563,88	6.310.567,38	5.557.165,20	423.598,50	543.673,00	-	32.000.000,00
1262	Implantação de Unidades Técnico-Pedagógicas de Produção nas Escolas Agropecuárias do Estado do Ceará - Granja e Lavras de Mangabeira	-	-	284.069,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	284.069,50
1422	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - (EEP) de São José, no Município de Sobral	-	-	503.913,50	600.000,00	-	600.000,00	-	600.000,00	-	-	-	-	2.303.913,50
1342	Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino	-	-	1.150.000,00	1.150.000,00	1.350.000,00	1.350.000,00	-	-	-	-	-	-	5.000.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	5.166.965,00	2.722.707,58	2.322.707,58	10.056.034,88	5.884.563,88	6.910.567,38	5.557.165,20	423.598,50	543.673,00	0,00	39.587.983,00
8. Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA (8)														
14	Hora de Plantar(Aquisição de Sementes e Mudas)	-	-	1.265.000,00	-	-	-	-	-	-	-	8.000.000,00	7.935.000,00	17.200.000,00
41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	-	-	1.300.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.300.000,00
85	Formação e Atuação de Jovens para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará em Áreas Alagadas por Obras Hídricas	-	-	122.465,64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	122.465,64
183	Fortalecimento das Ações de ATER no Estado do Ceará	-	-	1.500.000,00	-	-	-	-	1.500.000,00	-	-	-	-	4.500.000,00

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 06 DE 21/03/2016

MAPP	Secretarias/Projetos (*)	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
477	Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar	-	-	8.142,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.142,00
341	São José III - Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	-	(4.000.000,00)	(1.000.000,00)	(408.260,21)	(408.260,21)	(408.260,21)	(408.260,21)	(408.260,21)	(408.260,21)	(408.260,21)	(408.260,21)	(408.260,22)	(8.674.341,90)
434	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	-	-	300.000,00	-	(500.000,00)	-	42.215,89	-	(500.000,00)	-	(500.000,00)	-	(1.157.784,11)
451		-	(750.000,00)	-	-	-	(750.000,00)	-	-	-	-	-	-	(1.500.000,00)
452		-	(3.672.121,67)	-	-	-	(3.672.121,66)	-	-	-	-	-	-	(7.344.243,33)
453	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (Projeto Paulo Freire)	-	-	(3.908,96)	(3.908,96)	(3.908,96)	(3.908,96)	(3.908,96)	-	(3.908,96)	(3.908,96)	(3.908,92)	55.131,28	23.859,64
454		-	-	-	83.958,58	-	83.958,58	83.958,58	-	83.958,58	-	-	-	251.875,74
	Sub-total	0,00	-8.422.121,67	3.491.698,68	-328.210,58	587.830,83	-412.169,17	-4.708.116,36	1.091.739,79	-828.210,59	-412.169,17	7.087.830,87	7.581.871,06	4.729.973,68
	TOTAL GERAL	0,00	-8.422.121,67	34.254.757,98	16.198.734,94	20.724.024,63	26.608.247,66	5.997.597,73	13.982.320,69	9.961.692,16	4.247.663,98	12.807.876,73	11.144.060,10	147.504.854,93

(*) Projetos (27) = Novos/Resolução(S) + Acréscimo(3)

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Projetos de Políticas de
Combate à Pobreza / Instituto Social
CCOPI / SEPLAG





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 07/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP, e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria das Cidades - SCIDADES	7.491.663,96
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	2.862.400,00
Conselho Estadual de Educação - CEE	529.600,00
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	1.007.225,56
Secretaria da Educação - SEDUC	641.535,66
TOTAL (R\$)	12.532.425,18

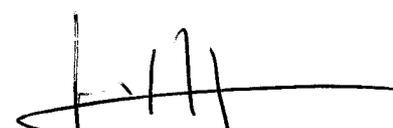
§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Os Projetos relativos aos Mapps 34, 168 e 189, egressos da Secretaria das Cidades – SCIDADES, foram prontamente aprovados, por ocasião da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, realizada em 29/01/2016, pelo que ficaram deliberados, respectivamente, os seguintes recursos, a saber: R\$ 3.000.000,00, R\$ 2.000.000,00 e R\$ 674.222,79, cujos Projetos, novamente apresentados, assim o foram tão somente para efeito de aprovação dos correspondentes adicionais solicitados, quais sejam: R\$ 263.908,07, R\$ 9.490,94 e R\$ 300.801,92.

§ 3º. O Projeto relativo ao Mapp 105, oriundo do Conselho Estadual de Educação – CEE, fica aprovado no valor rigorosamente correspondente aos recursos programados no Sistema Monitoramento de Projetos e Ações Prioritárias – WEBMAPP, pelo Exmo. Sr. Governador, em R\$ 129.600,00.

§ 4º. Esta Resolução deriva da 5ª Reunião Virtual, realizada no dia 29/03/2016.

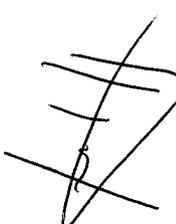
Fortaleza - CE, 29 de março de 2016.


Hugo Figueiredo
Presidente


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOP / SEPLAG

ANEXO I
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 07 DE 29/03/2016

MAPP	Secretarias/Projetos (*)	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria das Cidades - CIDADES (7)														
16	Implantação das obras dos Sistemas de Abastecimento de Água do Programa Casa II - KW II	-	-	108.874,27	496.288,20	89.720,28	-	-	-	-	-	-	-	694.882,75
29	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-bacia SE-2 em Fortaleza	-	-	596.405,05	263.908,07	-	-	-	-	-	-	-	-	596.405,05
34	Melhorias Sanitárias Domiciliares - Programa Ceará II - KW II	-	-	9.490,94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	263.908,07
168	Esgotamento Sanitário do Residencial Lino da Silveira	-	-	9.490,94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.490,94
189	PAC 2 Estágio - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água dos Bairros Peropito, São José e Trindade no Município de Juazeiro do Norte - CE	-	(176.229,03)	33.466,65	165.647,91	150.907,36	55.333,50	71.675,53	-	-	-	-	-	300.801,92
194	PAC 2 Estágio - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Taubá	-	-	1.213.205,02	200.000,00	200.000,00	160.846,51	160.846,51	160.846,51	160.846,51	160.846,51	160.846,51	160.846,51	2.739.130,59
229	Instalação e eletrificação de poços existentes na rede da CAGECE em diversos municípios do Estado do Ceará.	-	-	627.282,23	910.719,02	627.282,23	721.761,16	-	-	-	-	-	-	2.887.044,64
	Sub-total	0,00	-176.229,03	2.743.757,96	1.385.241,20	1.474.477,79	1.027.661,45	232.522,04	160.846,51	160.846,51	160.846,51	160.846,51	160.846,51	7.491.663,96
2. Conselho Estadual de Educação - CEE (2)														
38	Formações de Diretores Escolares para a Educação Básica - CEEFB	-	-	57.148,00	57.142,00	57.142,00	57.142,00	57.142,00	57.142,00	57.142,00	-	-	-	400.000,00
105	Incentivo à capacitação de recursos humanos, acompanhamento e consolidação de dados dos Sistemas de Informatização e Simplificação de processos.	-	-	19.200,00	19.200,00	19.200,00	19.200,00	19.200,00	19.200,00	19.200,00	14.400,00	-	-	129.600,00
	Sub-total	0,00	0,00	76.348,00	57.142,00	76.342,00	76.342,00	76.342,00	76.342,00	76.342,00	14.400,00	0,00	0,00	529.600,00
3. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (2)														
276	Acompanhamento e Supervisão das Obras da Barragem Germinial - Palmácia	-	-	252.995,21	208.000,00	208.000,00	176.230,35	-	-	-	-	-	-	845.225,56
330	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Jucá, no Município de Barumbu	-	-	42.000,00	120.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	162.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	294.995,21	328.000,00	208.000,00	176.230,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.007.225,56
4. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECITECE (1)														
153	Bolsas de Estudo e Permanência Universitária - PBEPU	-	-	241.600,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	2.862.400,00
	Sub-total	0,00	0,00	241.600,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	2.862.400,00
5. Secretaria da Educação - SEDUC (1)														
1218	Construção de EEM de Mauriti, Distrito de Buritizinho no Município de Mauriti	-	-	241.535,66	200.000,00	-	200.000,00	-	-	-	-	-	-	641.535,66
	Sub-total	0,00	0,00	241.535,66	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	641.535,66
	TOTAL GERAL	0,00	-176.229,03	3.598.236,83	2.261.583,20	2.050.019,79	1.771.433,80	600.064,04	528.388,51	528.388,51	466.446,51	452.046,51	452.046,51	12.532.425,18


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social
CLOPI / SEPLAG



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 08/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP, e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

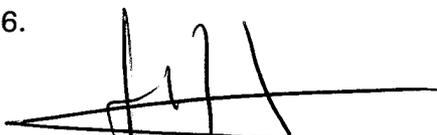
Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	7.530.985,01
TOTAL (R\$)	7.530.985,01

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 6ª Reunião Virtual, realizada no dia 30/03/2016.

Fortaleza - CE, 30 de março de 2016.


Hugo Figueiredo
Presidente


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

ANEXO I
 FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
 RESOLUÇÃO CCOPI Nº 08 DE 30/03/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1.	Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA (3)													
50	Assistência Técnica e Extensão Rural Combinada aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará	-	-	1.480.000,00	-	460.000,00	-	-	-	460.000,00	-	-	-	2.400.000,00
32	Titulação de Imóveis Rurais	-	-	113.401,29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	113.401,29
61		-	-	-	400.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	400.000,00
67		-	-	-	1.387.615,06	-	-	-	-	-	-	-	-	1.387.615,06
457	Implantação de Cisternas de Poletileno	-	-	1.614.984,33	-	-	-	1.614.984,33	-	-	-	-	-	3.229.968,66
	Sub-total	0,00	0,00	3.208.385,62	1.787.615,06	460.000,00	0,00	1.614.984,33	0,00	460.000,00	0,00	0,00	0,00	7.530.985,01
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	3.208.385,62	1.787.615,06	460.000,00	0,00	1.614.984,33	0,00	460.000,00	0,00	0,00	0,00	7.530.985,01


José de Lima Freitas Júnior
 Coordenador de Projetos e Políticas de
 Combate à Pobreza e Inclusão Social
 CCOPI / SEPLAG





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 09/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP, e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

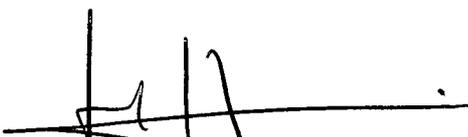
Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria da Educação - SEDUC	44.581.840,82
Secretaria da Saúde - SESA	1.558.996,00
TOTAL (R\$)	46.140.836,82

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 7ª Reunião Virtual, realizada nos dias 05/04 e 06/04/2016.

Fortaleza - CE, 06 de abril de 2016.


Hugo Figueiredo
Presidente


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

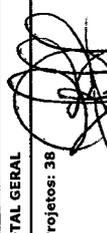
ANEXO I
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 09 DE 06/04/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1.	Secretaria da Educação - SEDUC (37)													
637	Construção de Centros de Educação Infantil - CEI.	-	-	-	1.402.360,00	557.712,87	429.405,67	-	-	-	-	-	-	2.389.478,54
744	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Parnápolis.	-	-	-	202.778,11	150.000,00	150.000,00	-	-	-	-	-	-	502.778,11
745	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Resende.	-	-	-	300.000,00	600.000,00	-	-	600.000,00	-	755.114,91	-	-	2.255.114,91
747	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Uruburetama.	-	-	-	456.623,01	-	-	-	-	-	-	-	-	456.623,01
1201	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Graças, no Município de Amontada.	-	-	-	300.000,00	286.619,36	-	-	-	-	-	-	-	586.619,36
1202	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Camará, no Município de Aquidauã.	-	-	-	300.000,00	140.445,53	-	-	-	-	-	-	-	440.445,53
1205	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Gurilú, no Município de Camocim.	-	-	-	549.739,07	-	-	-	-	-	-	-	-	549.739,07
1206	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM no Assentamento Santana da Cai, no Município de Canindé.	-	-	-	460.834,82	-	-	-	-	-	-	-	-	460.834,82
1207	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM no Distrito de Campos Belo, no Município de Canabaze.	-	-	-	270.817,93	-	-	-	-	-	-	-	-	270.817,93
1210	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Calçana, no Município de Cruz.	-	-	-	522.234,01	-	-	-	-	-	-	-	-	522.234,01
1214	Construção de Escola de Família Agrícola, no Município de Ipueras.	-	-	-	400.000,00	200.000,00	-	253.031,62	-	-	-	-	-	853.031,62
1223	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Assentamento de Conceição Bonfim, no Município de Santana do Acaraú.	-	-	-	533.661,06	-	-	-	-	-	-	-	-	533.661,06
1228	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Cajuaçu, no Município de Tianguá.	-	-	-	517.339,69	-	-	-	-	-	-	-	-	517.339,69
1315	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Monte Sion, no Município de Paramoti.	-	-	-	450.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	450.000,00
1316	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de Potiretama.	-	-	-	424.703,11	350.000,00	350.000,00	-	-	-	-	-	-	1.124.703,11
1325	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de Paramoti.	-	-	-	193.461,58	300.000,00	300.000,00	-	-	-	-	-	-	793.461,58
1326	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de Pacajus.	-	-	-	300.000,00	129.055,45	-	-	-	-	-	-	-	429.055,45
1341	Prêmio Escola Nota Dez.	-	-	-	2.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	4.161.000,00	-	-	-	18.161.000,00
1415	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de General Sampaio.	-	-	-	181.061,13	300.000,00	300.000,00	-	-	-	-	-	-	781.061,13
1459	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito Industrial, no Município de Iguaçu.	-	-	-	-	228.501,53	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	-	428.501,53
1470	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de Arneiroz.	-	-	-	485.566,14	-	-	-	-	-	-	-	-	485.566,14
1471	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Logradouro, no Município de Canindé.	-	-	-	301.620,60	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	-	701.620,60
1473	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de São Paulino, no Município de Acopiara.	-	-	-	300.000,00	-	200.000,00	-	-	-	-	-	284.600,42	1.084.600,42
1474	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Conceição, no Município de Canindé.	-	-	-	355.354,70	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	-	755.354,70
1485	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Bairro Bom Jardim, no Município de Fortaleza.	-	-	-	224.680,71	300.000,00	300.000,00	-	-	-	-	-	-	824.680,71
1487	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito Conselheiro, no Município de Ocara.	-	-	-	355.337,00	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	455.337,00
1503	Construção de Duas Quadras na EEEP Isaías Gonçalves Damascena e na EEM Ministro Antônio Coelho Lima, no Município de São Benedito.	-	-	-	131.208,82	-	-	-	-	-	-	-	-	131.208,82
1506	Construção de Três Quadras na EEFM Governador Gonzaga Mota e EEFM Razes Indígenas no Município de Cratús e na EEFM Coelho Mascarenhas no Município de Novo Oriente.	-	-	-	398.138,30	-	-	-	-	-	-	-	-	398.138,30
1512	Construção de Três Quadras Cobertas com Vestiário no Município de Juazeiro do Norte.	-	-	-	200.000,00	61.363,73	-	-	-	-	-	-	-	261.363,73
1528	Construção do Centro de Educação Infantil - CEI no Distrito de Quincunã, no Município de Farias Brito.	-	-	-	210.000,00	280.000,00	-	-	-	-	-	-	-	490.000,00
1688	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Bairro Conjunto Ceará, no Município de Fortaleza.	-	-	-	200.000,00	202.226,04	-	-	-	-	-	-	-	402.226,04
1690	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Bairro Vicente Pinzon, no Município de Fortaleza.	-	-	-	263.512,77	250.000,00	250.000,00	150.000,00	-	-	-	-	-	1.063.512,77
1691	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM Johnson, no Município de Fortaleza.	-	-	-	300.000,00	-	300.000,00	-	-	-	-	-	-	600.000,00
1695	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM Gêneli Barreira, no Município de Fortaleza.	-	-	-	246.181,35	150.000,00	150.000,00	-	-	-	-	-	-	546.181,35
1698	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM Dona Ilza Diogo de Oliveira, no Município de Fortaleza.	-	-	-	266.771,89	-	200.000,00	-	-	-	-	-	200.000,00	866.771,89

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 09 DE 06/04/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1699	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM no Bairro Castelo, no Município de Fortaleza.	-	-	-	270.319,61	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	-	670.319,61
1717	Projeto Reforma e Ampliação das Escolas: Helena Mota, Matias Beck e Murilo Borges, Localizadas no Bairro Vicente Pinzon, em Fortaleza.	-	-	-	966.696,73	903.044,76	206.869,06	-	-	-	-	-	-	2.076.610,55
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	15.241.002,14	9.088.969,27	6.836.274,73	3.503.031,62	3.750.000,00	4.922.847,73	755.114,91	0,00	484.600,42	44.581.840,82
	2. Secretaria da Saúde - SESA (1)													
1831	Construção da Policlínica, Tipo II, no Município do Crato	-	-	-	1.558.996,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1.558.996,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	1.558.996,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.558.996,00
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	16.799.998,14	9.088.969,27	6.836.274,73	3.503.031,62	3.750.000,00	4.922.847,73	755.114,91	0,00	484.600,42	46.140.836,82

Total de Projetos: 38


Jose de Lima Freitas Junior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPEAG





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 10/2016

Dispõe sobre a aprovação de projetos, para fins de execução com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Aprovar os projetos submetidos à sua apreciação, para efeito de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

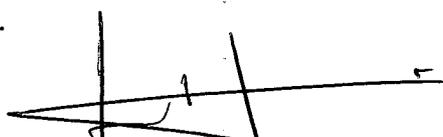
Secretaria	R\$
Secretaria da Educação – SEDUC	34.096.436,40
Secretaria das Cidades – SCIDADES	1.235.000,00
Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH	5.360.289,85
Secretaria da Saúde – SESA	5.253.725,00
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECITECE	1.600.000,00
TOTAL (R\$)	47.545.451,25

§ 1º. Os valores de cada recurso setorial encontram-se discriminados, por projeto, no Anexo I desta Resolução, cuja concessão de limites financeiros compete ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF.

§ 2º. Fica a Gerência Executiva do FECOP – GEF, autorizada a implantar a presente deliberação, tão logo o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF, delibere acerca da concessão dos respectivos limites financeiros.

§ 3º. Esta Resolução deriva da 8ª Reunião Virtual, realizada em 08/04/2016.

Fortaleza - CE, 08 de abril de 2016.


Hugo Figueirêdo
Presidente


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI/SEPLAG

ANEXO I
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CPIS Nº 10 DE 08/04/2016

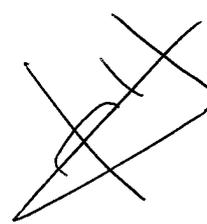
MAPP	Secretarias/Projetos	Jan/16	Fev/16	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria da Educação - SEDUC (40)														
553	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Caraguatatuba.	-	-	-	367.509,07	300.000,00	300.000,00	-	-	-	-	-	-	967.509,07
695	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de União do Norte.	-	-	-	300.000,00	239.672,42	200.000,00	-	-	-	-	-	-	739.672,42
736	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Itararé.	-	-	-	189.309,65	-	-	-	-	-	-	-	-	189.309,65
900	Projeto e-Jovem	-	-	-	-	-	-	2.000.000,00	-	-	2.000.000,00	-	-	4.000.000,00
1213	Construção de Escola Estadual de Ensino Médio - EEM, em Área Rural, Distrito de Pedrinhas, no Município de Ita.	-	-	-	-	552.662,47	-	552.662,45	-	-	-	-	-	1.657.987,37
1222	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de Quixeré.	-	-	-	84.853,21	-	-	-	-	-	-	-	-	84.853,21
1285	Reforma e Ampliação da Escola São Sebastião Nova Romagem Tamboril	-	-	-	90.000,00	94.874,09	-	-	-	-	-	-	-	184.874,09
1345	Apelo às Atividades de Aprendizagem dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional.	-	-	-	404.360,00	-	-	-	368.056,12	-	-	-	-	772.416,12
1350	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro.	-	-	-	4.500.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	4.500.000,00
1382	Apelo às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	-	-	-	1.488.100,00	211.900,00	-	-	-	-	-	-	-	1.700.000,00
1456	Ampliação da Escola Francisco Lúcio, Distrito de Oliveiras, em Tamboril.	-	-	-	130.000,00	120.900,54	-	-	-	-	-	-	-	250.900,54
1465	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Alto Santo.	-	-	-	540.716,27	-	540.716,27	-	540.716,27	-	-	-	-	2.162.865,08
1507	Construção de Três Quadras Cobertas na EEFM Desapitado Fausto Aguiar, no Município de Pacatuba, Colégio Estadual Alencar, em Maranguape e EEFM Buriti, em Itapipoca.	-	-	-	211.850,36	-	-	-	-	-	-	-	-	211.850,36
1508	Construção de Três Quadras Cobertas na EEFM Governador Adauto Bezerra, no Município de Jardim, EEFM Plácido Castelo em Caraguatuba e EEFM Adauto Bezerra, no Município de Barbalha.	-	-	-	151.101,64	-	-	-	-	-	-	-	-	151.101,64
1510	Construção de três Quadras Cobertas na EEFM do Tribo, EDEFM de Aprender do Povo Aneca e EDEFM Índios Tapéba, em Caucaia.	-	-	-	261.507,33	-	-	-	-	-	-	-	-	261.507,33
1511	Construção de Três Quadras Cobertas na EEFM Governador Adauto Bezerra, no Município de Iguatu, EEFM de Adail Barreto, em Carli e EEFM Campos Sales, no Município de Campos Sales.	-	-	-	155.093,99	-	-	-	-	-	-	-	-	155.093,99
1515	Construção de Três Quadras Cobertas na EEFM Antônio Raimundo de Melo, no Município de Carnaubá, EEFM Flávio Rodrigues, em Croatá e EEFM Dona Theresza Odette, em Ipá.	-	-	-	369.189,38	-	-	-	-	-	-	-	-	369.189,38
1533	Construção de Três Quadras Cobertas na Escola de Ensino Médio - EEM Murilo Braga, no Município de Maripóles, Escola de Ensino Médio - EEM Francisco de Almeida Monte, em Alcântaras e Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP Dom Valdirino Teixeira Vieira, em Sobral	-	-	-	392.260,94	-	-	-	-	-	-	-	-	392.260,94
1558	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Ararendá.	-	-	-	-	297.602,27	-	200.000,00	-	300.000,00	-	-	300.000,00	1.097.602,27
1560	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Baburité.	-	-	-	144.188,40	183.968,80	-	-	-	-	-	-	-	183.968,80
1562	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de São Benedito.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	144.188,40
1563	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Ocara.	-	-	-	251.362,79	-	150.000,00	-	150.000,00	-	-	-	-	551.362,79
1564	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Horizonte.	-	-	-	285.912,87	-	300.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	985.912,87
1565	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de São Luís do Curú.	-	-	-	232.805,30	-	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	832.805,30
1566	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Parajaba.	-	-	-	-	249.147,00	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	849.147,00
1568	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Ilhéus de Jericoatara.	-	-	-	280.169,67	-	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	880.169,67
1569	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Senador Pompeu.	-	-	-	223.088,30	-	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	823.088,30
1570	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Coreaú.	-	-	-	215.287,96	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	-	-	615.287,96
1571	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Farias Brito.	-	-	-	338.060,14	-	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	938.060,14
1572	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Cratús.	-	-	-	-	221.430,75	-	-	-	-	-	-	-	221.430,75
1573	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Missão Velha.	-	-	-	162.866,08	200.000,00	-	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	762.866,08
1574	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Taboão do Norte.	-	-	-	-	-	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	932.965,73
1576	Construção de Escola, Projeto Padrão para Atender a Escola Estadual de Ensino Médio - EEM de Adrianópolis, no Município de Granja.	-	-	-	332.965,73	-	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	736.411,32
1577	Construção de Escola, projeto padrão para atender Escola de Ensino Médio - EEM de Parasinó, no Município de Granja.	-	-	-	368.205,66	-	200.000,00	368.205,66	-	-	-	-	-	930.305,74
		-	-	-	-	330.305,74	-	300.000,00	-	-	300.000,00	-	-	930.305,74

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 10 DE 08/04/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1580	Construção de Escola, projeto padrão para atender Escola de Ensino Médio - EEM de Sucesso, no Município de Tamboril.	-	-	-	106.869,43	-	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	506.869,43
1567	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Bela Cruz.	-	-	-	-	195.360,49	200.000,00	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	595.360,49
1703	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Solonópolis.	-	-	-	-	264.032,73	-	-	-	-	-	-	-	264.032,73
1743	Construção de Escola Indígena, no Município de Monsenhor Tabosa.	-	-	-	139.520,86	-	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	-	339.520,86
1745	Construção de Centro Ouedras Coletivas, nas EDPH nos Municípios de Itarambé, Camapuã, São Benedito, Casserã e Tebuloiro do Norte.	-	-	-	405.593,88	-	405.593,06	-	-	405.593,06	-	-	-	1.622.373,06
1777	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, Professora Adalgisa Borlím Soares, em Fortaleza.	-	-	-	-	131.315,52	200.000,00	100.000,00	-	100.000,00	-	-	-	531.315,52
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	12.754.543,25	3.961.378,48	3.996.309,33	3.920.868,11	2.958.772,39	805.593,06	4.993.378,72	405.593,06	300.000,00	34.096.436,40
2. Secretaria da Cidade - SCIDADE (1)														
835	Fogões Sustentáveis (Fogões com Eficiência Energética)	-	-	-	205.833,33	205.833,33	205.833,33	205.833,33	205.833,33	205.833,33	-	-	-	1.235.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	205.833,33	205.833,33	205.833,33	205.833,33	205.833,33	205.833,33	0,00	0,00	0,00	1.235.000,00
3. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (2)														
102	Projeto Adutora de Itapipoca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	442.989,85
316	Projeto Locação, Perfuração, Bombeamento com Análise Físico-Química, e Instalação de 150 Sistemas Simplificados com Chafiz em Fogos.	-	-	-	737.595,00	737.595,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	4.917.300,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	1.180.584,85	737.595,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	5.360.289,85
4. Secretaria da Saúde - SESA (1)														
2685	Projeto Aquisição de Equipamentos para a Policlínica, Tipo II, com 13 Especialidades, no Município do Crato.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.253.725,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	5.253.725,00	0,00	0,00	5.253.725,00						
5. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE (2)														
65	Programa Assistência Estudantil da Universidade Estadual Vale do Acaraú, no Município de Sobral	-	-	-	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.330,33	300.000,00
05	Projeto Bolsa Universidade da UVA	-	-	-	236.363,64	236.363,64	118.181,82	118.181,82	118.181,82	118.181,82	118.181,82	118.181,82	118.181,80	1.300.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	269.700,00	269.696,97	151.515,15	151.515,15	151.515,15	151.515,15	151.515,15	151.515,15	151.512,13	1.600.000,00
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	19.664.386,43	5.174.503,78	4.845.387,91	4.769.946,59	3.807.850,87	1.654.671,56	5.636.623,87	1.048.838,21	943.242,13	47.545.451,25

Total de Projetos: 46

José de Almeida Brito Júnior
Coordenador de Projetos de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOP/SEPLAG





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 11/2016

Dispõe sobre a aprovação de projetos, para fins de execução com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Aprovar os projetos submetidos à sua apreciação, para efeito de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

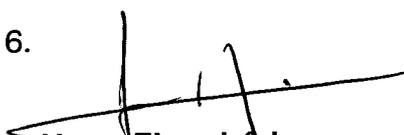
Secretaria	R\$
Secretaria da Educação - SEDUC	18.278.314,24
Secretaria das Cidades - SCIDADES	1.228.728,56
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	4.269.965,18
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	1.456.000,00
Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEAPA	92.211,28
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	9.861.740,30
TOTAL (R\$)	35.186.959,56

§ 1º. Os valores de cada recurso setorial encontram-se discriminados, por projeto, no Anexo I desta Resolução, cuja concessão de limites financeiros compete ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal - COGERF.

§ 2º. Fica a Gerência Executiva do FECOP - GEF, autorizada a implantar a presente deliberação, tão logo o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal - COGERF, delibere acerca da concessão dos respectivos limites financeiros.

§ 3º. Esta Resolução deriva da 3ª Reunião Ordinária, realizada em 25/04/2016.

Fortaleza - CE, 27 de abril de 2016.


Hugo Figueiredo
Presidente


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

ANEXO I
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 11 DE 29/04/2016

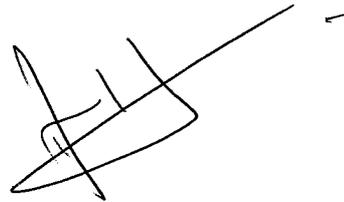
MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria da Educação - SEDUC (23)														
1215	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, Distrito de Barreiros, no Município de Iracema.	-	-	-	-	783.998,47	-	-	-	-	-	-	-	783.998,47
1216	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, Distrito de Cruaui, no Município de Itapipoca.	-	-	-	-	613.717,06	-	-	-	-	-	-	-	613.717,06
1224	Construção de Escola da Família Agrícola, no Município de Santa Quitéria.	-	-	-	-	348.614,80	200.000,00	-	-	-	-	-	-	548.614,80
1225	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, Distrito de Trapirá, no Município de Santa Quitéria.	-	-	-	-	171.110,79	-	200.000,00	-	-	-	-	-	371.110,79
1243	Construção de Quadras, com vestiário(Padrão FNDE) da EEFM José de Borba Vasconcelos, no Município de Maracanaú.	-	-	-	188.294,42	-	-	-	-	-	-	-	-	188.294,42
1244	Construção de Quadras, com vestiário(Padrão FNDE) da EEFM José Leopoldino da Silva, no Município de Fortaleza.	-	-	-	328.192,46	-	-	-	-	-	-	-	-	328.192,46
1257	Construção de Quadras, com vestiário(Padrão FNDE) da EEFM José Milton de Vasconcelos Dias, no Município de Maracanaú.	-	-	-	196.189,14	-	-	-	-	-	-	-	-	196.189,14
1259	Construção de Quadras, com vestiário(Padrão FNDE) da EEFM Manuel Ferreira, no Município de Eusébio.	-	-	-	271.297,12	-	-	-	-	-	-	-	-	271.297,12
1464	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Canindé.	-	-	-	323.829,94	300.000,00	300.000,00	-	-	-	-	-	-	923.829,94
1466	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de São Gonçalo do Amarante.	-	-	-	382.162,65	300.000,00	-	-	-	-	-	-	-	682.162,65
1495	Construção de Três Quadras Cobertas na EEFM Vicente Ribeiro do Amaral, na EEFM José de Vasconcelos Dias e EEFM Edite Alcântara, no Município de General Sampaio.	-	-	-	82.296,22	-	-	-	-	-	-	-	-	82.296,22
1505	Construção de Duas Quadras Cobertas com Vestiário(25,80x38) na EEM Presidente Vargas, EEFM Juvenilo Barreto e Construção de Uma Quadra Poliesportiva Coberta (20x30) na EEP Governador Virgílio Távora, no Município de Crato.	-	-	-	186.184,64	-	-	-	-	-	-	-	-	186.184,64
1534	Construção de Três Quadras Cobertas na EDFM, no Município de Itarema.	-	-	-	321.573,06	-	-	-	-	-	-	-	-	321.573,06
1553	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Itaitira.	-	-	-	-	320.058,44	-	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	720.058,44
1554	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Reriúba.	-	-	-	204.891,99	-	150.000,00	150.000,00	-	-	-	-	-	504.891,99
1555	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Itapui.	-	-	-	309.839,15	-	300.000,00	-	300.000,00	-	-	-	-	909.839,15
1556	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Russas.	-	-	-	204.891,99	-	150.000,00	-	150.000,00	-	-	-	-	504.891,99
1559	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de General Sampaio.	-	-	-	-	361.187,15	300.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	1.061.187,15
1561	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Monsenhor Tabosa.	-	-	-	-	321.430,75	-	-	300.000,00	-	300.000,00	300.000,00	-	1.221.430,75
1578	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de Chorozinho.	-	-	-	-	300.000,00	-	259.675,28	-	-	-	-	-	559.675,28
1579	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, Sítio Queimadas, no Município de Campo Sales.	-	-	-	113.350,75	-	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	513.350,75
1774	Construção de Escola Diferenciada Inijijena, Aldeia Tapuya Kariri, no Município de São Bonedito.	-	-	-	185.526,97	-	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	-	385.526,97
1805	Programa Aprendizagem na Idade Certa - MAIS PAIC	-	-	-	1.183.306,84	903.333,00	1.712.942,58	710.735,25	1.478.602,67	411.079,66	-	-	-	6.400.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	4.481.827,34	4.723.450,46	3.412.942,58	1.820.411,53	2.628.602,67	411.079,66	500.000,00	300.000,00	0,00	18.278.314,24
2. Secretaria da Cidade - CIDADE (3)														
187	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuani, no Município de Caucaia.	-	-	-	580.647,14	-	-	-	-	-	-	-	-	580.647,14
190	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das Localidades Córrego dos Rodrigues, Pombal, Mogradinha e Quixadá, no Município de Pacatuba	-	-	-	116.027,14	116.027,14	116.027,14	-	-	-	-	-	-	348.081,42
1495	Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda	-	-	-	300.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	300.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	996.674,28	116.027,14	116.027,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.228.728,56
3. Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEAPA (1)														
62	Investimento para a Carcinicultura Familiar de Associação dos Criadores de Camarão de Itapui-CE - (ACC)	-	-	-	-	92.211,28	-	-	-	-	-	-	-	92.211,28
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	92.211,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.211,28
4. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (2)														
422	Aquisição de Tubos e Acessórios para Adutoras de Montagem Rápida para o Município de Acopiara.	-	-	-	1.340.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	2.680.000,00
264	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água com Chafariz, para Poços, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará	-	-	-	-	1.589.965,18	-	-	-	-	-	-	-	1.589.965,18

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 11 DE 25/04/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	1.340.000,00	2.929.965,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.269.965,18
5. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (3)														
249	Implantação de Espaços Lúdicos para o Desenvolvimento Infantil - Praças Mais Infância, Brinquedoteca e Brinquedocriche	-	-	-	-	2.241.050,00	2.089.440,30	-	-	-	-	-	-	4.330.490,30
23	Cofinanciamento de Benefícios Eventuais para Famílias e Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social	-	-	-	708.000,00	177.000,00	177.000,00	38.000,00	-	-	-	-	-	1.100.000,00
25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família(PAIF)	-	-	-	2.710.000,00	573.750,00	573.750,00	573.750,00	-	-	-	-	-	4.431.250,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	3.418.000,00	2.991.800,00	2.840.190,30	611.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.861.740,30
6. Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA (1)														
56	Projeto Estratégico de Ações Complementares de Governança Fundiária no Estado do Ceará: Regularização Fundiária Estratégia - I ETAPA	-	-	-	456.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	456.000,00
104		-	-	-	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	1.456.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.456.000,00
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	11.692.501,62	10.853.454,06	6.369.160,02	2.432.161,53	2.628.602,67	411.079,66	500.000,00	300.000,00	0,00	35.186.959,56

Total de Projetos: 33 = Número de Aumento (5)

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Projetos de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 12/2016

Dispõe sobre a aprovação de projetos, para fins de execução, com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Aprovar os projetos submetidos à sua apreciação, para efeito de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria das Cidades - SCIDADES	-7.032.854,18
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	3.437.216,43
Secretaria da Cultura - SECULT	276.540,40
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	2.473.736,54
Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas - SPD	494.119,24
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	38.000,00
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	313.241,57
TOTAL GERAL	0,00

§ 1º. Os valores de cada recurso setorial encontram-se discriminados, por projetos, nos Anexos I e II, desta Resolução, cuja concessão de limites financeiros compete ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal - COGERF.

§ 2º. Fica a Gerência Executiva do FECOP - GEF, autorizada a implantar a presente deliberação, tão logo o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal - COGERF, delibere acerca da concessão dos respectivos limites financeiros.

§ 3º. Fica autorizada a retificação do valor do Projeto Mapp 1777- Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, oriundo da Secretaria da Educação - SEDUC, aprovado, pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPIS, por ocasião da 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 08/04/2016, de R\$ 531.315,52, para R\$ 531.315,32.

388

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

Art. 2º. Esta Resolução deriva da 9º Reunião Virtual, de 11/05/2016.

Fortaleza - CE, 11 de maio de 2016.

Hugo Figueiredo
Presidente

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

ANEXO I

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 12 DE 11/05/2016

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS /INCLUSÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria da Cidadania, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE (1)														
294	Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju nos Territórios do Curu Aracataguá, Macipó e Batorité e Litoral Norte.	-	-	-	-	313.241,57	-	-	-	-	-	-	-	313.241,57
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	313.241,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	313.241,57
2. Secretaria da Cultura – SECULT (1)														
730	Jardim de Agente – Agência de Formação e Desenvolvimento Cultural do Bom Jardim	-	-	-	-	-	156.828,00	29.828,00	18.158,00	18.158,00	18.158,00	18.158,00	17.252,40	276.540,40
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	156.828,00	29.828,00	18.158,00	18.158,00	18.158,00	18.158,00	17.252,40	276.540,40
3. Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas – SPD (5)														
6	Ponto da Cidadania: Corre pra Vida	-	-	-	-	120.000,00	-	-	-	-	-	-	-	120.000,00
7	Fortalecendo Minha Comunidade	-	-	-	-	80.000,00	-	-	-	-	-	-	-	80.000,00
12	Juventude em Ação	-	-	-	-	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	100.000,00
25	Juventude do Futuro	-	-	-	-	147.319,24	-	-	-	-	-	-	-	147.319,24
50	Projeto de Apoio à Casa Renata Couras	-	-	-	-	46.800,00	-	-	-	-	-	-	-	46.800,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	494.119,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	494.119,24
4. Secretaria das Cidades – SCIDADES (4)														
50	Projeto Cadastro de Imóveis Urbanos e Regularização Fundiária no Estado do Ceará – Bairro Conjunto Palmeiras – Fortaleza-CE	-	-	-	-	825.446,90	-	-	-	-	-	-	-	825.446,90
51	Projeto Cadastro de Imóveis Urbanos e Regularização Fundiária no Estado do Ceará – Cidades José Euclides – Sobral-CE	-	-	-	-	627.024,95	-	-	-	-	-	-	-	627.024,95
52	Projeto Cadastro de Imóveis Urbanos e Regularização Fundiária no Estado do Ceará – Bairro Pedrinhas – Juazeiro do Norte-CE	-	-	-	-	347.528,15	-	-	-	-	-	-	-	347.528,15
3097	Habitação de Interesse Social – Unidades Habitacionais no Município de Pires Ferreira	-	-	-	-	175.000,00	-	-	-	-	175.000,00	-	-	350.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	1.975.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175.000,00	0,00	0,00	2.150.000,00
5. Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH (5)														
267	Instalação de 100 Sistemas Simplificados com Dessalinizador	-	-	-	-	383.054,11	383.054,11	383.054,10	333.054,10	-	-	-	-	1.482.216,43
270	Material de Construção de Poços Tubulares Profundos para Atender o Estado do Ceará no Período de Emergência de Seca.	-	-	-	-	100.000,00	200.000,00	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	500.000,00
221	Aquisição de Materiais para Manutenção de Poços e Dessalinizadores Instalados pela SOHIDRA	-	-	-	-	181.666,67	181.666,67	181.666,66	-	-	-	-	-	545.000,00
327	Elaboração de Projetos Executivos para Aduas Emergenciais	-	-	-	-	286.666,67	253.530,00	180.530,00	139.273,33	-	-	-	-	860.000,00
328	Implantação do SAA da localidade de Sitio Barro Branco, no Município de Jati.	-	-	-	-	25.000,00	25.000,00	-	-	-	-	-	-	50.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	976.387,45	1.043.250,78	845.250,77	572.327,43	0,00	0,00	0,00	0,00	3.437.216,43
6. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS (5)														
8	Criando Oportunidades – Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional e Fomento)	-	-	-	-	1.073.300,00	873.300,00	205.400,00	-	-	-	-	-	2.152.000,00
40	Fortalecimento do Artesanato do Cariri	-	-	-	-	-	-	-	348.000,00	-	-	-	-	348.000,00
130	Geração Livre	-	-	-	-	212.278,00	212.278,00	-	75.444,00	-	-	-	-	500.000,00
181	Estrutura do Acesso, Área de Lazer e Paisagismo do Abrigo de Idosos – Fortaleza-CE	-	-	-	-	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	25.000,00	-	100.000,00
240	Garantindo a Acessibilidade – Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional	-	-	-	-	38.000,00	-	-	-	-	-	-	-	38.000,00
330	Garantindo a Acessibilidade – Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional	-	-	-	-	300.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	-	500.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	1.636.078,00	1.288.078,00	217.900,00	435.944,00	12.500,00	12.500,00	25.000,00	0,00	3.638.000,00
7. Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA (3)														
55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	-	-	-	-	2.133.290,22	-	2.139.669,32	-	-	43.000,00	-	-	4.315.959,54

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 12 DE 11/05/2016

MAPP	SECRETARIAS/ PROJETOS / INCLUSÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
469	Aquisição de Estações de Tratamento de Água(ETA's) Móveis para Purificação de Água de Pequenos Mananciais	-	-	-	-	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	100.000,00
505	Fortalecimento da Caprinocultura Leiteira	-	-	-	-	57.777,00	-	-	-	-	-	-	-	57.777,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	2.291.067,22	0,00	2.139.669,32	0,00	0,00	43.000,00	0,00	0,00	4.473.736,54
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	7.685.893,48	2.498.156,78	3.232.648,09	1.026.429,43	30.658,00	248.658,00	43.158,00	17.252,40	14.782.854,18

Total de Projetos: 24 = Nova (24) + Aumento (1)

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEP/AG

ANEXO II

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 12 DE 11/05/2016

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS / REDUÇÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria das Cidades – CIDADADES (3)														
161	Ampliação do Ramal Sul do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra da Ibiapaba.	(323.852,61)	(35.026,10)	(832.391,80)	(118.624,13)	(145.480,53)	(114.398,28)	(616.351,24)	(85.172,56)	(63.143,24)	(63.069,20)	(48.531,65)	(53.988,66)	(2.500.000,00)
	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das Localidades de Tapera, Machuca e Jacutã em Aquiraz-CE.	(88.067,71)	(830.898,65)	(739.635,10)	(905.782,70)	(684.320,33)	(617.086,35)	(671.661,72)	(1.373.274,49)	-	-	-	-	(5.910.727,05)
195	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das Localidades de Açude Mal Cozinho, no Município de Cascavel-CE.	-	(82.348,26)	(158.648,27)	(60.639,70)	(126.682,52)	(110.022,35)	(112.927,64)	(120.859,39)	-	-	-	-	(772.127,13)
	Sub-total	-411.920,32	-948.273,01	-1.730.675,17	-1.085.046,53	-956.483,38	-841.506,98	-1.400.940,60	-1.579.305,44	-63.143,24	-63.069,20	-48.531,65	-53.958,66	-9.182.854,18
2. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS (4)														
26	Artesanato Competitivo	-	-	-	-	(5.000,00)	(165.000,00)	-	(195.000,00)	-	(135.000,00)	-	-	(500.000,00)
93	CE-jovem Aprendizagem em Serviço(Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	-	-	-	-	-	-	-	(1.000.000,00)	-	-	-	-	(1.000.000,00)
44	Primeiro Passo (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	-	-	-	-	-	-	-	(1.000.000,00)	-	-	(686.700,00)	(313.300,00)	(2.000.000,00)
307	Primeiro Passo – Estagiário TRE	-	-	-	-	(100.000,00)	-	-	-	-	-	-	-	(100.000,00)
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	-105.000,00	-165.000,00	0,00	-2.195.000,00	0,00	-135.000,00	-686.700,00	-313.300,00	-3.600.000,00
3. Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA (1)														
453	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades(Projeto Paulo Freire)	-	(1.379.040,19)	-	-	-	-	-	(400.434,84)	(55.131,23)	(55.131,23)	(55.131,23)	(55.131,28)	(2.000.000,00)
	Sub-total	0,00	-1.379.040,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-400.434,84	-55.131,23	-55.131,23	-55.131,23	-55.131,28	-2.000.000,00
	TOTAL GERAL	-411.920,32	-2.327.313,20	-1.730.675,17	-1.085.046,53	-1.061.483,38	-1.006.506,98	-1.400.940,60	-4.174.740,28	-118.274,47	-253.200,43	-790.362,88	-422.389,94	-14.782.854,18

Total de Projetos: 8 = Novo 01 - Repetição (8)

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Injustiça Social
CCOPI / SEPLAG



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 13/2016

Dispõe sobre a aprovação de projetos, para fins de execução, com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, e dá outras providências.

O Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), por seu Presidente – o Sr. Secretário do Planejamento e Gestão, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e **CONSIDERANDO** a necessidade de concessão de limites financeiros para a execução de projetos aprovados pelo Conselho;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO COLEGIADA:

Art. 1º. Aprovar os projetos submetidos à apreciação do órgão colegiado, para efeito de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no(s) seguinte(s) valor(es):

Secretaria	R\$
Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	(-) 5.000.000,00
Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA	(-) 8.000.000,00
	(-) 1.300.000,00
	(-) 2.000.000,00
	(-) 3.428.482,24
	(-) 3.000.000,00
	(+) 17.728.482,24
TOTAL GERAL	0,00

§ 1º. Os valores de cada recurso setorial encontram-se discriminados, por projetos, nos Anexos I e II, desta Resolução, cuja concessão de limites financeiros compete ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF.

§ 2º. Fica a Gerência Executiva do FECOP – GEF, autorizada a implantar a presente deliberação, tão logo o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF, delibere acerca da concessão dos respectivos limites financeiros.

§3º. A aprovação do Projeto Mapp 38 – Garantia Safra no Ceará, oriundo da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, em R\$ 17.728.482,24, fica condicionada ao remanejamento dos valores discriminados nos Projetos Mapps, egressos da referida pasta, conforme abaixo relacionados, a saber:

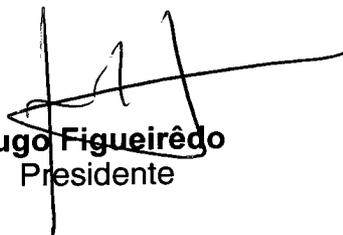


**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

- I – Mapp 14 – Programa de Distribuição de Semente – R\$ 8.000.000,00;
- II – Mapp 41 – Assistência Técnica e Extensão Rural para os Assentados Rurais – R\$ 1.300.000,00;
- III – Mapp 341 – Projeto São José – Componente 2 – Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado – R\$ 2.000.000,00;
- IV – Mapp 451 – Projeto Paulo Freire – Componente 1 – R\$ 3.428.482,24;
- V – Mapp 452 – Projeto Paulo Freire – Componente 2 – R\$ 3.000.000,00.

Art. 2º. Esta Resolução deriva da 4º Reunião Ordinária, de 25/05/2016.

Fortaleza – CE, 25 de maio de 2016.


Hugo Figueirêdo
Presidente


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCORI / SEPLAG

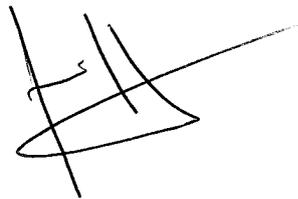
ANEXO I
 FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
 RESOLUÇÃO CCPIS Nº 13 DE 25/05/2016

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS/REDUÇÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA (1)														
285	Desapropriação de Área da Faixa de Domínio e Estações do VLT Parangaba - Miracume										(3.300.000,00)	(1.700.000,00)		(5.000.000,00)
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.300.000,00	-1.700.000,00	0,00	-5.000.000,00
	TOTAL GERAL*	0,00	-0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.300.000,00	-1.700.000,00	0,00	-5.000.000,00

Total de Projetos: 01 - Rescisão (1)



José de Lima Freitas Junior
 Coordenador de Programas e Políticas de
 Combate à Pobreza e Inclusão Social
 CCOPI / SEPLAG

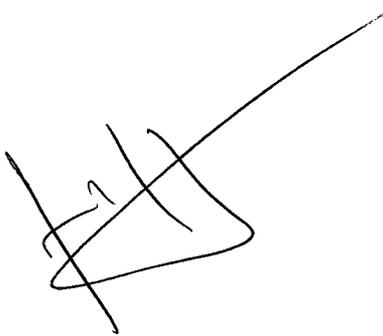


ANEXO II
 FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
 RESOLUÇÃO CCPIS Nº 13 DE 25/05/2016

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS /INCLUSÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1.	Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA (1)													
38	Garantia Safra no Ceará						8.864.241,12	8.864.241,12						17.728.482,24
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.864.241,12	8.864.241,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.728.482,24
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.864.241,12	8.864.241,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.728.482,24

Total de Projetos: 01 = 100% (100%)

José de Lima Freitas Júnior
 Coordenador de Promoções de Políticas de
 Combate à Pobreza e Inclusão Social
 CCOP / SEPIAG





GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 14/2016

Dispõe sobre a aprovação de projetos, para fins de execução, com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, e dá outras providências.

O Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), por seu Presidente – o Sr. Secretário do Planejamento e Gestão, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de concessão de limites financeiros para a execução de projetos aprovados pelo Conselho;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO COLEGIADA:

Art. 1º. Aprovar os projetos submetidos à apreciação do órgão colegiado, para efeito de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no(s) seguinte(s) valor(es):

Secretaria	R\$
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	(-) 17.728.482,24
Secretaria das Cidades - SCIDADES	(-)1.927.872,87
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	(-)197.023,70
Secretaria da Saúde - SESA	(+) 1.700.000,00
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	(+) 76.263,17
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	(+) 348.633,40
SUB - TOTAL	(-) 17.728.482,24
TOTAL GERAL (Anexo I + Anexo II)	0,00

§ 1º. Os valores de cada recurso setorial encontram-se discriminados, por projetos, nos **Anexos I e II**, desta Resolução, cuja concessão de limites financeiros compete ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF.

§ 2º. Fica a Gerência Executiva do FECOP – GEF, autorizada a implantar a presente deliberação, tão logo o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF, delibere acerca da concessão dos respectivos limites financeiros.

§3º. Ficam homologadas as reduções de valores, para efeito de remanejamentos junto ao Mapp 38 – Garantia Safra no Ceará, oriundo da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, de que trata a Resolução nº 13, derivada da 4ª Reunião Ordinária, ocorrida em 25/05/2016, conforme abaixo discriminados:



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

I - Mapp 14 - Programa de Distribuição de Sementes: R\$ 8.000.000,00;

II - Mapp 41 - Assistência Técnica e Extensão Rural para os Assentados Rurais: R\$ 1.300.000,00;

III - Mapp 341 - Projeto São José - Componente 2 - Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado: R\$ 2.000.000,00;

IV - Mapp 451 - Projeto Paulo Freire - Componente 1: R\$ 3.428.482,24;

V - Mapp 452 - Projeto Paulo Freire - Componente 2: R\$ 3.000.000,00.

§ 4º. Ficam homologadas as reduções de valores, para efeito de remanejamentos junto aos Mapps 249 – Implantação de Espaços Lúdicos para o Desenvolvimento Infantil (STDS), Mapp 522 – Implantação de Açudes Inteligentes no Estado do Ceará (SDA), e Mapp 2931 – Construção e Ampliação de Unidades de Saúde no Município de Sobral (SESA), conforme abaixo discriminados:

I - Secretaria das Cidades – SCIDADES:

a) Mapp 187 - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água, na localidade de Capuan, em Caucaia - CE: R\$ 1.000.000,00;

b) Mapp 194 - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água Tauá - CE (PAC 2): R\$ 700.000,00;

c) Mapp 195 - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água, na localidade de Açude Mel Cozinhado, em Cascavel - CE: R\$ 227.872,87.

II - Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS:

a) Mapp 307 - Primeiro Passo: Estagiário TRE: R\$ 197.023,70.

Art. 2º. Esta Resolução deriva da 10ª Reunião Extraordinária, de 03/06/2016.

Fortaleza – CE, 03 de junho de 2016.


Hugo Figueiredo
Presidente

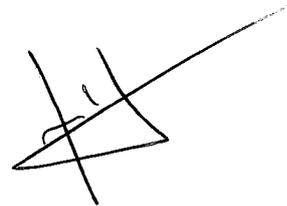

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI/SEPLAG

ANEXO I
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIIS Nº 14 DE 03/06/2016

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS / INCLUSÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1.	Secretaria da Saúde - SESA (1)													
2931	Construção e Ampliação de Unidades de Saúde no Município de Sobral	-	-	-	-	1.700.000,00	-	-	-	-	-	-	-	1.700.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	1.700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.700.000,00
2.	Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA (1)													
522	Implantação de Aquedutos Inteligentes no Estado do Ceará	-	-	-	-	38.131,59	-	-	38.131,58	-	-	-	-	76.263,17
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	38.131,59	0,00	0,00	38.131,58	0,00	0,00	0,00	0,00	76.263,17
3.	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (1)													
249	Implantação de Espaços Lúdicos para o Desenvolvimento Infantil - Praças Mais Infância, Brinquedoteca e Brinquedocriche	-	-	-	-	174.316,70	174.316,70	174.316,70	-	-	-	-	-	348.633,40
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	174.316,70	174.316,70	174.316,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	348.633,40
	TOTAL GERAL (1)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.912.448,29	174.316,70	174.316,70	38.131,58	0,00	0,00	0,00	0,00	2.124.896,57

Total de Projetos : Noves 3

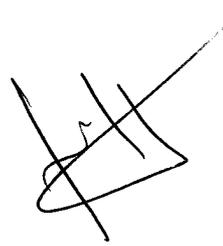
José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Políticas de Inclusão Social
Comitê de Políticas de Inclusão Social
CCOPT/SEPLAG



ANEXO II
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 14 DE 03/06/2016

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS/REDUÇÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA (4)														
14	Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Mudás)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(65.000,00)	(7.935.000,00)	(8.000.000,00)
41	Ater em Acentamentos rurais no estado do Ceará	-	-	(1.300.000,00)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.300.000,00)
341	São José III - Componente 2 - Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	-	-	-	-	-	(116.227,94)	(313.962,01)	(313.962,01)	(313.962,01)	(313.962,01)	(313.962,01)	(313.962,01)	(2.000.000,00)
451	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (Projeto)	-	(295.511,18)	-	-	-	(3.132.971,06)	-	-	-	-	-	-	(3.428.482,24)
452		-	-	-	-	-	(3.000.000,00)	-	-	-	-	-	-	(3.000.000,00)
453		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
454		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-total	0,00	-295.511,18	-1.300.000,00	0,00	0,00	-3.249.199,00	-3.313.962,01	-313.962,01	-313.962,01	-313.962,01	-378.962,01	-8.248.962,01	-17.728.482,24
2. Secretaria das Cidades - CIDADES (3)														
187	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuaná em Caucaia	-	-	(419.352,86)	(580.647,14)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.000.000,00)
194	PAC 2 Estágem - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Tauá	-	-	-	-	-	-	-	(56.613,96)	(160.846,51)	(160.846,51)	(160.846,51)	(160.846,51)	(700.000,00)
195	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Ajude Mal Cozinheiro, no Município de Cascavel-CE	-	(227.872,87)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(227.872,87)
	Sub-total	0,00	-227.872,87	-419.352,86	-580.647,14	0,00	0,00	0,00	-56.613,96	-160.846,51	-160.846,51	-160.846,51	-160.846,51	-1.927.872,87
3. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS(1)														
307	Primeiro Passo Estagiário Tribunal Regional Eleitoral	-	-	(2.333,70)	(147.345,00)	(47.345,00)	-	-	-	-	-	-	-	(197.023,70)
	Sub-total	0,00	0,00	-2.333,70	-147.345,00	-47.345,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-197.023,70
	TOTAL GERAL (II)	0,00	-523.384,05	-1.719.352,86	-580.647,14	0,00	-3.249.199,00	-3.313.962,01	-370.575,97	-474.808,52	-474.808,52	-539.808,52	-8.409.808,52	-19.853.378,81

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPY/SEPLAG



RESOLUÇÃO CCPIS Nº 15/2016

Dispõe sobre a aprovação de projetos, para fins de execução, com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, e dá outras providências.

O Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), por seu Presidente – o Sr. Secretário do Planejamento e Gestão, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de concessão de limites financeiros para a execução de projetos aprovados pelo Conselho;

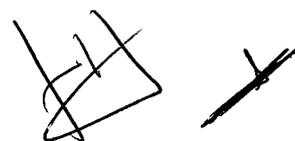
RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO COLEGIADA:

Art. 1º. Aprovar os projetos submetidos à apreciação do órgão colegiado, para efeito de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no(s) seguinte(s) valor(es):

SECRETARIAS	R\$
Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH	(+ 93.683,75
Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH	(-) 103.300,57
Secretaria da Cultura – SECULT	(+ 204.160,00
Secretaria da Cultura – SECULT	(-) 204.160,00
Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas – SPD	(+ 500.337,80
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	(+ 2.000.000,00
Secretaria da Educação – SEDUC	(+ 4.123.506,21
Secretaria da Educação – SEDUC	(-) 15.275.987,28
Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA	(+ 9.553.565,76
Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA	(-) 753.565,76
Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura – SEAPA	(-) 2.000.000,00
SUBTOTAL (Anexo I)	(+ 16.475.253,52
SUBTOTAL (Anexo II)	(-) 18.337.013,61
TOTAL (Anexo I + Anexo II)	(-) 1.861.760,09

§ 1º. Os valores de cada recurso setorial encontram-se discriminados, por projetos, nos Anexos I e II, desta Resolução, cujas concessões de limites financeiros compete ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF.

§ 2º. Fica a Gerência Executiva do FECOP – GEF, autorizada a implantar a presente deliberação, tão logo o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF, delibere acerca da concessão dos respectivos limites financeiros.





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

§3º. Ficam homologadas as reduções de valores, para fins de remanejamentos junto aos Projetos Mapps, da Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH, conforme abaixo discriminados:

I - Para o Projeto Mapp 326 - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Distrito de Nova Floresta, no município de Jaguaribe, e Comunidade Bom Jardim, no município de Solonópole (SRH):

a) R\$ 25.532,98 do Projeto Mapp 269 - Teste de vazão com análise físico-química em poços perfurados pela Superintendência de Obras Hidráulicas - SOHIDRA, em comunidades do interior do Estado do Ceará (SRH);

b) R\$ 28.927,59 do Projeto Mapp 422 - Aquisição de tubos e acessórios para adutoras de montagem rápida, para o município de Acopiara (SRH);

II - Para o Projeto Mapp 392 - Instalação de Dessalinizadores nas localidades de Bairro de Fátima II e Cidade Nova - Escola Indígena, no município de Crateús (SRH):

a) R\$ 48.840,00, do Projeto Mapp 297 - Construção, desapropriação e supervisão da Barragem Melancia, no município de São Luis do Curu (SRH).

§4º. Ficam homologadas as reduções de valores, para fins de remanejamentos junto aos Projetos Mapps, da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, conforme a diante discriminados:

I - Para o Projeto Mapp 38 - Programa Garantia Safra (SDA):

a) R\$ 753.565,76, dos Projetos Mapps 452 e 454 - Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades - Projeto Paulo Freire - Componentes 2 e 3 (SDA); e,

b) R\$ 2.000.000,00, do Projeto Mapp 98 - Apoio à revitalização da Piscicultura no Açude Castanhão, da Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura – SEAPA;

§5º. Fica homologado o remanejamento de valores junto ao Projeto Mapp, da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, conforme abaixo discriminados:

I - Para o Projeto Mapp 38 - Programa Garantia Safra:

a) R\$ 5.000.000,00, do Projeto Mapp 285 - Desapropriação da faixa de domínio e estações para implantação do VLT - Parangaba - Mucuripe, da Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA;

§6º. Ficam homologadas as reduções de valores relativos aos Projetos Mapps da Secretaria da Educação – SEDUC, num total de R\$ 15.275.987,28, conforme adiante discriminados:

a) Mapp 900 - Pró E-Jovem – R\$ 2.000.000,00;



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

- b)** Mapp 1262 - Implantação de Unidades Técnico Pedagógicas de Produção nas Escolas Agropecuárias no Estado do Ceará – Granja e Lavras da Mangabeira – R\$ 284.069,50;
- c)** Mapp 1473 - Construção de Escola de Ensino Médio – EEM, no Distrito de São Paulino, município de Acopiara – R\$ 951.760,59.
- d)** Mapp 1553 - Construção de Escola Estadual de Educação Profissional – EEEP, no município de Itatira – R\$ 720.058,44;
- e)** Mapp 1554 - Construção de Escola Estadual de Educação Profissional – EEEP, no município de Reriutaba – R\$ 504.891,99;
- f)** Mapp 1556 - Construção de Escola Estadual de Educação Profissional – EEEP, no município de Russas – R\$ 504.891,99;
- g)** Mapp 1558 - Construção de Escola Estadual de Educação Profissional – EEEP, no município de Ararendá – R\$ 1.097.602,27;
- h)** Mapp 1559 - Construção de Escola Estadual de Educação Profissional – EEEP, no município de General Sampaio – R\$ 1.061.187,15;
- i)** Mapp 1560 - Construção de Escola Estadual de Educação Profissional – EEEP, no município de Baturité – R\$ 183.968,80;
- j)** Mapp 1562 - Construção de Escola Estadual de Educação Profissional – EEEP, no município de São Benedito – R\$ 144.188,40;
- l)** Mapp 1563 - Construção de Escola Estadual de Educação Profissional – EEEP, no município de Ocara – R\$ 551.362,79;
- m)** Mapp 1565 - Construção de Escola Estadual de Educação Profissional – EEEP, no município de São Luis do Curu – R\$ 832.805,30;
- n)** Mapp 1566 - Construção de Escola Estadual de Educação Profissional – EEEP, no município de Paraipaba – R\$ 849.147,00;
- o)** Mapp 1568 - Construção de Escola Estadual de Educação Profissional – EEEP, no município de Jijoca de Jericoacoara – R\$ 880.169,67;
- p)** Mapp 1569 - Construção de Escola Estadual de Educação Profissional – EEEP, no município de Senador Pompeu – R\$ 823.088,30;
- q)** Mapp 1571 - Construção de Escola Estadual de Educação Profissional – EEEP, no município de Farias Brito – R\$ 938.060,14;
- r)** Mapp 1572 - Construção de Escola Estadual de Educação Profissional – EEEP, no município de Crateús – R\$ 221.430,75;
- s)** Mapp 1574 - Construção de Escola Estadual de Educação Profissional – EEEP, no município de Tabuleiro do Norte – R\$ 932.965,73;



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

t) Mapp 1577 - Construção de Escola – Projeto Padrão para atender Escola de Ensino Médio - EEM, no município de Granja – R\$ 930,305,74;

u) Mapp 1703 - Construção de Escola Estadual de Educação Profissional – EEEP, no município de Solonópole – R\$ 264.032,73;

v) Mapp 1745 - Construção de Quadras Cobertas EDFM, nos municípios de Itarema, Camocim, São Benedito, Cascavel e Tabuleiro do Norte – R\$ 600.000,00;

§7º. Ficam homologadas as aprovações dos Projetos Mapps, com recursos financeiros oriundos do total das reduções, de que trata o §6º, deste artigo, conforme adiante estabelecidas:

I - Para a Secretaria da Educação – SEDUC:

a) No Projeto Mapp 736 - Construção de Escola Estadual de Educação Profissional, no Município de Itarema – R\$ 1.291.616,60;

b) No Projeto Mapp 1416 - Construção de Escola de Ensino Médio, no Município de Martinópole – R\$ 787.610,23;

c) No Projeto Mapp 1460 - Construção de Escola de Ensino Médio, no Município de Iguatu – R\$ 429.662,79;

d) No Projeto Mapp 1499 - Construção de Escola de Ensino Médio, no Município de Quixeramobim – R\$ 800.811,03;

e) No Projeto Mapp 1500 - Construção de Escola de Ensino Médio, no Município de Quixeramobim – R\$ 813,805,56;

II - Para a Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA:

a) No Projeto Mapp 5 - Feiras da Socioeconomia Solidárias – R\$ 800.000,00;

b) No Projeto Mapp 521 - Locação, perfuração e instalação de 100 poços profundos – R\$ 1.000.000,00;

III - Para a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS:

a) No Projeto Mapp 25 - Cofinanciamento do Programa de Atenção Integral às Famílias – R\$ 2.000.000,00;

IV - Para a Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas – SPD:

a) No Projeto Mapp 06 - Ponto de Cidadania – R\$ 162.377,00;

b) No Projeto Mapp 12 – Juventude em Ação – R\$ 125.280,00;



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

c) No Projeto Mapp 25 - Ampliação e expansão dos Programas do Ministério da Saúde – R\$ 212.680,80.

§8º. Fica homologada a redução do Projeto Mapp 68 – Agentes de Leitura, no valor de R\$ 204.160,00, para fins de remanejamento, deste mesmo valor, ao Projeto Mapp 730 – Jardim de Gente: Agência de Formação e Desenvolvimento Cultural Bom Jardim, ambos da Secretaria da Cultura – SECULT.

Art. 2º. Esta Resolução deriva da 5ª Reunião Ordinária, de 24/06/2016.

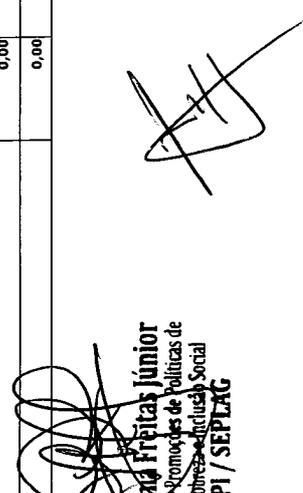
Fortaleza – CE, 24 de junho de 2016.

Hugo Figueiredo
Presidente

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

ANEXO I
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPI Nº 15 DE 24/06/2016

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS /INCLUSÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (2)														
392	Instalação de Dessalinizadores nas Localidades de Bairro de Fátima II, de Planaltina e Cidade Nova-Escola Indígena, no Município de Cratêus.	-	-	-	-	-	48.840,00	-	-	-	-	-	-	48.840,00
326	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Distrito de Nova Floresta, em Jaguaribe, para Atender a Comunidade de Bom Jardim, em Salomópole.	-	-	-	-	-	22.421,88	22.421,87	-	-	-	-	-	44.843,75
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.261,88	22.421,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	93.683,75
2. Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA (3)														
5	Feiras da Socioeconomia Solidárias	-	-	-	-	-	-	800.000,00	-	-	-	-	-	800.000,00
38	Garantia Safra no Ceará	-	-	-	-	-	-	7.753.565,76	-	-	-	-	-	7.753.565,76
521	Locação, Perfuração e Instalação de 100 Poços Profundos	-	-	-	-	-	-	1.000.000,00	-	-	-	-	-	1.000.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.553.565,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.553.565,76
3. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (1)														
25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família(PAIF)	-	-	-	-	-	-	2.000.000,00	-	-	-	-	-	2.000.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
4. Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas - SPD (3)														
6	Ponto da Cidadania: Corre pra Vida	-	-	-	-	-	-	162.377,00	-	-	-	-	-	162.377,00
12	Juventude em Ação	-	-	-	-	-	-	125.280,00	-	-	-	-	-	125.280,00
25	Juventude do Futuro	-	-	-	-	-	-	212.680,80	-	-	-	-	-	212.680,80
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.337,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.337,80
5. Secretaria da Cultura - SECULT (1)														
730	Jardim de Agentes - Agência de Formação e Desenvolvimento Cultural do Bom Jardim	-	-	-	-	-	-	204.160,00	-	-	-	-	-	204.160,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	204.160,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	204.160,00
6. Secretaria da Educação - SEDUC (5)														
736	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Itarema.	-	-	-	-	-	-	1.291.616,60	-	-	-	-	-	1.291.616,60
1416	Construção de Escola de Ensino Médio-EEM, no Município de Martinópolis	-	-	-	-	-	-	787.610,23	-	-	-	-	-	787.610,23
1460	Construção de Escola de Ensino Médio-EEM, no Município de Iguatu	-	-	-	-	-	-	429.662,79	-	-	-	-	-	429.662,79
1499	Construção de Escola de Ensino Médio-EEM, no Município de Quixeramobim	-	-	-	-	-	-	800.811,03	-	-	-	-	-	800.811,03
1500	Construção de Escola de Ensino Médio-EEM, no Município de Quixeramobim	-	-	-	-	-	-	813.805,56	-	-	-	-	-	813.805,56
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.123.506,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.123.506,21
	TOTAL GERAL (1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.261,88	16.403.991,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.475.253,52


José de Lina Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza - Atividade Social
CCOPI / SEPLAC

ANEXO II
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 15 DE 24/08/2016

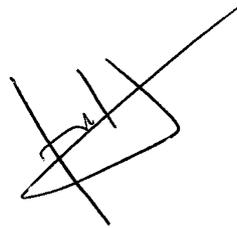
MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS /REDUÇÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA (1)														
451		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
452	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (Projeto)	-	-	-	-	-	-	(494.162,40)	-	-	-	-	-	(494.162,40)
453		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
454		-	-	-	-	-	-	-	-	(259.403,36)	-	-	-	(259.403,36)
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-494.162,40	0,00	-259.403,36	0,00	0,00	0,00	-753.565,76
2. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (3)														
297	Construção, Desapropriação e Supervisão da Barragem Melancia - São Luis do Curu	-	-	(18.840,00)	(30.000,00)	-	-	-	-	-	-	-	-	(48.840,00)
269	Teste de Vazão com Análise Físico-Química em Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	-	-	(11.486,43)	(14.046,55)	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.532,98)
422	Aquisição de Tubos e Acessórios para Adutoras de Montagem Rápida para o Município de Acopiara.	-	-	-	(28.927,59)	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.927,59)
	Sub-total	0,00	0,00	-30.326,43	-72.974,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-103.300,57
3. Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEAPA (1)														
98	Apoio à Revitalização da Piscicultura no Açude Castanhão	-	(2.000.000,00)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.000.000,00)
	Sub-total	0,00	-2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.000.000,00
4. Secretaria da Educação - SEDUC (21)														
900	Projeto e-Jovem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.000.000,00)	-	-	(2.000.000,00)
1262	Implementação de Unidades Técnico-Pedagógicas de Produção nas Escolas Agropecuárias do Estado do Ceará - Granja e Lavras da Manipuladora	-	-	(284.069,50)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(284.069,50)
1473	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de São Paulo, no Município de Acopiara.	-	-	-	(167.160,17)	-	(200.000,00)	-	-	(300.000,00)	-	-	(284.600,42)	(951.760,59)
1553	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Itaitira.	-	-	-	-	(320.058,44)	-	(200.000,00)	(200.000,00)	-	-	-	-	(720.058,44)
1554	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Reriutaba.	-	-	-	(204.891,99)	-	(150.000,00)	(150.000,00)	-	-	-	-	-	(504.891,99)
1556	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Russas.	-	-	-	(204.891,99)	-	(150.000,00)	-	(150.000,00)	-	-	-	-	(504.891,99)
1558	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Ararendá.	-	-	-	-	(297.602,27)	-	(200.000,00)	-	(300.000,00)	-	-	-	(1.097.602,27)
1559	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de General Sampaio.	-	-	-	-	(361.187,15)	(300.000,00)	-	(200.000,00)	-	(200.000,00)	-	-	(1.061.187,15)
1560	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Baburité.	-	-	-	-	(183.968,80)	-	-	-	-	-	-	-	(183.968,80)
1562	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de São Benedito.	-	-	-	(144.188,40)	-	-	-	-	-	-	-	-	(144.188,40)
1563	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Ocara.	-	-	-	(251.362,79)	-	(150.000,00)	-	(150.000,00)	-	-	-	-	(551.362,79)
1565	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de São Luis do Curu.	-	-	-	(232.805,30)	-	(200.000,00)	-	(200.000,00)	-	(200.000,00)	-	-	(832.805,30)
1566	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Pauspba.	-	-	-	-	(249.147,00)	(200.000,00)	-	(200.000,00)	-	(200.000,00)	-	-	(849.147,00)
1568	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Jiquiá de Beersaara.	-	-	-	(280.169,67)	-	(200.000,00)	-	(200.000,00)	-	(200.000,00)	-	-	(880.169,67)
1569	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Senador Pompeu.	-	-	-	(223.088,30)	-	(200.000,00)	-	(200.000,00)	-	(200.000,00)	-	-	(823.088,30)
1571	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Farias Brito.	-	-	-	(338.060,14)	-	(200.000,00)	-	(200.000,00)	-	(200.000,00)	-	-	(938.060,14)
1572	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Crateús.	-	-	-	-	(221.430,75)	-	-	-	-	-	-	-	(221.430,75)
1574	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Tabuleiro do Norte.	-	-	-	(332.965,73)	-	(200.000,00)	-	(200.000,00)	-	(200.000,00)	-	-	(932.965,73)
1577	Construção de Escola, projeto padião para atender Escola de Ensino Médio - EEM de Parazinho, no Município de Granja.	-	-	-	-	(330.305,74)	-	(300.000,00)	-	-	-	-	-	(930.305,74)
1703	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Solonópole.	-	-	-	-	(264.032,73)	-	-	-	-	-	-	-	(264.032,73)
1745	Construção de Cinco Quadras Cobertas nas EDFM nos Municípios de Itarema, Camocim, São Benedito, Cascavel e Tabuleiro do Norte.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(600.000,00)
	Sub-total	0,00	0,00	-284.069,50	-2.379.584,48	-2.227.732,88	-2.150.000,00	-850.000,00	-1.900.000,00	-900.000,00	-3.700.000,00	-300.000,00	-584.600,42	-15.275.987,28
5. Secretaria da Cultura - SECULT (1)														
68	Agentes de Leitura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(102.080,00)	(102.080,00)	(204.160,00)

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 15 DE 24/06/2016

MAPP	SECRETARIAS / PROJETOS / REDUÇÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-102.080,00	-102.080,00	-204.160,00
	TOTAL GERAL (II)	0,00	-2.000.000,00	-314.395,93	-2.452.558,62	-2.227.732,88	-2.150.000,00	-1.344.162,40	-1.900.000,00	-1.159.403,36	-3.700.000,00	-402.080,00	-686.680,42	-18.337.013,61

Total de Projetos Reduzidos = 0


José de Lima Freitas Junior
Coordenador de Programas e Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPT / SEPLAG





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 16/2016

Dispõe sobre a aprovação de projetos, para fins de execução, com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, e dá outras providências.

O Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), por seu Presidente – o Sr. Secretário do Planejamento e Gestão, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de concessão de limites financeiros para a execução de projetos aprovados pelo Conselho;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO COLEGIADA:

Art. 1º. Aprovar os projetos submetidos à apreciação do órgão colegiado, para efeito de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, durante o exercício de 2016, no(s) seguinte(s) valor(es):

SECRETARIAS	R\$
Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas - SPD	870.958,42
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	500.000,00
Secretaria da Educação - SEDUC	56.569,76
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	868.750,00
Secretaria da Saúde - SESA	279.377,75
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	641.408,09
Secretaria da Cultura - SECULT	160.213,60
TOTAL	3.377.277,62

§ 1º. Os valores de cada recurso setorial encontram-se discriminados, por projetos, no Anexo I, desta Resolução, cujas concessões de limites financeiros compete ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF.

§ 2º. Fica a Gerência Executiva do FECOP – GEF, autorizada a implantar a presente deliberação, tão logo o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF, delibere acerca da concessão dos respectivos limites financeiros.

Art. 2º. Esta Resolução deriva da 11ª Reunião Extraordinária, de 01/07/2016.

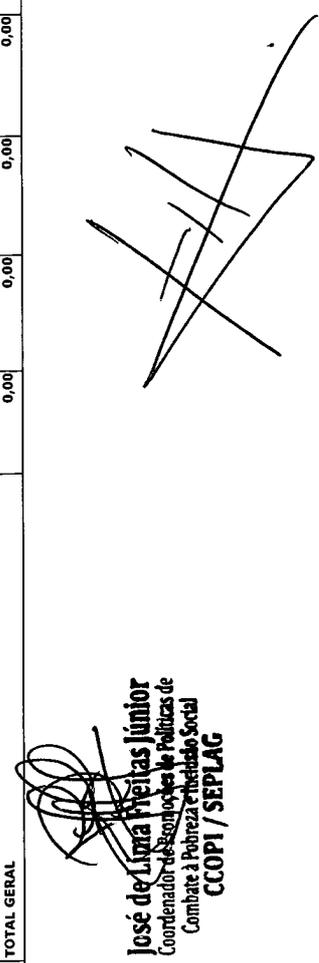
Fortaleza – CE, 01 de julho de 2016.


Hugo Figueirêdo
Presidente


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

ANEXO I
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 16 DE 01/07/2016

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS / INCLUSÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas - SPD (3)														
06	Ponto da Cidadania: Corre pra Vida	-	-	-	-	-	-	-	285.678,46	-	-	-	-	285.678,46
12	Juventude em Ação	-	-	-	-	-	-	-	225.280,00	-	-	-	-	225.280,00
25	Juventude do Futuro	-	-	-	-	-	-	-	359.999,96	-	-	-	-	359.999,96
	Sub-total	0,00	870.958,42	0,00	0,00	0,00	0,00	870.958,42						
2. Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA (1)														
183	Fortalecimento das Ações de ATER no Estado do Ceará	-	-	-	-	-	-	-	-	500.000,00	-	-	-	500.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00						
3. Secretaria de Educação - SEDUC (1)														
1262	Implantação de Unidades Técnico-Pedagógicas de Produção nas Escolas Agropecuárias do Estado do Ceará - Granja e Lavras da Mangaba	-	-	-	-	-	-	56.569,76	-	-	-	-	-	56.569,76
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.569,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.569,76
4. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (1)														
25	Colocando o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	-	-	-	-	-	-	-	868.750,00	-	-	-	-	868.750,00
	Sub-total	0,00	868.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	868.750,00						
5. Secretaria da Saúde - SESA (1)														
2931	Construção e Ampliação de Unidades de Saúde no Município de Sobral	-	-	-	-	-	-	279.377,75	-	-	-	-	-	279.377,75
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	279.377,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	279.377,75
6. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE (2)														
196	Projeto de Inclusão Digital com Tecnologia Assistiva do Bairro Vicente Pinzon, em Fortaleza	-	-	-	-	-	-	39.233,33	39.233,33	39.233,33	39.233,33	39.233,33	39.233,35	235.400,00
277	Projeto de Inclusão Social e Econômica por Meio da Popularização da Ciência para Estudantes das Escolas Públicas do Estado do Ceará	-	-	-	-	-	-	94.758,09	138.650,00	15.650,00	9.450,00	139.650,00	7.850,00	406.008,09
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	133.991,42	177.883,33	54.883,33	48.683,33	178.883,33	47.083,35	641.408,09
7. Secretaria da Cultura - SECULT (1)														
730	Jardim de Agente - Agência de Formação e Desenvolvimento Cultural do Bom Jardim	-	-	-	-	-	-	160.213,60	-	-	-	-	-	160.213,60
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.213,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.213,60
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	630.152,53	1.917.591,75	554.883,33	48.683,33	178.883,33	47.083,35	3.377.277,62


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Equipes de Políticas de Combate à Pobreza e Trabalho Social
CCOPI / SEPLAG

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 17/2016

Dispõe sobre a aprovação de projetos, para fins de execução, com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, e dá outras providências.

O Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), por seu Presidente – o Sr. Secretário do Planejamento e Gestão, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de concessão de limites financeiros para a execução de projetos aprovados pelo Conselho;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO COLEGIADA:

Art. 1º. Aprovar os projetos submetidos à apreciação do órgão colegiado, para efeito de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no(s) seguinte(s) valor(es):

Secretaria	R\$
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	926.103,00
Secretaria das Cidades - SCIDADES	1.833.667,29
Secretaria da Educação - SEDUC	3.000.000,00
Secretaria das Cidades - SCIDADES	(-) 1.700.000,00
Secretaria da Educação - SEDUC	(-) 4.123.506,21
SUBTOTAL (Anexo I)	(+) 5.759.770,29
SUBTOTAL (Anexo II)	(-) 5.823.506,21
TOTAL (ANEXO I + ANEXO II)	(-) 63.735,92

§ 1º. Os valores de cada recurso setorial encontram-se discriminados, por projetos, nos **Anexos I e II**, desta Resolução, cuja concessão de limites financeiros compete ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF.

§ 2º. Fica a Gerência Executiva do FECOP – GEF, autorizada a implantar a presente deliberação, tão logo o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF, delibere acerca da concessão dos respectivos limites financeiros.

§ 3º. Ficam homologadas as aprovações dos Projetos Mapps, para efeito de reduções de valores, e para fins de remanejamentos destes valores junto ao Projeto Mapp 1439 – Rio Maranguapinho: ações de urbanização – trecho IV – PAC 2, todos da Secretaria das Cidades – SCIDADES, conforme abaixo discriminados:

a) R\$ 600.000,00 do Projeto Mapp 16 – Implantação das Obras dos Sistemas de Abastecimento de Água do Programa Ceará II - KFW II;

b) R\$ 650.000,00, do Projeto Mapp 189 – Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água dos Bairros Aeroporto, São José e Triângulo, no Município de Juazeiro do Norte-CE;





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

c) R\$ 450.000,00, do Projeto Mapp 190 – Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das Localidades Córrego dos Rodrigues, Pontal, Majorlândia e Quixaba, no Município de Aracati-CE.

§ 4º. Ficam revogadas as aprovações dos Projetos Mapps, egressos da Secretaria da Educação – SEDUC, objetos de deliberação, para fins de concessão de limites financeiros, por ocasião da 5ª Reunião Ordinária, ocorrida em 24/06/2016, conforme adiante discriminados e motivados:

a) Projeto Mapp 736 – Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Itarema: R\$ 1.291.616,60 (por não ter sido apresentado o projeto em tempo hábil);

b) Projeto Mapp 1416 – Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de Martinópolis: R\$ 787.610,23 (por não constar programado pela Fonte FECOP);

c) Projeto Mapp 1460 – Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de Iguatu: R\$ 429.662,79 (por não constar programado pela Fonte FECOP);

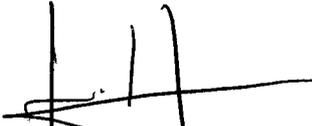
d) Projeto Mapp 1499 – Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de Quixeramobim: R\$ 800.811,03 (por não constar programado pela Fonte FECOP);

e) Projeto Mapp 1500 – Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de Quixeramobim: R\$ 813.805,56 (por não constar programado pela Fonte FECOP).

§ 5º. Fica revogada a aprovação do Projeto Mapp 1262 – Implantação de Unidades Técnico-Pedagógicas nas Escolas Agropecuárias do Estado do Ceará - Granja e Lavras da Mangabeira, egresso da Secretaria da Educação – SEDUC, objeto de deliberação, por ocasião da 5ª Reunião Ordinária, ocorrida em 24/06/2016, correspondente a R\$ 284.069,50, tendo em vista que, à época, já havia sido empenhado R\$ 56.569,76.

Art. 2º. Esta Resolução deriva da 6ª Reunião Ordinária, de 25/07/2016.

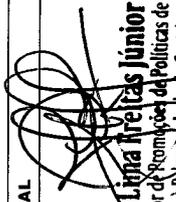
Fortaleza – CE, 25 de julho de 2016.

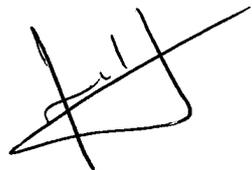

Hugo Figueirêdo
Presidente


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPT / SEPLAG

ANEXO I
 FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
 RESOLUÇÃO CCPIS Nº 17 DE 25/07/2016
 PARA EFEITO DE CONCESSÃO DE RECURSOS

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS/INCLUSÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1.	Secretaria das Cidades - SCIDADES - (1)													
1439	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II)	-	-	-	-	-	-	-	1.833.667,29	-	-	-	-	1.833.667,29
	Sub-total	0,00	1.833.667,29	0,00	0,00	0,00	0,00	1.833.667,29						
2.	Secretaria da Educação - SEDUC (1)													
1342	Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino	-	-	-	-	-	-	-	3.000.000,00	-	-	-	-	3.000.000,00
	Sub-total	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00						
3.	Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA (2)													
2	Aproveitamento Hidroagrícola do Castanhão	-	-	-	-	-	-	-	680.000,00	-	-	-	-	680.000,00
353	Construção de 33.400 Cisternas de Placas - Aditivo ao Convênio MDS Construção de 49.000 Cisternas	-	-	-	-	-	-	-	246.103,00	-	-	-	-	246.103,00
	Sub-total	0,00	926.103,00	0,00	0,00	0,00	0,00	926.103,00						
	TOTAL GERAL	0,00	5.759.770,29	0,00	0,00	0,00	0,00	5.759.770,29						


José de Lima Freitas Júnior
 Coordenador de Promoção de Políticas de
 Combate à Pobreza e Inclusão Social
 CCOPI/SEPLAG



ANEXO II
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCOPI Nº 17 DE 25/07/2016
PARA EFEITO DE REDUÇÃO DE RECLUSOS

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS /INCLUSÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria das Cidades (3)														
16	Implantação das Obras dos Sistemas de Abastecimento de Água do Programa Ceará II - KFW II	-	-	-	(13.991,52)	(496.288,20)	-89.720,28	-	-	-	-	-	-	(600.000,00)
189	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água dos Bairros Aeroporto, São José e Triângulo no Município de Juazeiro do Norte/CE	-	-	-	(249.985,21)	(223.442,64)	-104.896,62	(71.675,53)	-	-	-	-	-	(650.000,00)
190	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das Localidades Córrego dos Rodrigues, Pontal, Maripolândia e Quixaba, no Município de Aracati-CE	(17.918,58)	(84.000,00)	-	-116.027,14	-116.027,14	-116.027,14	-	-	-	-	-	-	(450.000,00)
	Sub-total	(17.918,58)	(84.000,00)	-	(380.003,87)	(835.757,98)	(310.644,04)	(71.675,53)	-	-	-	-	-	(1.700.000,00)
6. Secretaria da Educação - SEDUC (5)														
736	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Itarema.	-	-	-	-	-	-	(1.291.616,60)	-	-	-	-	-	(1.291.616,60)
1416	Construção de Escola de Ensino Médio-EEM, no Município de Martinópolis	-	-	-	-	-	-	(787.610,23)	-	-	-	-	-	(787.610,23)
1460	Construção de Escola de Ensino Médio-EEM, no Município de Iguatu	-	-	-	-	-	-	(429.652,79)	-	-	-	-	-	(429.652,79)
1499	Construção de Escola de Ensino Médio-EEM, no Município de Quixeramobim	-	-	-	-	-	-	(800.811,03)	-	-	-	-	-	(800.811,03)
1500	Construção de Escola de Ensino Médio-EEM, no Município de Quixeramobim	-	-	-	-	-	-	(813.805,56)	-	-	-	-	-	(813.805,56)
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.123.506,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.123.506,21
	TOTAL GERAL (8)	(17.918,58)	(84.000,00)	-	(380.003,87)	(835.757,98)	(310.644,04)	(4.195.181,74)	-	-	-	-	-	(5.823.506,21)


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 18/2016

Dispõe sobre a aprovação de projetos, para fins de execução, com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, e dá outras providências.

O Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), por seu Presidente – o Sr. Secretário do Planejamento e Gestão, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e **CONSIDERANDO** a necessidade de concessão de limites financeiros para a execução de projetos aprovados pelo Conselho;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO COLEGIADA:

Art. 1º. Aprovar os projetos submetidos à apreciação do órgão colegiado, para efeito de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no(s) seguinte(s) valor(es):

Secretaria	R\$
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	903.000,00
TOTAL (Anexo I)	(+) 903.000,00

§ 1º. Os valores de cada recurso setorial encontram-se discriminados, por projetos, no **Anexos I**, desta Resolução, cuja concessão de limites financeiros compete ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF.

§ 2º. Fica a Gerência Executiva do FECOP – GEF, autorizada a implantar a presente deliberação, tão logo o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF, delibere acerca da concessão dos respectivos limites financeiros.

§ 3º. Todas as reduções de recursos, relativas aos Projetos Mapps abaixo indicados, num montante de R\$ 1.700.000,00, são para fins de remanejamentos junto ao Projeto Mapp 1439 – Rio Maranguapinho: ações de urbanização – trecho IV – PAC 2, egresso da Secretaria das Cidades – SCIDADES, de que trata a homologação expedida no art. 1º, §3º, da Resolução nº 17, de 25/07/2016.

a) R\$ 600.000,00 do Projeto Mapp 16 – Implantação das Obras dos Sistemas de Abastecimento de Água do Programa Ceará II - KFW II;

b) R\$ 650.000,00, do Projeto Mapp 189 – Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água dos Bairros Aeroporto, São José e Triângulo, no Município de Juazeiro do Norte-CE;

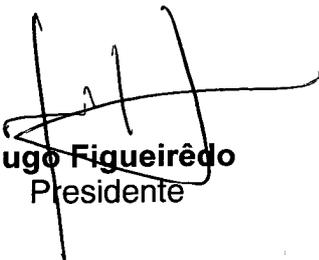


**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

c) R\$ 450.000,00, do Projeto Mapp 190 – Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das Localidades Córrego dos Rodrigues, Pontal, Majorlândia e Quixaba, no Município de Aracati-CE.

Art. 2º. Esta Resolução deriva da 12ª Reunião Extraordinária, de 01/08/2016.

Fortaleza – CE, 1º de agosto de 2016.



Hugo Figueirêdo
Presidente

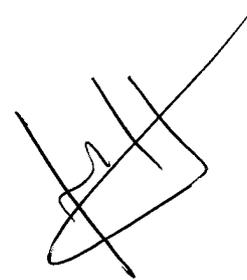


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

ANEXO I
 FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
 RESOLUÇÃO CCPIS Nº 18 DE 01/08/2016
 PARA EFEITO DE CONCESSÃO DE RECURSOS

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS /INCLUSÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1.	Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA (5)													
337	Projeto Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais.	-	-	-	-	-	-	-	130.000,00	-	-	-	-	130.000,00
362	Implantação de Projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, para 2016	-	-	-	-	-	-	-	100.000,00	-	-	-	-	100.000,00
385	Implantação de Sistema de Abastecimento de Água no Âmbito do Programa Água para Todos.	-	-	-	-	-	-	-	400.000,00	-	-	-	-	400.000,00
471	Aquisição de Máquinas e Equipamentos para apoio às Cadeias Produtivas Estratégicas dos 13 Territórios Rurais do Ceará.	-	-	-	-	-	-	-	173.000,00	-	-	-	-	173.000,00
514	Projeto João de Barros	-	-	-	-	-	-	-	100.000,00	-	-	-	-	100.000,00
	Sub-total	0,00	903.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	903.000,00						
	TOTAL GERAL	0,00	903.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	903.000,00						


Jose de Lima Freitas Júnior
 Coordenador de Programas de Políticas de
 Combate à Pobreza e Inclusão Social
 CCOPI / SEPLAG





GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 19/2016

Dispõe sobre a aprovação de projetos, para fins de execução, com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, e dá outras providências.

O Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), por seu Presidente – o Sr. Secretário do Planejamento e Gestão, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de concessão de limites financeiros para a execução de projetos aprovados pelo Conselho;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO COLEGIADA:

Art. 1º. Aprovar os projetos submetidos à apreciação do órgão colegiado, para efeito de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no(s) seguinte(s) valor(es):

SECRETARIA	R\$
Secretaria das Cidades – SCIDADES	(+) 600.000,00
Secretaria das Cidades – SCIDADES	(-) 600.000,00
Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH	(+) 1.931.632,87
Secretaria da Saúde – SESA	(-) 17.859.131,23
Secretaria da Saúde – SESA	(+) 17.859.131,23
SUBTOTAL (Anexo I)	(+) 20.390.764,10
SUBTOTAL (Anexo II)	(-) 18.459.131,23
SUBTOTAL (ANEXO I + ANEXO II)	(=) 1.931.632,87
TOTAL	0,00

§ 1º. Os valores de cada recurso setorial encontram-se discriminados, por projetos, no(s) Anexo(s) I, desta Resolução, cuja concessão de limites financeiros compete ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF.

§ 2º. Fica a Gerência Executiva do FECOP – GEF, autorizada a implantar a presente deliberação, tão logo o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF, delibere acerca da concessão dos respectivos limites financeiros.

§ 3º. A redução dos recursos, relativos ao Projeto Mapp 1439 – PAC 2 – Projeto Rio Maranguapinho: Trecho IV, em Maracanaú, no valor de R\$ 600.000,00, destina-se, para fins de remanejamento, ao Projeto Mapp 1465 – Aluguel Social para famílias de baixa renda, ambos egressos da Secretaria das Cidades – SCIDADES.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

§ 4º. A redução dos recursos, relativos ao Projeto Mapp 2789 – Reforço das ações de assistência farmacêutica, medicamentos e insumos, para a atenção básica e secundária, no valor de R\$ 17.859.131,23, destina-se, para fins de remanejamento, ao Projeto Mapp 2722 – Reforço das ações de assistência farmacêutica e medicamentos, nas Redes de Atenção à Saúde do Estado do Ceará, ambos egressos da Secretaria da Saúde – SESA.

Art. 2º. Esta Resolução deriva da 7ª Reunião Ordinária, de 26/08/2016.

Fortaleza – CE, 26 de agosto de 2016.

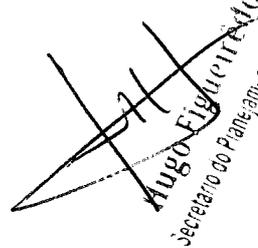
Hugo Figueirêdo
Presidente

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

ANEXO I
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 19 DE 26/08/2016
PARA EFEITO DE CONCESSÃO DE RECURSOS

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS /INCLUSÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria da Saúde - SESA - (1)														
2722	Reforço das Ações de Assistência Farmacéutica e Medicamentos nas Redes de Atenção à Saúde do Estado do Ceará	-	-	-	-	-	-	-	17.859.131,23	-	-	-	-	17.859.131,23
	Sub-total	0,00	17.859.131,23	0,00	0,00	0,00	0,00	17.859.131,23						
2. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (3)														
233	Construção, Ampliação e Reabilitação de Barragens - Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST	-	-	-	-	-	-	-	1.000.000,00	-	-	-	-	1.000.000,00
270	Construção de Poços Tubulares Profundos para Atender o Estado do Ceará no Período Emergencial de Seca.	-	-	-	-	-	-	-	372.763,57	-	-	-	-	372.763,57
350	Construção da Adutora de Adrianópolis e Timonha no Município de Granja	-	-	-	-	-	-	-	558.869,30	-	-	-	-	558.869,30
	Sub-total								1.931.632,87					1.931.632,87
3. Secretaria das Cidades - CIDADES (1)														
1465	Aluguel Social para Família de Baixa Renda	-	-	-	-	-	-	-	600.000,00	-	-	-	-	600.000,00
	Sub-total	-	600.000,00	-	-	-	-	600.000,00						
	TOTAL GERAL	0,00	20.390.764,10	0,00	0,00	0,00	0,00	20.390.764,10						

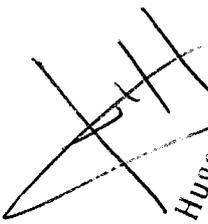

José de Lima Freitas Júnior
 Coordenador de Programas de Políticas de
 Combate à Pobreza e Inclusão Social
 CCOPI/SEPLAG


Hugo Figueiredo
 Secretário de Planejamento e Gestão

ANEXO II
 FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
 RESOLUÇÃO CCPIS Nº 19 DE 26/08/2016
 PARA EFEITO DE REDUÇÃO DE RECUSOS

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS/REDUÇÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1.Secretaria da Saúde - SESA (1)														
2789	Reforço das Ações de Assistência Farmacêutica, Medicamentos e Insumos para Atenção Básica e Secundária	-	-	-	-	-	-	(2.976.521,87)	(2.976.521,87)	(2.976.521,87)	(2.976.521,87)	(2.976.521,87)	(2.976.521,88)	(17.859.131,23)
	Sub-total	-	-	-	-	-	-	(2.976.521,87)	(2.976.521,87)	(2.976.521,87)	(2.976.521,87)	(2.976.521,87)	(2.976.521,88)	(17.859.131,23)
2.Secretaria das Cidades (1)														
1439	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II)	-	-	-	-	-	-	-	(600.000,00)	-	-	-	-	(600.000,00)
	Sub-total	-	-	-	-	-	-	-	(600.000,00)	-	-	-	-	(600.000,00)
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.976.521,87	-3.576.521,87	-2.976.521,87	-2.976.521,87	-2.976.521,87	-2.976.521,88	-18.459.131,23


José de Lima Freitas Júnior
 Coordenador de Políticas de Políticas de
 Combate à Pobreza e Inclusão Social
 CCOPI / SEPLAG


Hugo Figueredo
 Secretário do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 20/2016

Dispõe sobre a aprovação de projetos, para fins de execução, com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, e dá outras providências.

O Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26/11/2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29/09/2009 (DOE de 30/09/2009), por seu Presidente – o Sr. Secretário do Planejamento e Gestão, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de concessão de limites financeiros para a execução de projetos aprovados pelo Conselho;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO COLEGIADA:

Art. 1º. Aprovar os projetos submetidos à apreciação do órgão colegiado, para efeito de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no(s) seguinte(s) valor(es):

SECRETARIA	R\$
Secretaria da Educação – SEDUC	(+ 3.600.000,00
Secretaria da Educação – SEDUC	(-) 3.600.000,00
SUBTOTAL (Anexo I)	(+ 3.600.000,00
SUBTOTAL (Anexo II)	(-) 3.600.000,00
SUBTOTAL (ANEXO I + ANEXO II)	(=) 0,00
TOTAL	0,00

§ 1º. Os valores de cada recurso setorial encontram-se discriminados, por projetos, no(s) **Anexo(s) I e II**, desta Resolução, cuja concessão de limites financeiros compete ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF.

§ 2º. Fica a Gerência Executiva do FECOP – GEF, autorizada a implantar a presente deliberação, tão logo o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF, delibere acerca da concessão dos respectivos limites financeiros.

§ 3º. A redução dos recursos, relativos aos Projetos Mapps descritos no inciso I, deste parágrafo, destinam-se, para fins de remanejamento, aos Projetos Mapps descritos no inciso II, deste mesmo parágrafo, todos egressos da Secretaria da Educação – SEDUC, a saber:

I – Para efeito de redução de limites financeiros:

a) Projeto Mapp 745 - Construção de Escola Estadual de Educação Profissional (Redenção) - R\$ 768.187,82;

b) Projeto Mapp 1350 - Desenvolvimento Jovem de Futuro - R\$ 900.000,00;

c) Projeto Mapp 1415 - Construção de Escola de Ensino Médio (General Sampaio) - R\$ 372.135,90;

d) Projeto Mapp 1465 - Construção de Escola Estadual de Educação Profissional (Alto Santo) - R\$ 1.000.000,00; e,

e) Projeto Mapp 1578 - Construção de Escola de Ensino Médio (Chorozinho) R\$ 559.676,28.

Total: R\$ 3.600.000,00.

II – Para efeito de concessão de limites financeiros:

a) Projeto Mapp - 1342 - Reforma e ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino e outros serviços - R\$ 2.000.000,00;

b) Projeto Mapp - 1805 - Apoio técnico pedagógico às ações do Programa Aprendizagem na Idade Certa - PAIC - R\$ 800.000,00;

c) Projeto Mapp - 1835 - Contratação do serviço de auditoria e avaliação externa - R\$ 800.000,00.

Total: R\$ 3.600.000,00.

§ 4º. Fica homologada a redução dos recursos, relativos ao Projeto Mapp 1439 – PAC 2 – Projeto Rio Maranguapinho: Trecho IV, em Maracanaú, no valor de R\$ 600.000,00, para fins de remanejamento junto ao Projeto Mapp 1465 – Aluguel Social para famílias de baixa renda, ambos egressos da Secretaria das Cidades – SCIDADES.

Art. 2º. Esta Resolução deriva da 13ª Reunião Extraordinária, de 08/09/2016.

Fortaleza – CE, 08 de setembro de 2016.


Hugo Figueirêdo
Presidente


José de Lima Fretas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

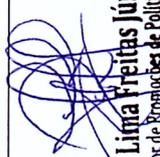
ANEXO I
 FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
 RESOLUÇÃO CCPI Nº 20 DE 08/09/2016
 PARA EFEITO DE CONCESSÃO DE RECURSOS

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS /CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria da Educação - SEDUC - (3)														
1342	Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000.000,00	-	-	-	2.000.000,00
1805	Programa Aprendizagem na Idade Certa - MAIS PAIC	-	-	-	-	-	-	-	-	800.000,00	-	-	-	800.000,00
1835	Contratação de Serviços de Auditoria e Avaliação Externa do Programa Construção dos Centros de Educação Infantil -CEI	-	-	-	-	-	-	-	-	280.000,00	160.000,00	180.000,00	180.000,00	800.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.080.000,00	160.000,00	180.000,00	180.000,00	3.600.000,00
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.080.000,00	160.000,00	180.000,00	180.000,00	3.600.000,00


José de Lima Freitas Júnior
 Coordenador de Regiões de Políticas de
 Combate à Pobreza e Inclusão Social
 CCOPI / SEPLAG

ANEXO II
 FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
 RESOLUÇÃO CCPIS Nº 20 DE 08/09/2016
 PARA EFEITO DE REDUÇÃO DE RECUSOS

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS IREDUÇÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1.Secretaria da Educação - SEDUC (5)														
745	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Redenção.	-	-	-	-	-	-	-	(13.072,91)	-	(755.114,91)	-	-	(768.187,82)
1350	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro.	-	-	-	(900.000,00)	-	-	-	-	-	-	-	-	(900.000,00)
1415	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de General Sampaio.	-	-	-	-	(72.135,90)	(300.000,00)	-	-	-	-	-	-	(372.135,90)
1465	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Alto Santo.	-	-	-	-	-	-	-	(459.283,73)	-	(540.716,27)	-	-	(1.000.000,00)
1578	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de Chorozinho.	-	-	-	-	(300.000,00)	-	(259.676,28)	-	-	-	-	-	(559.676,28)
	TOTAL GERAL	-	-	-	(900.000,00)	(372.135,90)	(300.000,00)	(259.676,28)	(472.356,64)	-	(1.295.831,18)	-	-	(3.600.000,00)


José de Lima Freitas Júnior
 Coordenador de Promoções de Políticas de
 Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 21/2016

Dispõe sobre a aprovação de projetos, para fins de execução, com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, e dá outras providências.

O Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26/11/2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29/09/2009 (DOE de 30/09/2009), por seu Presidente – o Sr. Secretário do Planejamento e Gestão, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de concessão de limites financeiros para a execução de projetos aprovados pelo Conselho;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO COLEGIADA:

Art. 1º. Aprovar os projetos submetidos à apreciação do órgão colegiado, para efeito de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no(s) seguinte(s) valor(es):

SECRETARIA	R\$
Secretaria da Educação – SEDUC	(+ 2.671.038,06
Secretaria da Educação – SEDUC	(-) 2.671.038,06
SUBTOTAL (Anexo I)	(+ 2.671.038,06
SUBTOTAL (Anexo II)	(-) 2.671.038,06
SUBTOTAL (ANEXO I + ANEXO II)	(=) 0,00
TOTAL	0,00

§ 1º. Os valores de cada recurso setorial encontram-se discriminados, por projetos, no(s) **Anexo(s) I e II**, desta Resolução, cuja concessão de limites financeiros compete ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF.

§ 2º. Fica a Gerência Executiva do FECOP – GEF, autorizada a implantar a presente deliberação, tão logo o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF, delibere acerca da concessão dos respectivos limites financeiros.

§3º. A redução dos recursos, relativos aos Projetos Mapps descritos no inciso I, deste parágrafo, destinam-se, para fins de remanejamento, aos Projetos Mapps descritos no inciso II, deste mesmo parágrafo, todos egressos da Secretaria da Educação – SEDUC, a saber:

I – Para efeito de redução de limites financeiros:

a) Projeto Mapp 695 - Construção de Escola Estadual de Educação Profissional (Limoeiro do Norte) - R\$ 183.828,68;

b) Projeto Mapp 1213 - Construção de Escola Estadual de Ensino Médio (Icó) - R\$ 738.594,58;

c) Projeto Mapp 1224 - Construção de Escola Estadual de Ensino Médio (Santa Quitéria) - R\$ 548.614,80;

d) Projeto Mapp 1576 - Construção de Escola Estadual de Ensino Médio (Granja) - R\$ 400.000,00;

e) Projeto Mapp 1745 - Construção de 5 Quadras Cobertas em Escolas (Itarema, Camocim, São Benedito, Cascavel e Tabuleiro do Norte) - R\$ 800.000,00;

Total: R\$ 2.671.038,06.

II – Para efeito de concessão de limites financeiros:

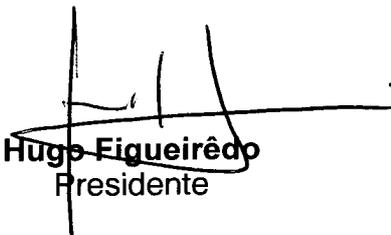
a) Projeto Mapp 1422 - Construção de Escola Estadual de Educação Profissional (Sobral) - R\$ 2.449.607,31;

b) Projeto Mapp 1572 - Construção de Escola Estadual de Educação Profissional (Crateús) - R\$ 221.430,75;

Total: R\$ 2.671.038,06.

Art. 2º. Esta Resolução deriva da 14ª Reunião Extraordinária, de 16/09/2016.

Fortaleza – CE, 16 de setembro de 2016.

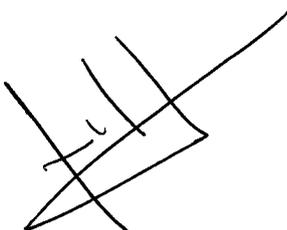

Hugo Figueirêdo
Presidente


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

ANEXO I
 FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
 RESOLUÇÃO CCPIS Nº 21 DE 16/09/2016
 PARA EFEITO DE CONCESSÃO DE RECURSOS

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS /CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1.	Secretaria da Educação - SEDUC - (2)													
1422	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - (EEEP) de São José, no Município de Sobral	-	-	-	-	-	-	-	-	612.401,82	612.401,82	612.401,82	612.401,85	2.449.607,31
1572	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - (EEEP), no Município de Cratêus	-	-	-	-	-	-	-	-	55.357,68	55.357,68	55.357,68	55.357,71	221.430,75
	TOTAL GERAL	0,00	667.759,50	667.759,50	667.759,50	667.759,56	2.671.038,06							

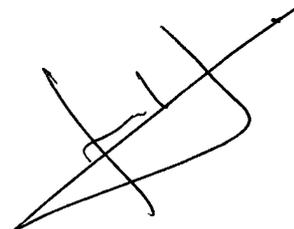

José de Lima Freitas Junior
 Coordenador de Normas de Políticas de
 Combate à Pobreza - Política Social
CCOPI / SEPLAG



ANEXO II
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 21 DE 16/09/2016
PARA EFEITO DE REDUÇÃO DE RECUSOS

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS /REDUÇÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1.	Secretaria da Educação – SEDUC (5)													
695	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Lumoeiro do Norte.	-	-	-	(116.171,32)	(67.657,36)	-	-	-	-	-	-	-	(183.828,68)
1213	Construção de Escola Estadual de Ensino Médio – EEEM, em Área Rural, Distrito de Pedrinhas, no Município de Icó.	-	-	-	(552.662,47)	-	-	(185.932,11)	-	-	-	-	-	(738.594,58)
1224	Construção de Escola da Família Agrícola, no Município de Santa Quitéria.	-	-	-	-	(348.614,80)	(200.000,00)	-	-	-	-	-	-	(548.614,80)
1576	Construção de Escola, Projeto Padrão para Atender a Escola Estadual de Ensino Médio – EEEM de Adrianópolis, no Município de Granja.	-	-	-	-	(368.205,66)	-	-	(31.794,34)	-	-	-	-	(400.000,00)
1745	Construção de Cinco Quadras Cobertas nas EOPM nos Municípios de Itarema, Camocim, São Benedito, Cascavel e Tabuleiro do Norte.	-	-	-	(405.593,88)	-	(394.406,12)	-	-	-	-	-	-	(800.000,00)
	TOTAL GERAL	-	-	-	(1.074.427,67)	(784.477,82)	(594.406,12)	(185.932,11)	(31.794,34)	-	-	-	-	(2.671.038,06)


José de Lima Freitas Júnior
 Coordenador de Programas e Políticas de
 Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG





GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 22/2016

Dispõe sobre a aprovação de projetos, para fins de execução, com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, e dá outras providências.

O Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26/11/2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29/09/2009 (DOE de 30/09/2009), por seu Presidente – o Sr. Secretário do Planejamento e Gestão, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de concessão de limites financeiros para a execução de projetos aprovados pelo Conselho;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO COLEGIADA:

SECRETARIA	R\$
Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas – SPD	(+) 46.800,00
Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas – SPD	(-) 46.800,00
Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH	(+) 354.150,94
Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH	(-) 354.150,94
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECITECE	(+) 398.820,11
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECITECE	(-) 398.820,11
Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA	(+) 1.000.000,00
Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA	(-) 1.000.000,00
Sub-total (ANEXO I)	(+) 1.799.771,05
Sub-total (ANEXO II)	(-) 1.799.771,05
Sub-total (ANEXO I + ANEXO II)	(=) 0,00
TOTAL	0,00

Art. 1º. Aprovar os projetos submetidos à apreciação do órgão colegiado, para efeito de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no(s) seguinte(s) valor(es):

§ 1º. Os valores de cada recurso setorial encontram-se discriminados, por projetos, no(s) **Anexo(s) I e II**, desta Resolução, cuja concessão de limites financeiros compete ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF.

§ 2º. Fica a Gerência Executiva do FECOP – GEF, autorizada a implantar a presente deliberação, tão logo o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF, delibere acerca da concessão dos respectivos limites financeiros.

§3º. A redução dos recursos, relativo ao Projeto Mapp descrito no inciso I, deste parágrafo, destina-se, para fins de remanejamento, ao Projeto Mapp descrito no inciso II, deste mesmo parágrafo, todos egressos da Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas – SPD, a saber:

I – Para efeito de redução de limites financeiros:

a) Projeto Mapp 07 – Fortalecendo minha comunidade – R\$ 46.800,00;

Total: R\$ 46.800,00.

II – Para efeito de concessão de limites financeiros:

a) Projeto Mapp 50 – Projeto Promoção à Reinserção Social na Comunidade Terapêutica Renata Couras – R\$ 46.800,00;

Total: R\$ 46.800,00.

§4º. A redução dos recursos, relativos aos Projetos Mapps descritos no inciso I, deste parágrafo, destina-se, para fins de remanejamento, ao Projeto Mapp descrito no inciso II, deste mesmo parágrafo, todos egressos da Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH, a saber:

I – Para efeito de redução de limites financeiros:

a) Projeto Mapp 202 – Construção e ampliação de adutoras no Estado do Ceará, no âmbito das Comunidades do MST – R\$ 39.200,67;

b) Projeto Mapp 308 – Elaboração de Projeto Executivo para ampliação da Barragem Itapobussú, em Maranguape – R\$ 10.249,84;

c) Projeto Mapp 324 – Sistema Emergencial de Abastecimento de Água, em Cedro – R\$ 138.891,18;

d) Projeto Mapp 359 – Desapropriação, construção e supervisão da Barragem Amarela, em Beberibe – R\$ 200.000,00;

Total: R\$ 354.150,94.

II – Para efeito de concessão de limites financeiros:

a) Projeto Mapp 310 – Perfuração de poços tubulares profundos pela SOHIDRA – R\$ 354.150,94;

Total: R\$ 354.150,94.

§5º. A redução dos recursos, relativos aos Projetos Mapps descritos no inciso I, deste parágrafo, destina-se, para fins de remanejamento, ao Projeto Mapp descrito no inciso II, deste mesmo parágrafo, todos egressos da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECITECE, a saber:

I – Para efeito de redução de limites financeiros:



a) Projeto Mapp 05 – Programa Bolsa Universidade – PBU, da Universidade Vale do Acaraú – UVA – R\$ 165.320,11;

b) Projeto Mapp 65 – Programa Assistência Estudantil da Universidade Vale do Acaraú – UVA – R\$ 133.500,00;

c) Projeto Mapp 294 – Inclusão social e produtiva de organizações coletivas na cadeia do caju – R\$ 100.000,00;

Total: R\$ 398.820,11.

II – Para efeito de concessão de limites financeiros:

a) Projeto Mapp 75 – Implantação da Residência Universitária da Universidade Vale do Acaraú – UVA – R\$ 398.820,11;

Total: R\$ 398.820,11.

§6º. A redução dos recursos, relativos aos Projetos Mapps descritos no inciso I, deste parágrafo, destina-se, para fins de remanejamento, ao Projeto Mapp descrito no inciso II, deste mesmo parágrafo, todos egressos da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, a saber:

I – Para efeito de redução de limites financeiros:

a) Projetos Mapps 76, 77, 78 e 94 – Desenvolvimento de projetos produtivos em reassentamentos, comunidades originárias e tradicionais – respectivamente, R\$ 197.722,75; R\$ 237.787,25; R\$ 254.857,25; e, R\$ 309.632,75 – R\$ 1.000.000,00;

Total: R\$ 1.000.000,00.

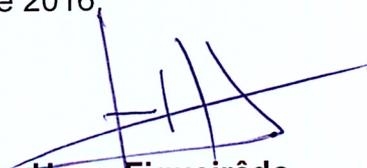
II – Para efeito de concessão de limites financeiros:

a) Projeto Mapp 104 – Projeto estratégico de ações complementares de Governança Fundiária no Estado do Ceará: regularização fundiária estratégica – I Etapa – R\$ 1.000.000,00;

Total: R\$ 1.000.000,00.

Art. 2º. Esta Resolução deriva da 8ª Reunião Ordinária, de 23/09/2016.

Fortaleza – CE, 23 de setembro de 2016.


Hugo Figueirêdo
Presidente

ANEXO I
 FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
 RESOLUÇÃO CCPIS Nº 22 DE 23/09/2016
 PARA EFEITO DE CONCESSÃO DE RECURSOS

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS /CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria Especial de Políticas Públicas sobre Drogas - SPD - (1)														
7	Fortalecendo Minha Comunidade	-	-	-	-	-	-	-	-	46.800,00	-	-	-	46.800,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.800,00	0,00	0,00	0,00	46.800,00
2. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (1)														
310	Perfuração de Poços Tubulares Profundos pela SOHIDRA.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	354.150,94	-	-	354.150,94
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	354.150,94	0,00	0,00	354.150,94
3. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE (1)														
75	Implantação da Residência Universitária da Universidade Estadual do Acaraí - UVA, na cidade de Sobral(Compra de Mobiliários e equipamentos).	-	-	-	-	-	-	-	-	-	398.820,11	-	-	398.820,11
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	398.820,11	0,00	0,00	398.820,11
4. Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA (1)														
56	Projeto Estratégico de Ações Complementares de Governança Fundiária no Estado do Ceará: Regularização Fundiária Estratégia - I ETAPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
104		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000.000,00	-	-	1.000.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
	TOTAL GERAL (1)	0,00	46.800,00	1.752.971,05	0,00	0,00	1.799.771,05							

ANEXO II
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 22 DE 23/09/2016

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS/REDUÇÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria Especial de Políticas Públicas sobre Drogas - SPD - (1)														
50	Projeto de Apoio à Casa Renata Courais	-	-	-	-	(46.800,00)	-	-	-	-	-	-	-	(46.800,00)
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	-46.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(46.800,00)
2. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (4)														
202	Construção e Ampliação de 14 Adutoras no Estado do Ceará no Âmbito das Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST	-	(39.200,67)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.200,67)
308	Elaboração de Projeto Executivo para Ampliação da Barragem Itapebussú - Município de Maranguape - Ce.	-	(10.249,84)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.249,84)
324	Sistema Emergencial de Abastecimento de Água para a Sede Municipal de Cedro	-	-	-	-	(138.891,18)	-	-	-	-	-	-	-	(138.891,18)
359	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Amarelas no Município de Beberibe	-	-	(165.809,25)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(165.809,25)
	Sub-total	0,00	-49.450,51	-165.809,25	0,00	-138.891,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-354.150,94
3. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE (3)														
5	Projeto Bolsa Universidade da UVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
65	Programa Assistência Estudantil da Universidade Estadual Vale do Acaraú, no Município de Sobral	-	-	-	-	-	(33.333,33)	(33.333,33)	(33.333,33)	-	-	(47.138,31)	(118.181,80)	(165.320,11)
294	Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju nos Territórios do Curu Aracatiçau, Maciço de Baturité e Litoral Norte.	-	-	-	-	(100.000,00)	-	-	-	-	-	-	(166,68)	(133.500,00)
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	-100.000,00	-33.333,33	-33.333,33	-33.333,33	0,00	0,00	-47.304,99	-151.515,13	-398.820,11
4. Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA (1)														
76		-	(197.722,75)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(197.722,75)
77	Desenvolvimento de Projetos Produtivos em Reassentamentos, Comunidades Originárias e Tradicionais	-	(237.787,25)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(237.787,25)
78		-	(254.857,25)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(254.857,25)
94		-	(309.632,75)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(309.632,75)
	Sub-total	0,00	-1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.000.000,00
	TOTAL GERAL (II)	0,00	-1.049.450,51	-165.809,25	0,00	-285.691,18	-33.333,33	-33.333,33	-33.333,33	0,00	0,00	-47.304,99	-151.515,13	-1.799.771,05

ANEXO 3 – Relação dos projetos de assistência à família (geral) - 2016

Nº	MAPP	Título do Projeto	Objetivo Geral
1. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS			
1	14	Novos Caminhos para Proteção e Profissionalização para Mulheres Vítimas de Violência	Garantir a integridade física e psicológica das mulheres em situação de risco de vida e de seus filhos (as)
2	15	Abrigo de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC e Tia Júlia	Acolher crianças, adolescentes e adultos com direitos ameaçados ou violados nos Abrigos Desembargador Olívio Câmara (ADOC) e Tia Júlia.
3	17	Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (ABC's, Circos e CIP's)	Apoiar e complementar as ações protetivas da família, possibilitando a vivência em espaços de convívio grupal e social, ampliando o universo informacional, cultural e esportivo das crianças e adolescentes, na perspectiva da formação cidadã.
4	18	Espaço Viva Gente	Atender crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, através da oferta de atividades de cultura, esporte, formação social e qualificação profissional, desenvolvendo potencialidades e o protagonismo infanto juvenil, num trabalho integrado com a família e a comunidade.
5	19	Famílias - Desafios e Inclusão Social	Fortalecer as potencialidades e vínculos relacionais das pessoas da família, com o acesso aos serviços socioassistenciais, benefícios e projetos sociais, visando a inserção das famílias na rede de proteção social, minimizando as situações de vulnerabilidades sociais vivenciadas.
6	23	Juventude Empreendedora	Promover a formação do jovem através da capacitação SOCIAL E PROFISSIONAL, do desenvolvimento de valores de responsabilidade social e da cultura empreendedora, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho.
7	25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Contribuir para a melhoria da qualidade do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF, executado junto às famílias vulneráveis referenciadas nos 181 CRAS em 159 municípios do Ceará.
8	26	Artesanato Competitivo	Fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social, integrando-o à cadeia produtiva do turismo e da cultura.
9	29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS	Fortalecer o acompanhamento especializado no âmbito da proteção social especial da Média Complexidade às famílias e indivíduos com direitos violados, que se encontram em situação de risco pessoal e social, em Fortaleza e municípios de maior incidência de casos de violação de direitos, visando garantir a proteção social e a convivência familiar e comunitária.
10	43	Idoso Sujeito Pleno	Acolher idosos em situação de abandono e violação de direitos assegurando-lhes assistência integral
11	44	Primeiro Passo	Promover ações de qualificação social e profissional para jovens em situação de risco e vulnerabilidade social com vistas a sua inserção no mercado, de modo a propiciar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e efetivo exercício de cidadania.
12	65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	Garantir às pessoas com deficiência e seus acompanhantes o deslocamento para a escola e tratamento especializado na perspectiva da habilitação e reabilitação da vida pessoal e social
13	87	Construção de Abrigo Desembargador Olívio Câmara, em Fortaleza - CE	Garantir a melhoria das instalações físicas
14	88	Construção e aquisição de equipamentos para o Abrigo dos Idosos, em Fortaleza - CE	Concluir a construção do Abrigo dos Idosos

Nº	MAPP	Título do Projeto	Objetivo Geral
15	93	CE - Jovem Aprendizagem em Serviço	Promover a formação do jovem através da capacitação técnica, do desenvolvimento de valores, de responsabilidade social e da cultura empreendedora, possibilitando a criação do seu próprio negócio e inserção no mercado de trabalho.
16	170	Implantação da Unidade Regional de Internação de Adolescentes em conflito com a Lei	Expandir a infraestrutura de Unidades Socioeducativas
17	211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes.	Acolher e garantir proteção integral para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, bem como crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados.
18	222	Recuperação de infraestrutura - reforma e equipamentos - dos Centros Educacionais Patativa do Assaré	Proporcionar condições básicas de funcionamento da Unidade
19	237	Aquisição de equipamentos e material permanente da Unidade de Internação Masculina de Juazeiro do Norte - CE	Proporcionar condições básicas de funcionamento da Unidade
20	238	Aquisição de equipamentos e material permanente da Unidade de Internação Masculina de Sobral - CE	Proporcionar condições básicas de funcionamento da Unidade
21	240	Estruturação do acesso, área de lazer e paisagismo do Abrigo de Idosos, em Fortaleza CE	Concluir a construção do Abrigo dos Idosos
22	241	Recuperação de instalações físicas de 3 Unidades de Atendimento da Secretaria	Prevenir e enfrentar situações de risco e vulnerabilidade social
23	254	Apoio as Unidades de Proteção Social Especial (Renascer, Nova Vida, Santa Gianna, Casa da Criança, Casa Abrigo, Recanto da Luz, Nossa Casa, Comunidade Terapêutica São Pe. Pio).	Proteger integralmente crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados que necessitam serem retirados da família, bem como, oferecer tratamento para dependência química à adolescentes e jovens de 16 a 21 anos, do sexo masculino, estimulando a reconstrução de sua cidadania e autonomia.
25	249	Implantação de Espaços Lúdicos para o Desenvolvimento Infantil – Praças Mais Infância, Brinquedopraça e Brinquedocreche	Apoiar o desenvolvimento das crianças cearenses, ampliando a oferta de espaços lúdicos recreativos através da construção e reforma de praças e implantação de brinquedos em creches públicas, atendendo a faixa etária de 0 a 12 anos, visando ampliar a capacidade física e mental das crianças, bem como, fortalecer os vínculos familiares e comunitários.
25	258	Política Integrada de Economia Solidária	Promover a inclusão socioproductiva de famílias beneficiadas nos territórios do Vale do Curu, Maciço de Baturité e Sertão dos Inhamuns, a partir das estruturas de Centros públicos, Formação de assessoria técnica, implantação de tecnologia de inclusão financeira, aos empreendimentos solidários que tem carência de formação, produção e orientação na perspectiva de fortalecer e desenvolver os empreendimentos.
26	262	Sociedade Justa e Segura	Contribuir para a redução do índice de violência e criminalidade entre adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, em conflito com a Lei e egressos do Sistema de Atendimento Socioassistencial, oferecendo educação básica, apoio socioassistencial e atividades complementares como medida de prevenção social e segurança pública no Estado do Ceará.
27	296	Construção do Centro de Comercialização das Rendeiras da Prainha, em Aquiraz - CE	Construir o Centro das Rendeiras da Prainha
28	307	Primeiro Passo – Estagiários do TRE	Proporcionar inserção de jovens em atividades de estágio nos postos de atendimento do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), por meio da linha de ação Jovem Estagiário do Programa Primeiro Passo.

Nº	MAPP	Título do Projeto	Objetivo Geral
29	312	Atendimento ao Trabalho em Situação de Vulnerabilidade Social	Contribuir para a inserção social e produtiva de trabalhadores desempregados e subempregados, em situação de vulnerabilidade social, visando à (re) inserção destes no mercado de trabalho cearense.
2. Secretaria das Cidades - SCIDADES			
30	2	Rio Maranguapinho Trecho I, II e III (PAC I)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Maranguapinho em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Maranguapinho
31	3	Projeto: Rio Cocó (Barragem, Dragagem e Urbanização)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Cocó em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Cocó.
32	34	Melhorias Sanitárias Domiciliares - Programa Ceará II – KfW II	Ampliar o número de habitantes atendidos com Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD's) contribuindo para a melhoria da saúde e qualidade de vida da população beneficiada.
33	835	Fogões Sustentáveis (Fogões com Eficiência Energética)	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada e para redução do déficit habitacional qualitativo do Estado.
34	1465	Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda	Promover o reassentamento das famílias situadas nas áreas de intervenção de Projetos de Interesse Social do Estado
35	1613	Projeto: Fogões Sustentáveis (Fogões com Eficiência Energética)	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada e para redução do déficit habitacional qualitativo do Estado.
36	1944	Mobilização e Transporte de Famílias	Promover o reassentamento das famílias situadas nas áreas de abrangência dos Projetos Especiais Rio Maranguapinho, Cocó e Dendê.
37	2459	Habitação de Interesse Social 60 Unidades habitacionais no Município de Massapé- CE	Diminuir o déficit habitacional quantitativo da área urbana do município de Massapé como estratégia de inclusão social e de combate a pobreza.
38	2999	Habitação Rural – PNHR	Diminuir o déficit habitacional quantitativo da zona rural do Estado do Ceará como estratégia de inclusão social e de combate a pobreza.
3. Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA			
39	2	Aproveitamento hidroagrícola do castanhão	Aumentar a renda dos produtores beneficiados e a oferta de produtos agrícolas na região
40	5	Agente Rural	Aumentar a renda e a ocupação dos agricultores familiares beneficiados, pelo incremento da rentabilidade dos seus empreendimentos
41	14	Programa de distribuição de sementes	Aumentar a produção e a produtividade de seus beneficiários, proporcionando-lhes condições de melhoria de renda e segurança alimentar
42	38	Programa Garantia Safra	Garantir renda mínima para a sobrevivência de agricultores que aderirem ao Garantia Safra
43	41	Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Ceará	Promover o desenvolvimento econômico, socioambiental e solidário dos assentamentos estaduais estruturando seus processos de produção e garantindo a segurança alimentar e nutricional às famílias assentadas.
44	50	Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará	Promover a inclusão social e produtiva de famílias remanescentes das vagas do Acordo de Cooperação Técnica/ PBSM, celebrado entre Governo do Estado do Ceará, Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA
45	76/77/78/94	Desenvolvimento de Projetos Produtivos em Reassentamentos, Comunidades Originárias e Tradicionais	Ampliar as oportunidades de trabalho e renda da população residente nos reassentamentos e comunidades beneficiadas.

Nº	MAPP	Título do Projeto	Objetivo Geral
46	85	Formação e Atuação de Jovens para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará em Áreas Atingidas por Obras Hidricas	Promover o empoderamento da juventude camponesa de modo a contribuir para o acesso à ações de geração de renda, produção e consumo de alimentos saudáveis, acesso à água, moradia, e outras necessidades básicas.
47	183	Fortalecimento das Ações de Ater no Estado do Ceará	Promover a elevação da produção e da produtividade de agricultores familiares, residentes em municípios do Estado do Ceará
48	341	São José III – Componente 2 – Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado.	Contribuir com o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, garantindo o acesso a água de qualidade para o consumo humano e saneamento, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais do Estado.
49	373	Fortalecimento da cadeia produtiva da apicultura no Estado do Ceará	Ampliar o número de colméias produtivas e a produtividade/colmeia/safra, gerando renda para as famílias beneficiadas
50	374	Desenvolvimento da caprinocultura leiteira no Estado do Ceará	Melhorar a renda dos beneficiários, mediante o fortalecimento da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura cearense, tornando-a sustentável, competitiva e rentável
51	434	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	Contribuir para o processo de estruturação dos assentamentos rurais no Estado do Ceará, subsidiando o acompanhamento e a implantação de projetos produtivos integrados aos princípios da agroecologia e da sustentabilidade econômica, social e ambiental
52	451/452/453/454	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (Projeto Paulo Freire)	Contribuir para a redução da pobreza rural em 31 municípios cearenses por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável pautado na geração de renda, no âmbito agrícola e não agrícola, com foco principal em jovens e mulheres
53	457	Implantação de cisternas de polietileno.	Contribuir para a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e alimentar
54	477	Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar	Fortalecer a agricultura familiar e a segurança alimentar de seus beneficiários por meio de melhorias nos processos de aquisição e armazenamento dos produtos adquiridos.
55	514	Implantação do Projeto João de Barro	Melhorar a situação habitacional dos agricultores familiares
4. Secretaria da Educação – SEDUC			
56	807	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação	Garantir a aproximação com o mundo de trabalho e o exercício de atividades relacionadas às futuras profissões.
57	1017	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional	Oferecer aos jovens estudantes uma formação técnica que possibilite sua inserção no mundo do trabalho.
58	1262	Projeto de instalação de unidades técnico pedagógicas	Contribuir para a redução da pobreza da juventude cearense oportunizando condições de ingresso dos jovens em atividades que sejam dignas e viáveis economicamente, seja no ingresso no mercado formal de trabalho, seja no incentivo ao micro-empendedorismo
59	1341	Prêmio Escola Nota Dez	Promover a melhoria da qualidade na aprendizagem dos alunos do 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental da rede pública
60	1345	Apoio às Atividades de Aprendizagem dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional.	Contribuir para a redução da pobreza da juventude cearense oportunizando condições de ingresso dos jovens em atividades que sejam dignas e viáveis economicamente, seja no ingresso no mercado formal de trabalho, seja no incentivo ao micro-empendedorismo ou formas associativas de trabalho, no campo da economia solidária.
61	1350	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro	Contribuir para que os jovens concluam o ensino médio com qualidade

Nº	MAPP	Título do Projeto	Objetivo Geral
62	1382	Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	Contribuir para a redução da pobreza da juventude cearense oportunizando condições de ingresso dos jovens em atividades que sejam dignas e viáveis economicamente, seja no ingresso no mercado formal de trabalho, seja no incentivo ao micro-empendedorismo ou formas associativas de trabalho, no campo da economia solidária.
63	1805	Apoio técnico pedagógico às ações do Programa Aprendizagem na Idade Certa - Pais Mais	Promover a alfabetização / aprendizagem dos alunos na idade certa
5. Secretaria da Cultura – SECULT			
64	68	Agentes de Leitura do Ceará	Ampliar a formação leitora das famílias beneficiadas
65	730	Jardim de Gente: agência de formação e desenvolvimento cultural Bom Jardim	Combater a violência e a pobreza, através da dinamização da economia da cultura, nos bairros que compõe o Grande Bom Jardim, e ações de fortalecimento da cidadania e formação do capital humano, social e cultural, dos beneficiários do projeto.
6. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE			
66	5	Programa Bolsa Universidade da UVA	Viabilizar a permanência dos alunos de baixa renda na Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, por meio da concessão de estágio remunerado.
67	153	Programa de Bolsa Universitária da URCA	Possibilitar a permanência universitária qualificada ao estudante beneficiário, propiciando-lhe condições mínimas de aprendizado, integralização acadêmica e
68	196	Projeto de Inclusão Digital com tecnologia assistida no bairro Vicente Pinzón, em Fortaleza	Implantar um programa de capacitação e desenvolvimento profissional na área de tecnologia da informação e comunicação, baseado em educação à distância, para 300 pessoas em situação de vulnerabilidade social
69	239	Agentes Digitais	Desenvolver o talento e o potencial de futuros empreendedores na prática na área da Tecnologia da Informação e Comunicação e como consequência, geração de novos negócios digitais.
7. Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG			
70	41	Regularização Fundiária e Titularização dos Imóveis Construídos em Regime de Mutirão, pela COHAB-CE em Fortaleza	Promover a segurança jurídica do patrimônio fundiário de famílias de baixa renda, contribuindo para inclusão social destas famílias, bem como a inclusão dos imóveis no contexto urbano da cidade.
8. Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas - SPD			
71	12	Juventude em Ação	Prevenir o uso de drogas junto aos alunos das Escolas de Ensino Médio, de seus familiares e pessoas no entorno de suas comunidades
72	25	Ampliação e expansão dos Programas do Ministério da Saúde: Jogos elos - Construindo Coletivos, Tamojunto e Fortalecendo Famílias	Prevenir o uso de drogas junto aos alunos do Ensino Fundamental, e seus familiares, com ampliação e expansão de 03 Programas de Prevenção do Ministério da Saúde: #Tamojunto, Famílias Fortes e Jogos Elos
9. Gabinete do Governador - GABGOV			
73	102	Programa Nacional de Inclusão de Jovens ProJovem Urbano (5)	Elevar o grau de escolaridade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, que não concluíram o Ensino Fundamental e que saibam ler e escrever.
74	103	ProJovem Campo 3 - "Saberes da Terra"	Elevar o grau de escolaridade de jovens agricultores na faixa etária de 18 a 29 anos, que não concluíram o ensino fundamental e que saibam ler e escrever.

ANEXO 4 – Relação dos projetos de assistência à família (selecionados) - 2016

Nº	MAPP	Título do Projeto	Objetivo Geral
1. Secretaria da Cultura – SECULT			
1	730	Jardim de Gente: agência de formação e desenvolvimento cultural Bom Jardim	Combater a violência e a pobreza, através da dinamização da economia da cultura, nos bairros que compõe o Grande Bom Jardim, e ações de fortalecimento da cidadania e formação do capital humano, social e cultural, dos beneficiários do projeto.
2. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE			
2	196	Projeto de Inclusão Digital com tecnologia assistida no bairro Vicente Pinzón, em Fortaleza	Implantar um programa de capacitação e desenvolvimento profissional na área de tecnologia da informação e comunicação, baseado em educação à distância, para 300 pessoas em situação de vulnerabilidade social.
3	239	Agentes Digitais	Desenvolver o talento e o potencial de futuros empreendedores na prática na área da Tecnologia da Informação e Comunicação e como consequência, geração de novos negócios digitais.
3. Secretaria da Educação – SEDUC			
4	1341	Prêmio Escola Nota Dez	Promover a melhoria da qualidade na aprendizagem dos alunos do 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental da rede pública
5	1805	Apoio técnico pedagógico às ações do Programa Aprendizagem na Idade Certa - Pais Mais	Promover a alfabetização / aprendizagem dos alunos na idade certa
4. Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas - SPD			
6	12	Juventude em Ação	Prevenir o uso de drogas junto aos alunos das Escolas de Ensino Médio, de seus familiares e pessoas no entorno de suas comunidades
7	25	Ampliação e expansão dos Programas do Ministério da Saúde: Jogos elos - Construindo Coletivos, Tamojunto e Fortalecendo Famílias	Prevenir o uso de drogas junto aos alunos do Ensino Fundamental, e seus familiares, com ampliação e expansão de 03 Programas de Prevenção do Ministério da Saúde: #Tamojunto, Famílias Fortes e Jogos Elos
5. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS			
8	211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes.	Acolher e garantir proteção integral para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, bem como crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados.
9	249	Implantação de Espaços Lúdicos para o Desenvolvimento Infantil – Praças Mais Infância, Brinquedopraça e Brinquedocreche	Apoiar o desenvolvimento das crianças cearenses, ampliando a oferta de espaços lúdicos recreativos através da construção e reforma de praças e implantação de brinquedos em creches públicas, atendendo a faixa etária de 0 a 12 anos, visando ampliar a capacidade física e mental das crianças, bem como, fortalecer os vínculos familiares e comunitários.
10	258	Política Integrada de Economia Solidária	Promover a inclusão socioproductiva de famílias beneficiadas nos territórios do Vale do Curu, Maciço de Baturité e Sertão dos Inhamuns, a partir das estruturação de Centros públicos, Formação de assessoria técnica, implantação de tecnologia de inclusão financeira, aos empreendimentos solidários que tem carência de formação, produção e orientação na perspectiva de fortalecer e desenvolver os empreendimentos.
6. Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA			
11	2	Aproveitamento hidroagrícola do castanhão	Aumentar a renda dos produtores beneficiados e a oferta de produtos agrícolas na região
12	14	Programa de distribuição de sementes	Aumentar a produção e a produtividade de seus beneficiários, proporcionando-lhes condições de melhoria de renda e segurança alimentar

Nº	MAPP	Título do Projeto	Objetivo Geral
13	38	Programa Garantia Safra	Garantir renda mínima para a sobrevivência de agricultores que aderirem ao Programa Safra
14	76/77/78/94	Desenvolvimento de Projetos Produtivos em Reassentamentos, Comunidades Originárias e Tradicionais	Ampliar as oportunidades de trabalho e renda da população residente nos reassentamentos e comunidades beneficiadas.
15	85	Formação e Atuação de Jovens para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará em Áreas Atingidas por Obras Hidricas	Promover o empoderamento da juventude camponesa de modo a contribuir para o acesso à ações de geração de renda, produção e consumo de alimentos saudáveis, acesso à água, moradia, e outras necessidades básicas.
16	373	Fortalecimento da cadeia produtiva da apicultura no Estado do Ceará	Ampliar o número de colméias produtivas e a produtividade/colméia/safra, gerando renda para as famílias beneficiadas
17	374	Desenvolvimento da caprinocultura leiteira no Estado do Ceará	Melhorar a renda dos beneficiários, mediante o fortalecimento da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura cearense, tornando-a sustentável, competitiva e rentável
18	457	Implantação de cisternas de polietileno.	Contribuir para a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e alimentar
19	514	Implantação do Projeto João de Barro	Melhorar a situação habitacional dos agricultores familiares